



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

JOSÉ IGNÁCIO VEGA FERNÁNDEZ

**A EXPANSÃO DA AQUICULTURA EMPRESARIAL E OS CONFLITOS COM A
PESCA ARTESANAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO:
uma análise a partir dos projetos Beijupirá e Cação de Escama**

Recife

2020

JOSÉ IGNÁCIO VEGA FERNÁNDEZ

**A EXPANSÃO DA AQUICULTURA EMPRESARIAL E OS CONFLITOS COM A
PESCA ARTESANAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO:
uma análise a partir dos projetos Beijupirá e Cação de Escama**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Área de concentração: Mudança social.

Orientadora: Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Coorientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho.

Recife

2020

Catálogo na fonte
Biblioteca Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

V422e Vega Fernández, José Ignacio.

A expansão da aquicultura empresarial e os conflitos com a pesca artesanal no Estado de Pernambuco : uma análise a partir dos projetos Beijupirá e Cação de Escama / José Ignacio Vega Fernández. – 2020.

271 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti.

Coorientador: Prof. Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.

Programa de Pós-graduação em Sociologia, Recife, 2020.

Inclui referências e anexos.

1. Sociologia. 2. Pesca artesanal. 3. Aquicultura. 4. Desenvolvimento econômico. 5. Globalização. 6. Neoliberalismo. I. Cavalcanti, Josefa Salete Barbosa (Orientadora). II. Ramalho, Cristiano Wellington Norberto (Coorientador). III. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-118)

JOSÉ IGNÁCIO VEGA FERNÁNDEZ

**A EXPANSÃO DA AQUICULTURA EMPRESARIAL E OS CONFLITOS COM A
PESCA ARTESANAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO:
uma análise a partir dos projetos Beijupirá e Cação de Escama**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito final para a obtenção do título de Doutor em Sociologia.

Aprovada em: 19/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Cristiano Wellington Norberto Ramalho (Coorientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Ludovic Aubin (Examinador Interno)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Dra. Roberta Sá Leitão Barboza (Examinadora Externa)
Universidade Federal do Pará

Profa. Dra. Vânia Rocha Fialho de Paiva Souza (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

O trabalho de pesquisa e de escrita desta tese não seria possível sem as diferentes e valiosas contribuições de todas as pessoas que me acompanharam ao longo desse processo. Elas me ajudaram a pensar e repensar os caminhos que a pesquisa ia tomando e a desatar os nós que surgiam. Além disso, deram-me conforto, aconchego, segurança, calor humano e companhia nos momentos que mais precisei. Tudo isso facilitou muito o trabalho e fez com que os sentimentos de solidão e insegurança que acompanham a pesquisa e a escrita fossem muito mais leves.

Primeiramente, sou enormemente grato aos pescadores e pescadoras que tive o prazer e a sorte de conhecer, durante estes anos de pesquisa, por suas inestimáveis contribuições e generosidade. Às instituições de fomento à pesquisa em especial à CAPES pela bolsa para a realização desta tese de doutorado e à FACEPE que apoiou a primeira fase da pesquisa e a realização do mestrado.

À minha orientadora, a professora Salete Cavalcanti, a quem sou grato por sua grande dedicação, pelo cuidado, conselhos, por seus importantes aportes para esta pesquisa e para minha formação desde o mestrado. Ao meu coorientador Cristiano Ramalho, por suas contribuições ao meu trabalho, sua gentileza e generosidade e por sua dedicação ao estudo da pesca artesanal e dos mestres de pesca. Ao professor Ludovic Aubin, por sua generosidade, partilha de conhecimentos, companheirismo e apoio. Às professoras Maria Luiza Pires, Simone Maldonado e Nazaré Wanderley por suas contribuições para a minha pesquisa de mestrado e projeto de doutorado. À Ana Maria, secretária que faz um trabalho inestimável e que sempre tem um sorriso e uma disposição que são admiráveis. Às professoras Silke Weber, Cynthia Hamlin e Eliane Veras pelas observações feitas no exame de qualificação. Ao professor Alessandro Bonanno por sua colaboração e valiosos seminários.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia ao qual devo minha formação como mestre em Sociologia e a oportunidade de fazer esta tese de doutorado. A todos os professores, professoras, secretárias e colegas do PPGS que tive o prazer de conhecer. Aos colegas e amigos(as) de mestrado e o doutorado: Álvaro, Ari, Bruno, Emilly, Jéssica, Juliana, Manuela, Patricia, Pedro, Ronaldo. Aos colegas que se tornaram grandes amigos e amigas: Alyne, Dayra, Filipe, Gabi, Guilherme, João, Jonas, Marina, Natália, Rosano. Aos meus amigos da infância em Tineo, ao meu amigo José de Grandamueche, e ao meu amigo Antonio.

Ao Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, por sua inestimável contribuição, profissionalismo e transparência e por sua valiosa luta em prol dos direitos dos pescadores e pescadoras artesanais do Brasil, em especial à Alba, Bill, Laurineide, Isabel, Ornela, Cristina, Pedro e Zezé. Ao Movimento de Pescadores e Pescadoras – MPP, por sua luta pelo reconhecimento dos territórios pesqueiros. Aos pesquisadores e pesquisadoras dedicados(as) ao estudo da pesca artesanal, em especial à Natália Azevedo e Tarcísio Quinamo pela amizade e por suas valiosas contribuições. Aos servidores e servidoras públicas, pesquisadoras e pesquisadores, técnicos e técnicas que entrevistei, por sua generosidade, transparência e por suas inestimáveis contribuições a esta pesquisa.

À toda minha família de cá e de lá, pelo apoio e pela consideração. À minha mãe, Ana María, sou grato infinitamente pelo amor, pela proteção, pelo apoio incondicional e pelo respeito às minhas decisões e autonomia. A ela também tenho que agradecer por ter me ensinado como é importante relacionar-se com respeito, assim como enfrentar os problemas e tocar a vida. Agradeço a ela também pelos contos lidos quando eu era criança e os livros que me presenteava que me inspiraram e me deram o gosto pela leitura. Ao meu pai, Paco, por sua paciência para brincar comigo ou esperar que terminassem minhas brincadeiras durante horas. Por me transmitir o prazer de um passeio pela natureza, o amor por ela e pelos seres que nela habitam. Por me deixar fazer e me ensinar coisas de gente grande quando eu era pequeno e por confiar sempre em mim. À minha irmã Azahar, por aguentar com paciência meus ciúmes quando era criança, por ser a irmã mais velha que abre os caminhos e pela sinceridade imensa que a caracteriza. Às minhas avós e meus avôs. À minha sogra Maria do Socorro e ao meu sogro Nildo, ao meu cunhado Ruan e cunhada Jéssica, e ao meu sobrinho Miguel. À minha família de Mieres e de Sorocaba.

À minha companheira de vida e de pesquisa, Suana, sem ela provavelmente não teria continuado a vida acadêmica. Foi graças a ela que tive o primeiro contato de pesquisa no mundo da pesca e também foi graças a ela que descobri que é possível ter uma vida acadêmica que me interessa e que posso fazer com gosto. Sem ela não teria conseguido fazer este trabalho, sua contribuição foi além do plano acadêmico, pois além de poder dialogar sobre a pesquisa e seus problemas, ela me deu sempre apoio moral, atenção, escuta e muitas doses de carinho e poesia. Ao Domingos, pela fiel companhia e pelos passeios, ao Neruda e à Pagu por saber chegar perto quando mais preciso e me reconfortar com esse romrom maravilhoso.

Aos amigos e amigas que fiz durante todos esses anos, especialmente a Anderson, André, Zé, Hermano, Mercedes, Andrés, Xando, Isabela, Mariana, Daniel, Gerardo, Nestor, Ygor, Alice, Salomão, Maria, María de Ares, João, Noemi, Carol, Andrés, Rosana e Ubiratan. À família do Sertão, que me acompanhou esse último ano. Ao meu compadre e à minha comadre queridos, Daniel e Juliana que me receberam quando cheguei pela primeira vez ao seu filho Enos e ao meu afilhado Bem. Aos vizinhos e vizinhas da Várzea que fizeram parte do meu cotidiano. À Samile e aos grupos de capoeira Chapéu de Couro e Guerreiros do Quilombo.

RESUMO

Esta tese procura analisar as principais forças sociais envolvidas na expansão da aquicultura empresarial no Brasil e suas concretizações em Pernambuco, focalizando o caso do *Projeto Beijupirá*, um projeto empresarial de aquicultura intensiva implantado no ano de 2008, na cidade de Recife-PE, e do seu desdobramento no Projeto Cação de Escama, um projeto de aquicultura intensiva voltado a pescadores artesanais. Buscou-se identificar a relação entre as dinâmicas e inércias sociais estruturais e os processos de subjetivação dos diferentes sujeitos, os quais possibilitam ou dificultam a expansão da aquicultura nos casos estudados. A tese defendida neste trabalho é que essa expansão está relacionada com a vigência do neoliberalismo no mercado internacional de alimentos. No caso do Brasil, a expansão foi mediada por uma ideia de modernização da pesca ancorada num ideário colonial segundo o qual a pesca é apresentada como uma atividade atrasada e fadada a desaparecer, sendo assim um empecilho ao desenvolvimento e modernização do setor. Isto põe em discussão que a expansão da aquicultura empresarial no Brasil e a implantação desses projetos são frutos da mediação entre a globalização neoliberal, o modelo neodesenvolvimentista e uma ideia colonial de modernização da pesca, que são questionadas na realização deste estudo. Durante a investigação (2015-2019) foram analisados documentos e estatísticas oficiais das principais instituições envolvidas nesta expansão nos níveis estadual, federal e internacional, assim como pesquisas acadêmicas relacionadas direta ou indiretamente com pesca, aquicultura, modernização e desenvolvimento. Foram entrevistados(as) pescadores(as), técnicos(as) e servidores(as) públicos(as) envolvidos(as) diretamente nos projetos estudados. Como principais resultados constataram-se a continuação da subordinação da pesca artesanal ao projeto de expansão da aquicultura empresarial e a tentativa de transformação dos(as) pescadores(as) em aquicultores(as), segundo a lógica do empreendedorismo. Contudo, a expansão da aquicultura empresarial enfrentou resistências e empecilhos por parte das comunidades pesqueiras que estão relacionados com a percepção de que a aquicultura empresarial ameaça a cultura do trabalho da pesca artesanal nos territórios pesqueiros e as formas de uso comum das águas praticadas por estes.

Palavras-chave: Pesca artesanal. Aquicultura empresarial. Globalização neoliberal. Neodesenvolvimentismo. Pernambuco. Nordeste do Brasil.

ABSTRACT

The purpose of this doctoral dissertation is to analyze the main social forces involved in the expansion of business aquaculture in Brazil and its achievements in Pernambuco, focusing on the case of Projeto Beijupirá, an intensive aquaculture business project implemented in 2008, in the city of Recife-PE, and its spin-off, Projeto Cação de Escama, an intensive aquaculture project aimed at artisanal fishers. We sought to identify the relationship between structural social dynamics and inertia and the subjectivation processes of the intervening actors, which enable or hinder the expansion of aquaculture in the studied cases. We defend the thesis that this expansion relates to the prevalence of neoliberalism in the international food market. In the case of Brazil, the expansion was mediated by an idea of the modernization of fishing anchored in a colonial ideal according to which fishing is a backward activity and bound to disappear, thus being an obstacle to the development and modernization of the sector. This puts into question that the expansion of business aquaculture in Brazil and the implementation of these projects are the result of the mediation between neoliberal globalization, the neo-developmentalism model and a colonial idea of modernization of fisheries, which we challenge in this study. In the course of our research (2015-2019), we examined official documents and statistics produced by the main institutions involved in this expansion at the state, federal and international levels, as well as the results from academic research related directly or indirectly to fishing, aquaculture, modernization and development. We also interviewed fishers, technicians and civil servants directly involved in the studied projects. The main results of our research show a persistence in the subordination of artisanal fishing to the project for the expansion of business aquaculture and the attempt to transform fishers into aquaculture farmers, according to the logic of entrepreneurship. However, the expansion of entrepreneurial aquaculture faced resistance and obstacles on the part of fishing communities that were related to the perception that entrepreneurial aquaculture threatens the culture of artisanal fisheries in the fishing territories and the forms of common use of the waters practiced by them.

Keywords: Artisanal fishing. Business aquaculture. Neoliberal globalization. Neo-developmentalism. Pernambuco. Northeast of Brazil.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Sequência da coleta de reprodutores beijupirá. (A) Exemplar de beijupirá iscado sendo puxado. (B) Exemplar já na superfície. (C) Exemplar sendo retirado da água com um puça. (D) Exemplar embarcado.....	145
Figura 2 - Alguns dos exemplares coletados já nos tanques de transporte.....	146
Figura 3 - Reprodutor macho sendo reanimado dentro do tanque.....	146
Figura 4 - Tanques para a quarentena e aclimação dos reprodutores de beijupirá na Aqualider Maricultura Ltda.....	147
Figura 5 - Fêmea de Beijupirá antes da desova, a seta sinaliza o abdômen protuberante como característica prévia à desova.....	147
Figura 6 - Incubadoras utilizadas para eclosão dos ovos de beijupirá na Aqualider Maricultura Ltda.....	148
Figura 7 - Tanque de cultivo de alevinos de beijupirá na Aqualider Maricultura Ltda....	148
Figura 8 - Trâmite licitação Projeto Beijupirá.....	150
Figura 9 - Localização Projeto Beijupirá (quadrado ressaltado em vermelho). Trâmite de licitação Projeto Beijupirá.....	151
Figura 10 - Processo de reboque dos tanques-rede na praia, Praia do Cupe, Porto de Galinhas-PE, Brasil.....	152
Figura 11 - Processo de reboque dos tanques-rede na praia, Praia do Cupe, Porto de Galinhas-PE, Brasil.....	153
Figura 12 - Reboque dos tanques rede do projeto Cação de Escama desde o porto de Recife-PE, Brasil até o local de instalação a 4,3 milhas da Praia de Boa Viagem, Recife-PE, Brasil.....	156
Figura 13 - Processo de instalação dos tanques-rede do projeto Cação de Escama a 4,3 milhas da Praia de Boa Viagem, Recife-PE, Brasil.....	157
Figura 14 - Tanques rede de cultivo do projeto Cação de Escama já instalados a 4,3 milhas da Praia de Boa Viagem, Recife-PE, Brasil.....	157
Figura 15 - Pescadores(as) da Ilha do Medo, Itaparica-BA, Brasil, manifestam-se contra a implantação de projetos de aquicultura empresarial na sua comunidade: “Já tomaram nossas terras, agora querem tomar nosso mar. Empresários do bijupirá fora do nosso mar!”.....	197

- Figura 16 - Pescadores(as) da Ilha do Medo, Itaparica-BA, Brasil, manifestam-se contra a implantação de projetos de aquicultura empresarial na sua comunidade: “Já fomos enganados com a carcinicultura, não seremos enganados novamente com negócios bilionários.”..... 197
- Figura 17 - Pescadores(as) da Ilha do Medo, Itaparica-BA, Brasil, manifestam-se contra a implantação de projetos de aquicultura empresarial na sua comunidade: “Queremos trabalhar dignamente respeitando as diferenças culturais e o espaço de cada um.”..... 198

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Competências sobre Pesca e Aquicultura / Mudanças institucionais. Produção da aquicultura e da pesca e taxas de crescimento anual, Brasil, (1994-2003).....	102
Quadro 2 - Tipos de unidades de produção da carcinicultura nacional segundo tamanho da unidade, número de unidades de produção, número de hectares ocupadas por cada tipo de unidade e porcentagens.....	122
Quadro 3 - Competências sobre Pesca e Aquicultura / Mudanças institucionais. Produção da aquicultura e da pesca e taxas de crescimento anual no Brasil (2003-2011).....	124
Quadro 4 - Projetos elaborados pela MCR, Aquicultura Ltda., localização e produção das Unidades de Maturação e Larvicultura.....	139
Quadro 5 - Projetos elaborados pela MCR, Aquicultura Ltda., localização e área ocupada de unidades de engorda, viveiros ou fazendas de camarão.....	139
Quadro 6 - Resultados de julgamentos da concorrência nº 006/sepoa/mpa/2011 da Comissão Especial de Licitação - CEL, designada pela Portaria nº 352. Ressaltado em azul as áreas aquícolas empresariais, e em verde aquelas consideradas como aquicultura familiar.....	177
Quadro 7 - Resultados de julgamentos da concorrência Nº 010/sepoa/mpa/2011 da Comissão Especial de Licitação - CEL, designada pela Portaria nº 352. Ressaltado em azul as áreas aquícolas empresariais, e em verde aquelas consideradas como aquicultura familiar.....	178

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP	ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES PESCADORAS
BNDES	BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
CEPAL	COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE
CEPENE	CENTRO DE PESQUISA E GESTÃO DE RECURSOS PESQUEIROS DO LITORAL NORDESTE
CNPA	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES E AQUICULTORES
CNPT – IBAMA	CENTRO NACIONAL DE POPULAÇÕES TRADICIONAIS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CONVEMAR	CONVENÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DIREITO DO MAR
CPP	CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES
CPRH	AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE DE PERNAMBUCO
CPT	COMISSÃO PASTORAL DA TERRA
DEPAQ – UFRPE	DEPARTAMENTO DE PESCA E AQUICULTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
FDNE	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
FHC	FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
FUNDAJ	FUNDAÇÃO JOAQUIM NABUCO
GESPE	GRUPO EXECUTIVO DO SETOR PESQUEIRO
IBAMA	INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
ICMBIO	INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE
INCRA	INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
IPEA	INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA

MAB	MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS
MAPA	MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
MDA	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
MPA	MINISTÉRIO DA PESCA E AQUICULTURA
MPP	MOVIMENTO DE PESCADORAS E PESCADORES
MPPA	MOVIMENTO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS DO RS
MST	MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA
MTE	MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
OIT	ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
ONU	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PAC	PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PNDP	PLANO NACIONAL DESENVOLVIMENTO PESQUEIRO
PNRA	PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
FISET – PESCA	FUNDO SETORIAL DA PESCA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PSDB	PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA
RDS	RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
REDEPESCAATER	REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO DA PESCA
PE	ARTESANAL E AQUICULTURA DE BASE FAMILIAR
RESEX	RESERVAS EXTRATIVISTAS
SEAP	SECRETARIA ESPECIAL DE AQUICULTURA E PESCA
SFPA	SUPERINTENDÊNCIA DE PESCA E AQUICULTURA DE PERNAMBUCO
SGC	SISTEMA DE GESTÃO COMPARTILHADA DA PESCA
SNUC	SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DA NATUREZA NO BRASIL
SOFIA	RELATÓRIO MUNDIAL SOBRE O ESTADO DA PESCA E DA AQUICULTURA

SUDENE	SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE
SUDEPE	SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA
UC	UNIDADE DE CONSERVAÇÃO FEDERAL
UFPE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
UFRPE	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO
ZEE	ZONA ECONÔMICA EXCLUSIVA BRASILEIRA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	A EXPANSÃO DA AQUICULTURA EMPRESARIAL EM COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL COMO OBJETO DE PESQUISA SOCIOLÓGICA.....	23
1.2	BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DA EXPANSÃO DA AQUICULTURA EMPRESARIAL E OS CONFLITOS COM AS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL NO BRASIL	30
1.3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA.....	39
1.4	RELEVÂNCIA E ORIGINALIDADE DA PESQUISA	44
2	GÊNESE E TRANSFORMAÇÕES DA IDEIA DE MODERNIZAÇÃO DA PESCA	50
2.1	O BRASIL COLÔNIA E A GÊNESE DO IMAGINÁRIO SOCIAL ESCRAVOCRATA E RACISTA SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA PESCA E DOS(AS) PESCADORES(AS)	51
2.2	AS TRANSFORMAÇÕES DO IMAGINÁRIO SOCIAL DA PESCA DURANTE OS PERÍODOS IMPERIAL E REPUBLICANO: DA CRIMINALIZAÇÃO AO ASSISTENCIALISMO.....	70
3	A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IDEIA DE MODERNIZAÇÃO DA PESCA NO BRASIL	87
3.1	A SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA – SUDEPE E O SURGIMENTO DA AQUICULTURA INTENSIVA.....	87
3.2	O NEOLIBERALISMO NO BRASIL E A EXPANSÃO DA AQUICULTURA INTENSIVA (1989-2003)	98
3.3	O PERÍODO NEODESENVOLVIMENTISTA, A HEGEMONIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES VOLTADAS À PESCA E À AQUICULTURA EMPRESARIAL E A PROMOÇÃO DA “REVOLUÇÃO AZUL” (2003-2014).....	108
4	A EXPANSÃO DA AQUICULTURA INTENSIVA EM PERNAMBUCO: OS PROJETOS BELJUPIRÁ E CAÇÃO DE ESCAMA	130
4.1	DA PROMOÇÃO DA AQUICULTURA INTENSIVA EMPRESARIAL À	

	EXPANSÃO E CRISE DA CARCINICULTURA	132
4.2	OS PROJETOS BEIJUPIRÁ E CAÇÃO DE ESCAMA: A PROMOÇÃO DA AQUICULTURA MARÍTIMA INTENSIVA COMO SOLUÇÃO À CRISE DA CARCINICULTURA.....	143
4.3	A INTERIORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA: O POLO AQUÍCOLA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO.....	177
5	OS ANTAGONISMOS ENTRE A PESCA ARTESANAL E A AQUICULTURA EMPRESARIAL	182
5.1	RESISTÊNCIAS, CONFLITOS E DIVERGÊNCIAS COM A AQUICULTURA EMPRESARIAL COMO EXPRESSÃO DA ECONOMIA MORAL DA PESCA.....	185
5.2	TERRITÓRIOS PESQUEIROS DE USO COMUM VERSUS TERRITÓRIOS DE USO PRIVADO	207
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
	REFERÊNCIAS	228
	ANEXO A – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2008	244
	ANEXO B – MANIFESTO DOS PESCADORES E MOVIMENTOS SOCIAIS INDIGNADOS COM PRIVATIZAÇÃO DE 160 HECTARES NO MAR	270

1 INTRODUÇÃO

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse padrão de poder é a classificação social da população mundial de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo. Esse eixo tem, portanto, origem e caráter colonial, mas provou ser mais duradouro e estável que o colonialismo em cuja matriz foi estabelecido. Implica, conseqüentemente, num elemento de colonialidade no padrão de poder hoje hegemônico. (QUIJANO, 2005, p. 1)

A realização desta tese contribuiu para responder a uma série de inquietações que surgiram após a conclusão de minha dissertação de mestrado e me motivaram a dar continuidade à pesquisa realizada de 2013 a 2015. Depois de dois anos nos quais tive a oportunidade de estabelecer relações horizontais de confiança e respeito com pescadoras e pescadores, assim como com seus movimentos coletivos, o CPP e o MONAPE; de ter participado em vivências nas quais discutia-se sobre a pesca e a aquicultura com outros(as) sujeitos(as) de instituições responsáveis por políticas de desenvolvimento e assistência técnica do setor, ou seja, com técnicos(as), engenheiros(as) de pesca e oceanógrafos(as), reuni material, evidências sobre os enfrentamentos de dois mundos, duas formas antagônicas de enxergar os problemas da pesca e a produção de pescado, assim como a relação com a natureza. Esses antagonismos tinham, frequentemente, como consequência projetos elaborados e implementados de forma vertical, a partir das ideias prévias dos(as) técnicos(as) e extensionistas, dando lugar, assim, a intervenções que não atendiam às necessidades, demandas e problemas das comunidades.

Em muitas ocasiões os conflitos e desentendimentos surgiam aliados aos preconceitos de classe. Por um lado, os(as) pescadores(as) manifestavam que os projetos não consideravam os conhecimentos, os problemas e as necessidades manifestadas por eles(as), e argumentavam, não sem motivo, que seus conhecimentos adquiridos na prática eram desconsiderados e

colocados como inferiores, e que os(as) técnicos(as) só sabiam a teoria, mas não a prática. Por outro lado, em geral, os(as) técnicos(as) mantinham uma relação professoral com os(as) pescadores(as), e atuavam como fiscais do que eles(as) consideravam ser boas práticas, ou faziam generalizações estereotipadas acerca dos(as) pescadores(as) e do seu modo de viver. A sensação era de que os(as) técnicos(as) tinham uma ideia prévia acerca do desenvolvimento e da modernização da pesca artesanal, que de alguma forma a inferiorizava frente a outras atividades. Disso resultava que, frequentemente, mais do que colaborar e trabalhar junto com as comunidades para dar continuidade à cultura do trabalho pesqueiro, o que pretendiam era transformar os(as) pescadores(as) e a pesca artesanal em algo que eles não são, nem necessariamente desejam ser.

Todas essas inquietações motivaram esta pesquisa, que analisa, a partir de uma perspectiva sociológica dos processos históricos, um fenômeno que nas últimas décadas vem se destacando como uma das principais transformações sociais e produtivas em torno da pesca e da produção de pescados, frutos do mar e outros organismos aquáticos. A Revolução Azul, como é chamado este fenômeno, consiste, basicamente, de uma expansão acelerada da aquicultura praticada nos moldes empresariais através da privatização de águas continentais e marinhas, que é representada pelos seus principais promotores como a solução dos problemas da pesca de forma geral e como alternativa para os(as) pescadores(as) artesanais.

Desde a década de 1990 a aquicultura (cultivo de todo tipo de organismos aquáticos em cativeiro) tem crescido intensamente. Num período de vinte anos (1995-2015) a produção aquícola mundial quase triplicou. No Brasil, nesse mesmo período, a produção multiplicou-se por onze e, no caso de Pernambuco, por vinte (FAO, 2016; IBAMA, 1997; MMA; IBAMA, 2007, MPA, 2011). A capacidade expansiva do neoliberalismo manifestou-se no caso da produção de pescados no Brasil através da expansão de grandes fazendas aquícolas, principalmente voltadas à produção de camarão e tilápia, e em menor medida, de outras espécies passíveis de serem competitivas e adaptáveis às exigências do mercado internacional de pescados. As fazendas aquícolas expandiram-se desmatando centenas de hectares de mangue (GUIMARÃES, 2007, 2009; QUEIROZ; ROSSI; MEIRELES; COELHO, 2013; SCHAEFFER; CINTRÓN; COELHO JR., 2013; MAGRIS; BARRETO, 2010) e instalando cercas nas águas de mares, mangues, rios, estuários e barragens que antes eram de uso comum para as comunidades de pesca artesanal, e agora servem para fins de lucro privado.

No ano de 2009, em Recife, Pernambuco, teve lugar a inauguração de um grande

empreendimento de aquicultura da empresa Aqualider Maricultura Ltda., chamado Projeto Beijupirá, em alusão à espécie *Rachycentron canadum*, a qual estava voltada à produção de um peixe dito “nobre” e com alto valor no mercado. A implantação desse projeto refletiu a articulação entre o setor empresarial aquícola e as instituições públicas, como a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, a Superintendência de Aquicultura e Pesca do estado de Pernambuco, o departamento de Aquicultura e Pesca da Universidade Federal Rural de Pernambuco DEPAQ – UFRPE, a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, na promoção da aquicultura empresarial. A licitação do empreendimento foi feita pela SEAP no dia 14 de agosto do ano de 2008 através de contrato de cessão onerosa de uso de águas da união para fins de aquicultura, pelo qual a empresa teria que pagar um total R\$ 60.000 anuais, para ter direito à exploração privada de 169 hectares do mar, situados a 11 quilômetros da praia de Boa Viagem, Recife, durante os seguintes 20 anos. O contrato foi assinado entre a empresa e a SPU no mês de setembro do ano 2008. Os promotores afirmavam que este tipo de empreendimento “ofereceria poucos riscos” já que se teria “dominado o ciclo de reprodução em cativeiro do Beijupirá”, inclusive se colocava como um dos possíveis “principais produtos pesqueiros do Brasil num futuro próximo” (CALLOU, 2013a, p. 274).

Para além do discurso triunfalista dos promotores do projeto durante sua inauguração, este causou uma forte polêmica e um conflito aberto com a pesca artesanal desde sua licitação em 2008. Nesse mesmo ano, diferentes movimentos e instituições sociais assinaram um manifesto intitulado: “Manifesto dos Pescadores e movimentos sociais indignados com a privatização de 160 ha no mar”. Estes denunciavam de forma coletiva que 160 hectares do mar, o equivalente a uns 80 campos de futebol, e que eram efetivamente utilizados pela pesca artesanal, estariam sendo privatizados. Além disso, criticaram a não realização de audiências públicas ou qualquer consulta aos(as) pescadores(as) que trabalhavam nessa área, o que entendiam como uma “armação organizada pela SEAP em conjunto com os empresários” para “impedir a participação, uma vez que os editais foram realizados durante o período do carnaval, na calada da noite”. Apesar da polêmica, o projeto foi implantado e, inclusive, a partir dele o DEPAQ-UFRPE elaborou o projeto Cação de Escama, um projeto de aquicultura da mesma espécie, *Rachycentron canadum*, mas dessa vez especificamente voltado aos(as) pescadores(as) artesanais. Cabe destacar que, no início desta pesquisa, o foco era o projeto Beijupirá, mas com o avanço dela foi necessário incluir o projeto Cação de Escama, pois, na

prática, eles estavam estreitamente relacionados. Após o primeiro ciclo de produção, que durou apenas um ano, ambos projetos encerraram suas atividades. A Aqualider Maricultura Ltda. alegou, entre outros motivos, “a má qualidade da ração fornecida no Brasil, a dragagem realizada pelo porto do Recife e a colisão de uma embarcação” com um dos principais tanques-rede do empreendimento (CALLOU, 2013a, p. 276, 279). O DEPAQ-UFRPE justificou problemas nos alevinos, má qualidade da ração e falta de recursos para iniciar um segundo ciclo de produção em mar aberto, dentre outros (UFRPE- DEPAQ, 2014).

Embora estes projetos tenham encerrado suas atividades, resultaram ser bastante significativos para entender o processo de expansão da aquicultura no Brasil e os conflitos com a pesca artesanal, pois a partir deles é possível reconstruir uma trama inteligível que estabeleça um fio condutor entre o passado, o presente e os rumos da expansão da aquicultura empresarial no Brasil. Por este motivo, esses projetos foram escolhidos como ponto para iniciar a costura dos retalhos que fazem parte desse processo, e que, uma vez unidos com a ajuda da linha da pesquisa teoricamente guiada, permitiram a melhor compreensão da expansão da aquicultura empresarial e seus conflitos. O objetivo foi analisar estes projetos e sua relação conflitiva com a pesca artesanal no contexto da expansão da aquicultura no Brasil, ou seja, no contexto da globalização neoliberal do mercado internacional de alimentos, que no Brasil teve como especificidades as mediações do modelo de desenvolvimento conhecido como neodesenvolvimentista (BOITO FR.; BERRINGER, 2012, 2013; SANTOS; MILANEZ, 2009, 2014) e de uma ideia de modernização da pesca ancorada num imaginário colonial, escravocrata e racista (QUIJANO, 2005; MOURA, 2016).

A partir desse objetivo, foram analisadas as relações entre o Estado, o mercado e a sociedade que possibilitaram ou dificultaram a expansão da aquicultura empresarial no Brasil, tendo como *locus* a região Nordeste e o estado de Pernambuco. A principal pergunta que guia a pesquisa é: quais são as relações entre as dinâmicas e inércias socioestruturais e os(as) diferentes sujeitos(as) sociais envolvidos(as) que possibilitaram ou dificultaram a expansão da aquicultura empresarial no Brasil e no estado de Pernambuco? A hipótese é que a expansão da aquicultura empresarial no Brasil tem sido possibilitada pelas dinâmicas socioestruturais e pela lógica econômica da globalização neoliberal no âmbito da produção de alimentos, e que foram mediadas pelo modelo econômico neodesenvolvimentista e por uma ideia de modernização da pesca que tem como base um imaginário social colonial, escravocrata e racista.

O sucesso desta expansão dependeu de uma articulação entre o mercado (agronegócio) e as instituições nacionais e supranacionais (em especial as instituições setoriais voltadas à pesca e aquicultura, mas também outras instituições como a universidade, as instituições ambientais e fundiárias, entre outras). De acordo com esse modelo, atuam legitimando e promovendo a expansão da aquicultura como algo desejável, positivo e que supõe um avanço civilizatório frente a outras formas de produção como a pesca artesanal. As principais resistências e empecilhos a essa expansão têm sido protagonizadas pelos(as) próprios(as) pescadores(as), essa resistência é a expressão de sua economia moral, uma vez que eles(as) enxergam essa expansão como uma ameaça ao sustento das comunidades e aos territórios pesqueiros de uso comum.

A pesca artesanal mantém uma estreita relação com o meio natural e seus ciclos de reprodução, na medida em que esta depende diretamente das marés, dos tempos de reprodução e desova dos peixes e de outros fatores do meio natural que possibilitam ao mesmo tempo em que limitam e delimitam o trabalho pesqueiro artesanal. Se bem existem importantes diferenças entre as distintas formas nas quais é praticado o trabalho pesqueiro artesanal, por exemplo, entre pescadores(as) ribeirinhos(as) e pescadores(as) marítimos(as), para todos(as) eles(as) e para as comunidades de pesca de forma geral, a relação com o espaço de trabalho e de reprodução da vida é fundamental e esta se caracteriza pela contínuo terra-águas-céu e pelo uso comum. Como bem apontou Cunha (2007, p.128,129), para o caso dos(as) pescadores(as) marítimos(as), a unidade terra-mar-céu, o que para os(as) ribeirinhos(as) equivale à unidade terra-rio-céu, assim como os processos, ciclos e fenômenos naturais em torno destes, como os ciclos lunares, os pontos cardeais e a climatologia, ocupam um papel central na reprodução do trabalho pesqueiro e na organização e uso comum dos territórios pesqueiros (CUNHA, 2007, p. 95-96; DIEGUES, 2001, p. 97, 101; MALDONADO, 1994, p. 33; MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 80; SILVA, S., 2017, p.194-195).

As evidências dos processos conflitivos são claras entre a expansão da aquicultura e as respostas e resistências dos(as) sujeitos(as) que veem ameaçadas as suas bases materiais de sustento, continuam a marcar a contemporaneidade, tornando clara a necessidade de aprofundamento, nas formas em que esses processos são percebidos pelos(as) sujeitos(as) envolvidos(as) segundo lógicas distintas. Por exemplo, um(a) engenheiro(a) encarregado(a) da assistência técnica de um projeto de aquicultura empresarial, um(a) funcionário(a)

público(a) envolvido(a) nesta promoção, ou um(a) empresário(a) aquícola pode perceber este processo de expansão como algo desejável, como sinônimo de progresso e de avanço socioeconômico. Entretanto, esse mesmo projeto pode ser percebido pelos(as) pescadores(as) como uma ameaça ao seu trabalho, aos territórios pesqueiros de uso comum e ao próprio sustento material das comunidades pesqueiras. De tal modo, o problema de estudo se ressignifica dependendo do lugar de cada sujeito(a) na estrutura de classes, requerendo uma apreensão de facetas peculiares que apontam para a continuidade e redimensionamento da problemática no seu contexto sociohistórico.

Este trabalho de tese se divide em cinco capítulos. No primeiro capítulo são discutidas as bases teóricas e metodológicas da pesquisa, e seu objeto, ou seja, discute-se a globalização neoliberal e a expansão da aquicultura empresarial em comunidades de pesca como objeto de pesquisa sociológica. Para isso, discorre-se sobre como a produção acadêmica tem tratado o tema e sobre quais teorias são necessárias e pertinentes para dar conta do objeto da pesquisa e responder às suas questões. Em seguida, são elencados os procedimentos metodológicos, as técnicas e os dados utilizados na pesquisa. E por último, discutem-se a relevância e originalidade da pesquisa, tratando de articular teoria, metodologia e a análise.

O segundo capítulo aborda a gênese e as transformações da ideia de modernização da pesca no Brasil nos períodos colonial, imperial e republicano e como estas se relacionam com um imaginário social sobre as pescadoras e pescadores criado e recriado ao longo desses períodos. Para isso, argumenta-se como essa imagem da pesca começa a ser construída a partir da chegada dos colonizadores e das primeiras caracterizações dos(as) sujeitos(as) que praticavam a pesca. E de como essa imagem foi reproduzida e transformada, cristalizando-se institucionalmente depois: no período imperial e na implantação das colônias de pescadores(as) pela Marinha Militar no início do século XX.

O terceiro capítulo trata das transformações e cristalizações institucionais da ideia de modernização da pesca e das suas principais consequências sobre a pesca e a aquicultura que aconteceram desde a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, passando pela transferência de competências ao IBAMA (que coincide com a emergência das políticas neoliberais dos anos 1990), até chegar no denominado modelo neodesenvolvimentista que acompanhou a criação da SEAP em 2003 e do MPA em 2009.

O quarto capítulo traz uma reconstrução acerca da origem dos projetos Beijupirá da Aqualider Maricultura Ltda. e do Projeto Cação de escama do DEPAQ-UFRPE, do seu

processo de implantação e dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as) nela, analisando a lógica socioeconômica que estes tipos de projetos de aquicultura promovem e suas principais bases legitimadoras. O objetivo é identificar os principais argumentos legitimadores da aquicultura intensiva¹ empresarial, e como destes subjaz uma lógica produtivista que trata de subordinar a pesca e os(as) pescadores(as) à produção de *commodities*².

O capítulo quinto trata sobre como a economia moral dos(as) pescadores(as) se expressa como resistência à lógica capitalista da aquicultura empresarial, por eles(as) entenderem que a expansão deste tipo de aquicultura significa uma ameaça aos territórios pesqueiros e, portanto, às bases materiais do seu sustento. Analisa-se assim a economia moral da pesca como a expressão do antagonismo existente entre a lógica socioeconômica da aquicultura e a lógica socioeconômica da pesca artesanal que supõe um empecilho à expansão da lógica capitalista aquícola. Discute-se também como esses antagonismos e resistências se desdobram em duas propostas de relação com a natureza também antagônicas; uma delas consiste na aposta pelos territórios pesqueiros de uso comum como uma afirmação da possibilidade de uso democrático das águas, e a outra consiste numa aposta pelo loteamento e privatização do mar como uma afirmação da impossibilidade de uso democrático das águas.

1.1 A EXPANSÃO DA AQUICULTURA EMPRESARIAL EM COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL COMO OBJETO DE PESQUISA SOCIOLÓGICA

O conceito de globalização neoliberal permite contextualizar a expansão da aquicultura empresarial e concretamente os projetos Beijupirá e Cação de Escama, espacial e temporalmente, porque ajuda a compreender as formas de acumulação capitalista na contemporaneidade e seus principais desdobramentos para os(as) sujeitos(as) envolvidos(as) na implantação destes projetos de aquicultura. De acordo com Sousa Santos (2002):

A globalização neoliberal corresponde a um novo regime de acumulação do

¹Segundo a resolução do CONAMA: 413 de 26 de Junho de 2009, a aquicultura intensiva ou “Sistema de Cultivo Intensivo” é um “sistema de produção em que os espécimes cultivados dependem integralmente da oferta de alimento artificial, tendo como uma de suas características a alta densidade de espécimes, variando de acordo com a espécie utilizada.” (BRASIL, 2009).

²As *commodities* são mercadorias padronizadas “e de baixo valor agregado, produzida por diferentes produtores e comercializada em nível mundial, cuja oferta e demanda são praticamente inelásticas no curto prazo e cujos preços são definidos pelo mercado (MARTINS, 2009, p.7).

capital, um regime mais intensamente globalizado que os anteriores, que visa, por um lado, des-socializar o capital, libertando-o dos vínculos sociais e políticos que no passado garantiram alguma distribuição social e, por outro lado, submeter a sociedade no seu todo à lei do valor, no pressuposto de que toda atividade social é mais bem organizada quando organizada sob a forma de mercado. A consequência principal desta dupla transformação é a distribuição extremamente desigual dos custos e das oportunidades produzidos pela globalização neoliberal no interior do sistema mundial, residindo aí a razão do aumento exponencial das desigualdades sociais entre países ricos e países pobres e entre ricos e pobres no interior do mesmo país. (SOUSA SANTOS, 2002, p. 13)

A criação das condições que permitiram a emergência do capitalismo coincide com o início do processo histórico de expropriação dos meios de produção, descrito por Marx no capítulo XXIV do *Capital*, “A chamada acumulação originária”, e no capítulo XXV, “A teoria moderna da colonização”. Para Marx, a expropriação do produtor direto da sua propriedade fundada no trabalho próprio foi fundamental para a consolidação da propriedade privada capitalista. Esta última supõe o avesso da primeira e sustenta-se no trabalho alheio. Ao falar do “segredo da acumulação originária”, Marx discute com ironia o modo em que os economistas clássicos explicavam a emergência do capitalismo:

Todo el proceso, pues, parece suponer una acumulación "originaria" previa a la acumulación capitalista ("previous accumulation", como la llama Adam Smith), una acumulación que no es el resultado del modo de producción capitalista, sino su punto de partida. Esta acumulación originaria desempeña en la economía política aproximadamente el mismo papel que el pecado original en la teología. Adán mordió la manzana, y con ello el pecado se posesionó del género humano. Se nos explica su origen contándolo como una anécdota del pasado. En tiempos muy remotos había, por un lado, una elite diligente, y por el otro una pandilla de vagos y holgazanes

[...]

La economía política procura, por principio, mantener en pie la más agradable de las confusiones entre la propiedad privada que se funda en el trabajo personal y la propiedad privada capitalista diametralmente contrapuesta, que se funda en el aniquilamiento de la primera (MARX, 1975, p. 891, 954)

Em vez de apresentar a emergência do capitalismo como fruto de um estado natural vindo de tempos remotos, no que já existiam pobres preguiçosos(as) e ricos(as) dirigentes empreendedores(as), o autor descreve um processo violento de expropriação dos meios de produção de milhares de pessoas, articulando mediante políticas e leis que derrubaram todas as formas de direito consuetudinário e as possibilidades de viver no campo e do campo de uma população eminentemente rural. Assim, o “adubo” que permitiu emergir o capital foi a expropriação dos(as) trabalhadores(as) dos seus meios de produção, a expropriação das terras,

a proibição de utilizar águas, terras e matas para obter seu sustento e não uma espécie de laboriosidade natural da classe dirigente, que se contrapõe a uma espécie e inatividade congênita da plebe. Há uma contradição manifesta entre esta versão dos economistas clássicos acerca da emergência da nova sociedade e as práticas concretas nas quais o capitalismo se manifesta.

El desarrollo de la fuerza productiva social del trabajo, la cooperación, la división del trabajo, la aplicación de la maquinaria en gran escala, etcétera, son imposibles sin la expropiación de los trabajadores y la consiguiente transformación de sus medios de producción en capital. En interés de la llamada riqueza nacional, se lanza a la búsqueda de medios artificiales que establezcan la pobreza popular. Su coraza apologética se desmigaja aquí como yesca echada a perder. (MARX, 1975, p. 956)

A criação de capital é assim um correlato da criação ativa de pobreza e não um estado natural das coisas. Esta crítica do relato da emergência do capitalismo amplia a teoria moderna da colonização. A partir do exemplo da teoria da colonização de Edward Gibbon, Marx reforça os anteriores argumentos afirmando que esta teoria longe de fazer novas descobertas sobre as colônias, simplesmente, evidencia, uma vez mais, as práticas que a nova sociedade capitalista precisa para se consolidar, ou seja, as expropriações e o assalariamento massivo, primeiro nas metrópoles e depois nas colônias.

El gran mérito de Edward Gibbon Wakefield no es el de haber descubierto algo nuevo acerca de las colonias, sino el de haber descubierto en las colonias la verdad acerca de las relaciones capitalistas de la metrópoli. Así como el sistema proteccionista, en sus orígenes, pugnaba por la fabricación de capitalistas en la metrópoli, la teoría de la colonización expuesta por Wakefield y que Inglaterra durante cierto tiempo procuró aplicar legislativamente aspiraba a la fabricación de asalariados en las colonias. A esto lo denomina Wakefield "systematic colonization" (colonización sistemática). (MARX, 1975, p. 956-957)

Esta crítica da versão oficial da economia clássica muda por completo o relato acerca da emergência da sociedade capitalista como fruto de uma aventura mercantil dos empreendedores ocidentais, ou como uma espécie de tendência funcional de um sistema. Ao contrário, oferece-nos uma versão mais trágica e realista do que foi uma verdadeira política de Estado articulada e apoiada pelos defensores do liberalismo econômico. A partir destas premissas, e de boa parte da crítica exposta no *Capital*, as teorias de *longue durée* têm explicado o capitalismo contemporâneo como a continuação desse processo que coincide com a criação dos estados-nação, e da relação entre metrópole e colônia e mais tarde entre centro periferia.

Junto com Harvey (2009, p.120,124) é possível pensar a continuidade dos processos de expropriação capitalista desde sua gênese até os dias atuais, de forma que a denominada “acumulação primitiva” resultou ser um processo não terminado e que, portanto, não se reduz a um processo localizado e exclusivo da emergência do capitalismo. Assim, Harvey (2009, p.120,124) destaca “a persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital” e conseqüentemente a necessidade de atualizar o conceito de acumulação primitiva que denota um processo restrito ao passado, quando “se trata de um processo que está em andamento”. Para isso, este autor propõe utilizar o conceito de ‘acumulação por espoliação’ e justifica a importância dessa releitura conceitual, pela total atualidade das características da acumulação primitiva que Marx descreve no capítulo XXVI do *Capital* nos dias atuais, de forma que:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2009, p. 120)

Nessa mesma linha de raciocínio, Linebaugh (2009) mostrou como esses processos de expropriação não respondem a uma tendência funcional do sistema, senão que são fruto de uma política ativa do Estado. O autor coincide com Harvey ao entender que o Estado jogou e joga um papel determinante na efetivação e promoção da expropriação, pois para este “o papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes” (HARVEY, 2009, p. 121). Isto contradiz a ideia de que os estados nacionais têm perdido força no contexto de uma economia global, pois estes seguem sendo cruciais no processo de acumulação e na gestão estatal desse processo de acumulação. Sobre isto, Wood (2006) afirma que:

No es verdad que el estado territorial que conocimos se encuentre en declinación frente a la economía global. Por el contrario, creo que el capital depende más que nunca de un sistema de estados locales que administren el capitalismo global. El problema del Estado en el capitalismo internacional es más complicado dado que el capitalismo global no posee un Estado

internacional que lo sustente y, hasta el momento, tampoco creo que construya tal Estado. La forma política de la globalización no es un Estado internacional sino un sistema de varios estados nacionales; de hecho, considero que la esencia de la globalización es una creciente contradicción entre el alcance global del poder económico capitalista y el mucho más limitado alcance de los estados territoriales que el capitalismo necesita para sostener las condiciones de acumulación. (WOOD, 2006, p.406)

Frente a essa situação de forte dependência do capitalismo de um sistema global de estados, é decisivo entender que as lutas democráticas entendidas como lutas que mudem o “balance de poder de classe tanto dentro como fuera del Estado” podem hoje em dia “tener un efecto mucho mayor que en épocas anteriores”. Com efeito, “reclamar os bens comuns”, resulta em uma forma de luta democrática, que se opõe aos compromissos da economia neoliberal com a “centralização” e com a “homogeneização” demandando o engano que supõe a separação da esfera econômica da política, e a necessidade de que, através da deliberação democrática, ajustem-se as contas com a economia (WOOD, 2006, p. 407).

Estas posibilidades se articulan através de mediações entre diferentes instituições e diferentes sujeitos(as) sociais que não escapam da historicidade da luta de classes e oferecem possíveis caminhos comprometidos com a possibilidade de cooperação social, assim como a possibilidade de um governo democrático dos comuns que não essencialize e separe as esferas econômica, política, e cultural senão que as coloque como necessariamente interdependentes. Para Fraser (2006), “uma abordagem voltada a compensar injustiças de distribuição pode ajudar também a compensar (algumas) injustiças de reconhecimento” que “sugere um meio de reformular o dilema da redistribuição reconhecimento” perguntando-se como “nos grupos submetidos aos dois tipos de injustiças”, é possível “minimizar, senão para eliminar de vez, as interferências mútuas que surgem quando se busca redistribuição e reconhecimento ao mesmo tempo”. Consequentemente, se o processo de acumulação por espoliação não é somente um problema de ordem político-econômica, senão que incorpora elementos de dominação culturais e valorativos, que fazem parte de um entrelaçado social, no que se estabelecem esses processos relacionais de exercício de poder, a partir de mediações específicas entre as diferentes instituições e sujeitos(as). É preciso, então, abordar a expansão da aquicultura empresarial considerando essas questões no contexto específico dos projetos estudados (FRASER, 2006, p. 238-239).

A aquicultura empresarial vem crescendo de forma continuada desde a década de 1980 e mais intensamente a partir da década de 1990 (FAO, 2016). Esse crescimento coincide com

a expansão da globalização neoliberal pelos quatro cantos do mundo e pelas mais diversas esferas da vida social, entre elas, a produção de alimentos e produtos agrícolas através do agronegócio, dos sistemas agroalimentares, agroindustriais e suas corporações transnacionais. A globalização neoliberal, nesse âmbito, significou um processo de transformação produtiva, tecnológica e de capitalização, que permitiu homogeneizar os produtos e aumentar a escala da produção a partir do uso intensivo de insumos, da utilização de pacotes fitossanitários e de espécies geneticamente modificadas. O principal objetivo foi (e continua sendo) expandir o mercado de pescado e aumentar a produtividade e a capacidade de concorrência das corporações no mercado internacional.

É nesse contexto que a expansão da aquicultura empresarial se torna a principal representante dessas transformações produtivas no âmbito da produção pesqueira. Se as possibilidades de aumentar a produção através da pesca extrativa³ enfrentam os limites dos estoques pesqueiros e suas possibilidades de reprodução nos ecossistemas dos quais fazem parte, a aquicultura é colocada por instituições nacionais e supranacionais e pelo setor empresarial como única forma de produção que permitiria ultrapassar esses limites e ampliar a produção. Com essas premissas, dava-se início a uma carreira competitiva quase obrigatória entre os estados com possibilidades de promover a aquicultura através de investimentos em pesquisa, crédito e incentivos fiscais e as corporações que buscavam as melhores condições de negócio e ampliação de mercado.

Os dados disponíveis refletem a intensidade de crescimento deste setor nas últimas décadas. As séries históricas que compreendem períodos de dez anos mostram que a produção mundial da aquicultura no ano de 1995 atingiu aproximadamente 25 milhões de toneladas, em 2005 cerca de 45 milhões de toneladas e em 2014 chegou aos 73,8 milhões de toneladas, em câmbio nesse mesmo período a produção da pesca se manteve praticamente estável, na casa dos 90 milhões de toneladas (FAO, 2016). Ou seja, em um período de vinte anos, a produção

³ É importante destacar que o termo pesca extrativa, se entendido de forma unilateral, resulta ser reducionista e homogeneizador. Por esse motivo, é preciso diferenciar entre o que Silva (2017, p. 126-127) chama de extrativismo artesanal, que caracteriza a pesca artesanal como “uma atividade extrativista, praticada em pequenas escalas de produção por pessoas, grupos e comunidades com o objetivo imediato de existência, de reprodução da vida”, que se encontra “fora dos moldes capitalistas, no que diz respeito tanto a exploração do trabalho, quanto as relações de exploração da natureza”, e na qual se têm normalmente acesso aos meios de produção e se reproduz “uma lógica de vida diferenciada – e de certa forma autônima – apesar de estarem inseridos no sistema mundial capitalista”. Por outro lado, o extrativismo do modo de produção capitalista é “um modelo de produção violento, expropriador” baseado na “sobre-exploração da natureza”. Para a autora, o maior problema da utilização do termo extrativismo vem quando este é utilizado “para apontar as comunidades de pesca artesanal como predadoras e principais responsáveis pela degradação da natureza nos ecossistemas onde praticam a atividade.” (SILVA, S., 2017, p. 128).

aquícola mundial quase se triplica enquanto a produção pesqueira mundial se manteve praticamente estável. Com a continuidade desse crescimento se prevê que a produção aquícola ultrapassará os 100 milhões de toneladas no ano de 2025, ultrapassando assim a produção pesqueira (FAO, 2016).

No Brasil a aquicultura cresceu a um ritmo bem maior do que a média mundial e ainda mais intensamente na região Nordeste. Em 1995 a produção da aquicultura no Brasil foi de 46 mil toneladas, em 2005 de 258 mil toneladas e em 2015 atingiu as 570 mil toneladas, em câmbio a produção da pesca nesse mesmo período passou apenas das 600 as 800 mil toneladas (IBGE, 2018; MMA; IBAMA, 2007, MPA, 2011; IBGE, 2018). Assim, em um período de quase vinte anos, a produção da aquicultura multiplicou-se por onze, enquanto a da pesca se manteve bastante estável. Segundo o último relatório da FAO, as estimativas apontam um crescimento da produção aquícola no Brasil de 104% até o ano de 2025 e a uma estabilidade e, inclusive, a uma possível diminuição da produção pesqueira brasileira nesse mesmo período (FAO, 2016).

Os dados sobre o Nordeste mostram que, no ano de 1995, a produção da aquicultura foi de 5.475 toneladas, em 2005, 94.329 toneladas e em 2015, 153.439 toneladas (FAO, 2016; IBAMA, 1997; MMA; IBAMA, 2007, MPA, 2011, IBGE, 2018), de forma que esta se multiplicou aproximadamente por trinta em um intervalo de vinte anos. Num período semelhante, a produção da pesca manifestou um crescimento muito menor, sendo sua produção de 187.417 toneladas em 1995, de 227.420 toneladas em 2005 e de 248.531 toneladas em 2011 (FAO, 2016; IBAMA, 1997; MMA; IBAMA, 2007; MPA, 2011).

No caso de Pernambuco, a produção da aquicultura em 1995 foi de 380,5 toneladas, a da pesca foi de 11.425 toneladas, já em 2005 a produção da aquicultura foi de 4.635 toneladas e da pesca de 21.099 toneladas. Em 2015 a produção da aquicultura atingiu 8.268 toneladas. Os últimos dados da produção da pesca obtidos em 2011 mostram que seu total caiu para 14.896 toneladas. Ou seja, em vinte anos, a produção aquícola de Pernambuco se multiplicou por vinte e dois e num período semelhante a pesca apenas cresceu (FAO, 2016; IBAMA, 1997; MMA; IBAMA, 2007, MPA, 2011).

Todos estes dados sobre o contraste da expansão da produção aquícola frente a pesca são importantes na medida em que servem de evidências quantitativas da expansão da aquicultura no Brasil, e em Pernambuco relacionada à pesca. Mas, pouco nos dizem sobre as dinâmicas estruturais, os processos sociais, as transformações produtivas, os(as) diferentes

sujeitos(as) sociais envolvidos(as) e os conflitos que acompanham essa expansão. Nesse sentido, esta tese visa dar conta dessa problemática e dos desafios teóricos e metodológicos que se apresentam para essa compreensão.

1.2 BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA O ESTUDO DA EXPANSÃO DA AQUICULTURA EMPRESARIAL E OS CONFLITOS COM AS COMUNIDADES DE PESCA ARTESANAL NO BRASIL

A opção teórico-metodológica adotada nesta pesquisa é a reconstrução sociohistórica crítica. A proposta deste estudo é analisar a expansão da aquicultura como um processo, como uma dinâmica estrutural sujeita a forças políticas e sociais e a conflitos. Para entender essas questões, esta pesquisa inscreve a expansão da aquicultura intensiva em comunidades de pesca artesanal numa perspectiva teórica que concebe os processos históricos como estruturados materialmente, e o processo da formação das classes como um processo histórico relacional moldado pela lógica das determinações materiais, em um contexto social complexo, pois, ao mesmo tempo, considera que essas determinações objetivas não se impõem num vácuo social, senão num contexto formado por sujeitos(as) sociais, que experienciam suas relações de classe como sujeitos(as) históricos(as) ativos(as) e com capacidade de reflexão, pois como bem aponta Wood (1983, p. 95):

Las formaciones de clase y el descubrimiento de la conciencia de clase surgen del proceso de la lucha, a medida que la gente "experimenta" y "maneja" sus situaciones de clase. En este sentido es que la lucha de clases precede a las clases. Decir que la explotación es "experimentada en forma de clase y sólo luego da origen a las formaciones de clase" es decir precisamente que las condiciones de explotación, las relaciones de producción, están objetivamente allí para ser experimentadas. No obstante, las determinaciones objetivas no se superponen a un material desnudo y en blanco sino a seres históricos activos y conscientes. (WOOD, 1983, p. 95)

A reconstrução da trama envolvida na implantação desses projetos, guiada teoricamente, permite incorporar os conflitos, as contradições e as ambivalências entre a lógica socioeconômica mercantilista da globalização e as relações desta com sujeitos(as) sociais que são seres históricos ativos. Os valiosos exemplos das resistências e conflitos das pescadoras e pescadores frente a implantação da aquicultura empresarial justificam a

importância da opção teórico-metodológica adotada e defendida nesta pesquisa. Ou seja, os conflitos entre a expansão de uma lógica socioeconômica capitalista mercantilizadora e uma “economia moral” que se expressa como resistência ante a mercantilização daquilo que é considerado moralmente não mercantilizável, como são as águas, a terra e o trabalho e diante a ameaça ao sustento material das comunidades. Essa economia moral se sustenta numa consciência popular acerca da legitimidade social ou não de processos econômicos, o que implica uma regulação social dos processos econômicos, uma “incrustação” do econômico no social (POLANYI, 2012, p. 82). Assim, em face dos processos de mercantilização, a consciência popular pode oferecer resistências ativas, assim como tratar de estabelecer normas e limites sobre aquilo que não é considerado uma mercadoria qualquer, por considerar que esses processos de mercantilização representam uma ameaça ao sustento da comunidade. (THOMPSON, 1971, 1984, 1998; SCOTT, 1976, 1985).

A perspectiva de uma teoria social crítica possibilita não se centrar exclusivamente na “lógica do sistema capitalista”, mas também na “lógica da ação social” (FRASER, 2012) e da gramática das lutas ou “gramática moral” (HONNETH, 2011) dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as), tratando assim de superar tanto o economicismo e sua visão unidimensional da economia, quanto o funcionalismo que não vincula estrutura e agência. Raymond Williams (1979) define as “estruturas de sentimento” expressadas nas “gramáticas de luta” como uma experiência de vida sociocultural de uma determinada época ou período histórico. Isto é, enquanto um sentimento social, vivido e sentido, podendo ser identificado em diversos âmbitos: social, político, artístico, religioso ou econômico. Segundo Williams (1979, p. 13): “a ideia de uma estrutura de sentimentos pode ser especificamente relacionada à evidência de formas e convenções, figuras semânticas”. Deste modo, pode-se pensar que “metodologicamente a estrutura de sentimento é uma hipótese cultural, derivada na prática de tentativas de compreender esses elementos e suas ligações numa geração ou período” (WILLIAMS, 1979, p. 135).

A ideia é compreender como se relacionam as principais forças sociais implicadas na implantação de projetos de aquicultura empresarial em comunidades de pesca artesanal, ou seja, a relação entre as dinâmicas sociais estruturais e os agentes sociais que possibilitam ou dificultam a implantação destes projetos. Para isso, foram analisados os principais pressupostos ideológicos dos(as) sujeitos(as) sociais envolvidos(as) em suas relações e mediações sociais. Com isso, também pretendeu-se discutir criticamente as abordagens desta

problemática que possam contribuir para naturalizar as desigualdades nas políticas setoriais voltadas à pesca e aquicultura e a perpetuar sua reprodução.

Uma das explicações mais recorrentes da expansão da aquicultura empresarial se sustenta nos princípios da economia clássica ortodoxa e na lei da oferta e da demanda. A ideia é que, devido à contração da oferta de pescados da pesca extrativa e à crescente demanda de pescado, a aquicultura seria a única capaz de suprir essa demanda, o que explicaria sua expansão (BEZERRA, 2014; CAVALLI; HAMILTON, 2009; CAVALLI; HAMILTON; DOMINGUES, et al, 2011; SANTOS; MATTOS, 2009). Esta explicação é um lugar-comum para muitos(as), entre eles(as): empresários(as) do setor aquícola e da indústria de rações, membros da bancada ruralista do congresso nacional, instituições promotoras da aquicultura intensiva, técnicos(as) de instituições de desenvolvimento e extensão da pesca e da aquicultura, e do âmbito acadêmico. A principal limitação desta explicação é que faz uma análise economicista unidimensional em que a oferta e a demanda do mercado internacional de pescados e frutos do mar aparecem como fatores explicativos da expansão da aquicultura e não como consequências do processo de acumulação capitalista, ou seja, não problematiza como a oferta e a demanda são criadas no próprio processo de acumulação. Além disso, deixa de lado a importância de avaliar questões como a poluição, o desmatamento dos manguezais, o aproveitamento de resíduos e a redução de descartes e como estas questões afetam a produção pesqueira e aquícola.

A maioria das explicações não críticas, sejam estas mais ou menos sofisticadas, continuam sendo âncoras das teorias da modernização que promoveram a modernização da agricultura através da Revolução Verde⁴ e que agora veem na expansão da aquicultura empresarial uma extensão desse tipo de modernização do setor pesqueiro. Assim, seguindo esses entendimentos, a expansão da aquicultura intensiva e empresarial é tomada como a chave para o necessário e saudável aumento da produção de peixe no mundo.

Também há explicações mais críticas que relacionam a expansão da aquicultura intensiva com o processo de acumulação capitalista, evidenciando a enorme influência do

⁴ A Revolução Verde foi legitimada e promovida institucionalmente como uma forma de erradicar a pobreza e a fome no mundo através de um processo de modernização da agricultura em que se melhora a produtividade agrícola. Este processo de modernização consistiu na substituição da produção agrícola tradicional por uma agricultura baseada na monocultura e no uso intensivo de insumos como agrotóxicos, produtos fitossanitários, água, sementes geneticamente modificadas, fertilizantes químicos, e sistemas de produção mecanizados e industriais, conhecidos no seu conjunto como “pacotes tecnológicos”. Embora isto tenha aumentado a quantidade de alimentos produzidos, não implicou uma melhora na qualidade desses alimentos, nem no acesso a eles, além de causar impactos desastrosos para o meio ambiente e para a saúde (EHLERS, 1999).

mercado internacional de alimentos e das grandes corporações na promoção de empreendimentos de aquicultura empresarial voltadas ao mercado de *commodities* (ISLAM, 2014; ÖSTERBLUM, et al., 2015; WEBER, 2013). Sem dúvida, ao propor uma análise macro dos fatores econômicos e geopolíticos e da influência do mercado internacional de pescado e suas concretizações no Brasil, esta explicação é importante e rica heurísticamente falando. Porém, se tomada de forma unidimensional e mecânica, resulta insuficiente, já que explica as forças econômicas e sociais estruturais que possibilitam a expansão da aquicultura, mas não abordam as dificuldades, empecilhos, e resistências encontradas.

Olhando para o histórico da expansão da aquicultura no Brasil, nas últimas décadas, há numerosas evidências dos conflitos entre a expansão da aquicultura artesanal e as resistências a esta expansão, especialmente advindas dos próprios pescadores e pescadoras e seus movimentos sociais coletivos (ALLIER, 2007; CARDOSO, 2001, 2011, 2016; CALLOU, 2009, 2013a; DIEGUES, 2001; RAMALHO, 2012, 2015; SCHAEFFER, 2016; SILVA, S., 2012, 2017; SOLÁ; MONTENEGRO, 2014). Na prática, a expansão da aquicultura empresarial e a promoção da aquicultura como alternativa à pesca têm se dado de forma ambivalente e conflitiva. Há tanto um conflito aberto e uma manifesta rejeição à aquicultura por parte de pescadoras e pescadores e suas organizações coletivas, quanto uma cooptação e promoção por parte de instituições setoriais que procuram a adesão dos(as) pescadores(as) a partir de projetos de aquicultura empresarial, e também há alguns pescadores(as) que praticam a aquicultura de forma artesanal.

As relações entre as dinâmicas estruturais que promovem transformações produtivas, processos de “desenvolvimento” via “modernização”, “inovação tecnológica”, os(as) sujeitos(as) envolvidos(as) nesses e os conflitos decorrentes desses processos têm sido objetos de análise de diferentes áreas da sociologia, como, por exemplo, a sociologia rural, a sociologia da globalização e a sociologia do desenvolvimento, assim como da antropologia e da geografia. A maior parte dessa produção acadêmica trata sobre os processos de modernização capitalista da agricultura e suas contradições.

Concretamente, a sociologia rural tem dedicado a maioria das suas análises ao estudo das denominadas sociedades agrárias, o “mundo rural” ou as “comunidades rurais no mundo globalizado” (CAVALCANTI, 1997, 2004; WANDERLEY, 2000, 2009). Estes estudos problematizam as transformações do mundo rural nas sociedades modernas avançadas advindas de processos sociais globais como a industrialização, a urbanização e a

modernização da agricultura, evidenciando que tais transformações não significaram uma “uniformização” da sociedade que eliminasse as particularidades dos espaços rurais. Desde esta perspectiva, a modernização não anula, senão redefine, a relação campo/cidade e também não elimina os laços sociais e simbólicos entre as sociedades camponesas e o chamado “agricultor moderno” (WANDERLEY, 2000).

Embora a tradição dos estudos rurais não tenha tido como foco as comunidades de pesca artesanal, sua produção acadêmica resulta valiosa para a pesquisa na medida em que problematiza processos estruturais, como a globalização e a modernização da agricultura, utilizando conceitos como autonomia relativa, subordinação e ressignificação criativa para entender a relação entre as dinâmicas estruturais e os agentes individuais e coletivos. Isto nos permite entender a expansão da aquicultura não como um processo estrutural que se impõe mecanicamente, senão como um processo estrutural aberto à intervenção da agência humana, sujeito a conflitos, resistências e ressignificações.

A maioria desses estudos têm se centrado na relação desses processos com as sociedades camponesas e, de forma muito menos frequente, com as comunidades pesqueiras. Contudo, também existe uma significativa quantidade de trabalhos sobre pesca feitas desde a sociologia, embora a antropologia se empenha mais frequentemente nisso. Para Diegues (1999), a quantidade de trabalhos produzidos por sociólogos e antropólogos, desde os anos 1970, que estudaram temas relacionados com as comunidades pesqueiras permitem falar de uma área de conhecimento específica denominada pelo autor de socioantropologia marítima. A novidade desta abordagem é que manteve um diálogo com os estudos rurais e revisou criticamente as limitações da aplicação direta de categorias próprias do estudo das sociedades camponesas para a análise das sociedades de pescadores(as). Tais trabalhos ressaltam como as especificidades das comunidades pesqueiras decorrem da particular relação dos pescadores e pescadoras com o lugar no qual fazem seu trabalho – o mar – estando muito presente a ideia de maritimidade. Este autor define o conceito de maritimidade entendido como o conjunto de práticas, sociais, econômicas e simbólicas produto da “interação humana com um espaço particular e diferenciado do continental; o espaço marítimo”, ressaltando que “não é um conceito ligado diretamente ao mundo oceânico enquanto entidade física” que “é uma produção social e simbólica” (DIEGUES, 1999, 2003).

A maior parte desses estudos privilegia análises centradas no trabalho de produção e nos elementos socioculturais em torno da pesca, que caracterizam a cultura marítima e a

própria maritimidade como uma cultura estreitamente ligadas às figuras do caiçara e do jangadeiro, como figuras-chave dessa cultura marítima. Também existem vários estudos importantes acerca das consequências da expansão das relações capitalistas nas comunidades pesqueiras e, principalmente, da expansão da pesca industrial no Brasil, e que estes abordam os processos de expropriação das comunidades pesqueiras de seus meios de vida e das suas consequências sobre reprodução social da pesca (TEIXEIRA, 1993; PENNER, 1984; MELLO, 1985). Contudo, as análises sobre os processos de modernização capitalistas da pesca através da aquicultura intensiva e, de forma geral, as análises da relação entre a expansão da aquicultura intensiva e pesca artesanal, também não têm sido muito frequentes, mesmo dentro da tradição socioantropológica a que se refere Diegues (1999).

Mesmo não sendo numerosas, existem diferentes pesquisas que abordam especificamente este tema e que nos oferecem variados caminhos teórico-metodológicos para abordar nossa questão de pesquisa. Um dos enfoques mais comuns se centra no conceito de desenvolvimento endógeno partindo de uma crítica ao desenvolvimento territorial, que considera o entrelaçado institucional local como resultado da interação complexa e conflitiva entre racionalidades econômicas fundadas em lógicas culturais diversas identificando os componentes endógenos que potencializam e favorecem a capacidade dos(as) atores(atrizes) locais de estruturar e reestruturar reflexivamente as relações do território com as dinâmicas globais (SAAVEDRA; VÁZQUEZ, 2012).

A partir de estudos etnográficos, estas abordagens problematizam tanto as respostas das economias locais tradicionais de pesca artesanal em diferentes países como o Chile, onde a indústria do salmão avança, o Equador, o Brasil e a Índia onde a indústria da carcinicultura (cultivo de camarão) ocupa grandes áreas de manguezais, quanto as estratégias inovadoras de aquicultores artesanais, no marco da transnacionalização e da modernização dos seus sistemas tradicionais (ALLIER, 2007; ISLAM, 2014; SAAVEDRA, 2011; WEBER, 2013).

Esses estudos têm ido além da análise das reações das comunidades locais frente ao exógeno, propondo a necessidade de identificar as fontes de dinamismo econômico territorial que não se explicam por causas estruturais exógenas, senão pelas capacidades subjetivas e intersubjetivas de caráter endógeno. Dessa forma, problematizam a dicotomia convencional que opõe modernização e tradição (em particular, como um empecilho ao desenvolvimento econômico), e propõem que é possível conceber que a vida econômica construída em certa medida desde a tradição, bem como tem um potencial dinâmico e inovador que permite um

aprofundamento socioantropológico no enfoque do desenvolvimento endógeno (SAAVEDRA; VÁZQUEZ, 2012).

Em outra linha ainda mais crítica com o conceito de desenvolvimento, Solá e Montenegro (2014), a partir do estudo etnográfico e com ajuda de um referencial teórico advindo do pós-desenvolvimento, problematizam a relação conflitiva entre os pescadores e as pescadoras com a política de modernização da pesca e da aquicultura, que incentiva a pesca industrial, a incorporação de equipamentos modernos e estabelece áreas aquícolas “e que essa política “responde a interesses externos, exclui os pescadores artesanais, nega os seus modos tradicionais de reproduzir a vida, expropriando-os dos territórios que tradicionalmente ocupam e mercantilizando sua vida”. Em resposta, os pescadores “criam resistências organizando-se como movimento social, reivindicando assim, seus territórios de vida” (SOLÁ; MONTENEGRO, 2014).

Uma das principais análises sociológicas do processo de modernização da pesca no Brasil foi feita por Valêncio (2007), que analisa como as políticas públicas para pesca buscam “transformar o valor tradicional da pesca artesanal em um valor superável pela modernidade” fomentando “novos significados, relações e tecnologias para o setor pesqueiro através de um modelo de modernização da pesca que não considera o saber e o fazer tradicional”. A partir do conceito de “Modernidade Tardia” e da análise dos discursos oficiais da SEAP identifica como “modernidade e tradicionalidade” são categorias fundamentais para entender a subordinação e a supressão dos meios e modos de vida da pesca artesanal, concluindo que a enorme distância entre o discurso e as ações práticas das políticas voltadas à pesca supõe um projeto de modernização da pesca que visa “superar o valor da tradicionalidade da pesca artesanal” (VALÊNCIO, 2007).

Outra importante contribuição desde a sociologia ao estudo da modernização da pesca, concretamente da ideologia da aquicultura empresarial como uma das faces da Revolução Azul, que se intensificou a partir dos anos 1990 é a de Ramalho (2015). Neste trabalho o autor analisa o processo de expansão da aquicultura através de “grandes investimentos privados; financiamentos governamentais; liberações facilitadas de licenciamentos ambientais pelas agências estaduais de meio ambiente; nova divisão social do trabalho nacional e internacional” assim como alianças com setores públicos como universidades e órgãos de pesquisa e “mudanças técnico tecnológicas na produção”. Além disso, o autor discute como essa ideologia, “elaborou uma visão do mundo” permeada por “preconceitos de classe” para

legitimar sua expansão territorial e subordinar e “desqualificar” as comunidades de pesca artesanais (RAMALHO, 2015, p. 522).

Por outro lado, embora existam contribuições acadêmicas que, mesmo não sendo voltadas especificamente a esse tema, são heurísticamente valiosas para esta pesquisa, pois problematizam as especificidades do modelo de desenvolvimento econômico que acompanhou a modernização da pesca, principalmente a partir da SEAP, e problematizam as especificidades do Brasil no contexto neoliberal global, focando nas rupturas e continuidades desse modelo, pela mediação do modelo neodesenvolvimentista. No sentido da continuidade, o neodesenvolvimentismo tem como premissas o crescimento ilimitado como via única do bem-estar, o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, o foco no mercado internacional e uma concepção de complementariedade entre o Estado e o mercado. O que no caso do Brasil significou uma “retomada da proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (BOITO, 2012), como também apontam Bonanno e Cavalcanti (2019, p. 9,17,18) ao problematizar o tipo de capitalismo de estado que foi implementado no Brasil entre os anos 2003 e 2006.

Nesse sentido, o neodesenvolvimentismo significaria uma versão do liberalismo econômico que, através de um compromisso liberal-mercantilista, segue um compromisso com as diretrizes estratégicas do modelo liberal periférico e uma atuação ativa do Estado com foco na função estabilizadora. Já o principal elemento de ruptura com o neoliberalismo é a incorporação de um elemento redistributivo, ainda que restrito (SANTOS; MILANEZ, 2013, 2014). As especificidades desse modelo se manifestam, discursivamente, nos projetos de promoção da aquicultura e na afirmação da aquicultura como único meio capaz de garantir esse crescimento econômico ilimitado que assegure o bem-estar e seu foco nas potencialidades da aquicultura brasileira no mercado internacional e na balança exportadora.

Essas bases teóricas oferecem recursos teórico-metodológicos que possibilitam fazer uma reconstrução histórica crítica capaz de explicar tanto o sucesso da expansão da aquicultura empresarial, quanto os empecilhos e resistências à esta no Brasil e especificamente no estado de Pernambuco. A ideia de “trama” como forma de reconstrução sociohistórica qualitativa proposta por Veyne (1971, p. 34), permite elaborar uma reconstrução da expansão da aquicultura e as resistências que esta tem gerado, fazendo inteligíveis fenômenos sociais descontínuos, mas prolongados no tempo. Esta ideia consiste numa reconstrução, não necessariamente em ordem cronológica, mas que permita dar certa

inteligibilidade da organização mais ou menos objetiva de cada um desses fenômenos assim como das relações entre eles.

Como bem mostra Fraser (2004, p.141-142), as abordagens históricas e os estudos históricos dos clássicos já identificaram as vantagens e a necessidade dos métodos qualitativos nas ciências sociais, por tratarem com fenômenos sociais nos quais a intencionalidade da agência humana e dos processos de subjetivação, supõem uma importante carga ideográfica.

O ponto de vista da abordagem qualitativa e compreensiva, no entanto, é o de que os modelos científicos das duas ciências são diferenciados, dada a natureza distinta de seus objetos. A ação humana é intencional e reflexiva, cujo significado é apreendido a partir das razões e motivos dos atores sociais inseridos no contexto da ocorrência do fenômeno, o que não acontece com os objetos físicos, foco de análise das ciências naturais. Conhecer as razões e os motivos que dão sentido às aspirações, às crenças, aos valores e às atitudes dos homens em suas interações sociais é o mais importante para as ciências sociais. (FRASER, 2004, p. 141-142)

As análises qualitativas são indispensáveis em todos os estudos feitos desde as ciências sociais, na medida em que há uma continuidade gnoseológica entre a ciência social e os raciocínios cotidianos dos(as) agentes sociais. Consideramos que os(as) sujeitos(as) estudados(as) podem refletir acerca dos seus compromissos, preferências, estratégias e atribuir conteúdos subjetivos renovados em suas práticas sociais, de forma que não há uma divisão estrita entre racionalidade instrumental ou normativa, senão que estes formam parte de um contínuo gnoseológico. Assim, nas ciências sociais são especialmente interessantes os modos como os(as) sujeitos(as) lidam e administram intencionalmente uma realidade que desconhecemos em grande medida, através de processos que vão da plena consciência ao esquecimento ou inconsciência total (RENDUELES, 2005, p. 183).

A análise qualitativa a partir da reconstrução sociohistórica crítica nos permite também incorporar outro elemento de análise relevante para explicar a expansão da aquicultura empresarial que é a ideia de modernização da pesca e sua relação com o imaginário colonial. Ou seja, a análise da imagem social e dos preconceitos que carrega a ideia de modernização da pesca e sua reprodução sociohistórica ao longo do processo de formação da sociedade de classes no Brasil assim como suas implicações atuais. A dimensão simbólica não substitui a explicação materialista nem a econômica, estas se complementam entre elas fazendo parte de um todo analítico, que pretende dar conta do entrelaçado social e dos seus aspectos simbólicos,

materiais e econômicos que são indissociáveis e que apenas podem ser separados de forma analítica.

Por isso, uma análise materialista da sociedade, da história e dos processos sociais requer uma análise das ideias e dos preconceitos, pois estes condensam a materialidade dos processos sociais; não há uma relação unidirecional entre a infraestrutura econômica, entre o material, e a superestrutura ideológica, o simbólico, senão que essa relação é bidirecional. Mas o que pensamos, o mundo das ideias, o simbólico está diretamente relacionado com nossa materialidade e com nosso mundo material, e, inclusive, contribui para a criação de efeitos materiais concretos. O colonialismo, por exemplo, não foi apenas uma realidade econômica material, senão que teve como sustento e como elemento legitimador todo um ideário, uma subjetividade, que consolidou um imaginário colonial pelo qual a expropriação dos meios materiais de sustento das sociedades colonizadas era interpretada como um processo civilizatório positivo, e a escravidão como uma fonte de criação de riqueza legitimada numa naturalização da existência de raças ditas superiores e inferiores.

O que interessa aqui é analisar como, a partir do ideário colonial, constrói-se uma ideia de modernização da pesca, que contribui com a legitimação da aquicultura intensiva como representante do caminho para a modernidade do progresso econômico e como alternativa aos problemas da pesca. Essa ideia de modernização da pesca a entende como sinônimo de atraso e pobreza, como uma espécie de anacronismo fadado a desaparecer e ser substituído pelo patamar civilizatório superior que representa a aquicultura intensiva. Nesse imaginário, a aquicultura intensiva é apresentada como uma evolução civilizatória necessária e desejável. O sucesso desta supõe a passagem das sociedades de caçadores recolectores ou sociedades primitivas – nas quais se encontram os(as) pescadores(as) – às sociedades civilizadas; em suma, um salto civilizatório que significa passar de caçar no mar e nas águas continentais, a plantar no mar e nas águas continentais.

1.3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Esta tese foi construída a partir dos principais resultados das questões problematizadas em Fernández (2015) e do aprofundamento nas publicações, documentos oficiais, relatórios e

planos governamentais das instituições envolvidas na promoção da aquicultura que já tinham sido utilizados na dissertação de mestrado, assim como os que foram incorporados apenas na atual pesquisa. Para a reconstrução sociohistórica qualitativa foram usados materiais documentais e trabalhos acadêmicos acerca da pesca nos períodos colonial, imperial e republicano, com o objetivo de discutir a origem e as transformações da ideia de modernização da pesca até chegar na SUDENE. Para isso, é feita uma reconstrução sociohistórica dessas ideias, a partir de trabalhos que analisam o processo de formação da sociedade de classes brasileira, análises de documentos históricos, relatos de viajantes e de missionários do período colonial, e também bibliografias acerca da gênese das ações políticas, de controle ou regulação da pesca durante esse período e depois da declaração da independência. Também utilizo fontes documentais e bibliográficas sobre a Marinha militar e a missão do cruzador José Bonifácio, encarregada de fundar as colônias de pescadores no Brasil no início do século XX.

Depois, foram analisados os principais planos e projetos institucionais de promoção da aquicultura das instituições criadas depois da SUDENE, a saber: a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, a Subsecretária Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e da Superintendência de Pesca e Aquicultura de Pernambuco – SFPA. Também foram utilizados documentos, planos e projetos elaborados por outras instituições que não são do setor pesqueiro e aquícola, mas que estão envolvidas na promoção da pesca e da aquicultura: o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDS, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Instituto Agrônomo de Pernambuco – IPA e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA. Outra parte da análise de documentos institucionais vem dos relatórios e recomendações de instituições supranacionais como são a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação – FAO, do Banco Mundial – BM e a Comissão Econômica para América Latina – CEPAL, principalmente os relatórios sobre o estado mundial da pesca e da aquicultura, SOFIA da FAO, o documento “Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas 2017-2018”, o informe sobre as “parcerias para o desenvolvimento e o apoio do BNDES para a Região Sul” 2008-2013, o informe setorial sobre a Pesca marítima, informe setorial de 1966, a Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, os planos safra da pesca e da aquicultura 2012/13/14, e os planos de desenvolvimento

da aquicultura brasileira, 2015/2020. (BNDES, 1996, 2008; BRASIL, 2008, 2015; FAO, 2016, 2018; CEPAL, 2017).

Foram selecionados como foco da pesquisa dois casos significativos da expansão da aquicultura empresarial, que são o projeto “Beijupirá” e o projeto “Cação de Escama”, estes foram implementados entre os anos 2008 e 2011. Os dados que utilizo provêm de trabalhos de campo, de artigos acadêmicos (BEZERRA, 2014; CAVALLI; HAMILTON, 2009; SANTOS; MATTOS, 2009), de vídeos da sua inauguração e de entrevistas realizadas durante o trabalho de campo⁵ com alguns dos envolvidos nos dois empreendimentos, concretamente, um engenheiro da pesca, que foi gerente de ambos, e um dos técnicos e representante da SEAAP-PR durante a implantação destes e que participou ativamente nas duas ocasiões.

As principais fontes empíricas, a partir das quais analisamos a economia moral da pesca (e a experiência destes) como resistência à lógica da aquicultura empresarial, foram as 22 entrevistas realizadas com pescadores e pescadoras. Delas, 11 foram aplicadas entre os anos 2015 e 2016, durante a anterior pesquisa de mestrado, a pescadores e pescadoras que tinham tido a experiência de ver como projetos de aquicultura empresarial se instalavam nas suas comunidades. Destas 11 entrevistas, 07 foram feitas com pescadores e pescadoras do litoral norte pernambucano e 04 foram desenvolvidas com pescadores e pescadoras dos reservatórios do sertão do São Francisco-PE. As outras 11 entrevistas foram elaboradas entre os anos de 2017 e 2018 com pescadoras e pescadores que fizeram parte do público-alvo dos projetos Beijupirá e Cação de escama. No caso do projeto Beijupirá entrevistei 04 pescadores, os quais foram apenas contratados como mão de obra para realizar diferentes trabalhos no empreendimento. Já no projeto Cação de Escama, foram entrevistados 07 pescadores das colônias Z-1 (Pina, Recife), Z-25 (Piedade, Jaboatão dos Guararapes) e da Associação de Pescadores Artesanais de Barra de Jangada (Jaboatão dos Guararapes).

O objetivo das entrevistas era conhecer melhor como tinha sido efetivamente a participação e o trabalho deles(as) nos projetos e como eles(as) os tinham interpretado a partir das suas experiências. Os nomes dos(as) pescadores(as) entrevistados(as) são fictícios, e as comunidades as quais pertencem não são reveladas, para guardar, na medida do possível, sua privacidade, pois eles(as) não são servidores(as) públicos(as) que tinham cargos de responsabilidade em instituições e projetos públicos e, portanto, sujeitos(as) a leis de

⁵ Não foi possível entrevistar o dono da empresa que realizou o projeto porque, quando contatado, rejeitou a entrevista alegando que a empresa não estava falando mais sobre o projeto.

transparência, nem foram responsáveis pela implantação dos projetos. Além das entrevistas, são utilizadas, também, como material empírico; notícias e matérias de jornais e documentos produzidos pelos movimentos coletivos de pescadores artesanais, que tratam sobre os conflitos da pesca com a aquicultura empresarial.

Nas atividades de campo foram realizadas observação direta e entrevistas semiestruturadas, que foram registradas no diário de campo. O trabalho de campo consistiu nas seguintes atividades:

- Participação no 1º Seminário de Piscicultura em Águas da União do no Sertão de Pernambuco, realizado em Petrolândia-PE em dezembro de 2014;
- Participação no V Seminário Pesca Artesanal e Sustentabilidade Socioambiental Educação e Governança, promovido pela fundação Joaquim Nabuco de 14 a 16 de outubro do ano de 2015;
- Participação na reunião do CPP, para discutir a proposta de intervência para aprofundamento do conhecimento dos extensionistas que aconteceu no dia 30 de outubro de 2015;
- Participação na intervência em Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER Pesca e Aquicultura, no ano de 2015, que consistiu numa semana de atividades promovida entre o Instituto de Pesquisa Agropecuária – IPA, o Conselho Pastoral da Pesca – CPP e a fundação Joaquim Nabuco, com o objetivo de avaliar a relação entre os extensionistas e as comunidades pesqueiras;
- Participação na oficina de construção do plano de Assistência Técnica e Extensão Pesqueira promovido pelo CPP e o IPA em julho de 2016.

As principais atividades foram realizadas nos seguintes lugares: Unidades de beneficiamento de pescado construídas no início dos anos 2000, nas comunidades de Tejucupapo e Atapuz no município de Goiana, e também, visitei a antiga Base de Aquicultura que a UFPE mantinha em Itamaracá.

Na comunidade Bálamo das Feiras no Assentamento Miguel Arraes, onde conheci experiências de Piscicultura, em tanque rede. Em Tamandaré onde participei de uma reunião com um grupo de mulheres pescadoras que estão desenvolvendo projeto de beneficiamento de pescado na Colônia Z-05. Na Colônia dos Pescadores Z-09 de São José da Coroa Grande, na Comunidade de Barra de Sirinhaém, onde visitamos os locais de filetagem/beneficiamento do camarão.

Entrevistas realizadas com os promotores dos projetos Beijupirá e Cação Escama, técnicos(as) da Superintendência de Pesca e Aquicultura de Pernambuco e extensionistas, com os(as) quais tivemos acesso, foram estruturadas para identificar alguns dos principais elementos da relação pesca/aquicultura e das ideias de modernização e desenvolvimento dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as) no projeto Beijupirá.

Como já foi explicado, o processo de reconstrução é relevante na hora de analisar processos históricos e os(as) agentes sociais envolvidos neles. Essa reconstrução pode ser entendida como uma “trama” de elementos interconectados. A reconstrução mediante a “trama” possibilita trabalhar o material histórico, tanto de forma diacrônica, quanto sincrônica. Na trama é interessante ver como os relatos se inscrevem na história, num tempo concreto e num determinado sistema social, sem perder de vista o valor simbólico, o sentido e o significado concreto de cada relato. Sobre isto, Varela (2008, p.190-191) nos adverte:

[...] la necesidad de tener en cuenta las condiciones sócio-históricas de producción de los relatos, tomar en consideración el peso que ejercen las estructuras sociales em las biografías, sin que ello suponga anular la especificidad de cada relato individual, ni subsumir por completo la subjetividad de los sujetos em el magma de lo colectivo, aunque el acento em uno u outro depende em buena medida de la finalidad del trabajo [...], los materiales biograficos, cuando se refieren a un colectivo social, a un grupo humano, facilitan la realización de un análisis matizado al situarse entre una atomización individualista, y una macrosociología que generaliza demasiado. Pero conviene añadir que uno no puede limitarse al grupo, ya que este está ligado a sistemas sociales mas amplios que le confieren determinadas peculiaridades sociológicas.

É importante considerar seriamente que a realização de entrevistas implica uma aproximação com os mundos sociais dos(as) sujeitos(as) e coletivos sociais estudados. Portanto, é muito importante um esforço compreensivo para não ser totalmente alheio ao mundo dos(as) sujeitos(as) que fazem parte fundamental da pesquisa. Fraser (2004) destaca a importância da entrevista da seguinte forma:

A entrevista na pesquisa qualitativa, ao privilegiar a fala dos atores sociais, permite atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. Em outras palavras, a forma específica de conversação que se estabelece em uma entrevista para fins de pesquisa favorece o acesso direto ou indireto às opiniões, às crenças, aos valores e aos significados que as pessoas atribuem a si, aos outros e ao mundo circundante. Deste modo, a entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o entrevistador e em um processo de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador e participante. Ao contrário,

quando o foco de investigação é o comportamento humano, ou seja, a forma como as pessoas agem no cotidiano e não somente falam sobre ele, existem outras técnicas, tais como a observação participante e a observação sistemática que permitem melhor atender a estes objetivos. (FRASER, 2004, p. 140)

As entrevistas são muito frequentes como complemento indispensável das fontes escritas, especialmente, nos casos em que ou não existem fontes escritas, ou essas evidenciam importantes preconceitos. Por isso, identificar e reconhecer as relações de poder é importante para tratar de minimizá-las na medida do possível. Uma forte distância social pode repercutir negativamente nos resultados das entrevistas. Mostrar-se completamente alheio ao mundo em que os(as) entrevistados(as) vivem também é um grande erro, frente a um entrevistador que conheça relativamente esse mundo ou que esteja familiarizado com ele e reduza as assimetrias. Estas são limitações que todo(a) pesquisador(a) enfrenta com maior ou menor intensidade, é claro que não se pode fugir completamente delas, mais conhecê-las, reconhecê-las e tratar de lidar com elas na prática supõe um primeiro passo necessário. Ter o cuidado de ter sempre presentes as dimensões em torno das quais se articula a pesquisa resulta um desafio muito interessante, porque, além de proporcionar segurança, permite manter uma atitude de prudência e de escuta atenta dos(as) entrevistados(as).

1.4 RELEVÂNCIA E ORIGINALIDADE DA PESQUISA

A relevância e originalidade da pesquisa se justificam por vários motivos. Por um lado, os estudos sobre a pesca artesanal e os conflitos com a expansão da aquicultura são ainda poucos. Portanto, é tarefa urgente analisar e problematizar o processo de expansão da aquicultura e seus conflitos. O enfoque utilizado nesta pesquisa é de certa maneira original, pois não existem muitos estudos que expliquem a expansão da aquicultura relacionando-a com a expansão da globalização neoliberal e com os conflitos e processos de subjetivação que esta gera e, menos ainda, que se dediquem a estudar os casos do Brasil e de Pernambuco considerando as especificidades do “neodesenvolvimentismo” na discussão e da importância da construção da imagem colonial associada à ideia de modernização da pesca.

Com isso, pretende-se dialogar com os estudos relacionados com o tema, contribuir com eles e complementá-los a partir dos pontos mais problemáticos neles ou que não respondem satisfatoriamente às questões problematizadas na pesquisa. O objetivo é colaborar com o fortalecimento desses estudos. Outros motivos vêm dos resultados e avanços da pesquisa e da constatação de que a expansão da aquicultura e os conflitos com a pesca artesanal são fenômenos recorrentes em muitos estados do Brasil e em muitos outros países vizinhos como Chile, Equador, Peru e Bolívia, principalmente, e também em diversos países de outros continentes (África, Ásia e Europa). A leitura e o diálogo com a produção sobre processos semelhantes nesses países são especialmente valiosas para esta pesquisa. O avanço da aquicultura intensiva em comunidades de pesca artesanal vem se concretizando no litoral pernambucano principalmente por meio de da carcinicultura (cultivo de camarões em cativeiro) praticada nos manguezais e estuários, mas também através de outras formas de aquicultura marinha, como é a aquicultura marinha *off shore* ou aquicultura em mar aberto, como é o caso dos projetos Beijupirá, e Cação Escama. No interior do estado, a expansão aquícola é feita majoritariamente com a produção de tilápia em tanques-rede tendo como principal expoente o chamado Polo Aquícola de Pernambuco localizado nos reservatórios de águas, de Itaparica e Moxotó, no sertão do São Francisco.

Frente a esse avanço, é urgente e necessário problematizar em que medida esta expansão, que diz atender ao interesse coletivo, responde realmente a essas demandas e se promove ou não elementos que contribuem com a reprodução das desigualdades sociais e com a subordinação da pesca artesanal aos interesses empresariais. Nesse sentido, é necessário problematizar e analisar se esta expansão corrobora ou não com aquelas questões, as quais, no plano discursivo, dizem contribuir como são: a autonomia e melhora de qualidade de vida dos pescadores, a segurança alimentar o país, combater a pobreza e as desigualdades sociais, e propiciar uma produção e distribuição mais justa e igualitária de alimentos de qualidade.

O estudo dos projetos “Beijupirá” e “Cação escama” nos servem como exemplos empíricos para entender a articulação entre o mercado, o Estado e a sociedade na implementação de projetos de modernização produtiva que acontecem em escala global. Além disso, tratam-se de empreendimentos pioneiros na aquicultura em mar aberto no Brasil, e também foram os primeiros a receber concessão pública para uso de águas da união para fins de aquicultura oceânica, concessão que, diga-se de passagem, é mais uma espécie de

neologismo da palavra privatização, pois resulta ser uma concessão para uso privado, por períodos de 20 anos que podem ser renovados.

Esta pesquisa também é inovadora na medida em que trata de contribuir com respostas e perguntas que problematizem de forma relacional a expansão da aquicultura intensiva, que considerem tanto os elementos que explicam os seus sucessos e insucessos, superando assim explicações mecânicas próprias do funcionalismo estrutural. Penso que é uma tarefa urgente complementar a explicação da expansão da aquicultura como o resultado da reprodução econômica e da lógica da mercantilização capitalista, com uma análise que nos permita conhecer e explicar como se dá na prática a produção e reprodução social desta lógica, que permite que um empreendimento de aquicultura empresarial se concretize ou não, quais sujeitos(as) estão envolvidos(as) e quais ideias, forças e processos de subjetivação estão em jogo.

Como já mencionei, a abordagem sociohistórica e a análise qualitativa abrem caminhos de análise que permitem indagar os processos e as relações sociais envolvidas na emergência e na expansão da aquicultura, assim como problematizar essa expansão, as transformações produtivas e as lógicas socioeconômicas que as acompanham. Este enfoque permite entender que as transformações sociais que a expansão da aquicultura precisa para se concretizar são possíveis não apenas mediante o uso da violência física direta, exercida, por exemplo, nas expulsões de terras e nas “grilagens” ou “cercamentos” de terras e águas para ampliar as fronteiras agrícolas e aquícolas, mas também através da violência “simbólica”, ou seja, através da utilização de poder econômico e político para construir as bases simbólicas de uma hegemonia ideológica, capaz de legitimar essas transformações produtivas, de dar-lhes prestígio, reconhecimento, e de torná-las moralmente desejáveis e, inclusive, do interesse coletivo. É aqui onde tomam especial importância os processos de subjetivação envolvidos.

Assim, a emergência e a expansão da aquicultura não podem ser explicadas sem analisar as principais forças e sujeitos(as) sociais que as possibilitam ou as dificultam, as bases simbólicas da sua hegemonia ideológica e sua concretização institucional, assim como os conflitos e as resistências surgidos ao calor da expansão aquícola, principalmente entre as instituições promotoras da aquicultura, o setor empresarial aquícola e a pesca artesanal. Visibilizar e problematizar os pressupostos implícitos e explícitos que permeiam as ações do Estado e do mercado e sua relação com a formulação de políticas públicas é urgente, já que estes pressupostos podem contribuir tanto com a reprodução de relações de subordinação e

processos de hierarquização e subalternização que perpetuam e naturalizam as desigualdades sociais e as relações entre as classes sociais, quanto para o seu combate.

No caso das políticas voltadas à pesca, essas hierarquias se mostram mais claras à medida que a pesquisa avança. Estas existem desde a gênese das instituições vinculadas à pesca até os dias atuais, não sem modificações quantitativas e qualitativas, o que contribuiu para tornar opacos ou irrelevantes os problemas das comunidades pesqueiras, e para tornar aparentemente inócuas, inofensivas e carregadas de boas intenções todas aquelas políticas e projetos voltados ao desenvolvimento e à modernização da pesca artesanal. Essa história inclui: os processos modernizantes do início do século XX que visaram introduzir os “bons costumes” ocidentais, a “disciplina do trabalho”, como elementos de uma identidade nacional que se acompanha dos pressupostos implícitos na expansão do Brasil como Estado-nação. As ações da Marinha militar, e seu papel como fundador das colônias de pesca, serviu para instrumentalizar as comunidades de pesca e utilizá-las como “exército de reserva” (CALLOU, 2013a, 2013b, 2009; CARDOSO, 2001, 2016; RAMALHO, 2002, 2010, 2012).

Os processos de industrialização da pesca e de assalariamento dos(as) pescadores(as) promovidos pela SUDEPE, que submeteram a pesca artesanal à expansão da indústria pesqueira nacional e internacional (CARDOSO, 2001, 2016; DIEGUES, 1989; RAMALHO, 2002, 2012); à expansão da carcinicultura, que se intensificou a partir do período IBAMA, à “produção social da inexistência” (VALÊNCIO, 2007) e o “discurso escatológico do fim da pesca” (RAMALHO, 2015), que acompanhou a promoção da aquicultura como única solução possível ante a “crise da pesca” promovido durante o período do SEAP e continuado pelo MPA (VALÊNCIO, 2007, 2008; RAMALHO, 2002, 2010, 2012; CARDOSO, 2001, 2016; AZEVEDO; PIERRI, 2014).

O estudo das mudanças e permanências dos processos de expansão da globalização neoliberal, através de projetos de desenvolvimento, resultam valiosos como objeto de investigação, pois servem de marco para entender tanto as novas formas de expropriação, quanto as gramáticas das resistências a esses processos. A intenção é que esta pesquisa possa contribuir com a crítica e o questionamento de políticas públicas que permitem e promovem a manutenção das relações de dominação e a expropriação simbólica e material construídas e reproduzidas ao longo da história das ações voltadas à pesca artesanal. Esclarecer esses processos pode contribuir para fortalecer as resistências a essa expropriação e também para promover a garantia dos meios necessários para a continuidade da reprodução social das

comunidades pesqueiras e sua valorização social. Desnaturalizar o pensamento torna-se indispensável se considerarmos que batalhas simbólicas têm enormes repercussões sobre a perpetuação da estrutura de classes, de forma que se a dominação econômica opera junto com a dominação simbólica e cultural, as lutas sociais e resistências são travadas também no plano simbólico e cultural.

O modelo de desenvolvimento neoliberal, e no caso específico do Brasil, o modelo neodesenvolvimentista, compartilham uma série de elementos que conformam uma lógica econômica capitalista na qual a aquicultura empresarial é representada como sinônimo de produtividade, progresso e desenvolvimento econômico e social e a pesca como sinônimo de improdutividade, pobreza, atraso e depredação. No entanto, essas dinâmicas estruturais próprias do modelo neoliberal conformam uma lógica socioeconômica conflitante com uma economia moral da pesca, desta forma os processos de subjetivação são relevantes para entender o que nas comunidades de pesca artesanal se expressa como economia moral antagonista que tende a valorizar o trabalho pesqueiro artesanal frente à aquicultura intensiva.

Dito isto, o segundo capítulo desta tese aborda a gênese e as transformações da ideia de modernização da pesca no Brasil nas épocas colonial, imperial e republicano e como estas se relacionam com um imaginário social, colonial, escravocrata e racista sobre as pescadoras e pescadores criado e recriado ao longo desses períodos. Para isso, analisa-se sobre como essa imagem da pesca começa a ser construída a partir da chegada dos colonizadores e das primeiras caracterizações dos(as) sujeitos(as) que praticavam a pesca. E de como essa imagem foi se reproduzindo, transformando-se e cristalizando-se institucionalmente, depois no período imperial e na implantação das colônias de pescadores pela Marinha militar no início do século XX.

O terceiro capítulo trata das transformações e cristalizações institucionais da ideia de modernização da pesca e das suas principais consequências sobre a pesca e a aquicultura que aconteceram desde a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, passando pela transferência de competências ao IBAMA (que coincide com a emergência das políticas neoliberais dos anos 1990), até chegar no denominado modelo neodesenvolvimentista que acompanhou a criação da SEAP em 2003 e do MPA em 2009.

O quarto capítulo traz uma reconstrução acerca da origem dos projetos Beijupirá da Aqualider Maricultura Ltda. e do Projeto Cação de escama do DEPAQ-UFRPE, seu processo de implantação e dos(as) sujeitos(as) envolvidos(as) nela, analisando a lógica socioeconômica

que estes tipos de projetos de aquicultura promovem e suas principais bases legitimadoras. O objetivo é identificar os principais argumentos legitimadores da aquicultura intensiva empresarial, e como destes subjaz uma lógica produtivista que trata de subordinar a pesca e os(as) pescadores(as) à produção de *commodities*.

O quinto capítulo, trata sobre como a economia moral dos(as) pescadores(as) se expressa como resistência à lógica capitalista da aquicultura empresarial, por seu entendimento de que a expansão deste tipo de aquicultura significa uma ameaça aos territórios pesqueiros e, portanto, às bases materiais do seu sustento. Analisa-se assim a economia moral da pesca como a expressão do antagonismo existente entre a lógica socioeconômica da aquicultura e a lógica socioeconômica da pesca artesanal, que supõe um empecilho à expansão da lógica capitalista aquícola. Discute-se também como esses antagonismos e resistências se desdobram em duas propostas de relação com a natureza também antagônicas; uma delas consiste na aposta pelos territórios pesqueiros de uso comum como uma afirmação da possibilidade de uso democrático das águas, e a outra consiste numa aposta pelo loteamento e privatização do mar como uma afirmação da impossibilidade de uso democrático das águas.

O próximo capítulo trata das mudanças na ideia de transformação da pesca no Brasil e de como um imaginário negativo da pesca e dos(as) pescadores(as) foi sendo criado e reproduzido ao longo dos diferentes períodos de colonização.

2 GÊNESE E TRANSFORMAÇÕES DA IDEIA DE MODERNIZAÇÃO DA PESCA

Este capítulo apresenta as origens e as principais mudanças da ideia de modernização da pesca no Brasil nos períodos colonial, imperial e republicano e como esta se relaciona com a construção de uma imagem social negativa da pesca e das pescadoras e pescadores. O objetivo aqui é entender a origem e as transformações desse imaginário social, identificando os principais preconceitos que o conformam e analisar como estes foram a base sobre a qual começou a se construir uma ideia de modernização da pesca que depois se cristalizaria, institucionalmente, de forma mais clara na segunda metade do século XX, como será discutido no capítulo 3. Para isso, é feita uma reconstrução sociohistórica, uma genealogia, da relação entre a formação da sociedade brasileira e a construção de um imaginário social sobre a pesca e sua modernização, que permita ver como foi o processo de formação, e concretização institucional desse imaginário e da ideia de modernização da pesca artesanal na sociedade de classes brasileira.

As fontes que contribuíram para a formação dessas ideias e preconceitos, sua consolidação e transformação, são diversas. Há fontes jurídico-legais, historiográficas, literárias, entre outras, que permitem identificar e analisar a gênese da ideia de modernização da pesca, suas transformações e como essa ideia tem efeitos simbólicos e materiais até os dias atuais. A colonização europeia tornou-se também um processo de colonização dos imaginários que permitisse legitimar no plano ideológico e moral a exploração econômica. Para isso, foi pregada nos discursos dos missionários e viajantes europeus a superioridade técnica e racial dos colonizadores brancos e a animalidade ou infantilidade pagãs dos(as) índios(as) e negros(as) como verdades inquestionáveis. Isto serviu de argumento para justificar as humilhações e as violências cotidianas e sistemáticas sobre os povos colonizados. O imaginário colonial partia da consideração dos brancos como seres superiores e seu lugar de origem, Europa, como uma espécie de paraíso terrenal de acesso restrito a uns poucos privilegiados. A hipótese é que o ideário em torno da pesca e sua modernização têm suas origens e marcas sociais na sociedade colonial escravagista e que foi reproduzido, não sem transformações ao longo dos períodos colonial, imperial e republicano fazendo parte constitutiva no processo de formação e consolidação do estado nacional brasileiro.

2.1 O BRASIL COLÔNIA E A GÊNESE DO IMAGINÁRIO SOCIAL ESCRAVOCRATA E RACISTA SOBRE A MODERNIZAÇÃO DA PESCA E DOS(AS) PESCADORES(AS)

As primeiras representações sobre os povos que praticavam a pesca no Brasil remetem às imagens criadas sobre a pesca das populações nativas, nomeadas pelos colonizadores como índios, a pesca das populações africanas escravizadas, e também a pesca dos colonizadores portugueses no Brasil. Assim, no extenso período colonial foram criadas principalmente imagens sociais e representações acerca de pescadores índios, portugueses e africanos e os descendentes das possíveis combinações entre eles. As fontes dessas imagens provêm tanto das descrições e caracterizações feitas em escritos, estudos, códigos e leis da época, quanto das descrições e caracterizações feitas em estudos históricos, antropológicos e sociológicos realizados posteriormente, mas que tratam sobre o processo de formação da sociedade brasileira e, direta ou indiretamente, sobre a pesca e as populações que se dedicam a ela.

Os debates travados por historiadores, sociólogos, antropólogos e folcloristas em torno das origens sociais das populações pesqueiras no Brasil, e a maior ou menor predominância do português, do índio, ou do negro na pesca também são fontes inestimáveis para analisar o imaginário social sobre a modernização da pesca no Brasil. Agora é o momento de ver quais foram os principais elementos constitutivos desse imaginário e quais são as fontes da sua construção ideológica. Os escritos das viagens realizadas pelo missionário francês Jean de Léry, no Brasil oferecem descrições dos Tupinambás e seu modo de pescar:

A respeito do modo de pescar dos tupinambás que, além das flechas usam também espinhas à feição de anzóis [...]. Depois que os franceses começaram a traficar com o Brasil, os selvagens colheram vantagens das mercadorias que começaram a receber [...] pois outrora eram obrigados a se servir de espinhas em vez de anzóis e agora gozam das vantagens dessa bela invenção que é o anzol de ferro. Daí [...] terem os rapazes dessa terra aprendido a dizer aos estrangeiros que encontram: de agotarem amabe pindá, isto é, dá-me anzóis, pois agotarem no seu idioma quer dizer bom, amabe dá-me pindá, anzol. Se não lhe dão o que pedem, a canalha repete com insistência: de angaipá ajucá, isto é: tu não presta, devemos matar-te. (LÉRY, 1940, p. 148-149 apud SILVA, L., 2001, p. 49)

As descrições dos missionários europeus sobre a pesca no Brasil ocupam um papel importante na construção desse ideário, contribuindo para construir um imaginário colonialista sobre o Brasil e sua população. A utilização de termos como “selvagem” e “canalha”, para caracterizar as populações nativas que praticavam a pesca, contribuem para

criar uma imagem do pescador e, no caso dos índios pescadores, como não civilizados, pessoas vis, num estágio de desenvolvimento infantil e intelectualmente inferior. Essa imagem caricaturada do índio contrasta com o interesse e a capacidade deste para julgar se a incorporação de uma técnica ou ferramenta resulta interessante ou não para sua prática pesqueira. O caso da incorporação do anzol de ferro na prática pesqueira indígena é um exemplo da capacidade destes para interpretar quais tecnologias são incorporadas e quais não, o que contradiz a ideia de que eles são sujeitos fechados às inovações tecnológicas e que as rejeitam por indolência ou por teimosia.

Essa imagem distorcida do indígena teve também lugar em textos acadêmicos e literatura produzidos na primeira metade do século XX. Alguns dos exemplos mais importantes são *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre e *As Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, talvez duas das obras mais importantes e influentes na configuração do pensamento social no Brasil e no modo como os brasileiros pensam sua história social, e pensam a si mesmos. A visão crítica de Freyre à colonização, referindo-se a ela como um processo de “intrusão europeia”, sua oposição ao racismo científico e a ideia da miscigenação como elemento central na formação racial do Brasil, não significaram, contudo, o afastamento completo da ideia de raça e da hierarquização entre culturas.

O termo raça foi utilizado com frequência por Freyre para descrever o processo de colonização como um processo entre raças avançadas e atrasadas, no que “principia a degradação da raça atrasada ao contato da adiantada” (FREYRE, 2003, p. 157). Não se trata de não reconhecer o valor da obra do autor, mais ainda considerando o contexto acadêmico e científico no que este vivenciou, pois Freyre mesmo sem abandonar por completo a ideia de raça procurou valorizar a figura do mestiço num contexto de racismo científico, no qual era considerado inferior ou sub-humano. Contudo, é importante destacar que as ideias de Freyre acerca da miscigenação e da colonização ibérica como menos racistas e mais harmônicas, influenciaram diretamente a construção do mito da democracia racial no Brasil. As descrições e interpretações de Freyre sobre a cultura dos povos colonizadores e dos povos colonizados caracterizam por um lado os colonizadores portugueses como mais flexíveis nas suas ideias e práticas tradicionais e preconceitos raciais e morais. E por outro lado, os povos colonizados são caracterizados a partir de metáforas que ou bem os infantilizam, ou bem os animalizam, ou ainda os inferiorizam intelectual e tecnicamente. Por exemplo, Freyre ao falar

do papel do indígena na formação da família brasileira e das características dos colonizadores portugueses comenta:

Os portugueses, além de menos ardentes na ortodoxia que os espanhóis e menos estritos que os ingleses nos preconceitos de cor e de moral cristã, vieram defrontar-se na América, não com nenhum povo articulado em império ou em sistema já vigoroso de cultura moral e material – com palácios, sacrifícios humanos aos deuses, monumentos, pontes, obras de irrigação e de exploração de minas – mas, ao contrário, com uma das populações mais rasteiras do continente. De modo que não é o encontro de uma cultura exuberante de maturidade com outra já adolescente, que aqui se verifica; a colonização europeia vem surpreender nesta parte da América quase que bandos de crianças grandes; uma cultura verde e incipiente; ainda na primeira dentição; sem os ossos nem o desenvolvimento nem a resistência das grandes semicivilizações americanas. (FREYRE, 2003, p. 157-158)

Embora as metáforas não possam ser interpretadas na sua literalidade e o autor tente transmitir a mensagem de que a colonização no Brasil significou um processo no qual os europeus figuravam como civilização avançada, mas que, mesmo assim, aproveitaram as vantagens militares e tecnológicas para efetivar a colonização dos nativos considerados como menos civilizados. As imagens preconceituosas sobre a suposta infantilidade, mediocridade ou passividade das populações nativas contribuíram para a construção de um imaginário social sobre a cultura indígena e a necessidade da sua modernização que prevalece até os dias atuais. Existe a ideia de que a colonização no Brasil foi um processo mais ou menos harmônico, no qual a suposta passividade ou infantilidade indígena contribuiu para estabelecer relações raciais e culturais mais equilibradas. Segundo Freyre:

Híbrida desde o início, a sociedade brasileira é de todas da América a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça: dentro de um ambiente de quase reciprocidade cultural que resultou no máximo de aproveitamento dos valores e experiências dos povos atrasados pelo adiantado; no máximo de contemporização da cultura advéncia com a nativa, da do conquistador com a do conquistado. Organizou-se uma sociedade cristã na superestrutura, com a mulher indígena, recém-batizada, por esposa e mãe de família; e servindo-se em sua economia e vida doméstica de muitas das tradições, experiências e utensílios da gente autóctone. (FREYRE, 2003, p. 160)

O processo de colonização e as relações raciais e culturais que o mediaram são tratadas pelo autor ou bem em termos de harmonia, reciprocidade cultural, troca cultural ou bem em termos de certa passividade do indígena frente ao colonizador. Assim, para Freyre, apenas foram aproveitados os valores e experiências e utensílios dos “povos atrasados” pelo “adiantado”, essa questão é reforçada e reproduzida em outros autores e textos como é o caso

de Sérgio Buarque de Holanda em sua obra *As Raízes do Brasil*, na qual comenta alguns dos elementos que os portugueses aproveitaram dos índios: “Aos índios tomaram ainda instrumentos de caça e pesca, embarcações de casca ou tronco escavado, que sangravam os rios e águas do litoral, o modo de cultivar a terra ateando primeiramente fogo aos matos.” (HOLANDA, 1995, p. 47).

A hipótese de que apenas os portugueses, como povo adiantado, frente aos povos nativos souberam aproveitar os valores culturais e os utensílios dos índios, como povo atrasado, contradiz o fato de que os indígenas longe de serem passivos e infantis souberam também aproveitar utensílios como o anzol de ferro, conforme já foi comentado. O melhor da cultura indígena para Freyre são apenas alguns elementos de asseio e alimentação: “O asseio pessoal. A higiene do corpo. O milho. O caju. O mingau. O brasileiro de hoje, amante do banho e sempre de pente e espelinho no bolso, o cabelo brilhante de loção ou de óleo de coco, reflete a influência de tão remotas avós.” (FREYRE, 2003, p. 163). Assim, por um lado infantiliza e inferioriza a cultura indígena, e por outro a valoriza ou bem a partir de elementos como a higiene pessoal e a culinária, herdados e reproduzidos pelas “cunhãs”, ou bem pela “extrema bravura no heroico e militar” dos índios, mas em nenhum caso por sua capacidade como sujeitos ativos e criativos, ou por sua inteligência, cultura, capacidade de raciocínio ou valores morais. Sobre os homens nativos Freyre comenta:

Antes, porém, de salientarmos a contribuição da cunhã ao desenvolvimento social do Brasil, procuremos fixar a do homem. Foi formidável: mas só na obra de devastamento e de conquista dos sertões, de que ele foi o guia, o canoeiro, o guerreiro, o caçador e pescador. Muito auxiliou o índio ao bandeirante mameluco, os dois excedendo ao português em mobilidade, atrevimento e ardor guerreiro; sua capacidade de ação e de trabalho falhou, porém, no rame-rame tristonho da lavoura de cana, que só as reservas extraordinárias de alegria e de robustez animal do africano tolerariam tão bem. Compensou-se o índio, amigo ou escravo dos portugueses, da inutilidade no esforço estável e contínuo pela extrema bravura no heróico e militar. Na obra de sertanismo e de defesa da colônia contra espanhóis, contra tribos inimigas dos portugueses, contra corsários. (FREYRE, 2003, p. 163)

Paradoxalmente, Freyre infantiliza os índios ao mesmo tempo em que descreve como formidável a contribuição destes para o desenvolvimento social do Brasil. As características dos homens nativos que Freyre valoriza são apenas capacidades como a “mobilidade”, o “ardor”, e a “bravura” todas elas “uteis” nas expedições e no aspecto militar. Para o autor estas características compensariam sua “inutilidade” para o esforço estável e contínuo da

lavouira da cana, que apenas a “alegria” e a “robustez animal do africano” tolerariam tão bem (FREYRE, 2003, p. 163). Sérgio Buarque de Holanda reproduz essa visão:

Essa exploração dos trópicos não se processou, em verdade, por um empreendimento metódico e racional, não emanou de uma vontade construtora e enérgica: fez-se antes com desleixo e certo abandono. [...] os nativos foram, eventualmente, prestimosos colaboradores na indústria extrativa, na caça, na pesca, em determinados ofícios mecânicos e na criação do gado. Dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. Versáteis ao extremo, eram-lhes inacessíveis certas noções de ordem, constância e exatidão, que no europeu formam como uma segunda natureza e parecem requisitos fundamentais da existência social e civil. O resultado eram incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas, assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, às imposições da raça dominante. Nisto assemelhavam-se àqueles aruaques das Antilhas, dos quais diziam os colonos franceses, comparando-os aos negros: “Regarder un sauvage de tra- vers c’est le battre, le battre c’est le tuer — battre un nègre c’est le nourrir”. (HOLANDA, 1995, p. 43)

Talvez a figura do negro, a herança africana, e a influência e contribuição dos(as) negros(as) cativos(as) ou livres na sociedade brasileira seja a que tem sido tratada de forma mais contraditória e polêmica. Isso tanto na literatura sobre a pesca no Brasil, quanto na literatura mais geral sobre a contribuição das pessoas negras e a herança africana na formação e consolidação da sociedade brasileira. *Casa Grande & Senzala* e outras obras de Freyre como *Sobrados e Mucambos* ou *Nordeste – Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*, são exemplos dessas análises contraditórias e polêmicas. Neste último trabalho, por exemplo, o autor representa a figura do pescador negro como submetida à lógica dos engenhos a partir de uma relação na qual aparecem como sujeitos passivos à dominação e em ocasiões masoquistas, ao afirmar que “nas mãos do preto o remo e a vara da jangada e da canoa tornaram-se instrumentos quase de gozo; às vezes, de certa delícia masoquista”. A relação do negro com a pesca aparece caracterizada como se ele não tivesse história prévia de relação com a pesca antes da escravização, e como se sua única relação com esta atividade viesse a partir das relações criadas no engenho e no cativeiro, afirmando que “O Negro que a princípio só trabalhou, no verde mar dos canaviais, depois, tornou-se também operário de outro mar [...] o das costas do Nordeste. Canoeiro, Jangadeiro. Vareiro. Curinga de barçaça” (FREYRE, 1961, p. 41).

Já em *Casa Grande & Senzala*, o autor por um lado, como já foi dito, caracteriza o negro como um sujeito animalesco de extraordinárias reservas de alegria e robustez animal. E por outro, ressalta sua contribuição ao “progresso econômico” e à “vida estética”, defendendo que esta “foi muito maior que a do índio e em certo sentido também maior que a do português”. Freyre afirma a superioridade “técnica e artística” e “em vários aspectos da cultura material e moral” do negro sobretudo frente ao índio e em menor medida frente ao português (FREYRE, 2003, p. 368). Nessa mesma linha, Freyre diferencia e hierarquiza a cultura indígena e a cultura dos povos africanos escravizados através de generalizações que afirmam que essa, “inclusive a menos rasteira” é inferior à esta, estabelecendo um confronto e uma hierarquização entre culturas e valores materiais e culturais.

[...] as observações deixadas por visitantes e missionários que surpreenderam a vida dos caboclos ainda virgem do contato europeu, autorizam-nos a generalização de ter sido a cultura indígena, mesmo a menos rasteira, encontrada na América pelos portugueses – e da qual restam ainda pedaços em estado bruto – inferior à da maior parte das áreas de cultura africana de onde mais tarde se importariam negros puros ou já mestiços para as plantações coloniais de açúcar. Várias dessas áreas de cultura africana se acham caracterizadas, segundo a técnica antropológica mais recente, por Leo Frobenius; as da América, magistralmente, por Wissler e Kroeber; o que nos permite o confronto entre os valores morais e materiais acumulados nos dois continentes. (FREYRE, 2003, p. 164)

A inferioridade da cultura indígena é justificada pela consideração desta como uma cultura nômade e não agrícola, levando ao autor a concluir a “insignificância” do esforço indígena no agrário, (FREYRE, 2003). A justificativa da suposta inferioridade da cultura indígena mediante a hierarquização entre culturas, por esta não ter atingido um patamar propriamente agrícola, foi questionada por outro autor clássico do pensamento social brasileiro. Darcy Ribeiro, em oposição a essa tese da inferioridade indígena frente ao negro, ressaltou a importante contribuição dos povos nativos, inclusive, em âmbitos como a agricultura anteriormente negados. Para Ribeiro, os índios que habitavam o Brasil foram protagonistas de uma “revolução agrícola” que seguia “um caminho próprio como outros povos da floresta tropical que haviam domesticado diversas plantas retirando-as da condição selvagem para a de manutenção dos seus roçados”, como é o caso da lavoura de mandioca, uma planta que precisava ser tratada para ser comestível (RIBEIRO, 1995, p. 31).

Cabe destacar aqui outro elemento de análise importante acerca do debate em torno das fontes sociais e culturais da pesca no Brasil e suas heranças portuguesa, indígena e africana. Câmara Cascudo talvez seja o folclorista do Brasil mais influente nos estudos sobre

a pesca no Nordeste e sobre os jangadeiros, por ter dedicado numerosos artigos, livros e ensaios sobre o tema, com um viés principalmente etnográfico. O autor condensou bem nos seus trabalhos algumas das principais ideias sobre a pesca e os pescadores que já existiam, e, inclusive, a partir da sua interpretação destas ou da reprodução e justificação de algumas delas contribui com a construção da imagem social da pesca e dos pescadores. Contestando a ideia da herança africana da pesca no Brasil e a presença dos pescadores negros, argumentou que essa presença não lhe “parece evidente” pois “os escravos não ficaram à vista das praias nem foram servir na pescaria, ocupação dos indígenas cativos” (CASCUDO, 1972, p. 142).

Para Cascudo, essa herança africana não tinha sido tal, não sendo a presença dos negros significativa na pesca, nem muito menos majoritária, e quando presentes estes “nunca foram mestres, mas Bicos de proa excelentes, nadando bem, puxando a linha, aguando o pano, destemidos e afoitos.” O autor prioriza a herança portuguesa frente a africana, apelando inclusive à inferioridade dos negros para exercerem o papel de mestres e apenas os caracterizando segundo as suas capacidades físicas, como bons nadadores e puxadores de linha, ou por sua irracionalidade, ou incapacidade reflexiva, pois são descritos como “destemidos e afoitos” (CASCUDO, 1957, p. 26).

Como foi dito, a construção ideológica de um imaginário sobre a modernização da pesca foi sendo criada a partir de uma mistura de preconceitos advindos das imagens sociais do índio, do negro, e do português. O resultado foi uma imagem do índio como um sujeito quase irracional, bravo e heroico no militar e fraco no trabalho regular e na disciplina. Do negro como um sujeito alegre e animalizado por sua incapacidade reflexiva e racional e por sua robustez e capacidade física, inclusive para suportar o maltrato. E do colonizador português como um sujeito flexível, desleixado, habilidoso e capaz para ser mestre, mas pouco cuidadoso e pouco rigoroso.

Silva (2001) em seu estudo historiográfico do que denomina “As Gentes do Mar”, entre os séculos XVII e XIX, contido no trabalho “*A faina, a festa e o rito*”, insere a discussão das heranças indígena, africana e portuguesa no contexto da discussão mais ampla acerca da composição social do Brasil e discute criticamente as análises de Cascudo e Freyre. Para Silva (2001), autores como Câmara Cascudo contribuiriam para a afirmação da herança portuguesa-indígena e para a afirmação da centralidade do índio ou do caboclo na pesca no Brasil. Isso se confronta com a afirmação da centralidade do negro submetido à lógica da casa grande, ressaltada por outros autores como Freyre, que entendeu a influência africana a partir da

figura do mestiço como representante e síntese positiva da nação brasileira (SILVA, L., 2001, p. 75,76).

Ao entrar na discussão acerca da predominância ou centralidade do negro, do caboclo ou do índio na pesca e na cultura marítima no Brasil, o autor resgata as histórias dos “pescadores, mareantes e homens do mar” e “marujos”, e oferece uma análise própria e uma caracterização do papel do índio, do português, do negro e do caboclo. O autor defende que a marca histórica da polarização entre a povoação dos “Arrecifes” (atual centro e porto do Recife) e a povoação de Olinda, sendo a primeira habitada por “marujos, pescadores e prostitutas”, e “contraposta” à segunda, “habitada por proprietários absenteístas imbuídos de arraigados valores rurais”, “residência da nobreza da terra, dos senhores de engenho”, deve ser relativizada. Essa polarização para Silva “não deve ser levada adiante”, pois ambas, tanto uma quanto a outra, “tem em comum” a utilização do trabalho dos indígenas ou “gentios da terra”, que eram as principais fontes de força de trabalho “tanto no universo do engenho e da lavoura como no da gente do mar, da faina marítima” (SILVA, L., 2001, p. 41,42).

A polarização entre Olinda e Recife reflete uma imagem dos pescadores portugueses moradores do povoado dos Arrecifes, que ganha uma conotação frente aos portugueses donos de terra, moradores de Olinda. Se a povoação de Olinda é descrita não só a partir do lugar e dos seus principais moradores, senão também a partir dos valores morais destes, descritos como “absenteístas imbuídos de valores rurais”. A povoação dos Arrecifes é descrita apenas a partir do lugar e da composição dos seus moradores “ao burgo a beira-mar, morada de marujos, pescadores, e prostitutas; porto de navios ancorados, de tabernas, lojas abertas e de comercio de açúcar”, não fazendo menção explícita alguma aos valores morais dos seus habitantes. Por outro lado, estabelece-se uma diferença entre os pescadores portugueses, considerados “gentes do mar”, e os índios pescadores, considerados como “gentios da terra”, de forma que mesmo sendo os índios os que passaram a exercer cada vez mais o trabalho pesqueiro, estes não são diretamente associados às águas, sendo a condição de maritimidade apenas atribuída aos pescadores portugueses, e sendo os primeiros denominados “gentes do mar” e “homens do mar” e os segundos como “gentios da terra”, como “índios cativos” ou “índios pescadores” (SILVA, L., 2001 p. 42).

Silva (2001) corrobora a hipótese de que durante o século XVI, a escravização dos índios foi a principal fonte de força de trabalho tanto no mar quanto nos rios e estuários. No caso do trabalho na pesca, os indígenas que pescavam chegaram a ser bastante procurados

pelos colonos que tinham obtido terras, que os utilizavam não somente para pescar senão também para trabalhar na terra, para caçar e realizar diversos trabalhos, de forma que “uma das primeiras necessidades que os colonos procuravam satisfazer após obter suas terras era adquirir índios escravos, os chamados negros brasis, que tinham por obrigação entre outras coisas, pescar.” (SILVA, L., 2001, p. 45).

Assim, nos séculos XVI e no início do século XVII, as figuras do índio e do português pescador foram as mais relevantes, pois a atividade pesqueira era exercida basicamente por colonos portugueses e seus descendentes, e por indígenas legalmente cativos, antes da aprovação da lei de 1609, ou legalmente livres depois da dita lei. Esta proibição da escravização gerou numerosos conflitos entre os colonos e as autoridades da capitania por um lado, que demandavam ter permissão para recrutar forçosamente indígenas para suas pescarias, alegando falta de trabalho escravo africano e os missionários encarregados dos aldeamentos indígenas. Por outro lado, os colonos e as autoridades das capitanias alegavam a falta de disposição dos indígenas para o trabalho, e que eles ou fugiam das pescarias, ou as prejudicavam mediante roubos. Por isso, solicitavam “privar a jurisdição desses índios no temporal dos seus missionários, e a repartição deles para as pescarias, e mais serviços” pelas autoridades das capitanias. Solicitavam também a possibilidade de “castigá-los faltando qualquer dia a assistência de todo o tempo que puder durar tal pescaria”. Por sua vez, os missionários alegavam que eles “não apenas tinham disposição para o trabalho, como também [...], concorriam para uma certa abundância de pescado”, ressaltando a importância do trabalho indígena para as capitanias (SILVA, L., 2001, p. 46).

Já no século XVIII, com o apogeu do mercado escravista e o aumento da população de escravizados negros no Brasil Colônia, estes passaram a ser cada vez presente na atividade pesqueira, principalmente através da figura do escravizado de ganho, também chamado “de aluguel”.

Nesse período (séculos XVI e início do XVII), a força de trabalho vinculada à atividade da pesca estruturava-se, em larga medida, com base em homens pobres livres e indígenas, fato que foi mudando ao longo do século XVII no Nordeste, principalmente em decorrência da força que ganhou o mercado de escravos negros oriundos de regiões africanas. (RAMALHO, 2007, p. 45)

A presença cada vez maior dos negros cativos ou livres na pesca durante os séculos XVII, XVIII e XIX significou uma substituição progressiva da presença dos índios e portugueses no trabalho pesqueiro ou faina, sobretudo nos dois últimos séculos, XVIII e XIX.

Essa substituição decorreu a partir de dois fatores. O primeiro foi a articulação de “tradições ibéricas e africanas” próprias dos “padrões lusos de colonização” na utilização de negros “nos ofícios marítimos na Península Ibérica” já que os africanos já praticavam a “faina pesqueira” e a “navegação”, muito presentes nas suas “estruturas comunitárias e tribais”. O segundo se relaciona com o “profundo desprezo que existia, primeiro na metrópole e, depois, na América portuguesa, pelo trabalho servil” (SILVA, L., 2001, p. 69).

A maior presença do escravizado negro na pesca também foi determinante na transformação e consolidação do imaginário em torno da pesca e do trabalho pesqueiro, trazendo novos matizes e caracterizações relevantes principalmente no que se refere à associação da pesca e do trabalho pesqueiro como algo não digno, como um trabalho próprio de pobres e associado ao cativo. Se, como foi visto, na metrópole já era comum que os trabalhos manuais, entre eles a pesca, fossem considerados como trabalhos impróprios aos chamados homens bons, por serem compreendidos como trabalhos vis e sujos. Na colônia essa conotação negativa recrudescer, segundo Silva (2001):

[...] os escravos passaram em poucos anos, muito rapidamente, a constituir maioria em dados ofícios [...] sugere-se que foram fatores como o meio natural tropical, a predominância da escravidão, ou seu caráter de relação social dominante, bem como um desprezo ainda mais acentuado do que na metrópole pelos trabalhos vis que explicam, na América portuguesa e, depois, no Brasil imperial, a inibição do desenvolvimento da pesca efetuada por homens livres em barcos tradicionais portugueses ou a opção restritiva pelo negro e pela jangada. (SILVA, L., 2001, p. 82)

Com isto, verifica-se que a sociedade escravocrata da colônia, suas instituições e as construções ideológicas que se derivaram delas constituíram a gênese do imaginário social sobre a modernização da pesca no Brasil, e deixaram marcas coloniais, escravocratas e racistas inegáveis. O escravizado negro passou a ocupar o lugar de maior subalternidade e sua posse tornou-se um elemento estruturador de diferenciação social. Ser dono de escravos, independentemente de ser um senhor de engenho e possuir terras, ou de ser um trabalhador livre, outorgava um status social que simbolizava pertencimento à classe dominante. Sobre isto, Ramalho comenta:

A posse de escravos não se prendeu, exclusivamente, aos grandes senhores de terra e de sobrado, porque se disseminou para outras classes e grupos sociais, a exemplo dos artífices e ex-artífices brancos. O status de ser um senhor de escravo era uma das formas fortes de ascensão social, expresso pela ideologia dominante da época. (RAMALHO, 2007, p.46)

A presença do escravizado negro como subalterno, e sua posse como símbolo da classe dominante, fez com que muitos dos mestres de pesca portugueses passassem a repassar seus ofícios para seus aprendizes escravos, como forma de sair da condição que outorgava a prática de um ofício considerado vil. Um exemplo significativo disso foram as transformações que as corporações de ofício, já existentes na metrópole Portuguesa, sofreram ao serem implantadas na colônia. Sobre essas diferenças no caso das corporações de ofício formadas por pescadores, Ramalho comenta que:

Houve uma adaptação das corporações ao caso brasileiro, em decorrência especialmente da força de trabalho disponível à época, por conta da dinâmica e estrutura do capitalismo internacional e da situação nacional naquele momento. A inserção do trabalhador negro escravo, na imensa maioria, fez com que muitos mestres artesãos portugueses - chegados aqui - repassassem os ensinamentos de suas artes aos seus escravos aprendizes, no intuito de torná-los mestres o mais rápido possível, ao mesmo tempo em que pretendiam obter renda extraindo-a do trabalho exercido por seus negros artífices, de acordo com um pagamento estipulado aos próprios escravos, que eram conhecidos como escravos de ganho ou de aluguel. (RAMALHO, 2007, p. 46)

Com isso, as corporações de ofício e a formação de um artesanato nos moldes portugueses foram limitadas. Os brancos pobres, os mestiços, e os índios depois de terem obtido certa liberdade civil, mesmo que tutelada, passaram a rejeitar os considerados trabalhos para procurar outros caminhos que lhes outorgassem um melhor status social. Como já vimos, as possibilidades de compra de escravos para realizar ofícios dos quais depois se subtrai a renda foi uma estratégia recorrente de ascensão social. Sobre essas diferenças na implantação do artesanato e das corporações de ofício nos moldes da metrópole, a rejeição pelos trabalhos manuais e o papel dos escravos de ganho, Holanda comenta:

Era esse um dos sérios empecilhos à constituição, entre nós, não só de um verdadeiro artesanato, mas ainda de oficiais suficientemente habilitados para trabalhos que requerem vocação decidida e longo tirocínio. Outro empecilho vinha, sem dúvida, do recurso muito ordinário aos chamados “negros de ganho” ou “moços de ganho”, que trabalhavam mediante simples licenças obtidas pelos senhores em benefício exclusivo destes. Assim, qualquer pessoa com fumaças de nobreza podia alcançar proveitos derivados dos trabalhos mais humildes sem degradar-se e sem calejar as mãos. (HOLANDA, 1995, p. 59)

As diferenças entre as corporações de ofício da metrópole e da colônia foram marcadas pela maior relevância do caráter racial e classista destas últimas. Se é verdade que na metrópole também havia escravos, a sociedade da metrópole portuguesa era radicalmente diferente da sociedade da colônia brasileira, nesta não só havia escravizados senão que estes

passaram a ser a maior parte da população, o que significou que a sociedade colonial e suas instituições foram fundamentalmente escravocratas. As diferenças entre as corporações e o artesanato na metrópole e na colônia e a importância da questão racial, foi ressaltada por Bastide da seguinte forma:

[...] a organização dessas cidades seguia a de Portugal, mas também aqui foi preciso adaptar-se a condições novas. Os artesãos não eram muito numerosos para poderem constituir corporações, e aos aprendizes davam-se o título de “mestres” sem passar por exames, por simples “licença” concedida pelos conselheiros municipais, e os “mestres”, por sua vez, abandonavam aos mulatos ou aos negros livres seus ofícios a fim de poder entrar na categoria dos “homens bons”, enfim, as confrarias de ofício tenderam a se transformar em confrarias raciais, enquanto o artesanato caía nas mãos dos negros: confrarias “aristocráticas” abertas somente aos brancos, confrarias de mestiços, confrarias de negros. (BASTIDE, 1971, p. 62)

Contudo, essa incorporação dos negros, mulatos e mestiços nas corporações de ofício não esteve isenta de polêmicas e conflitos, havendo mestres a favor e contra. Um exemplo foi “a contenda estabelecida em 13 de novembro de 1756, junto à câmara de Recife, PE, entre mestres que eram favoráveis e os contrários à presença de negros escravos nos ofícios” (RAMALHO, 2007, p. 42), no qual se colocavam os prejuízos que a oposição dos juízes acarretaria para os senhores de escravos, bem como ao público (falta o começo das aspas) (COSTA, 1954, p. 145 apud RAMALHO, 2007, p. 42). A principal oposição à entrada de escravizados nas corporações vinha dos mestres portugueses e encontrava respaldo em juízes de ofício, que mediante leis pretendiam vetar essa possibilidade da seguinte forma:

Também se conhecem atos de resistências de juízes de ofício, alguns muito vigorosos, até meados do século XVIII, na defesa daquela dignidade, aos desejos de antigos mecânicos, tornados senhores de escravos, que pretendiam submeter a exame profissional, negros e pardos cativos a quem ensinavam suas artes manuais para não terem que praticá-las com as mãos de homens brancos e livres já enriquecidos pelo exercício de artes consideradas vis; e a quem já sorriam possibilidades de se transferirem da classe mecânica à burguesa e até a nobreza, pela exploração do trabalho escravo (FREYRE, p. 497 apud RAMALHO, 2007, p. 48-49)

Na sociedade colonial escravocrata, estabeleceram-se fortes diferenças entre as classes subalternizadas compostas por brancos pobres, índios, pardos, e por escravizados principalmente negros e pardos. Estes últimos, como já foi comentado, ocupavam o papel de maior subalternidade. As possibilidades de ascensão social de brancos(as), índios(as) e pardos(as) não cativos(as) foram desiguais e mesmo extremamente limitadas, principalmente, para os(as) pardos(as), por estarem legalmente excluídos(as) de alguns trabalhos junto com

os(as) negros(as). A ascendência foi possível de forma excepcional sendo permitido o acesso a certos trabalhos considerados dignos, que em teoria eram proibidos aos(às) negros(as) e pardos(as). Um exemplo disso foi uma ordem da capitania de Pernambuco, pela qual o governador deu posse de ofício de procurador ao mulato Antônio Ferreira Castro:

Assim ocorreu, por exemplo, quando a um governador de Pernambuco se expediu ordem, em 1731, para que desse posse do ofício de procurador ao bacharel nomeado, Antônio Ferreira Castro, apesar da circunstância alegada de ser o provido um mulato. Porque, diz a ordem de d. João V, “o defeito de ser pardo não obsta para este ministério e se repara muito que vós, por este acidente, excluísseis um bacharel formado provido por mim para introduzirdes e conservardes um homem que não é formado, o qual nunca o podia ser por lei, havendo bacharel formado”. (HOLANDA, 1995, p. 55)

Em todo caso, a inclusão do mulato nesse caso se justificou pela inexistência de outro bacharel formado. Sobre essas diferenças nas possibilidades dos(as) índios(as), pardos(as) e negros(as) exercerem trabalhos considerados nobres, Holanda comenta que o fator da exclusividade racial dos brancos para ocupar cargos nobres foi menos determinante do que o exercício de trabalhos vis associados ao escravizado, argumentando que:

É preciso convir em que tais liberalidades não constituíam lei geral; de qualquer modo, o exclusivismo “racista”, como se diria hoje, nunca chegou a ser, aparentemente, o fator determinante das medidas que visavam reservar a brancos puros o exercício de determinados empregos. Muito mais decisivo do que semelhante exclusivismo teria sido o labéu tradicionalmente associado aos trabalhos vis a que obriga a escravidão e que não infamava apenas quem os praticava, mas igualmente seus descendentes. A esta, mais do que a outras razões, cabe atribuir até certo ponto a singular importância que sempre assumiram, entre portugueses, as habilitações de *genere*. Também não seria outra a verdadeira explicação para o fato de se considerarem aptos, muitas vezes, os gentios da terra e os mamelucos, a ofícios de que os pretos e mulatos ficavam legalmente excluídos. O reconhecimento da liberdade civil dos índios — mesmo quando se tratasse simplesmente de uma liberdade “tutelada” ou “protegida”, segundo a sutil discriminação dos juristas — tendia a distanciá-los do estigma social ligado à escravidão. (HOLANDA, 1995, p. 55-56)

Em que pese a argumentação de Holanda, do fator determinante ser o “labéu” tradicionalmente associado à escravidão, mais do que o fator da exclusividade racial, posto que este aspecto é decorrente, precisamente, pela exclusividade branca, vez que a maioria dos trabalhos considerados vis foram desenvolvidos por índios, negros e pardos, e em menor medida por brancos pobres (HOLANDA, 1995, p.55-56). Por isso, a associação do ‘trabalho vil’ ter um conteúdo eminentemente racial, sendo a exclusividade racial branca um dos principais elementos para que estes não ocupem trabalhos considerados indignos. Contudo, o

que parece evidente é que o domínio racial dos brancos nos trabalhos compreendidos como distintos determinou quais sujeitos fariam trabalhos dignos ou indignos, e que as exceções abertas a mulatos e índios, e a condição de certa liberdade civil destes últimos, resultou numa diferenciação e hierarquização entre a população não branca, pela qual os negros cativos tinham um papel subalterno frente aos índios e mulatos, e estes, por sua vez, apresentavam uma condição de subalternidade perante os brancos.

O resultado foi que trabalhos que eram principalmente feitos por negros cativos ou livres passaram a ser os mais rejeitados, como é o caso da pesca, do trabalho na cana ou do serviço. A incorporação do índio a certo exercício da liberdade civil, embora não eliminasse a importância da exclusividade e superioridade branca, corriqueira nos costumes e nas leis, na prática não foi sempre uma constante, pois além dessa maior liberdade civil dos índios, os casamentos, principalmente entre estes e os brancos, foram fomentados, contribuindo ainda mais para a subalternização dos(as) pretos(as) e seus(suas) descendentes, sobre isto Holanda comenta:

Longe de condenar os casamentos mistos de indígenas e brancos, o governo português tratou, em mais de uma ocasião, de estimulá-los, e é conhecido o alvará de 1755, determinando que os cônjuges, nesses casos, “não fiquem com infâmia alguma, antes muito hábeis para os cargos dos lugares onde residirem não menos que seus filhos e descendentes, os quais até terão preferência para qualquer emprego, honra ou dignidade, sem dependência de dispensa alguma, ficando outrossim proibido, sob pena de procedimento, dar-se-lhes o nome de caboclos, ou outros semelhantes, que se possam reputar injuriosos”. Os pretos e descendentes de pretos, esses continuavam relegados, ao menos em certos textos oficiais, a trabalhos de baixa reputação, os negro jobs, que tanto degradam o indivíduo que os exerce, como sua geração. Assim é que, em portaria de 6 de agosto de 1771, o vice-rei do Brasil mandou dar baixa do posto de capitão-mor a um índio, porque “se mostrara de tão baixos sentimentos que casou com uma preta, manchando o seu sangue com esta aliança, e tornando-se assim indigno de exercer o referido posto” (HOLANDA, 1995, p. 56)

A subalternização e diferenciação racial entre brancos, índios, negros e pardos, impulsionou o afastamento e a rejeição tanto dos trabalhos considerados vis, indignos e próprios de negros escravizados, também conhecidos como “negro jobs”, quanto das relações pessoais e os casamentos com as pessoas associadas à condição de cativo. Este afastamento não se limitou apenas ao trabalho pesqueiro, também aos trabalhos mecânicos, serviço e pequenos comércio. Embora não houvesse uma hierarquização estabelecida legalmente entre os trabalhos manuais ou servis, esta funcionava com efeitos práticos e cotidianos, excluindo sistematicamente as pessoas que exerciam ou tivessem exercido trabalhos manuais, como a

pesca, de qualquer possibilidade de ocupar trabalhos considerados dignos e nobres, como os cargos públicos na administração colonial. Embora os pardos e índios tivessem certa abertura para ocupar os trabalhos e cargos ditos dignos, isto não acontecia com tanta facilidade se comparado com a população de brancos. Principalmente se estes anteriormente tinham exercido trabalhos manuais e associados à condição de cativo. Sérgio Buarque de Holanda destaca esse fato resgatando a prática discriminatória do governador do Maranhão, Bernardo Pereira de Berredo, que impediu exercer cargos como o de almotacé⁶ as pessoas que exerciam trabalhos servis ou manuais, segundo Holanda:

Embora a lei não tivesse cogitado em estabelecer qualquer hierarquia entre as diferentes espécies de trabalho manual, não se pode negar que existiam discriminações consagradas pelos costumes, e que uma intolerância maior prevaleceu constantemente com relação aos ofícios de mais baixa reputação social. Quando, em 1720, Bernardo Pereira de Berredo, governador do estado do Maranhão, mandou assentar praça de soldado a certo Manuel Gaspar, eleito almotacé, alegando que “bem longe de ter nobreza, havia sido criado de servir”, conformou-se logo o senado com a decisão e, ainda por cima, anulou a eleição de outro indivíduo, que “vendia sardinhas e berimbaus”. (HOLANDA, 1995, p.58)

Se os trabalhos manuais e de serviço e sua associação racial ao negro e ao cativo, significaram no período colonial um afastamento da condição de dignidade e nobreza, cabe destacar que, entre os(as) cativos(as) que se viam obrigados(as) a trabalhar para os(as) senhores(as), existiam preferências acerca dos diferentes tipos de trabalho que podiam realizar. O caso do trabalho da pesca resulta ser significativo nesse sentido, pois em muitas ocasiões os cativos que praticavam a pesca sentiam uma possibilidade de liberdade maior na atividade pesqueira do que na lavoura da cana. Isso se deu por vários motivos, entre eles o fato de ter um controle menos direto sobre seu trabalho e uma menor vigilância, e também pela possibilidade maior, mesmo remota, de conseguir pagar algum dia sua alforria como bem aponta Ramalho (2007):

Até mesmo em relação a outros artífices escravos, a vida do pescador podia ser considerada, na maior parte das situações, menos controlada e, portanto, mais “livre”. Por exemplo, muitos artífices como carpinteiros, sapateiros, ferreiros, ourives, eram vigiados diretamente por seus proprietários brancos[...] As questões relativas ao meio ambiente marinho e aos rios impunham outra realidade aos pescadores artesanais, permitindo a representação (interna ou externa a eles) de trabalho mais livre, quando relacionadas às demais atividades existentes dentro de uma rígida e autoritária sociedade escravocrata. [...] Para os escravos, o trabalho nos

⁶ Os Almotacés foram funcionários da corte encarregados de fiscalização de pesos e medidas assim como preços dos alimentos.

barcos representava o mundo da liberdade possível, pois quando desenvolviam sua atividade produtiva não estavam sob o controle direto do seu senhor, pelas particularidades ligadas à organização social do trabalho nas jangadas e as impossibilidades e riscos que as características ecológicas do mar impunham. (RAMALHO, 2007, p. 58)

Embora o trabalho pesqueiro significasse uma possibilidade maior de liberdade quando comparada ao trabalho na lavoura de cana ou nos diferentes serviços, a principal marca que prevaleceu e imperou na construção ideológica colonial sobre a pesca foi a condição de cativo, de vileza e miserabilidade criada pelas classes privilegiadas. As descrições das vilas de pescadores que aparecem nas cartas holandesas de 1640 refletem bem a ideia de miserabilidade associada das vilas de pescadores, sendo descritas como agrupamentos de cabanas miseráveis, dois séculos depois, Tollenare reforça essa visão:

O viajante europeu Louis-François Tollenare, que aportou em Pernambuco no início do século XIX, relatou: “Quando os holandeses se apoderaram de Pernambuco, a capital era a cidade de Olinda; a do Recife não existia ou era apenas um miserável agrupamento de cabanas de pescadores levantadas sobre a península. É pelo menos assim que a vejo figurar nas cartas holandesas que remontam a 1640” (TOLLENARE, 1978, p. 32-33 apud RAMALHO, 2007, p. 45)

Exemplos da materialidade dos imaginários sobre a pesca e das construções ideológicas que os conformam, podem ser vistos nas leis e códigos da época, nas regulamentações de uso das águas, dos manguezais, na regulamentação da pesca e nas leis civis e penais. O *Foral de Olinda de 1537*, aprovado na câmara de Olinda por Duarte Coelho em 1550, distribui terra mediante cartas de doação que regulavam o acesso à propriedade da terra, os usos dos recursos naturais existentes nelas, como as águas, as matas, a madeira, os recursos pesqueiros, etc. Este documento também estabeleceu a regulação da pesca e dos dízimos sobre o pescado que, “somados aos foros pagos pelos engenhos de açúcar, fizeram a fortuna do filho do primeiro donatário e herdeiro da capitania, Jorge de Albuquerque Coelho, mas que, para o pescador livre e pobre funcionavam como uma forma de sujeição”. (ARAÚJO, 2007, p. 38-39). Se o *Foral de Olinda*, do século XVI permitia o uso das águas para as pescarias a partir do pagamento de um dízimo, que significava a exploração e subtração de valor das pessoas que trabalhavam na pesca, a partir do século XVIII com a intensificação do povoamento e de ocupação do litoral e a consolidação da estrutura fundiária canavieira, as formas de exploração e de precarização do trabalho pesqueiro se intensificaram, segundo Silva:

É a partir de então (século XVIII) que os coqueirais passam a ser plantados ao longo da linha costa, que as jangadas começam a fazer parte integrante da paisagem marítima do Nordeste e que os currais de peixe e as proibições de acesso às praias por parte dos senhores terratenentes locais se encarregam de demarcar os distintos lugares sociais – e, logo, as relações de poder e dependência – vigentes nas comunidades em questão. (SILVA, 2001, p. 118)

A estrutura fundiária separava a classe dos proprietários dos sítios de coqueiros, dos currais de peixes e dos meios de produção necessários para realizar as pescarias, e a classe de pescadores livres ou cativos e outros trabalhadores que produziam e pagavam dízimos por tudo aquilo que era produzido, peixes, carnes, produtos agrícolas, e pelos meios de produção, como jangadas, currais, redes, etc. Os donos de terra arrendavam os sítios de coqueiros e os currais de peixe aos pescadores, estes construía suas moradias e as caiçaras onde guardavam, reparavam e faziam a manutenção dos apetrechos de pesca. Estes proprietários tinham total liberdade para fixar o tempo e o preço do arrendamento, sendo o preço geralmente fixado a partir do número de coqueiros e sobre os lucros que estes gerassem. As plantações de coqueiros se converteram numa forma de extrair renda em solos que antes eram considerados improdutivos, a partir dos arrendamentos e dos lucros advindos dos coqueirais. Segundo Araújo (2007, p. 50), “a renda dos sítios estava baseada no número de pés de coqueiros neles contidos, o que em outras palavras significava que o valor da terra não estava no solo, em si, mas era relativo ao número de coqueiros produtivos [...] e ao lucro que adviesse daí”. Para a autora:

O sistema de exploração, econômica, social e política dos pescadores tornou-se ainda mais abusivo com a instalação e propagação dos currais de peixes por toda a extensão do litoral Pernambucano e parte da atual região Nordeste do país. [...] Os currais pertenciam geralmente aos proprietários de terras próximas à praia [...] os primeiros currais de peixe do litoral Pernambucano surgiram [...] no ano de 1694, por iniciativa de três militares portugueses: os alferes Bartolomeu Correia Bravo, Baltasar Aranha de Araújo e o capitão Pedro Lelou. Este último era um grande proprietário de terras no litoral norte [...]. (ARAÚJO, 2007, p. 56,57)

A implantação dos currais foi problemática e contestada desde seu início. Primeiro, a partir de conflitos entre os proprietários dos currais e os demais donos dos sítios dos coqueirais “que empregavam escravos nas lides de pesca” por “sentirem seus interesses econômicos ameaçados por aquela inovação nas formas tradicionais de realizar as atividades pesqueiras, e nas relações sociais que as sustentavam”. Esses conflitos se acirraram depois da provisão régia de 17 de julho de 1815 que “declarou injusto e abusivo tudo o que se exigia pelo uso do mar e praias, os rendeiros levantarem-se contra os proprietários, negando-se a

pagar a renda dos currais e até mesmo, a dos sítios” (ARAÚJO, 2007, p. 57, 59). Os conflitos que geraram a implementação dos currais e as leis que surgiram para promover sua regulação, bem como a utilização das áreas litorâneas, evidenciam os primeiros conflitos entre uso comum e o uso privado, uma vez que os sujeitos envolvidos eram “proprietários de terras e currais, os empreendedores da pesca de linha e rede, os pescadores escravos e livres, as Câmaras Municipais, os governos locais, a coroa portuguesa e, mais tarde, o Estado nacional brasileiro.” (ARAÚJO, 2007, p. 64-65).

O conflito entre o uso comum das águas e o uso privado dos currais foi destacado pelo próprio governador da capitania de Pernambuco Caetano Pinto, “Estas espécies de armação embarça o uso comum da praia, e mar, em que está estabelecida; pois o que fez o curral com o seu trabalho, e despesa, quer desfrutá-lo exclusivamente”. Os senhores de pescadores cativos reagiram à implantação dos currais até o ponto de que a Câmara de Olinda resolve mandar desfazer os currais. Esta decisão foi contestada e os donos dos currais recorreram a “uma instância superior, a relação da Bahía” e “é provável que tenham ganhado a causa”, pois muitos currais se mantiveram e foram legalizados, e muitos dos proprietários dos currais manifestavam “sinais de riqueza” que poderiam advir “da exploração de pescadores livres em seus currais” (SILVA, 20018, p.106,108).

A expansão dos currais foi acompanhada de um processo pelo qual o uso privado e o interesse individual por estes tratou de colocar-se como um interesse público e coletivo, justificando que graças aos currais poderia haver mais peixe, e que isso necessariamente beneficiaria a muitos e não apenas os donos dos currais. Silva (2001) resgata a carta que José Francisco de Paula envia à Câmara do Recife em 1816:

[...] tanto para o sul como para o norte os currais são uns juntos dos outros que os jangadeiros pegam nas varas para desviarem as jangadas dos ditos currais e não há quem impeça, por isso ignora o suplicante a dúvida oferecida pelos suplicados que acham que já fazem por ingratos, quando é comum para o povo haver muitos currais, porque haverá mais peixe, cujo bem, não só alcançam os moradores do lugar, como os de fora, e ainda mesmo os desta praça onde se conduz o mais peixe; e assim recorre o suplicante que com a licença do senado não tivesse mais embarço [...]. (SILVA, L., 2001, p. 111)

Nas paisagens litorâneas descritas pelos viajantes europeus do séc. XIX, segundo os critérios estéticos que a burguesia europeia da época tinha construído sobre oriente e sobre os trópicos, apenas se descrevia a beleza das paisagens e suas gentes em termos de exotismo selvagem, de forma que os conflitos e as relações de poder existentes ou não faziam parte

dessas descrições, ou ficavam num segundo plano. Araújo (2007, p. 52) recolhe as descrições de Henri Koster ao visitar as praias e os coqueirais do litoral Brasileiro:

Esses coqueirais, através dos quais o olhar alcança lonjuras, e as chopanas, feitas inteiramente de palhas das mesmas árvores, situadas entre elas, formam recanto e visão muito pitoresca. E, como frequentemente sucede, quando a casinha fica na orla do bosque, onde finda o coqueiral, de onde se vê por detrás, a folhagem verde-escura da mata, a paisagem se torna romântica. Quando o vento é forte, o sussurro das palmas dos coqueiros e o rumor das ondas aumentam o encanto à cena selvagem. (KOSTER, Henri. 1978, p.23 apud ARAÚJO, 2007, p. 52)

A caracterização da paisagem do litoral como romântica e pitoresca ganha aqui o adjetivo de selvagem que, como foi visto, já havia sido frequentemente utilizado para descrever as populações nativas desde o início da colonização. Estes tipos de descrições e relatos românticos, e caricaturescos, reproduzem os estereótipos criados ao longo desse período. Na mesma paisagem que Koster descreve como pitoresca e selvagem, cujos povoadores foram enquadrados dentro dos preconceitos existentes contra brancos pobres, contra índios, pardos e negros livres ou cativos, as relações escravagistas prevaleciam. A paisagem litorânea aparece assim contraditoriamente descrita; por um lado, se descrevem os povoados de pescadores com conjuntos de casas miseráveis, por outro se descreve como de beleza selvagem e pitoresca. Estudos de história social crítica, como os de Araújo (2007), Silva (2001) e Ramalho (2007), relatam a situação de exploração no trabalho pesqueiro, no melhor dos casos, o pescador livre, o qual também não se livrou das relações de exploração, pois segundo Araújo:

No geral, o pescador livre era destituído da terra que o abrigava e da sombra que o cobria, como também o era do seu principal instrumento de trabalho: a jangada. A maior parte deles trabalhava no regime de meia ou outra qualquer medida, sempre injusta para consigo, o produtor direto do pescado. Trabalhava para o proprietário da embarcação, que muitas vezes acumulava a propriedade da terra, das embarcações e dos currais de peixe. (ARAÚJO, 2007, p.56)

O resultado da imagem social colonial da pesca é que a exploração econômica, a exclusão e marginalização social através dos preconceitos e das humilhações cotidianas são apagadas ou naturalizadas. As relações sociais de exploração através da exploração dos escravos de ganho, da cobrança de dízimos e dos arrendamentos, da destituição das terras e dos meios de trabalho ficam num segundo plano frente às imagens caricaturadas da pesca e dos pescadores. Os preconceitos que foram construídos durante o período do Brasil Colonial

dos séculos XVI, XVII e XVIII, foram reproduzidos e consolidados, não sem transformações e novos matizes, durante o período Imperial e Republicano dos séculos XIX e XX.

2.2 AS TRANSFORMAÇÕES DO IMAGINÁRIO SOCIAL DA PESCA DURANTE OS PERÍODOS IMPERIAL E REPUBLICANO: DA CRIMINALIZAÇÃO AO ASSISTENCIALISMO

A ideia de um Estado Nacional Brasileiro já presente desde José Bonifácio, conhecido como “patriarca da Independência”, esteve presente durante todo o período imperial e se consolidou no período Republicano. Com a emergência e consolidação do estado-nacional, os estereótipos e preconceitos que faziam parte do ideário sobre a pesca ganharam força e se cristalizaram nas instituições Imperiais e Republicanas. Segundo Castelluci (2016, p. 36), a pesca foi especialmente perseguida e as pessoas que a praticavam foram alvo de numerosas injustiças já que, “é nesse período, que a maior quantidade de fontes históricas revela a maneira depreciativa como eles eram vistos e tratados pelas autoridades. Termos como vadios, facinorosos, quilombolas, ladrões e outras adjetivações eram frequentemente usados”. A figura dos “barqueiros ou canoeiros” que tinham suas origens no “Portugal dos séculos XVI e XVII”, que eram, principalmente, escravos e libertos negros, manteve-se no Brasil até o século XIX, sendo bastante significativa do imaginário associado à pesca, aos pescadores e à cultura marítima. No Brasil, os barqueiros eram associados “frequentemente” a um “caráter turbulento”, como já acontecia em Portugal, onde no século XVI, segundo Silva (2001):

[...] dizia-se que os barqueiros extorquiam dinheiro dos passageiros e cometiam ainda delitos mais graves. Contudo, o maior temor quanto a essa presença significativa de barqueiros escravos em rios portugueses decorria da possibilidade, nada remota aliás, de eles ajudarem seus pares de infortúnio da escravidão em fugas. No douro [...] os barqueiros cativos não podiam navegar sozinhos, mas apenas acompanhados de seus donos ou de barqueiros ligados as corporações de ofício - nas quais, a princípio, os escravos não eram aceitos. [...] No Tejo, [...] uma lei emergiu em 1534 - ao que parece em razão de uma revolta seguida de fuga - que determinava que todos os barqueiros escravos ali existentes tinham de pagar uma fiança de 100 xdos por pessoa, fiança apenas formal. A rigor não se exigia dinheiro, apenas uma declaração de intenções por parte do proprietário ou de um amigo seu abastado ou protetor de vir a efetuar o pagamento caso o escravo se fizesse transportar, ou transportasse outro, para a liberdade em terras do norte da África. [...] aos finais do século XVI [...] a corporação dos

barqueiros de Lisboa começou a aceitá-los em seu seio – particularmente aqueles cujas fianças fossem pagas antecipadamente. (SILVA, L., 2001, p. 68, 69)

A criminalidade, as rebeliões, as revoltas e as fugas, foram marcas do imaginário social sobre a pesca e a cultura marítima, que, como vimos, foram construídos desde o século XVI e resultaram numa caracterização da pesca como um trabalho ou um ofício vil, indigno e miserável e associado à condição de cativo. Um trabalho praticado por sujeitos ou bem criminosos ou pouco confiáveis e sempre pouco proclives ao trabalho. Os estereótipos associados à figura do pescador se consolidaram durante o Brasil Império e se cristalizaram nas instituições imperiais. Silva (2001) resgata uma história a partir da qual é possível ver como esses estereótipos associados à imagem social do pescador continuaram vigentes e, inclusive, ganharam força durante o período Imperial. Essa é a história do preto “João, de Angola”, que foi publicada no *Diário de Pernambuco* em 1846. Na notícia do diário, fazia-se uma descrição detalhada das vestes e das características físicas de João, “estatura regular, reforçado do corpo, pés alguma coisa grossos, cabelos e barbas, alguma coisa brancos e bem ladino”, da situação pela qual estava sendo perseguido “este preto foi do Reverendo padre Filipe [...] e há pouco veio de Rio Grande do Norte, preso por andar fugido; tendo estado 6 meses na cadeia da cidade do Natal” e da sua atividade “ele costuma pescar em jangadas, no alto”, fazendo por último uma chamada pública na que se gratificava a qualquer “pessoa que o pegar, ou dele tiver notícias” (SILVA, L., 2001, p. 70).

A imagem social do pescador e da pesca que foi sendo construída no Brasil Colônia desde o século XVI tornou possível que já no século XIX no Brasil Império a pesca fosse diretamente criminalizada, e, inclusive, a não ser considerada como um ofício. Os códigos criminais e as diligências dos Juízes de Paz (que tinham amplas funções: administrativas, eleitorais, judiciais e policiais) refletiram a criminalização da pesca. As pessoas consideradas vadias e ociosas eram obrigadas a comprovar vínculos empregatícios, ou ocupações formais e boa conduta civil, sob pena de recrutamento, prisão e trabalho forçado. Pescadores, canoeiros, marinheiros, jangadeiros e pobres foram alvos dessa criminalização. Castelluci (2016, p. 47) evidencia essa criminalização a partir dos editais emitidos pelo poder judicial colonial nesse período. Estes não consideravam a pesca como um ofício e a relacionam com a Lei de 6 de junho de 1831, que tratava sobre a punição de criminosos da seguinte forma:

Abundam nesta vila os vadios, não obstante as repetidas admoestações, que se há feito às pessoas, em cujo poder existem tais indivíduos. A vista do que

o mesmo juiz há estabelecido o prazo improrrogável de 30 dias, para dentro do qual os mesmos se dedicarem a qualquer ofício, provando-o por atestado jurado dos mestres a quem forem entregues.

Na certeza de que, findo o dito prazo: aqueles indivíduos que não houverem provado em como estão empregados, terão os nomes arrolados, e remetido o arrolamento ao Sr. Desembargador chefe da polícia, e ao Excelentíssimo Governador da Província, a quem nesta data se remete cópia do prazo. E por este se lhes declara, que pescaria não é ofício. E para que chegue a todos a notícia, este se publicará, e afixará nos lugares de costume. (CASTELLUCI, 2016, p. 47)

A criminalização da pesca por parte das instituições judiciais e das ações e diligências dos Juízes de Fora reflete como o imaginário sobre a pesca se cristalizou institucionalmente nesse período. A pesca já não era apenas considerada como um ofício vil, vulgar, servil, ou próprio de escravos, senão que passou a ser vista como não trabalho, como não ofício, como não ocupação, como uma atividade feita por gente desocupada e por criminosos. Esta situação permitiu e legitimou batidas policiais que tinham como objetivo o recrutamento dos considerados vadios e desocupados, tendo os pescadores como um dos alvos de perseguição e captura das autoridades policiais, assim como de recompensas e gratificações para aqueles que os capturassem, ou que dessem informações que permitissem localizá-los e prendê-los. Silva (2001) resgata vários casos de pescadores negros cativos, que por estarem fugidos, procurando sua liberdade, foram perseguidos pelas autoridades, cujos nomes e descrições e profissionais eram relatadas numa seção do *Diário de Pernambuco* destinada a informar sobre os escravos fugidos e sobre a venda de escravizados. Silva (2011) expõe os seguintes casos a partir dos quais podemos ter uma ideia da situação dos pescadores cativos da época que conseguiam fugir e que eram perseguidos pelas autoridades coloniais e pelos seus donos:

Um escravo jangadeiro de nome Lourenço, baixo e cheio do corpo, e velho que representa ter 40 anos, levou vestido calça de algodão ou brim, tudo já velho: quem o descobrir, leve-o em Fora de portas nº20, [...] que será recompensado pelo seu trabalho.

Manoel, de nação cassange, fugido po volta de setembro de 1836 [...] moço de figura bem-disposta, ocupa-se em deitar canos no porto da rua Nova, e em pescar de rede, beijos roxos, tem um calominho abaixo de uma das fontes puxando já para cima da face: os apreendedores o levem à rua Direita, casa de Agostinho da Silva Guimarães.

Manoel, de nação angico, [...] fugido em 20 de fevereiro de 1836, já havia sido apreendido por Joaquim Custódio Gomes de Souza na passagem da Madalena pescando siri, e das mãos do mesmo evaporou-se ficando o chapéu de palha, consta que anda vendendo caranguejos de noite pela Boa Vista, este negro é muito velhaco, e ligeiro que custa a pegar-se, e por este motivo tem na cara uma cotilada já seca e uma brecha na cabeça, é muito preto, e nas mãos têm dedos curtos demais: os apreendedores metam-no na cadeia e anuncia a sua estada pare serem procurados.

João, diz ser da nação cassange; levou camisa de algodãozinho, e calças de estopa: altura para maior da regular, seco do corpo, parece ter mais de 60 anos, barbado e com bastantes cabelos brancos; é caranguejeiro, e por isso tem as mãos e os pés grossos, e maltratados; tem na mão direita uma falta, que é ter o dedo mínimo e o outro contíguo, sem os poder vergar ou dobrar, por causa de um talho, que deu, no serviço, nas jutas dos mesmos dedos, pela parte da palma da mão.

Luiz, que em fevereiro de 1846, tinha cerca de 15 anos, era um jovem aprendiz de calafate. [...] fugiu da casa do seu senhos [...] tem andado aprendendo o ofício de calafate; levou calça de riscado e camisa branca; julga-se que ele tenha seguido para Olinda [...] ou aliás terá se escondido em algum estaleiro dessas praias do Recife, do que tem prática. (SILVA, L., 2001, p. 90,91,92, 99)

A criminalização dos pescadores livres e, principalmente, cativos não se deu de forma isolada, mas, sim, sistemática. Os pescadores também praticavam outras atividades, como a de canoeiro e marinheiro dedicando-se ao transporte de mercadorias e pessoas em jangadas e canoas, etc. Essas atividades davam a possibilidade de subverter o regime colonial e suas normas legais, através do contrabando e do transporte de escravos fugidos, como formas de gingar a ordem, o controle e a exploração coloniais. As autoridades coloniais tratavam de combatê-las, muitas vezes através de mandatos de prisão, no que criminalizava diretamente os pescadores. Silva (2001, p. 117) resgata uma carta do governador Manoel da Cunha Menezes “ao capitão mor da Vila de Serinhaém”, na qual manda prender de forma discricional jangadeiros para averiguar quais são criminosos, fazendo o seguinte pedido: “vejo estarem presos dois jangadeiros, ambos com o nome José, os quais Vossa Mercê remeterá logo seguros a esta praça, para cá se averiguar qual é o criminoso, e os mais que se forem prendendo sejam também remetidos da mesma sorte”. Os anúncios de escravizados fugidos exemplificam como os cativos utilizavam as jangadas como meio de transporte nas fugas, como do escravo fugido José “desconfia-se que iria para o mesmo lugar por mar em uma jangada que no dia seguinte ao da fuga saiu para ali”. Outro exemplo é o escravo marinheiro Damião que, estando em Olinda, “se passara numa jangada de pescaria para Pontas de Pedras ou Praias do Norte” e a escrava Quitéria, natural de Una, que foi comprada na praça do Recife e “consta que procura esta província, embarcando-se neste desígnio, em alguma canoa, ou jangada.”. Assim, a exploração do trabalho dos(as) escravizados(as), somavam-se e complementavam-se o controle e a criminalização das autoridades coloniais sobre eles(as). A principal marca estrutural do trabalho feito nos mares e nos rios, durante o período escravocrata, é que era feito em bom número por pescadores, jangadeiros, canoeiros ou marinheiros, em condição de escravidão. Se no regime colonial os escravos ocupavam o lugar de maior subalternidade,

entende-se que pescadores, jangadeiros, canoieiros e marinheiros escravizados eram relegados a condição de maior subalternidade. Isso significa, em poucas palavras, que eles não eram considerados propriamente como gente e por isso também não eram considerados como gente do mar. Em 1855, numa discussão sobre a pesca e a proteção da indústria pesqueira entre o visconde de Albuquerque e o marquês de Abrantes, este último, ao falar sobre o trabalho de cabotagem afirmava que “Logo que for havendo maior porção de gente do mar, estou convencido de que os escravos que ainda servem como marinheiros serão aplicados a outros misteres, como já se vai fazendo no serviço doméstico e outros misteres”, separando, assim, por um lado, o que ele considerava como gentes do mar, e por outro os escravos e os estrangeiros, que mesmo que trabalhassem no mar não eram considerados como “gentes do mar”, nem como “homens do mar” (SILVA, L., 2001, p. 156).

A navegação era uma atividade econômica central nesse contexto histórico por ser a maior parte do transporte de mercadorias feita em embarcações. O processo de arregimentação de marinheiros para trabalhar na navegação teve os escravos como a principal fonte. Eles tiveram papel relevante; eram utilizados como marinheiros e, muitas vezes, deslocados forçosamente das suas regiões para outras regiões distantes, primeiro pelos donos de escravizados e depois pelas autoridades da Marinha. Os escravos tinham uma enorme importância nas embarcações fazendo diversos trabalhos, desde sua atuação como marinheiros até exercendo as funções de cozinheiros.

A concretização da imagem colonial da pesca e dos pescadores nas instituições foi fundamental para reproduzir a ordem social, as vias legais para o controle e o disciplinamento através de leis, códigos e regulamentos, que jogaram um papel importante no Brasil Império. No caso de Pernambuco, em 1824, os vereadores do Senado pediam na Câmara do Recife medidas punitivas que incluíam o “uso da força” contra “pescadores preguiçosos”. Esse uso da força era legitimado através da culpabilização dos pescadores pela falta de alimentos e por sua carestia, sendo acusados de roubar o povo. Com esses argumentos pretendiam “extirpar os abusos da pesca tão mimosos ao mísero povo” que “não pode sofrer por mais tempo com a carestia, ou antes a ladroeira do peixe, que é vendido ao arbítrio das negras pombeiras que o compravam e recompram para venderem uma migalha por 30 e 160 reis” (SILVA, L., 2001, p. 205). Como foi dito, os vereadores do Senado responsabilizavam os pescadores e as pombeiras pelos problemas de abastecimento e dos altos preços do peixe, para eles o povo era “vítima daquelas malvadas sanguessugas” e pediam a aplicação de medidas de castigo para

aqueles pescadores que “por preguiça e omissão não forem a pesca para serem castigados como ociosos e inúteis” e a existência de “capatazes dos pescadores” que os alistassem e obrigassem a “afixar todos os dias de trabalho”. Pretendia-se, assim, disciplinar o trabalho da pesca pela força, de forma que a quantidade de pescarias e sua duração não fosse mais um critério dos pescadores, senão uma obrigação perante as autoridades. Como foi dito, a naturalização da imagem dos pescadores como ociosos, indolentes e preguiçosos fazia parte do imaginário construído sobre eles no Brasil desde o século XVI.

A força social dessa imagem preconceituosa tinha a função legitimadora para que as autoridades obrigassem pela força os pescadores a dedicar o tempo que se considerava ocioso ao trabalho na pesca. A legalidade desse disciplinamento fazia parte da legitimação moral e jurídica para punir e perseguir os supostamente preguiçosos, ociosos e vadios, que irresponsavelmente colocavam em perigo a prosperidade e o abastecimento. Para isso, era necessário justificar essas ações com base nas leis e na Constituição, topo da pirâmide normativa e relacioná-las com o ideário liberal. Os vereadores que defendiam a proposta de disciplinamento e controle da pesca justificavam a legalidade das suas propostas da seguinte forma:

Estas deliberações [...] em nada atacam ao sistema Constitucional, antes se ajustam muito a eles, porque nos Países onde há Governo Liberal se persegue e castiga mesmo a ociosidade como fonte de todos os crimes, e por isso só parecerão despropositados os pescadores preguiçosos que se contentam com a pesca de um só dia, quanto bastante para a carne, e farinha do seguinte, gastando o resto da semana em jogar, tocar viola pelas praias, etc., etc., e como esta ínfima porção do povo não atende ao bem público, em tudo sacrificado ao seu ócio e interesse menoscabando os mandamentos das autoridades que não estão munidas de força é necessário que a força prevaleça e decida a favor do povo aflito. (APEJE, 1824 apud SILVA, L., 2001, p. 206)

As medidas de disciplinamento e controle propostas pelos vereadores são colocadas como soluções dessas penúrias, fazendo dos interesses particulares, ou das elites que faziam parte do Senado da Câmara, interesses coletivos e tornando todo aquele suspeito de ociosidade como inútil para a sociedade e inimigo da sua prosperidade. Estas medidas negligenciavam qualquer consideração sobre a dependência da pesca aos ciclos naturais, das marés, do tempo de reprodução e desova dos peixes etc., colocando como tempo ocioso e desocupação os tempos de descanso e as limitações que imprimem o meio natural no trabalho pesqueiro. A criminalização do tempo livre ou de todo aquele tempo que não era dedicado ao trabalho considerado produtivo foi uma constante no processo de transição do capitalismo

mercantil ao capitalismo industrial, o que se deu no Brasil entre meados do século XIX e inícios do século XX, e com o passar do período Imperial ao período Republicano. Nessa transição, o imaginário social da pesca passou por transformações motivadas pela necessidade de disciplinar o trabalho dos pescadores para garantir o avanço e a consolidação do capitalismo brasileiro nos moldes industriais.

Diversos trabalhos clássicos da sociologia e da história social crítica têm dedicado análises sobre a forma como foi imposta a disciplina do trabalho a camponeses e artesãos em diferentes contextos, durante os séculos XVIII, XIX e XX. A imposição da “jornada normal de trabalho” (MARX, 2011, p. 430), necessária para o “avanço da nova economia política do mercado livre” (THOMPSON, 2008, p. 121), precisava da “superação do trabalho escravo pelo trabalho livre” e da consolidação da ideia de que “só o trabalho redime” (MARTINS, 2017, p. 199). A justificativa moral para normalizar a disciplina do trabalho e o trabalho como redenção foi necessária tanto para criar sujeitos disponíveis e dóceis para o trabalho disciplinado quanto para criminalizar aqueles considerados ociosos, preguiçosos por não se adaptarem ao disciplinamento do trabalho.

No Brasil o processo de desenvolvimento capitalista não teve suas próprias circunstâncias e especificidades, sendo marcante a origem escravocrata, e as peculiaridades da transição do trabalho escravo para o trabalho livre assalariado. Com a proibição do tráfico de escravizados, a aprovação da lei de Terras em 1850 e a lei áurea de 1888, iniciava-se institucionalmente uma transição do trabalho escravo ao trabalho livre, que instituía um regime de propriedade, no qual a possibilidade de ser proprietário não dependia da condição de liberdade, mas da possibilidade e capacidade para comprar terra. Com isso, a maior parte tanto da população brasileira livre ou que recentemente tinha saído do cativeiro, quanto dos imigrantes europeus pobres ficaram sujeitos ao trabalho nos latifúndios. Para Martins (2017, p. 10), no Brasil, a propriedade da terra se “institucionalizou como propriedade territorial capitalista, presidiu o processo de instauração, difusão e consolidação do capitalismo entre nós, acasalou terra e capital”, sendo a economia do café e sua exploração, primeiro do trabalho escravo e depois do trabalho livre, o exemplo de como se deu a transição de um modo de produção baseado na exploração escravocrata a um modo de produção baseado no trabalho livre.

Como já foi dito, entre finais do século XIX e início do século XX, o projeto de um estado-nação brasileiro e as principais ideias do nacionalismo brasileiro foram se

consolidando e tomando força, emergindo sobre os regionalismos já existentes. No caso dos pescadores, a Marinha Militar e a Indústria Marítima converteram-se nos laboratórios sociais que aceleraram essa transição, e que tinham, entre outros objetivos, transformar os pescadores numa reserva tanto militar quanto de força de trabalho disciplinada. As relações de trabalho da escravidão pretendiam ser superadas por novas relações de trabalho voltadas ao controle do tempo e à extensão da jornada de trabalho e dos dias de trabalho. Para isso, no seio do ministério da Marinha elaborou-se um projeto para criar as chamadas capitânicas dos portos que permitissem a produção de uma reserva naval, a partir de pescadores e outros trabalhadores marítimos, o que foi aprovado em 1845.

Com a aprovação desse projeto, “todos os pescadores e trabalhadores marítimos (canoeiros de alto, marinheiros de longo curso, cabotagem e tráfico de rios e costas) estavam obrigados a se matricular e fazer parte da listagem da capitania” e com isso obrigados “ao serviço militar na Marinha de Guerra quando esta julgasse necessário” (SILVA, L., 2001, p. 199). Nesse contexto, como já foi dito, travava-se um debate sobre o lugar e o papel dos cativos nesse processo, se estes deviam ser sistematicamente excluídos da Marinha e da Indústria Marítima ou se isso não era possível, mas, na prática, tanto os escravizados quanto os estrangeiros faziam parte numerosa na inscrição marítima e por isso eram passíveis de recrutamento. Em 1848, as palavras do ministro da Marinha, o Barão da Muritiba, refletem a visão desta instituição sobre os pescadores livres e cativos e seus diferentes papéis na construção de um regimento de marinheiros que servissem como reserva naval da nação, num contexto de guerra e de controle do território nacional. Para este:

A exclusão gradual dos Escravos da Indústria Marítima, estabelecida por meio de limitação e multas muito deve concorrer para que se vá formando numerosa classe de homens livres, exclusivamente empregados na vida do mar, e que distante cheguem a tornar-se perfeitos marinheiros. (SILVA, L., 2001, p. 199)

Sete anos depois, em 1855, o ministro da armada coloca como dever da Marinha “fixar o contingente que a população marítima nacional pode prestar para as guarnições dos navios de guerra, empregando para havê-lo o recrutamento ou a concessão de vantagens”, excluindo mulheres e escravos aos que “inútil seria alistar”. E dois anos depois, em 1857, o ministro José Antônio Saraiva criticava a inscrição marítima, defendendo um sistema de recrutamento forçado sem listas, pois, segundo ele, esse sistema “estabelece exceções, respeita os encargos da família, e pesa exclusivamente sobre os que com maus desapegos se podem inteiramente

voltar ao serviço da Nação”. Para o ministro Saraiva a inscrição marítima seria um sistema pior, pois:

[...] invocando o princípio de uma cega igualdade, atira sobre o convés dos navios de guerra o vadio e o laborioso, o celibatário e o chefe de família, o homem próprio para a vida do mar e o raquíptico pescador, minado pela devastação lenta das febres paludosas, cujo serviço reduzir-se a figurar continuamente na lista da enfermaria de bordo. (SILVA, L., 2001, p. 217)

As palavras do ministro refletem uma degradante imagem social do pescador como incapaz, raquíptico, miserável e vadio, fazendo uma oposição entre “homem próprio para o mar” e “raquíptico pescador” que continuou a se reproduzir e ganhou força institucional com as ações da Marinha militar. A imagem colonial da pesca fraguada durante o período do Brasil Colônia continuava presente nas cabeças e nas instituições do Brasil Império. O debate sobre se lugar dos escravizados, e a pertinência ou não deles serem arregimentados na Marinha, revela como eram enxergados e como tinha conseguido se reproduzir a imagem social colonial e escravocrata sobre os pescadores. Os principais elementos que faziam parte dessa imagem eram a miserabilidade, a preguiça, a ociosidade, a vadiagem e a delinquência. Estes elementos serviram como fatores explicativos dos problemas de alistamento e recrutamento da Marinha e foram utilizados para legitimar medidas de disciplinamento.

Os novos elementos incorporados à imagem social da pesca durante este período fizeram com que essa imagem fosse ainda mais contraditória e ambivalente. Se por um lado os pescadores eram vistos como necessários para formar parte de uma reserva para indústria naval e militar, estes significavam ao mesmo tempo um entrave, por resistir ao recrutamento e por não estarem imbuídos da disciplina militar e de trabalho requerida, ou bem por serem tachados como inservíveis para Marinha por não serem considerados como verdadeiros homens do mar. Assim, ao mesmo tempo em que as populações marítimas eram enxergadas como passíveis de serem transformadas numa reserva naval e como importantes para esse fim, desconfiava-se que pudessem fazer parte desta pescadores que eram considerados como vadios e raquípticos, e não verdadeiros homens do mar.

Apesar dessas ideias contraditórias sobre o mundo da pesca, que refletem as disputas e divergências das autoridades e das instituições sobre esse mundo, a possibilidade de conseguir disciplinar o mundo da pesca e fazer das pescarias uma indústria, tornava possíveis dois objetivos relevantes para o emergente estado-nação brasileiro. O primeiro, transformar as relações de trabalho próprias da pesca artesanal ou de pequena escala em relações de trabalho

industrial e converter os pescadores artesanais ou de pequena escala em trabalhadores industriais de barcos pesqueiros ou comerciais. O segundo, satisfazer o objetivo econômico de ter uma indústria pesqueira e uma frota comercial, nacionais e também o objetivo militar de ter uma fonte de trabalhadores já disciplinados, que em caso necessário poderiam se tornar marinheiros de buques de guerra.

Sobre a possibilidade de atingir esses dois objetivos, o conselheiro de Estado e senador marquês de Abrantes afirmava que as pescarias por serem “o viveiro da melhor gente do mar; elas fornecem os melhores marinheiros, os homens mais aptos para tripular os navios, quer do comércio, quer da marinha militar”. Contudo, como já foi dito, a possibilidade de escravos e de estrangeiros (que não eram considerados como verdadeira gente do mar) fizessem parte das companhias de pesca era vista pelas autoridades da Marinha e da Armada como um empecilho, bem como uma ameaça, e se tomavam as medidas legais necessárias para excluir estes dois sujeitos sociais de forma sistemática. O medo das autoridades da Marinha e da Armada era que os homens livres e nacionais desistissem de fazer parte das companhias de pesca por medo de serem depois recrutados, fazendo com que as companhias de pesca fossem formadas “apenas por escravos e estrangeiros”. A lei de incentivos à indústria da pesca de 1856 refletiu essas questões proibindo explicitamente que escravos trabalhassem nas empresas de pesca beneficiadas pelos incentivos e limitando o número de estrangeiros que poderiam ser contratados nelas, sob pena de multa e prisão.

Como foi dito, a imagem colonial sobre o mundo da pesca e sobre os pescadores foi incorporando novos elementos desde o início de sua construção no século XVI até a emergência do estado nacional brasileiro no século XIX e sua consolidação no século XX. Os elementos que conformaram essa imagem fizeram uma caricatura da pesca na qual estes eram ou bem animalizados por serem supostamente possuidores de força animal e deficientes no raciocínio, ou bem diretamente criminalizados por serem considerados vadios e preguiçosos propensos a fugas, ou bem considerados como inúteis para o progresso e modernização do país pelo que inclusive “seria inútil alistar” e recrutá-los como marinheiros.

A força da reprodução sociohistórica dessa imagem social se revelou problemática quando a demanda pela industrialização da pesca e pela formação da Marinha Naval de Guerra fez com que esses pescadores considerados vadios, preguiçosos etc. passassem a formar parte tanto das companhias de pesca, quanto da Marinha. Nesse contexto, os pescadores que resistiam ao recrutamento por conseguir ter meios para viver e produzir de

forma relativamente autônoma, mesmo com a exploração própria de uma estrutura fundiária que os submetia aos latifundiários, passaram a ser colocados como empecilhos à modernização. O debate das autoridades militares sobre como superar esse impedimento, girava em torno da exclusão e do disciplinamento dos pescadores. Assim, seu modo de vida e suas relações de trabalho deviam ser transformadas ou eliminadas para se adequar aos interesses das classes dirigentes e abastadas. Essa transformação significava imbuir nos pescadores um sentimento patriótico segundo os princípios, ideias e mitos do emergente nacionalismo brasileiro, adaptar-se às novas exigências da indústria pesqueira nacional e da Marinha militar, e se converter em marinheiros capazes e disciplinados tanto para o trabalho nos moldes da pesca industrial e da marinha comercial, quanto militar. O caráter autoritário e disciplinador da Marinha militar era evidente, sendo ainda práticas comuns os recrutamentos forçados, e em menor intensidade, os recrutamentos voluntários, assim como os castigos físicos. Não é de estranhar que a Revolta da Chibata de 1910 fosse uma reação às péssimas condições dos marinheiros, à violência física praticada pelos oficiais e em definitiva a manutenção das relações escravocratas e racistas na Marinha militar.

No contexto da instauração da República, a Marinha tinha perdido boa parte do seu prestígio, orçamento e força política frente ao governo republicano, que desconfiava desta por sua estreita relação com a Monarquia e com o Sebastianismo (CALLOU, 2013a, 2013b; RAMALHO, 2012, RESENDE, 2014). Contudo, a Marinha soube adaptar-se à nova situação e tratou de recuperar seu prestígio incorporando as demandas da República sobre a modernização da pesca e propondo como caminho para tal fim a necessidade de nacionalização da pesca. O Decreto nº 9.069 de 25 de outubro de 1911 mostrava o interesse de modernizar a pesca no país e transformá-la segundo os moldes industriais, e estabelecia uma reestruturação das companhias de pesca que, segundo Resende (2014, p.61), visava “reestruturar as companhias segundo uma percepção republicana, desde logo impondo a cada empresa a denominação de companhia brasileira de pescarias, e vinculando-lhe o funcionamento a um processo industrial e não a uma atividade de extrativismo”.

A Marinha se colocou como capaz e responsável pela nacionalização da pesca e sua modernização, e nesse sentido, foi relevante na reprodução e transformação do imaginário social sobre a pesca no Brasil que se configuraria a partir de finais do século XIX. Se a imagem social sobre a pesca no período colonial se construiu sobre a base de preconceitos e a criminalização, e dos pescadores como preguiçosos, vadios, fujões e pouco confiáveis, no

período republicano a Marinha militar colocou como desafio para si mesma converter essa população dispersa e desconexa numa reserva militar e de força de trabalho disciplinada que fizesse parte da Nação Brasileira. Isso não era fácil, mais ainda se considerarmos que além da dispersão da população, e de não existir um sentimento de unidade nacional, a única relação que a imensa maioria da população tinha tido até então com as autoridades coloniais, imperiais e republicanas, tinha sido marcada pela violência e pela coerção física e econômica diretas.

Assim, era preciso além da repressão e coerção física direta, criar formas ideológicas de consentimento e coerção moral que possibilitassem a expansão do patriotismo e a unidade nacional para além dos regionalismos. O assistencialismo e o paternalismo foram as formas de relação entre estado e sociedade que as elites utilizaram para tornar efetivo o projeto do Brasil como estado-nação. Com isso, a imagem social da pesca, e as ações das autoridades do estado para com esta, transformaram-se na direção de incluir os pescadores no projeto de Brasil nação que se consolidava através da tutela da instrução e das políticas assistencialistas. Assim, se durante o período colonial e imperial as ações do Estado para com a pesca eram basicamente a coerção física direta, a perseguição e a repressão, o período republicano trouxe o assistencialismo e o paternalismo como novas formas de coerção e subordinação das camadas populares.

O principal marco para analisar essas transformações da imagem social da pesca que a Marinha protagonizou foi a missão do cruzador “José Bonifácio”, planejada pelo Almirante Gomes Pereira e comandada pelo Capitão Frederico Vilar. A missão tinha como objetivo percorrer a costa brasileira, nacionalizar a pesca no país e imbuir o patriotismo e o nacionalismo emergente nas comunidades pesqueiras. Isso foi feito através do que se denominou a “Campanha de Nacionalização da Pesca e Saneamento do Litoral”, iniciada no ano de 1919, quando o Capitão Frederico Vilar junto com uma tripulação de 200 homens partiram do Rio de Janeiro, a bordo do navio José Bonifácio, tendo como destino Belém do Pará. Uma vez em Belém, a tripulação incorporou um grupo de médicos e pesquisadores e voltou percorrendo o litoral brasileiro e parando em numerosos portos até chegar na última parte do litoral sul. A missão durou quatro anos, durante esse tempo se fundaram 800 colônias de pesca, criaram-se mais de mil escolas e numerosos postos de saneamento (CALLOU, 2013b, p. 300).

Além disso, foi criado o jornal *A voz do Mar* através da Diretoria de Pesca e do Saneamento do Litoral, este era divulgado nas colônias e incluía nas suas edições hinos e poemas que apelavam à importância da Marinha e ao papel dos pescadores na defesa do litoral. O hino do pescador brasileiro escrito por Bastos Tigre foi ganhador do concurso que o próprio Vilar criou para escolher um hino que, segundo ele, melhor representasse os pescadores brasileiros. Nesses hinos a supracitada missão e a Marinha são representadas como redentoras dos pescadores, que fazem “valer os direitos” deles, “quebrando os grilhões da escravidão” que os mantêm atados e submetidos aos poderes locais. No caso do hino do pescador brasileiro, o principal apelo é a defesa da pátria como dever destes, ou seja, o seu papel como reserva naval da Marinha militar disponível quando a pátria chamar, como se pode ver no seguinte fragmento: “E se a Pátria um dia de ti precisar, serás tu seu guia, na amplidão do mar”. Por sua vez, as escolas e os grupos de escoteiros criados pela missão promoviam uma educação militar, através de disciplinas como a “Instrução Moral e Cívica”, voltada para instruir os filhos dos pescadores, para se converterem em marinheiros disciplinados que dedicassem suas vidas à Marinha (CALLOU, 2013b, p. 302, 303).

Como foi dito, o principal diferencial que a missão trouxe foi uma mudança na forma de relação das autoridades com a introdução do paternalismo e do assistencialismo nas ações das instituições estatais para com a pesca. A imagem colonial da pesca e dos pescadores como preguiçosos, desconfiáveis, etc., continuou vigente, mas a perseguição e a punição deixaram de ser as únicas formas de relação entre estado e pesca. Assim, o racismo colonialista ficava menos explícito, mas, não por isso, menos presente e estruturante nas relações entre as instituições e a pesca. A missão ao longo dos seus quatro anos conseguiu também ganhar relevância e interesse entre a elite político-econômica. O jornal *A Voz do Mar* continuou fazendo o trabalho de propaganda da missão e produzindo seus boletins, amplamente divulgados nas colônias. Fruto desse interesse pela ação da Marinha, criou-se em 1922 o Patronato Nacional dos Pescadores. A criação do Patronato respondia a uma articulação entre a elite e a missão, e seu caráter paternalista se evidenciava a partir do seu principal objetivo, que era “secundar a ação dos Serviços de Pesca e Saneamento do Litoral, no que diz respeito à instrução e assistência religiosa, moral, física e intelectual dos pescadores e suas famílias” (CALLOU, 2013b, p. 310).

O Patronato atuava principalmente na organização de festas e eventos cívicos nos quais os pescadores desfilavam com a farda de reservas da Marinha fazendo parte do desfile

das tropas militares. A atuação e os objetivos do Patronato refletem a imagem colonial que as elites tinham sobre os pescadores, na medida em que estes e suas famílias são definidos como carentes e desfasados(as) nos âmbitos moral, físico, intelectual e religioso, e por isso, necessitados da instrução ditada pelo Patronato sob comando das famílias de militares da Marinha. A inferiorização dos pescadores e das camadas populares, e a superioridade moral e intelectual autoproclamada pelas elites, condizia ainda com a imagem colonial e racista que tinha sido construída no período colonial e imperial, a República reproduziu essa imagem, com a camuflagem do assistencialismo e da coerção. Esta deixava de ser apenas física para entrar no campo da moral e da instrução do que as elites consideravam como bons costumes.

Por outro lado, no campo do Direito, um dos principais resultados jurídicos dos quatro anos de ações da missão foi a aprovação do Decreto nº 16.183 no ano de 1923, que passou a regulamentar a pesca no Brasil, fazendo da pesca um sujeito relevante na defesa nacional do litoral. O Decreto também previa a criação de infraestruturas como os “postos sanitários” o “Abrigo do Pescador” e a “Caixa de Socorros da Pesca”. A missão trouxe a mudança significativa de que os pescadores passaram a ser enxergados como passíveis de serem incluídos na condição de cidadania. Mesmo sendo assistencialista e paternalista, criou-se uma estrutura mínima de postos sanitários, escolas, etc. Contudo, a propaganda da Marinha também tinha um caráter despolidizador explícito, já que, por um lado, conseguia ter sucesso no objetivo político e econômico de formar uma reserva naval, de imbuir um sentimento patriótico, e de melhorar sua reputação entre os pescadores, ao mesmo tempo em que limitava as possibilidades de discussão política nas colônias. Nos boletins publicados no jornal *A Voz do Mar* se pedia que os pescadores não tratassem nem discutissem questões políticas nas colônias argumentando que “[...] Discutir política e religião dentro das sedes das Colonias ou em reuniões oficiais de pescadores é uma grave ameaça a nossa Grande Obra!”. Além disso, colocava como dever dos oficiais da Marinha e dos pescadores “proibir semelhante atentado!” terminantemente (CALLOU, 2013b, p. 311).

A partir da criação dessa estrutura assistencialista e da retórica da inclusão dos pescadores na condição de cidadãos cujos direitos eram defendidos e garantidos pela própria Instituição, conseguiu, por um lado, mobilizar os pescadores em torno dos objetivos da Marinha, e por outro, neutralizar e ocultar as discussões políticas e os conflitos de classe nas colônias, despolidizando-as e instrumentalizando-as aos seus interesses militares. Suas ações tiveram resultados paradoxais, ao mesmo tempo em que se introduziam novos elementos na

relação Estado-pesca, até então inexistentes, como a responsabilidade do Estado na educação básica e na saúde, e que sem dúvida melhoraram a reputação da Marinha entre os pescadores, aumentaram também o controle político sobre eles através do controle e da proibição explícita do debate político nas colônias.

Em Pernambuco, a repercussão da missão teve como resultado a articulação entre oficiais da Marinha e empresários para elaborar um projeto que concedesse incentivos e auxílios às empresas de pesca que se instalassem no Estado. Isto foi feito sob o argumento de melhorar as condições de vida dos pescadores, reduzir as importações e aumentar o consumo de pescado entre a população (CALLOU, 2013b, p. 18). Esta articulação e seu apelo à modernização da pesca através de incentivos fiscais e de investimentos de capitais para empresas e companhias de pesca, foi a tônica que acompanhou a relação entre a Marinha, o setor empresarial e o mundo da pesca durante as seguintes décadas. As diferentes propostas de desenvolvimento da indústria pesqueira que surgiram tinham como denominador comum a promessa de melhorar a produção pesqueira, a vida dos pescadores e de suas famílias a partir da modernização.

A principal polêmica e conflito de interesses se evidenciou a partir da revolução de 1930. Não se tratou de um conflito ou de uma discrepância acerca do atraso da pesca, a necessidade de modernizar a indústria pesqueira, pois isso era uma pauta comum e compartilhada pelas autoridades e pelo setor empresarial. Tratava-se de uma polêmica derivada da “proposta de desenvolvimento da pesca do comendador português José Júlio Correia da Silva”, para criar a Companhia Brasileira de Produtos do Mar. Esta proposta foi acusada pela Marinha, pela Federação dos Pescadores e pelos próprios pescadores de monopolização e de estrangeirização da indústria pesqueira. Não sem motivos, pois pedia a isenção de todos os impostos estaduais por 30 anos, vantagens e compensações sobre tarifas ferroviárias e marítimas, doação de terrenos do Estado, direito de desapropriar para utilidade pública terrenos particulares e de aproveitamento das quedas de água, além da exploração e do aproveitamento de matérias-primas, entre outros. Este conflito deve ser entendido dentro do contexto sociopolítico e econômico da revolução de 1930, pois a questão central era se se optava por um desenvolvimento da indústria pesqueira relativamente autônomo, a partir de isenções e benefícios à indústria brasileira e da taxaço das importações, ou se se optava pelo caminho da estrangeirização da indústria mediante isenções, benefícios e incentivos tanto às importações quanto às empresas e empresários estrangeiros (CALLOU, 2013b, p. 22, 23).

A polêmica citada diz muito de como, para a Marinha, o principal objetivo seguia sendo a nacionalização como caminho para o desenvolvimento da pesca no Brasil, e como, nesse quesito, a influência nacionalista da revolução de 1930 contribuiu para que a Marinha afirmasse seus objetivos e obtivesse o apoio dos pescadores, para se opor de forma conjunta a iniciativas privadas de estrangeirização e monopolização da pesca. Na medida em que os pescadores eram necessários para os principais objetivos da Marinha, ou seja, nacionalizar a pesca e formar reserva naval militar, estes passaram a ser enxergados de forma utilitarista como sujeitos que deviam ser protegidos e amparados pelos poderes públicos do Estado Brasileiro, pois eram considerados como os defensores do litoral brasileiro.

No ano de 1933, a Marinha passou a atuar conjuntamente com o Ministério de Agricultura através da Divisão de Caça e Pesca – DCP, cabendo a este último a responsabilidade das políticas de fomento para o setor, e sendo a Marinha ainda responsável pelo registro dos pescadores. Para Ramalho (2014, p. 41), “no caso da pesca, isso apenas intensificou algo já existente em termos de controle do trabalho”, sendo que “a Confederação Geral dos Pescadores Brasileiros, implantada em 1920, subordinou-se à DCP, e as colônias, conseqüentemente, também”. Já no ano seguinte, 1934, criou-se o Código de Caça e Pesca pelo Decreto nº 23.672, de 02 de janeiro de 1934, que outorgou à DCP um enorme poder sobre as colônias, podendo intervir nestas “quando julgasse necessário”. Quatro anos depois, em 1938, implantou-se o segundo Código da Pesca mediante o Decreto-lei nº 794, de 19 de outubro de 1938, que, no entender de Ramalho (2014, p. 42), manteve “características assistencialistas” e um viés “policialesco sobre a vida política e de trabalho dos pescadores”. No ano de 1951, mediante decreto do Presidente Getúlio Vargas, a emergência nacionalista da revolução de 1930 e sua influência sobre a proposta de nacionalização da pesca ficaram seriamente desacreditadas, pois este decreto permitia aos estrangeiros realizar atividades de pesca no Brasil recebendo as mesmas condições que os armadores brasileiros (CALLOU, 2013a, p. 34). No período pós-1950 as ações do Estado através de políticas voltadas à pesca procuravam aumentar a produção pesqueira a partir da capitalização e industrialização do setor, mais do que através da sua efetiva nacionalização.

Essa vontade política foi descrita por Juscelino Kubitschek na sua primeira mensagem enviada ao Congresso Nacional no ano de 1956, como uma “nova mentalidade pesqueira” (GOULARTI, 2017, p. 389). Essa nova mentalidade consistia em algo não tão novo, pois as principais ideias dessa “nova mentalidade pesqueira” eram semelhantes às propostas da

Marinha de industrializar o setor pesqueiro. Essas ideias continuavam sendo a aceleração da expansão industrial da pesca e da modernização do setor para aumentar a produção, a partir do aumento da capacidade de captura, armazenamento e da infraestrutura necessária para tal fim, como são os entrepostos, as fábricas de gelo e as câmeras frigoríficas. Além disso, também fizeram parte dessa suposta “nova mentalidade” ações políticas assistencialistas que a Marinha militar já tinha iniciado há mais de três décadas, como são os ambulatórios médicos.

Cinco anos depois, em 1961, durante o governo de Jânio Quadros, criou-se o Conselho de Desenvolvimento da Pesca – CODEPE, visando atender as demandas de um setor que tinha crescido consideravelmente nos últimos anos, assim como centralizar as ações políticas dirigidas à pesca no país. Bancos de fomento como o Banco do Brasil – BB e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, além de representantes do ministério e do setor pesqueiro industrial e artesanal fizeram parte do conselho consultivo do CODEPE, evidenciaram o viés capitalizador e industrializador das políticas pesqueiras durante esse período. Em 1962, um ano depois da criação deste conselho, seria criada a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, tornando-se esta a principal instituição voltada à pesca e à aquicultura nas quase três décadas seguintes.

No próximo capítulo analisam-se como as ações da SUDEPE continuaram mantendo um viés modernizador/capitalizador, que enxergava a pesca artesanal como parte de um estágio civilizatório a ser superado para além da indústria pesqueira. A aquicultura se impôs como representante da modernização na produção de pescado.

3 A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA IDEIA DE MODERNIZAÇÃO DA PESCA NO BRASIL

No ano de 1962, conforme analisado no capítulo anterior, com a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, institucionalizou-se uma ideia de modernização da pesca que, entre outras coisas, serviu de base para promoção da aquicultura como uma alternativa desejável por parte de diversas instituições públicas e privadas. No Nordeste é o Departamento de Pesca e Aquicultura da SUDENE que dirigiu as primeiras políticas estruturais voltadas à modernização da pesca a partir da aquicultura. A criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste foi analisada para compreensão desse processo, foram discutidos alguns documentos, textos e bibliografias sobre a fundação da SUDENE, bem como os principais planos e projetos institucionais de promoção da aquicultura das instituições criadas depois da SUDENE, a saber: a Superintendência de Desenvolvimento da Pesca – SUDEPE, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente – IBAMA, a Subsecretária Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA e da Superintendência de Pesca e Aquicultura de Pernambuco – SFPA.

3.1 A SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA PESCA – SUDEPE E O SURGIMENTO DA AQUICULTURA INTENSIVA

Como resultado da fusão de três órgãos (a parte de Pesca da divisão de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura, a Caixa de Crédito da Pesca, entidade autárquica deste ministério, e do Conselho de Desenvolvimento da Pesca – CODEPE, a SUDEPE foi criada no ano de 1962, durante o governo de João Goulart, por intermédio da Lei Delegada nº10, de 11 de outubro de 1962, (DIAS NETO, 2010, p. 120; TIMM, 1975). Essa lei estabeleceu como principal função desta Superintendência propor e executar a política para o setor pesqueiro, assim como elaborar os Planos Nacionais de Desenvolvimento da Pesca – os PNDP's. A elaboração desses planos estabeleceu-se a partir de um convênio de assistência técnica com a

FAO, junto com a criação de Grupos Permanentes de Estudo, enquanto mecanismo de controle e ordenamento pesqueiro (AZEVEDO, 2012, p. 131).

O I PNDP foi elaborado em 1962 sobre a coordenação do Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva prevendo um planejamento de três anos (1963-1965). Apesar de não ter sido executado, o plano não deixou de ser importante, pois dele se extraíram algumas das ideias e das bases da ação da Superintendência que influenciaram os planos posteriores. Além do I PNDP, a pesca também foi objeto do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, realizado pelo então ministro de Planejamento Celso Furtado do governo de João Goulart e que previa também os mesmos três anos. Tais planos faziam parte do projeto nacional desenvolvimentista, que consistia basicamente numa política econômica guiada pela intervenção estatal num contexto capitalista, para aumentar a produção e a produtividade, tendo como foco principal a industrialização (FONSECA, 2016, p. 119). Mas esses planos ficaram seriamente limitados a partir da deflagração do golpe militar de 1964, permanecendo a industrialização como principal objetivo e meta a ser seguida.

A ruptura democrática teve importantes repercussões sobre os rumos socioeconômicos do país e sobre as ações políticas voltadas à pesca da SUDEPE. Com o Decreto nº 18.696/66, de 1966 a pesca foi considerada como indústria de base no ano seguinte com o Decreto-lei nº 221 de 28 de Fevereiro de 1967, o qual revogou o Código de Pesca anterior, estabelecendo-se uma série de normas, relativas a permissões e proibições da atividade, tamanhos mínimos, épocas de proteção de espécies e possibilidades de crédito. (DIAS NETO, 2010, p. 121; AZEVEDO, 2012, p. 132) A partir de 1967, com o recrudescimento do regime militar existiu uma orientação na política econômica possibilitada pelo contexto internacional e pela reorganização da divisão internacional do trabalho, que promoveu a expansão do setor industrial nos denominados países periféricos, o que estabelece conexão com o período chamado de “milagre brasileiro”. Esse período foi caracterizado pela tutela e o rígido controle dos militares, cujas ações favoreceram a entrada massiva de capital estrangeiro, o endividamento externo, os incentivos à exportação. Além disso, a política econômica promoveu a criação e expansão das estatais e o incentivo à indústria.

O resultado foi um enorme crescimento econômico desigual, pois aumentou a concentração da renda e o poder das classes abastadas. Assim, o crescimento do PIB não foi acompanhado de uma diminuição das desigualdades sociais e de uma melhora nos indicadores sociais da maioria da população (SOUZA, 2016, p. 331). A SUDEPE nesse contexto fez parte

de um modelo de desenvolvimento que também foi conhecido e conceitualizado sob o termo “modernização conservadora” (TAVARES, 1993), implementando uma política de estímulo à “modernização”, cujas ações materializaram-se, em maior medida, a partir do III PNDP principalmente pela concessão de incentivos fiscais ao setor industrial. O peso e a centralidade dos incentivos fiscais podem ser constatados em vários artigos do Decreto nº 221, contidos no título I do capítulo VIII, que estabelecem uma série de isenções que favoreciam as importações, os processos de modernização capitalista da pesca e a frota pesqueira industrial:

Art.73 – É concedida, até o exercício de 1972, a isenção do imposto de importação, do imposto de produtos industrializados, bem como de taxas aduaneiras e quaisquer outras federais para a importação de embarcações, de pesca, equipamentos, máquinas, aparelhos, instrumentos, ferramentas e petrechos para a pesca, quando importados por pessoas jurídicas de acordo com projetos que forem aprovados pela SUDEPE, na forma das disposições regulamentares.

Art. 74 – Os benefícios do artigo anterior estendem-se, por igual prazo, á importação de máquinas, equipamentos, aparelhos, ferramentas e acessórios, quando seja realizada por pessoas jurídicas que fabriquem bens de produção, petrechos de pesca destinados á captura, industrialização, transporte e comercialização do pescado, de acordo com os projetos industriais aprovados por órgão competente da Comissão do Desenvolvimento Industrial do ministério da Indústria e Comércio.

Art. 80 – Na forma da legislação fiscal aplicável, as pessoas jurídicas que exerçam atividades pesqueiras, gozarão até o exercício financeiro de 1972, de isenção do imposto de Renda e quaisquer adicionais a que estiverem sujeitas, com relação aos resultados financeiros obtidos de empreendimentos econômicos, cujos planos tenham sido aprovados pela SUDEPE.

Tal política de incentivo fiscal, amparada no Decreto lei 221/67, foi prorrogada pelo decreto-lei nº 1.217/72, mantendo sua vigência até o ano de 1988 (DIAS NETO, 2010, p. 129). Dentro desta linha de incentivos fiscais, foi importante o Programa de Desenvolvimento Pesqueiro – SUDEPE/BID, “com um orçamento de US\$130,35 milhões, dos quais cerca da metade foram concedidos como empréstimo pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o resto foi contrapartida nacional”. Deste orçamento, “foram destinados US\$101.35 ao subprograma de Linha global de Crédito – Propesca”, intermediado pelo Banco Nacional de Crédito Cooperativo – BCC, e pelos bancos estaduais com os quais se mantinham convênios com juros subsidiados. Do total de subsídios liberados foram direcionados 48% para pesca industrial, 27% para pesca artesanal e 25% para aquicultura”, destacando-se como principais direcionamentos dos investimentos, por um lado, à formação “de uma frota de arrasto, para a pesca do camarão do Norte, e por outro a carcinicultura no Nordeste,

aglutinando esta última todos os recursos correspondentes à aquicultura.” (SUDEPE, 1985, apud DIAS NETO, 2010, p. 133, 134; AZEVEDO, 2012, p.138, 139). Ou seja, nesse período foram esboçadas algumas iniciativas que buscariam a aquicultura como alternativa de desenvolvimento para a produção pesqueira. Nesse contexto, um outro fato a destacar-se é que, embora esse segmento ainda não tivesse base social, os recursos destinados a ele eram similares ao da pesca artesanal, o que revelava o papel, no máximo secundário, dos pescadores artesanais no ideário de desenvolvimento nacional, mais uma vez.

No que se refere, especificamente, às políticas para pesca artesanal, o Plano de Assistência à Pesca Artesanal (PESCART), formulado pela SUDEPE em parceria com o Ministério da Agricultura, do Banco Nacional de Crédito, e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), no ano de 1973, foi a principal ação para este setor. O PESCART deu reforço à linha modernizadora da SUDEPE de difusão de pacotes tecnológicos e de recorte assistencialista, ao qualificar a pesca artesanal como “atrasada”, inclusive, aparece catalogada no primeiro plano nacional da pesca da Superintendência como “primitiva e miserável” (CALLOU, 2013b, p. 326). Essa visão negativa e estigmatizada era compartilhada pelos extensionistas que, em sua maioria, tinham sido formados no Curso de Engenharia de Pesca e que desconheciam as formas de trabalho, práticas sociais e organização social das comunidades pesqueiras. Dessa maneira, a extensão pesqueira teve, em boa medida, o objetivo de negar a continuidade da pesca artesanal, seu modo de vida e suas formas de trabalho e sociabilidade comunitários.

A propósito disso, Callou (2013b, p. 484) escreveu que “a visão que vigorava entre eles, era a de um contexto social e tecnológico atrasado. Este deveria ser modificado, isto é, modernizado, apesar da “ignorância” do pescador e da sua visão “fatalista” da realidade”. Tendo como premissa de partida o atraso do setor artesanal, os objetivos do PESCART visavam à assistência técnica para a modernização do setor não expressando, portanto, os interesses das comunidades pesqueiras.

No ano de 1980, cria-se o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, pelo decreto nº 85.394, voltado às atividades de pesquisa e extensão, “incorporando na sua estrutura o Programa de Pesquisa e Desenvolvimento Pesqueiro, que anteriormente vinha sendo realizadas em parceria com a FAO”. A este instituto somou-se uma coordenação de extensão pesqueira, que significou uma continuidade do programa PESCART. Outra instituição criada durante o tempo da SUDEPE, voltada ao incentivo da pesquisa, foi o Centro

de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – CEPENE, que atualmente pertence ao ICMbio, e tem sua sede no município de Tamandaré, litoral sul de Pernambuco (AZEVEDO, 2012, p. 136). De forma geral, os Planos de Desenvolvimento da Pesca pretendiam estimular a capitalização da pesca, partindo da premissa da necessidade de uma correta exploração dos recursos, que supostamente se encontravam subexplorados, não estando o potencial pesqueiro brasileiro sendo aproveitado. Segundo Dias Neto (2010, p. 126), os três últimos planos estavam comprometidos com a fase do “Brasil Grande”, priorizando o crescimento como meta, tendo como meio para atingi-lo a exportação. De acordo com Ramalho (2012, p. 10), os Planos Nacionais de Desenvolvimento – PNDP contribuíram para que, na década dos setenta, a produção do subsetor pesqueiro artesanal “perdesse seu espaço para a pesca industrial comandada por uma classe empresarial altamente dependente, beneficiada do dinheiro público”. Esta situação se estendeu até 1989, com a extinção da SUDEPE.

Alguns dos resultados quantitativos que mais evidenciam o trato de privilégio que teve o setor empresarial durante o período da SUDEPE, principalmente através dos incentivos fiscais e da incorporação da força de trabalho dos pescadores artesanais a baixo custo, podem ser vistos a partir dos dados históricos sobre a produção da pesca industrial e da pesca artesanal. A produção da pesca industrial que, no ano de 1960, (um ano antes da criação da SUDEPE) era de 36.000 toneladas, multiplicou-se por mais de dez, chegando as 370.000 toneladas no ano de 1988 (um ano antes da sua extinção). Na outra ponta, a produção da pesca artesanal se manteve praticamente inalterada durante esse período, tendo uma produção de 246.000 toneladas no ano de 1960 e praticamente a mesma produção, 249.000 toneladas, no ano de 1988. (IBGE-SUDEPE-IBAMA apud RAMALHO, 2014, p. 45). Sobre a promoção da capitalização da pesca industrial e o alinhamento da SUDEPE para com seus interesses em detrimento da pesca artesanal, Dias Neto (2010) comenta:

A manifestação de interesse dos pescadores na SUDEPE era mantida sob controle e era vista, quando ocorria, como uma insubordinação à tutela estatal, enquanto que a receptividade à manifestação dos empresários era bem recebida e vista quase como o único interesse privado existente. A autarquia, assim, controlava os interesses dos pescadores e se aliava aos dos empresários (grifo nosso). A definição de normas ou regulamentação para a pesca artesanal era dominada pela utilização de critérios técnicos; já para a pesca empresarial, outros fatores eram considerados mais relevantes que os critérios técnicos. (DIAS NETO, 2010, p. 124)

Visto isto, é possível destacar como principais aspectos do período SUDEPE: (1º) o forte apoio aos processos de expansão capitalista na pesca, principalmente favorecendo a capitalização do setor industrial em detrimento do artesanal; (2º) a SUDEPE não teve o êxito esperado, pois não atingiu os objetivos que lhes foram atribuídos, e foi objeto de críticas e denúncias por desvios de verbas públicas, corrupção, discriminação da pesca artesanal, comprometimento dos recursos pesqueiros, e fomento de atividades empresariais inviáveis economicamente; (3º) dentro do cenário de impasses e de limites vividos pelo modelo desenvolvimentista, a SUDEPE entrou numa crise institucional que a levou a extinção em 1989, já no final do governo de José Sarney.

A partir daí e, principalmente, na década seguinte um outro modelo de Estado passou a emergir, com forte influência em políticas liberalizantes; e (4º) a centralidade da modernização e da capitalização da pesca não deixou de trazer consigo históricos aspectos relativos à discriminação social contra as camadas populares no Brasil, o que pode ser comprovado, no caso da pesca, pela função periférica e residual conferida às pescarias e aos pescadores artesanais durante todo o período de vida da SUDEPE, ora por meio de seus planos de ação e recursos financiados, ora pela tutela que exerceu – em conjunto com a Marinha Brasileira – sobre as instâncias de representação política dos pescadores (Confederação Nacional e federações estaduais de pescadores, bem como as colônias de pesca) ao indicar nomes e/ou avaliar possíveis pretendentes que ocupariam as suas direções. Nesse sentido, para as elites políticas e econômicas e a tecnocracia do Estado, as comunidades de pescadores não estariam à altura dos desafios nacionais, precisando, portanto, serem conduzidas (por sujeitos mais qualificados e aptos) para ingressarem em novos marcos econômicos, sociais, culturais e políticos típicos da modernidade.

No caso da primeira e da última premissa acima abordadas, elas foram anunciadas, em larga medida, numa conferência proferida pelo Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva, na época cientista-chefe do Instituto de Pesquisa da Marinha, presidente da Fundação de Estudos do Mar e responsável pela coordenação do Seminário de Tropicologia (criado por Gilberto Freyre em 1966 no Instituto Joaquim Nabuco que depois se tornou Fundação Joaquim Nabuco – FUNDAJ), que teve em seu primeiro debate do ano de 1969, sob o título “Pesca e Trópico”. Além do referido conferencista convidado por Freyre, o evento contou como comentaristas convidados Lourival Vilanova, jurista-sociólogo e professor da

Faculdade de Direito da UFPE e Clóvis Vasconcelos Cavalcanti, economista e pesquisador do Instituto Joaquim Nabuco.

Assim, o seminário foi um espaço em que circularam visões sobre a pesca e as comunidades pesqueiras, tanto oriundas de um personagem responsável por pensar e implementar políticas pesqueiras no Brasil, como aquelas imagens vinculadas a determinados atores do meio acadêmico, cujo eixo norteador foram as concepções para o desenvolvimento e o progresso do Brasil. Foram três possibilidades de desenvolvimento discutidas, a saber; a primeira apostava por inventar novas formas de desenvolvimento próprias e exclusivas tropicais; a segunda optava por criar formas híbridas a partir de uma mistura de experiências; e a terceira defendia a necessidade de importar formas e fórmulas de sucesso dos países ditos superdesenvolvidos. Nesse seminário, Freyre se posicionou a favor da segunda forma de desenvolvimento, colocando a pesca como um exemplo possível de um desenvolvimento híbrido, argumentando que a mesa representava uma combinação entre:

[...] perspectivas derivadas de experiências tropicais com valores e técnicas desenvolvidas por povos não tropicais [...] com a melhor defesa de recursos tropicais – como o representado pela lagosta – da invasão de águas não só tropicais como nacionais por pescadores, super-desenvolvidos nas suas técnicas, vindos de países temperados ou boreais. (FREYRE, 1985, p. 32)

O Almirante manifestou-se a favor da terceira proposta de desenvolvimento, sob o argumento de que por ser “o progresso mundial iniciativa das zonas temperadas” e “as únicas equações de progresso e desenvolvimento delas nos vem”, e que por esses motivos o Brasil deveria importar as “equações de progresso” dos países temperados desenvolvidos. Sem dúvida, o Almirante, apresentado pelo próprio Freyre como “uma das maiores autoridades brasileiras no assunto: talvez a maior”, foi uma figura relevante, e suas ideias sobre a pesca influenciaram sobremaneira a formulação das políticas voltadas à pesca criadas durante todo o período da SUDEPE (FREYRE, 1985, p. 31). Mais ainda, se consideramos que I PNDP que, como anteriormente dito, era da sua autoria, foi a base para a elaboração dos II, III e IV PND’s nas décadas seguintes, pode-se frisar que a importação das fórmulas de desenvolvimento dos países ditos desenvolvidos tornou-se a marca principal dos PND’s, sendo a industrialização e capitalização do setor pesqueiro os seus principais objetivos.

Do conteúdo do seminário e da conferência do Almirante podem se extrair as raízes de algumas das principais ideias-força que orientaram todo o período da SUDEPE e outros que ganharam condições sociohistóricas, técnicas e políticas para sua execução décadas depois,

como foi o caso da aquicultura, por exemplo. O tom cientificista perpassa toda a conferência do Almirante, que faz questão de ressaltar que sua intervenção “é a conferência de um cientista. Escravo da realidade objetiva”, e que pretende desmanchar os mitos sobre a pesca no trópico e esclarecer o que considera uma “realidade tão adversa ao mito”, uma “verdade estatística” que “resiste às aritméticas frívolas”. Esses mitos, para o Almirante, fundam-se nas prerrogativas de que o mar tropical é um mar “dadivoso”, e de que “o brasileiro associa obstinadamente a imagem da pesca” e do “peixe bom” ao Trópico, quando, segundo ele, a realidade é que “o trópico é um tão pobre produtor de pescado”. Para o Almirante Silva, a origem desse mito, e o “prestígio falacioso do peixe tropical e da pesca tropical”, não se deve à “abundância, ilusória e refutada do peixe tropical”, mas ao “caráter do peixe e da pesca tropical”, do qual resulta “que o ato da pesca, no Trópico, é um ato pessoal, não coletivo, artesanal, não industrial, desafiador e arriscado, como um lance de jogo de azar, envolvendo o homem, e não o barco ou guincho, como um desafio” (SILVA, P., 1985, p. 33), isto é, nela se ausenta qualquer aspecto de cientificidade, de meios modernos.

Os argumentos do Almirante contribuem com uma ideia de modernização que implica o aumento da produção a partir do apoio da industrialização da pesca e da aposta na aquicultura como sinônimo de uma mudança radical no mundo da produção pesqueira, com base na aquicultura intensiva empresarial. Ele aposta nas “receitas de desenvolvimento e progresso dos países de clima temperado” como “receitas” que os países de climas tropicais “devem seguir.”. Na medida em que o Almirante descreve a pesca nos trópicos como “tradicional maneira primitiva de sobreviver” e ao mar tropical como “pobre”, ele acaba por reforçar alguns dos preconceitos e mitos presentes no imaginário colonial da pesca, que a colocam como sinônimo de atraso, de pré-civilizado e como um empecilho ao progresso e a modernização (SILVA, P., 1985, p. 34, 35, 40).

Depois da conferência do Almirante Moreira Silva, Gilberto Freyre concede a palavra aos comentadores, Lourival Vilanova e Clóvis Vasconcelos, jurista e economista, respectivamente. Destas falas podem-se extrair também algumas questões importantes sobre a ideia de modernização da pesca, de sua industrialização e o desenvolvimento da aquicultura como máximos representantes do setor. Na sua intervenção, o jurista Vilanova sugere a possibilidade de que “com tecnologia, com a industrialização da pesca, com a incorporação de técnicas cientificamente fundamentadas, o espaço pode ser transformado”, colocando como exemplos disso, entre outros, a “piscicultura” e a “aclimatação do salmão nórdico para águas

doces”. Depois disso, pede ao Almirante para falar sobre as possibilidades da criação industrial do atum, como “tecnologia notável” e sobre as repercussões que tem tido sobre a “política pesqueira; isto é, da planificação e da racionalização da atividade pesqueira a fim de ela passar do ciclo artesanal ao industrial” (VILANOVA, 1985, p. 43, 44).

Ou seja, a aquicultura empresarial intensiva se anuncia como mudança no padrão produtivo e como caminho a ser trilhado para a modernização do setor. A criação em cativeiro do salmão e do atum são colocados como exemplos capazes de transformar o espaço e racionalizá-lo a partir de uma “tecnologia notável”, e como caminho a ser trilhado segundo o exemplo dos países ditos desenvolvidos. A aquicultura é representada pelos participantes da conferência como uma atividade alocada num estágio superior de desenvolvimento que possibilita a produção industrial de pescado.

Sobre isso, o segundo comentador, o economista Clóvis Vasconcelos, afirmou que há “necessidade de aprimoramento tecnológico de processos poupadores de capital e intensivos no uso de trabalho”, para superar “a rústica tecnologia adotada” e aprimorar tecnologicamente a pesca nos trópicos, pois segundo ele há “todo um mundo tecnológico a explorar” através do aperfeiçoamento tecnológico nas “capturas de pescados finos” e das “as trocas com o pescado industrialmente obtido em larga escala pelo emprego intensivo de recursos capitalísticos”. Ou seja, a proposta consiste em especializar a pesca tropical na captura de peixes finos e de alto valor comercial a partir do uso intensivo da mão de obra, que sirva de moeda de troca para facilitar a aquisição de pescado barato obtido “em larga escala pelo emprego intensivo de processos capitalísticos”. A solução que propõe passa por utilizar as “vantagens comparativas de exploração do mar quanto aos recursos próximos aos litorais das zonas tropicais e temperadas” e fomentar as “iniciativas de realização de capturas por países da primeira categoria em águas internacionais – a semelhança do que fazem hoje, de forma extensiva, Japão e União Soviética”, como política de desenvolvimento da pesca e proposta comercial para o Brasil (CAVALCANTI, 1985, p.48)

Essa ideia de modernização da pesca reproduz uma visão utilitarista dos(as) pescadores(as), pois aqui eles(as) aparecem apenas como um fator relevante no que se refere ao “uso intensivo de trabalho”. Ou seja, o papel atribuído a eles(as) é o de serem utilizados(as) como mão de obra barata, subordinando-os(as) ao principal projeto de modernização que consiste na indústria pesqueira. O economista mantém uma visão etapista do progresso

científico pela qual a modernização da pesca através da industrialização e da aquicultura intensiva significam uma “etapa futura do progresso científico”. (CAVALCANTI, 1985, p. 47)

Por último, o Almirante passa a colocar como empecilhos para que a exploração do mar atinja um estágio de desenvolvimento superior e semelhante ao da “exploração de terras”, o fato de que “prevalece sobre o mar a estranha teoria da liberdade dos mares”. (SILVA, P., 1985, p. 49, 50). Com isso refere-se à consideração dos mares e também dos rios como bens públicos de uso comum, como empecilho para a exploração do mar. Assim, para o Almirante, “como o mar é propriedade de todos, nós aplicamos no mar técnicas de exploração, pelo menos um degrau a baixo do que as técnicas empregadas em terra”, argumentando que “essa gloriosa doutrina da liberdade do mar, na realidade, é o principal obstáculo ao progresso nas suas formas usuais”. A aquicultura é reforçada assim pelo almirante como um “avanço tecnológico [...] perfeitamente possível” se esta modificasse “o estatuto dos mares” como bens públicos e pudessem ser privatizados (SILVA, P., 1985, p. 49).

Segundo o Almirante Silva, o mesmo aconteceria nos rios, pois “no mar e no rio que são de todos, ninguém põe”, e também nos açudes, pois se “o açude é propriedade privada, alguém o fertilizará para tirar o peixe, mas se o açude é propriedade coletiva, ninguém o fertilizará”. Assim, definitivamente, as possibilidades de progresso passariam por mudar os regimes jurídicos de propriedade do mar dos rios e dos açudes, (SILVA, P., 1985, p. 50, 51) o que condiz com a proposta da aquicultura empresarial de privatização e loteamento das águas da união para fins de aquicultura.

Durante o período da SUDEPE essas ideias se reproduziram, transformaram-se, renovaram-se, e incrustaram-se institucionalmente. Consolidou-se uma visão marcada de preconceitos sobre a pesca artesanal e os(as) pescadores(as). Como foi visto, esta imagem associava a pesca ao atraso colocando-a como barreira a ser superada pela modernização, como atividade pré-civilizada. Essa imagem oferecia, de certa maneira, uma caricatura dos(as) pescadores(as) nos trópicos que os(as) inferiorizava.

Essas ideias impregnaram as instituições públicas, cristalizando-se nas suas ações, o que levou à construção de mecanismos político-sociais que buscaram a naturalização das relações de desigualdade contidas na formação da sociedade brasileira, a exemplo de seu caráter colonial e escravocrata. Isso marcou a construção da sociedade, do Estado brasileiro, (IANNI, 1998, 2004; PRADO JR. 1972) até os nossos dias (SOUZA, 2017, 2018). O período da SUDEPE não deixou de ser um exemplo de como as ideias e os interesses particulares da

elite militar e empresarial se autoproclamaram como interesses da sociedade e do setor pesqueiro brasileiro, conferindo um papel de subalternidade à pesca artesanal e de utilitarismo em relação aos(as) pescadores(as). O resultado dessas ações políticas, longe de promover processos democratizadores e de valorização do setor pesqueiro artesanal, almejaram torná-lo um apêndice do setor pesqueiro industrial. O principal interesse era o de patrocinar e também fortalecer o empresariado pesqueiro nacional à imagem e semelhança dos países desenvolvidos (Inglaterra, França, EUA, Japão), desconsiderando as singularidades das dinâmicas ecológicas dos mares e rios do Brasil, bem como o próprio perfil daqueles sujeitos (os empresários) classificados como capazes de modernizar o mundo pesqueiro.

Como já foi destacado, isto significou, na prática, dois movimentos que se combinaram: de um lado a capitalização a qualquer custo, através de incentivos fiscais, destinados a criar uma classe empresarial industrial pesqueira, por meio de uma frota com tecnologia moderna; e de outro, isso só seria possível, também, ora pela conversão do trabalho produtivo autônomo dos(as) pescadores(as) em trabalho assalariado, de forma que eles(as) deixassem de viver diretamente dos produtos do seu trabalho para viver da venda da sua força de trabalho, ora pela subordinação da produção pesqueira artesanal às empresas do setor a partir da comercialização dos seus pescados (DIEGUES, 1983).

Pode-se concluir que, durante o período da SUDEPE, a monopolização do Estado pela burguesia e pelos militares levou a pesca a experimentar um tipo de “revolução burguesa” (FERNANDES, 2005, p. 250). Tudo isso se fez com base num ideário de subalternização das comunidades pesqueiras no país e de valorização do empresariado. Assim, o setor pesqueiro industrial foi colocado como defensor e promotor dos interesses gerais, como alavanca para a modernização, o desenvolvimento e o progresso, e a pesca artesanal como representante do atraso, do primitivo e da pobreza. Legitimava-se institucionalmente a pesca industrial e a incorporação dos(as) pescadores(as) artesanais, por meio do assalariamento e/ou do repasse da produção capturada. De fato, essa incorporação destes(as) à indústria pesqueira possibilitou seu crescimento exponencial, pois embora já existisse o que Marx chamou de excedente de trabalhadores, a indústria pesqueira necessitava de trabalhadores(as) com características específicas, ou seja, acostumados(as) ao trabalho no mar.

O fim do regime militar trouxe à tona o debate da democratização das instituições públicas, e a própria SUDEPE teve que responder às críticas que a acusavam de autoritarismo e de ter deixado de lado a pesca artesanal, fato que se somou à crise do modelo

desenvolvimentista. A extinção da SUDEPE, em 1989, coincidiu com um contexto sociopolítico complexo e paradoxal, em que o processo de redemocratização do país deparava-se com a emergência e o fortalecimento das ideias neoliberais no Brasil. Nesse contexto paradoxal, a histórica imagem da pesca artesanal, apesar de sofrer tensões oriundas dos movimentos sociais dos(as) pescadores(as) e, agora, por parte da academia, não rompeu, do ponto de vista institucional, com a visão de atraso, o que caiu como uma mão na luva para a legitimação do neoliberalismo no setor pesqueiro, pois reforçava a ideia da necessidade da modernização capitalista do setor, e da pesca artesanal como empecilho para aumentar a produção e garantir a acumulação capitalista, como será discutido no item seguinte.

3.2 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL E A EXPANSÃO DA AQUICULTURA INTENSIVA (1989-2003)

O fim da SUDEPE ocorre num momento de expansão do neoliberalismo no Brasil. Este se consolidou ao longo da década dos anos 1990, tendo como principal alavanca política os dois mandatos presidenciais de Fernando Henrique Cardoso, do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB (1995-2003). O avanço do modelo neoliberal foi resultado de um processo intenso e complexo em que intervêm vários fatores, como: o debilitamento da classe trabalhadora, no confronto básico (ou luta de classes) entre capital e trabalho; a hegemonia das formas não produtivas de valorização do capital, especialmente da especulação financeira; e a reconfiguração da estrutura de poder internacional que reforçou a hegemonia das corporações transnacionais e dos EUA. O neoliberalismo trouxe, como consequência, uma nova configuração do poder de classe e das relações internacionais, o que produziu efeitos nas políticas econômicas implementadas pelos Estados-nação e no papel das instituições e organizações internacionais (CÁMARA; MARINA, 2010, apud IZQUIERDO, 2012, p. 22, 24).

A partir da procura e da geração de novos espaços de valorização de capital, o capitalismo neoliberal adquiriu uma forte dimensão globalizante, relacionada principalmente com a desregulação dos movimentos internacionais de capital, dando lugar ao que foi conhecido como globalização neoliberal (IZQUIERDO, 2012. p. 4). Em suma, o

neoliberalismo consiste num conjunto de práticas empresariais, políticas e culturais, que refletem uma forma comum de orientação da atividade econômica social e política (ANDREU, p. 97, 2009). Ou dito de outra forma, um conjunto de ideias, políticas, instituições e práticas, um momento da luta de classes, e um sistema de acumulação (SAAD FILHO, 2015, p.58), que foi fruto da transformação estrutural da economia mundial a partir dos anos 1970 e sua busca pela recomposição das condições de valorização do capital.

Nesse contexto, deu-se a extinção da SUDEPE, em 1989 (apenas um ano depois da promulgação da constituição de 1988), sob o governo de José Sarney. Suas atribuições foram passadas ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), pela lei n.7.735 de 22 de Fevereiro de 1989, que foi criado em decorrência da fusão da SUDEPE, da Secretaria Especial de Meio Ambiente, da Superintendência de Desenvolvimento da Borracha e do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal. No âmbito da pesca, ao IBAMA competia, agora, coordenar, regulamentar, orientar e fiscalizar a execução das ações e atividades relacionadas à gestão dos recursos pesqueiros. Deveria – a referida Instituição – elaborar as estatísticas pesqueiras, a pesquisa, a regulamentação e fiscalização do setor, visando à manutenção da biodiversidade aquática e costeira (FAO, 2016, p. 17).

A estrutura do IBAMA dividiu-se em cinco diretorias, que assumiram diferentes competências. Cabe destacar que a sua estrutura deu continuidade aos Grupos Permanentes de Estudo (GPE's) criados durante o período da SUDEPE dentro dos Planos de Desenvolvimento da Pesca (AZEVEDO, 2012, p.143, 144). O foco do IBAMA direcionava-se para a conservação e preservação dos recursos pesqueiros, e à manutenção de mecanismos de controle sobre a pesca, dando continuidade à política da SUDEPE no que se refere à negligenciar o trabalho dos(as) pescadores(as) artesanais e suas práticas de utilização de recursos. A diferença agora é que o IBAMA passa a utilizar o argumento ambiental para realizar isso. Nesse sentido, a pesca artesanal foi o alvo principal da fiscalização e das punições desta entidade ambiental, já que as zonas onde atuam a pesca industrial são de mais difícil acesso.

No ano de 1992, último ano de governo de Fernando Collor, surge o Centro Nacional de Populações Tradicionais e Desenvolvimento Sustentável (CNPT), formando parte do IBAMA e tendo como missão a implementação de Reservas, mas essas reservas não tiveram apoio técnico e financeiro suficiente (VASCONCELLOS, SALES, DIEGUES, 2007, p. 66).

Contudo, nessa época, a pesca e aquicultura eram de competência do IBAMA, não existindo, portanto, uma instituição específica voltada à sua promoção. O setor empresarial pesqueiro, beneficiado durante o período da SUDEPE, tinha interesse na criação de uma instituição específica para apoiar suas iniciativas.

No ano de 1992, três anos depois da delegação das competências sobre a pesca e aquicultura ao IBAMA, foi solicitada a transferência de competências ao Ministério de Agricultura mediante a medida provisória nº. 309792. Dois anos depois, em 1994, já no governo de Itamar Franco, “forma-se um grupo de trabalho interministerial”, que recomenda, dentre outras coisas, a “criação de uma Secretaria Nacional como órgão autônomo encarregado do planejamento, controle, administração, coordenação, promoção e desenvolvimento dos setores Pesqueiro e Aquícola”. Contudo, a proposta de criação desta secretaria não se materializou, foi efetivada por meio de decreto o Grupo Executivo do Setor Pesqueiro – GESPE, em 1995, sendo Fernando Henrique Cardoso o então presidente da república. Dois anos depois, no ano de 1997, mediante medida provisória, separam-se as atividades de ordenamento, (ficaram a cargo do IBAMA), e as de fomento e desenvolvimento, (que passaram a ser de competência do Ministério de Agricultura e Abastecimento – MAPA). No ano de 1998, por meio de Decreto nº 2.681, cria-se dentro do Ministério da Agricultura e Abastecimento o Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA (AZEVEDO, 2012, p.146, 147).

Durante o período compreendido entre os anos 1998 e 2003 houve uma disputa política por competências entre as instituições dedicadas ao desenvolvimento setorial como o Ministério de Agricultura, Abastecimento e Pecuária – MAPA, o Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA, e as instituições ambientais e conservacionistas como o Ministério de Meio Ambiente – MMA e o IBAMA. Nos anos destacados, retomaram-se alguns investimentos no setor pesqueiro, dirigidos principalmente ao setor industrial e à aquicultura empresarial, principalmente, a partir da concessão de crédito de subvenção ao óleo diesel. O programa para aquicultura do Plano Plurianual do segundo mandato de FHC contou com um orçamento de R\$ 65.4 milhões, que contribuiu com a expansão da carcinicultura de forma mais intensa na região Nordeste. Estes empreendimentos de cultivo de camarão para exportação foram alocados em áreas de mangue, e apicuns, causando numerosos problemas em áreas de pesca tradicionalmente utilizadas por pescadores(as) artesanais (BATISTA; TUPINAMBÁ, 2005 apud AZEVEDO, 2012, p. 149, 150).

Outro arranjo jurídico que põe em risco as áreas de pesca utilizadas por comunidades de pescadoras e pescadores artesanais vem com a criação do decreto nº 2.896, de 09 de dezembro de 1998, pelo qual se permite o uso de águas públicas da União para a exploração privada a partir da Aquicultura. Por sua vez, o Plano Plurianual outorgou ao Programa de Desenvolvimento da Pesca “R\$ 36.7 milhões”, também para o período (2000-2003). Este programa priorizou o aumento das exportações, centrando-se, para isso, no suposto potencial da Zona Econômica Exclusiva Brasileira – ZEE. Foi liberado, por meio de decreto, o arrendamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras para explorar a ZEE. Já o IBAMA, através do programa “Recursos Pesqueiros Sustentáveis”, destinou R\$ 122,1 milhões a ações de fomento de projetos de uso sustentável dos recursos pesqueiros, ao pagamento do seguro de desemprego do pescador artesanal, e à avaliação dos estoques e potencial sustentável dos recursos vivos da zona econômica exclusiva (DIAS NETO, 2010, p.143).

É importante ressaltar que a criação desse programa está relacionada com um contexto internacional paradoxal, posto que, ao mesmo tempo, os debates acerca do desenvolvimento sustentável e dos problemas ambientais ganhavam força, o modelo neoliberal vigorava e se consolidava, como mencionado anteriormente. Essa conjuntura coincide com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Eco-92), com a criação do Ministério de Meio Ambiente no ano de 1992, e com a consolidação do modelo neoliberal no Brasil.

Como foi dito, as ações mais estritamente de fomento da atividade aquícola e pesqueira foram outorgadas ao Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). A estrutura institucional e os recursos humanos e econômicos do departamento não permitiram que o DPA executasse suas funções, segundo Neto (2003, p. 142), “a criação do DPA, no MAPA, não foi acompanhada de uma adequada estruturação ou rebatimento funcional nas Delegacias Federais de Agricultura, nos estados, e nem na alocação de recursos humanos capazes de executar essas funções”. Além disso, o DPA apresentava um vácuo nas ações políticas voltadas à pesca artesanal, mostrando seu desinteresse pelo setor e sua priorização na capitalização via pesca industrial e aquicultura, pois segundo NETO, (2003, p.143) não havia uma “proposta de ação para a pesca de pequena escala ou artesanal”.

O resultado quantitativo mais aparente destas ações e mudanças institucionais foi um crescimento exponencial da produção da aquicultura frente a um estancamento da produção pesqueira. A seguinte tabela oferece os dados sobre a produção e a taxa de crescimento anual da pesca e da aquicultura, entre os anos 1994 e 2003. Esse período é significativo para entender como o contexto de emergência e expansão da aquicultura intensiva no Brasil, repercutindo a doutrina neoliberal no país, e, concretamente nas políticas voltadas à pesca e à aquicultura.

Quadro 1 - Competências sobre Pesca e Aquicultura / Mudanças institucionais. Produção da aquicultura e da pesca e taxas de crescimento anual, Brasil (1994-2003).

Ano	Competências sobre Pesca e Aquicultura / Mudanças institucionais	Produção da Aquicultura (mil toneladas)	Taxa de crescimento anual (%)	Produção da Pesca (mil toneladas)	Taxa de crescimento anual (%)
1994	MMA-IBAMA/Grupo de trabalho interministerial para a criação de uma secretaria voltada ao setor.	3,8		697,5	
1995	MMA-IBAMA/Criação do Grupo Executivo do setor pesqueiro – GESPE.	46,2	1115,8	606,7	-13,0
1996	MMA-IBAMA e GESPE.	60,7	31,4	632,5	4,3
1997	MMA-IBAMA e MAPA/ Separação de competências entre MMA e MAPA.	87,7	44,5	644,6	1,9
1998	MMA-IBAMA e MAPA-DPA / Criação do Departamento de Pesca e Aquicultura – DPA.	103,9	18,5	606,8	-5,9
1999	MMA-IBAMA e MAPA-DPA/ Entrada em vigor do decreto nº 2.896, que permite o uso de águas públicas da União para a exploração privada da Aquicultura.	140,6	35,3	604	-0,5
2000	MMA-IBAMA e MAPA-DPA/ Entrada em vigor do Plano Plurianual 2000-2003.	176,6	25,6	666,9	10,4
2001	MMA-IBAMA e MAPA-DPA/ Plano Plurianual 2000-2003.	209,3	18,5	730,3	9,5
2002	MMA-IBAMA e MAPA-DPA/ Plano Plurianual 2000-2003.	251,3	20	755,6	3,5
2003	MMA-IBAMA e MAPA-DPA/ Plano Plurianual 2000-2003.	278,1	10,7	712,2	-5,7

Fonte: IBGE, Séries históricas e estatísticas, janeiro, 2019. Ministério do Meio Ambiente, da Amazônia Legal e dos Recursos Hídricos – MMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – Cepene. As informações

são divulgadas pelo IBAMA, por meio da publicação “Estatísticas da Pesca”. Organizado por: José Ignacio Vega Fernández.

Como pode ser visto na tabela, a aquicultura experimentou um crescimento acelerado na década de 1990, especialmente a partir de 1994. A média das taxas de crescimento anual foi de 146,7% no período que vai de 1995 a 2003. Período que, como foi dito, coincidiu com a irrupção do neoliberalismo e com a articulação do setor aquícola empresarial ligado ao agronegócio, primeiro para criar uma secretaria específica, voltada à promoção de pesca e aquicultura, e depois para dividir as competências com o MAPA e o DPA. Esse crescimento também se viu favorecido pelo Plano Plurianual do segundo mandato de FHC no que, como anteriormente assinalado, o programa para aquicultura contou com R\$ 65.4 milhões.

Os dados da tabela evidenciam as diferenças nas taxas de crescimento da produção da pesca e da aquicultura, mostrando como a irrupção do neoliberalismo e as mudanças institucionais que a acompanharam favoreceram a expansão da aquicultura e sua produção. Esta manteve taxas de crescimento muito elevadas durante os nove anos do período (1994-2003), obtendo uma média anual de crescimento de 146%. Em contraste, na mesma época, as taxas de crescimento da pesca foram muito mais baixas que as da aquicultura, inclusive durante quatro anos estas foram negativas. Esses dados quantitativos reforçam o que foi dito até agora sobre a estreita relação entre a consolidação do neoliberalismo no Brasil e a expansão da aquicultura evidenciando que esta cresceu no calor do auge neoliberal.

Por outro lado, cabe destacar que durante os anos mencionados de disputa institucional, entre o IBAMA e o DPA, elaboraram-se marcos que visam regular e ordenar a pesca e os recursos pesqueiros, como sejam: o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza que receberam financiamento do Banco Mundial e do Banco Latino-americano de Desenvolvimento, (SCARDUA, BURZSTYN, 2003 apud AZEVEDO, 2012, p.152). Tais marcos mantêm um viés gerencialista próprio da ideologia neoliberal hegemônica dos últimos trinta anos, a partir da qual o Estado passa a perder sua centralidade, delegando suas funções para entidades gestoras descentralizadas, que melhorariam a eficiência e aperfeiçoariam a competitividade. Na escala internacional, podemos destacar como principais marcos jurídicos que influenciaram estas políticas: a Convenção da Diversidade Biológica, que foi a base sobre a qual foram criadas as políticas de conservação e as unidades de conservação no Brasil; a Agenda 21 Global, que estabelece as bases do gerenciamento integrado e do desenvolvimento sustentável, tanto das zonas costeiras,

quanto das zonas econômicas exclusivas (ZEE); a convenção das Nações Unidas sobre os Direitos do Mar, que fornece as linhas de ação para a gestão das pescarias, definindo a capacidade máxima de captura nas zonas econômicas exclusivas (ZEE) e a possibilidade dos países repassarem essas capturas para outros países, caso estes não as realizem, o que permitiu no Brasil o arrendamento de embarcações estrangeiras para realizar essas capturas; o Código de Conduta para pesca Responsável, um documento que faz parte da base da atuação da FAO, e que tem como objetivo a reforma coordenada das políticas nacionais de pesca e aquicultura a nível internacional, incorporado mais tarde nos objetivos da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP (AZEVEDO 2012, p, 103,106,111,127).

Podemos dizer que, durante o período em que a pesca ficou ligada ao IBAMA, o governo manteve uma política conservacionista própria de um órgão ambiental, com um discurso centrado na crise e na escassez dos recursos e a necessária recuperação e conservação dos mesmos. A política pesqueira do IBAMA considerou todos os tipos de pesca como depredadores de recursos, e como responsáveis pela escassez, mantendo instrumentos verticais de controle das espécies protegidas e das atividades de pesca consideradas predatórias, que afetaram principalmente os(as) pescadores(as) artesanais. Sobre os resultados das políticas implementadas neste período e sua continuidade em relação à existência da SUDEPE, Azevedo e Pierri (2013, p. 2,3) comentam:

O resultado das políticas desenvolvimentistas e conservacionistas, somados ao vazio de políticas substantivas para a pesca artesanal, determinou que a maioria dos pescadores artesanais e suas comunidades ficassem em condições muito precárias de vida. Assim, eles se constituíram nas principais vítimas da crise dos recursos pesqueiros, sem ter sido os principais responsáveis de causá-la, ficando condenados ao empobrecimento e a enfrentar a concorrência desigual com a pesca industrial e a aquicultura empresarial e os conflitos derivados. (AZEVEDO; PIERRI, 2013, p. 3)

Como foi visto, o contexto de extinção da SUDEPE, junto com outras instituições extintas e também incorporadas ao IBAMA, foi complexo e paradoxal. Ao mesmo tempo em que setores sociais historicamente excluídos da tomada de decisões da política institucional, como camponeses(as) sem-terra, pescadores(as) artesanais, trabalhadores(as) informais e trabalhadores(as) assalariados(as), movimento negro, etc. conseguiram se mobilizar e ganhar força política e institucional, as ações neoliberais bloqueavam a maior parte dessas demandas por justiça social e sua concretização. A emergência do neoliberalismo e das ideias da autorregulação do mercado, do Estado mínimo, ou apenas punitivo para os setores populares, que se tornava generoso para o capital, ameaçavam a garantia de direitos civis e trabalhistas

básicos pelos quais lutaram os movimentos sociais de base da cidade e do campo na redemocratização do país e cujas conquistas sociais foram incorporadas na constituição de 1988.

Nesse contexto de lutas sociais e de mobilizações políticas, o debate acerca da democratização das políticas pesqueiras e da consolidação de direitos civis e trabalhistas para o setor ganhou força e evidenciou a incompatibilidade da garantia desses direitos com as demandas de flexibilização de mercados, de privatização de instituições públicas e de setores estratégicos. As mobilizações protagonizadas por pescadores e pescadoras deram lugar ao movimento conhecido como Constituinte da Pesca. Este movimento teve como principais conquistas a incorporação das pescadoras e dos pescadores ao regime de Segurados Especiais da Previdência, e à autonomia das colônias para escolherem seus próprios representantes e assim por fim ao controle direto das colônias pelo Ministério da Agricultura e pela Marinha (AZEVEDO, 2012, p. 148; CARDOSO, 2001, p. 83; RAMALHO, 2012, p. 50). Assim começava-se a construir também outra imagem da pesca e dos(as) pescadores(as) promovida por seus movimentos de base que fizeram parte ativa das lutas sociais pela redemocratização, e introduziram vozes contestatórias contra a subordinação da pesca ao processo de acumulação capitalista, e contra a imagem colonial e classista sobre ela, valorizando-a e exigindo direitos sociais, civis, trabalhistas que foram historicamente negligenciados ao setor pesqueiro artesanal.

Contudo, durante a emergência e vigência do neoliberalismo no Brasil, os preconceitos que conformaram historicamente a imagem social não desapareceram e continuaram – não sem transformações – jogando um papel fundamental, dessa vez, para legitimar a promoção institucional da aquicultura intensiva. A novidade desse período foi que nele começou a incorporação da questão ambiental como elemento legitimador da aquicultura intensiva, que depois ganharia força a partir da criação de instituições específicas voltadas ao setor que reforçaram esta ideia. Com isso, a aquicultura já não era apenas representada como sinônimo de progresso, de avanço civilizatório, de modernização e riqueza, como já tinha acontecido na legitimação da pesca industrial, mas, também, como sinônimo de desenvolvimento sustentável. Assim, a aquicultura passou a ser representada como oposto positivo da pesca e como única forma de produção de pescado capaz de garantir um crescimento contínuo e sustentável e a pesca passou a ser considerada em bloco como atividade eminentemente extrativa e predadora. Isto permitiu que a aquicultura intensiva fosse representada como

oposto positivo frente a qualquer tipo de pesca e como salto civilizacional semelhante à transformação das sociedades de caçadores coletores em sociedades agrícolas, pelas instituições criadas depois deste período. Um exemplo da incorporação desse discurso é o Relatório do Banco Mundial de 1995, no qual se descreve a aquicultura como “próxima grande salto em produção de alimentos” (MCGIN, 1998 apud ASSAD; BURSZTYN, 2000, p.52). Por outro lado, figuras relevantes como René Dumon, o agrônomo pioneiro da “revolução verde” indiana enxergou a aquicultura como uma forma de “passagem das práticas de caça de peixes à colheita racional e previsível de estoques”, semelhante à “transformação do extrativismo agrícola em agricultura sedentária” (DUMONT, 1989 apud ASSAD; BURSZTYN, 2000, p. 58). Os próprios Assad e Bursztyn ao analisar as bases para o desenvolvimento da aquicultura sustentável no Brasil falam desta como “válvula de escape à decadência da pesca extrativa”.

Cabe destacar que estas ideias não eram realmente novas no Brasil, pois como foi dito anteriormente, já foram apresentadas e defendidas pelas autoridades da SUDEPE. Além disso, é importante dizer que para legitimar a aquicultura intensiva como única capaz de garantir o desenvolvimento continuado e sustentável, e reforçar a imagem da pesca como atividade eminentemente predatória, contribuiu também um dos principais resultados do período SUDEPE, que foi a sobreexploração de várias espécies. Assim, a aquicultura intensiva foi apresentada e representada tanto por empresas quanto por instituições públicas como única capaz de produzir pescado sem colocar em risco os estoques pesqueiros, como única capaz de garantir o crescimento continuado e sustentável da produção de pescado e superar os problemas de sobreexploração causados no período da SUDEPE (DIAS NETO, 2010, p.130, 131,132).

O período entre a extinção da SUDEPE e a atribuição das competências sobre a pesca e aquicultura ao IBAMA, e a posterior disputa por competências entre Ministério de Meio Ambiente e o Ministério de Agricultura, afetou sobremaneira as ações políticas voltadas à pesca e aquicultura pesca e aquicultura. Isso porque, por ser o IBAMA uma instituição dedicada à conservação e à preservação ambiental, o setor ficou sem ter uma instituição específica voltada a sua promoção. Frente a essa situação, o setor empresarial se mobilizou para transferir as competências de pesca e aquicultura para o Ministério da Agricultura. Com isso, esse setor empresarial passou a ter o MAPA/DPA e o Plano Plurianual (2000-2003) como alavanca política para a capitalização e promoção da pesca industrial, mais

principalmente da aquicultura intensiva, por esta significar para o setor a possibilidade de crescimento contínuo e mais ainda sobre a máscara do desenvolvimento verde e sustentável. A articulação entre a imagem colonial e escravocrata da pesca e a emergência e vigência do neoliberalismo contribuíram com a emergência do crescimento e a promoção institucional da aquicultura intensiva no Brasil. Uma vez que conseguiram:

- Representar a aquicultura empresarial como única capaz de garantir o crescimento da produção de pescado no Brasil e no mundo.

- Influenciar as instituições públicas voltadas à pesca e aquicultura ou relacionadas com esta, principalmente através do setor do agronegócio que hegemonizava instituições públicas como o MAPA/DPA. Pois este poderoso setor via na aquicultura uma possibilidade de expansão de mercado pela ampliação da fronteira agrícola com as águas. Assim, a aquicultura intensiva cresceu numa íntima relação com o crescimento do agronegócio e com os princípios da revolução verde. Uma relação íntima até o ponto de ser considerada a expansão da aquicultura intensiva como uma extensão do agronegócio e da fronteira agrícola, as águas, e como uma extensão da revolução verde no campo, ao mar, rios, estuários e barragens. Não é por acaso que a expansão da aquicultura no Brasil e no mundo foi batizada por empresários do setor e por instituições públicas voltadas à promoção da pesca e da aquicultura como a “Revolução Azul”⁷, um nome pouco criativo mais muito indicativo de sua relação íntima com a revolução verde e com o agronegócio. O próximo subcapítulo discorre sobre como, no contexto do período da história contemporânea brasileira conhecido como neodesenvolvimentista, o setor empresarial aquícola conseguiu hegemonizar as instituições voltadas à pesca e aquicultura e utilizá-las como alavanca para a promoção dos seus interesses particulares. Ou seja, para promover o que denominaram como “Revolução Azul”.

⁷ O termo Revolução Azul é utilizado por instituições, empresários do setor aquícola, estudiosos da área, de diversos países, para referirem-se a um processo de transformação produtiva semelhante ao acontecido na agricultura com a denominada “Revolução Verde” nos anos de 1960. Em ambos os casos, trata-se do uso de força de trabalho assalariada, do uso intensivo dos recursos naturais, da utilização de espécies geneticamente modificadas, alimentadas com insumos industriais e higienizadas com pacotes de fitossanitários para atingir a produção em massa de produtos homogêneos, que se adaptam às novas exigências do mercado internacional de alimentos como frisado por Cavalcanti (1997, p. 7; 2012 p. 13), para o caso da fruticultura do vale do São Francisco. No caso da “Revolução Azul”, a tudo isso se soma a transformação de áreas públicas da União nas quais são praticadas a pesca artesanal de forma comunitária (manguezais, rios, açudes e barragens, por exemplo), em bens privados para a prática da aquicultura (cultivo de organismos aquáticos em cativeiro).

3.3 O PERÍODO NEODESENVOLVIMENTISTA, A HEGEMONIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES VOLTADAS À PESCA E À AQUICULTURA EMPRESARIAL E A PROMOÇÃO DA “REVOLUÇÃO AZUL” (2003-2014)

A entrada do presidente Luiz Inácio Lula da Silva no governo representou para o Brasil uma mudança histórica sem precedentes. Pela primeira vez no país, o Partido dos Trabalhadores – PT ganhava as eleições e chegava ao governo um partido de esquerda, que tinha suas principais raízes no movimento sindical de base do setor metalúrgico do ABC Paulista. Além disso, a proposta de governo se amparava num modelo de desenvolvimento que tinha suas bases no nacional desenvolvimento ou nacional desenvolvimentismo e que tinha como objetivo representar uma alternativa aos governos neoliberais que o precederam. As características principais e especificidades desse modelo de desenvolvimento econômico são discutidas pelos autores e teorias que problematizam as especificidades da expansão do neoliberalismo no Brasil e as rupturas e continuidades desse modelo com respeito ao modelo neodesenvolvimentista (BOITO, 2012; SANTOS; MILANEZ, 2013, 2014). Para estes autores, o neodesenvolvimentismo tem como principais premissas o crescimento ilimitado como via única do bem-estar, o crescimento econômico como sinônimo de desenvolvimento, o foco no mercado internacional e uma concepção de complementariedade entre o Estado e o mercado.

No Brasil o neodesenvolvimentismo significou uma “retomada da proposta da intervenção do Estado em prol do desenvolvimento do capitalismo brasileiro” (BOITO, 2012). A literatura mais crítica do neodesenvolvimentismo enfatiza alguns elementos de continuidade entre neoliberalismo e neodesenvolvimentismo, como uma versão do liberalismo ou como um compromisso liberal-mercantilista, que segue, por um lado, um compromisso entre as diretrizes estratégicas do modelo liberal periférico e, por outro, a atuação ativa do Estado com foco na função estabilizadora. O principal elemento de ruptura com o neoliberalismo é a incorporação de um elemento redistributivo, ainda que restrito e insuficiente na medida em que não afeta seriamente a estrutura de classes, diminuindo a desigualdade entre estas, senão que apenas diminui a extrema pobreza (SANTOS; MILANEZ, 2013, 2014). As especificidades desse modelo se manifestam discursivamente nos projetos de promoção da aquicultura, e na afirmação da aquicultura como único sujeito capaz de garantir esse crescimento econômico ilimitado que garanta o bem-estar. Com a criação primeiro da

Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP em 2003, sua transformação em ministério, com a criação do Ministério de Pesca e Aquicultura em 2009, e com a promulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura, estabeleciam-se os marcos e alavancas institucionais para a promoção da Aquicultura empresarial no Brasil, através da denominada “Revolução Azul”. O foco era o aumento da produção e a potencialidade da aquicultura empresarial brasileira no mercado internacional e na balança exportadora.

A proposta de criação de uma Secretaria Nacional voltada exclusivamente à pesca e aquicultura já constava no programa político de governo do PT do ano de 2002, concretamente no caderno “Vida Digna no Campo” (que enquadrou as políticas para a pesca dentro das políticas setoriais agrícolas), e na “Carta de Compromisso aos Pescadores”, na qual se comprometiam com a criação de uma Secretaria que integrasse os diferentes ministérios relacionados à pesca. As principais propostas contidas no caderno “Vida Digna no Campo” foram além da criação de uma Secretaria Nacional, chegando a elaboração de um Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para Pesca e Aquicultura, mantendo o IBAMA como órgão fiscalizador (CADERNOS VIDA DIGNA NO CAMPO, 2002). Com a chegada do presidente Lula ao governo da República materializou-se a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, formada por um Gabinete, duas Subsecretarias (Planejamento e Desenvolvimento), gerências regionais, e Superintendências a nível estadual. Dentre as principais competências atribuídas a esta Secretaria Especial constavam: o assessoramento direto ao presidente da república para a elaboração de diretrizes dirigidas ao setor, à organização do Registro Geral da Pesca – RGP, o estabelecimento de medidas de fomento, o ordenamento da aquicultura, a concessão de licenças, permissões, e autorizações para a prática pesqueira e aquícola, e a autorização de arrendamento de embarcações estrangeiras.

Podemos dizer que com a criação da SEAP, como órgão setorial, a disputa pelo poder da política pesqueira (pelas competências) que vinha acontecendo entre a instituição setorial e ambiental se intensifica, conseguindo a instituição setorial tomar para si a grande maioria das competências e atribuições (AZEVEDO, 2012, p. 156, 162). Contudo, as competências para o ordenamento pesqueiro se mantiveram divididas entre a SEAP e o MMA/IBAMA, ficando para o IBAMA a elaboração dos planos de gestão das espécies e, portanto, a responsabilidade por estabelecer os critérios para a exploração dos recursos, e para a SEAP a função de fomento e a emissão de licenças e autorizações para realizar qualquer atividade pesqueira ou

aquícola. Com o projeto político da SEAP centralizaram-se grande parte das atribuições relativas ao setor pesqueiro e aquícola no Brasil. Mesmo com a divisão de competências, estabeleceu-se que os diferentes órgãos deveriam atuar de forma conjunta, mas, como cabia se esperar, esta atuação não se deu sem conflitos.

Em 2004 o Ministério de Meio Ambiente – MMA, mediante instrução normativa, classificou mais de cem espécies como ameaçadas de extinção, proibindo-se assim sua captura, e mais de cinquenta espécies como sobrexploradas ou em risco de sobrexploração, cujas normas de captura dependem de planos específicos de gestão. Cabe destacar que entre estas espécies se encontravam algumas das que a pesca artesanal depende de forma direta, assim como espécies exploradas por outros tipos de pesca. Esta medida acirrou o conflito com o órgão setorial, pois este perdeu poder institucional ao depender das reavaliações e dos planos de gestão do IBAMA, o que na prática fez com que este órgão tivesse mesmo peso que o órgão setorial, até o ponto de que este não tinha a possibilidade de participar na elaboração dos planos de gestão que definiam as normas para captura (VASCONCELLOS, SALES, DIEGUES, 2007, p.70, 71).

Em 2005 se realiza de forma conjunta entre IBAMA, SEAP e o Ministério de Trabalho e Emprego um recadastramento dos(as) pescadores(as) de todo o país. Nesse mesmo ano estabeleceu-se, mediante convênio entre a SEAP e o IBAMA, um sistema de monitoramento da atividade pesqueira, assim como um recadastramento da frota, que serviriam de base para a criação de um sistema que desse continuidade às estatísticas realizadas pelo projeto ESTATPESCA, iniciado nas regiões Norte e Nordeste no ano 1995. (AZEVEDO, 2012, p. 164-165).

É importante salientar que nesse período criaram-se dois espaços institucionais importantes, o Conselho Nacional de Pesca (CONAPE) e as Conferências Estaduais e Nacionais, promovidas e organizadas a cada dois anos por este conselho. O conselho teve como principais atribuições; subsidiar a formulação das políticas elaboradas pela SEAP; propor estratégias de acompanhamento das atividades desenvolvidas pela SEAP; estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, fortalecer o desenvolvimento e o fomento das atividades de aquicultura e pesca. As conferências faziam parte do projeto político do governo do PT de formar conferências nacionais para diferentes áreas, entre elas a pesca, como espaços para consulta da “sociedade civil” e para a “constituição das políticas”. Durante o período da SEAP realizaram-se duas conferências, a

primeira foi em 2003, e a segunda em 2006. A terceira conferência foi realizada sob a vigência do Ministério da Pesca e da Aquicultura, no ano de 2009. Todas as conferências nacionais foram precedidas de conferências estaduais nas quais se escolhiam os delegados que participariam na conferência nacional, dentre representantes do governo, acadêmicos e representantes dos diferentes “setores” pesqueiros.

Na primeira conferência, elaborou-se o “1º Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura”, do qual podemos extrair as conclusões e as interpretações que os técnicos da SEAP elaboraram, assim como suas propostas e conteúdo ideológico político sobre a SEAP, as quais definem que seu papel é de fomentar e modernizar a cadeia produtiva e a infraestrutura da pesca e da aquicultura, assim como o apoio à exportação e à comercialização interna. As metas colocadas foram a elevação da produção da pesca e da aquicultura e a criação de emprego. Para estes fins, a pesca oceânica e a aquicultura são os sujeitos protagonistas, já que, para os técnicos da SEAP, o imenso potencial exportador que o Brasil tem o colocaria como “última grande fronteira da aquicultura no mundo”. (SEAP, 2003, p.2). Os objetivos deste primeiro plano proposto pela SEAP visavam elevar a produção em 50%, triplicar o superávit comercial, modernizar a cadeia produtiva. No referente à aquicultura e pesca industrial o objetivo foi elevar em 100% a produção aquícola em três anos e em 30% da produção da pesca oceânica (SEAP, 2003, p. 7, 8).

Ao mesmo tempo, a SEAP advoga por uma posição mais ativa do Estado, no sentido de “permitir o controle da atividade e a agilidade no estabelecimento de políticas desenvolvimentistas garantindo dessa forma sua sustentabilidade”. O texto coloca como “problemas” da pesca artesanal a falta de políticas de ordenamento e gestão, o grande número de intermediários entre pescador e consumidor, a sobrepesca dos estoques, a frota ilegal, a poluição e a degradação, a falta de infraestrutura, a falta de mão de obra qualificada em técnicas de manejo modernas, a falta de assistência e crédito e o baixo nível de pescado industrializado, a pouca incidência de proteção social do Estado assim como uma elevada informalidade (SEAP, 2003, p. 1, 4, 6).

Na segunda conferência, ocorrida no ano de 2006, o conteúdo das resoluções é semelhante ao da primeira; nestas resoluções se enfatiza a necessidade de centralização das atribuições de fomento, fiscalização, ordenamento e pesquisa. Por outro lado, continua apontando a necessidade de facilitar os processos de licenciamento ambiental, assim como prevê o desenvolvimento de pacotes tecnológicos, crédito e seguros para a aquicultura.

Entretanto, estes “instrumentos” ou espaços institucionais, que poderiam parecer à primeira vista interessantes (no sentido de incluir na tomada de decisões ou em alguma forma de participação política setores da sociedade até então excluídos desses espaços), todavia, apresentam grandes limitações. Sobre isto Azevedo e Pierri, (2013, p. 4) comentam:

Embora a criação destes espaços suponha um avanço na construção democrática, isto não supõe nem garante a incorporação das demandas da sociedade civil nas políticas e inclusive pode ser utilizada com fins eleitorais ou para legitimar políticas que prejudiquem as classes populares.

As limitações dos conselhos, enquanto instrumentos democráticos, são evidentes, primeiramente, por serem estes de caráter consultivo, não tendo assim capacidade de gerar direitos subjetivos, reduzindo-se a uma consulta sobre a opinião. Por outro lado, se analisarmos com mais detalhes a composição do CONAPE vemos que este foi constituído por vinte e sete representantes de órgãos do governo (ministérios, instituições financeiras, Agência Nacional das Águas, Petrobras), por quinze representantes das organizações de pescadores artesanais e de trabalhadores da pesca, dez representantes do setor empresarial e dois pesquisadores (IPEA, 2012, p. 12).

Se considerarmos que se trata de um conselho nacional de Pesca, e que a pesca artesanal é a mais praticada no Brasil, a proporção numérica dos representantes do setor é pouco equilibrada, sobretudo se se pretende falar de uma democratização da política pesqueira. Por outro lado, as discussões e sistematizações promovidas nestes espaços formais institucionais, nos que se pretende a participação, tendem a endeusar os conhecimentos, discursos e retóricas dos(as) técnicos(as), e a desvalorizar os conhecimentos tradicionais expressados pelos(as) pescadores(as) artesanais e seus representantes, já que estes(as) não necessariamente se adéquam aos padrões comunicativos tecnicistas mais comuns no âmbito burocrático, podendo ser seus conhecimentos deslegitimados ou menos valorizados. Isso se deve, por um lado, à própria relação numérica dos conselheiros, a sua classe social, nível de estudos e renda. A maioria dos membros do conselho são técnicos advindos de órgãos do governo, do setor empresarial pesqueiro e aquícola, e do âmbito acadêmico. Os 46% dos conselheiros têm algum tipo de pós-graduação ou especialização, os 66% têm uma renda superior à R\$4.000, dos quais 17% têm uma renda entre R\$8.000 e R\$12.000, e 26% uma renda acima dos R\$12.000. Cabe destacar que 83% dos conselheiros são homens, frente a 17% de mulheres e que os 60% se declaram brancos, os 11% pretos, e os 23 % pardos (IPEA, 2012, p. 19).

As ações políticas da SEAP, e seu projeto estrutural, foram elementos-chave para entender as dinâmicas sociais que subordinaram a pesca artesanal, na medida em que, longe de superar o dogma do desenvolvimento mantido no período SUDEPE, ou o ambientalismo conservador do período IBAMA, mantêm aspectos negativos de ambas as propostas (em todo caso dando um maior peso ao desenvolvimento frente ao ambientalismo conservador). O projeto político da SEAP aparece mascarado com uma retórica sobre o reconhecimento dos pescadores e pescadoras artesanais e sua inclusão na participação democrática. Na prática, este projeto continua mantendo a pesca artesanal subordinada aos interesses de setores empresariais, a SEAP reproduz a lógica de acumulação capitalista propondo como solução aos problemas da pesca artesanal a sua reconversão em aquicultores(as) empreendedores(as). Um exemplo disso são as declarações de José Fritsch que foi secretário da SEAP entre os anos 2003 e 2006. José Fritsch, em entrevista a revista *WEG*, ao ser questionado sobre o que falta para desenvolver o setor pesqueiro, responde apenas centrando-se no aumento da produção e nos problemas da aquicultura da seguinte forma:

Nós temos problemas a resolver, para dar um grande salto em termos de produção. O empresário investe pouco em aquicultura, hoje [...] Queremos, então, resolver dois problemas: o das licenças ambientais na área da piscicultura, da maricultura e da produção de camarão e o uso da água pública. (FRITSCH, 2003, p. 7-8)

Na mesma revista há um depoimento do professor do curso de Aquicultura da UFSC, Alex Pires de Oliveira Nuner, que fala da aquicultura como alternativa para os(as) pescadores(as) e como uma “maneira de dar uma folga à exploração dos recursos naturais, oferecendo uma alternativa para quem vive da pesca” (NUÑER, 2009, p. 6). Os problemas que são atribuídos à pesca artesanal são construídos ideologicamente como verdades pela própria legitimidade social que oferece a lógica racionalista e modernizadora dos(as) técnicos(as) e gestores(as) da SEAP, como a escassez dos recursos, as dificuldades para gerar escala de produção, a baixa produtividade, o atraso etc. A proposta da SEAP tem como princípios de ação a utilização de recursos tecnológicos e científicos, principalmente os referentes a técnicas e tecnologias aquícolas que permitam produzir em grande escala para o mercado nacional e internacional. Mendonça e Valêncio (2007, p.112) resumem o papel da SEAP, e suas ações políticas para com a pesca artesanal da seguinte forma:

Para a Seap, a aquicultura não é uma possibilidade real de apoio do pescador artesanal, mas, significa o mecanismo de sua extinção. O governo Lula, na sua primeira gestão, propôs uma política de crédito para o setor pesqueiro incentivando uma progressiva conversão da atividade pesqueira artesanal

para a aquicultura em todo o território nacional. Partiu do argumento que tal política vinha como alternativa aos pescadores artesanais cujas espécies em que se baseiam sua atividade encontram-se, segundo critérios técnicos, sobreexploradas. Mas cabem divergências quanto aos métodos e as interpretações acerca do que se considera sobreexploração no contexto da questão ambiental no Brasil. De qualquer modo, a ausência do pescador artesanal no processo de avaliação perita dos estoques bem como de consideração perita ao saber tradicional no que concerne ao status da pesca, ou de dialogicidade entre tais conhecimentos, é o que inviabiliza que uma alternativa menos radical do que a aquicultura seja proposta.

Vemos, assim, que as institucionalidades criadas no âmbito da pesca artesanal, expressam-se de forma contraditória, mantendo, por um lado, uma retórica de proteção, reconhecimento e fomento do setor pesqueiro artesanal acompanhado de políticas paternalistas, e, por outro lado, criam-se as condições materiais para sua subordinação aos interesses que parecem ser realmente prioritários, a expansão aquícola e a capitalização do setor.

O Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura publicado pela SEAP, em 2008, é um documento-chave que evidencia o plano estratégico desta Secretaria, já que reflete em boa medida os objetivos e a base ideológica da política pesqueira. Nele se estabelecem as principais diretrizes pelas quais se organiza toda a política pesqueira, assim como as ações e os objetivos a serem atingidos por ela. De forma contraditória, o plano reconhece a importância da pesca artesanal no Brasil, ressaltando os(as) mais de seiscentos(as) mil trabalhadores(as) da pesca artesanal como responsáveis por mais de 60% da produção pesqueira, mas, por outro lado, coloca-se a produção aquícola como o principal caminho para um desenvolvimento sustentável “que garanta a demanda crescente de alimentos e a geração de emprego e renda” (SEAP, 2008, p. 7).

Cabe destacar que o fim da coleta de dados sobre a pesca a partir de 2010 está articulado a tudo isso, no sentido de diminuir e invisibilizar o peso e a relevância social e econômica da pesca frente à aquicultura. As estatísticas sobre o setor pesqueiro e aquícola publicadas pelo IBAMA/MMA e pelo MPA, já tinham um importante viés, por não considerar o grande número de pontos de desembarque de pescado dos que se utilizam da pesca artesanal, subestimando a produção dos pescadores e pescadoras artesanais. A paralisação da coleta de dados aumentou esse aspecto, pois os dados acerca da produção passaram a ser elaborados a partir de projeções dos dados coletados pelo IBAMA/MMA entre os anos de 1990 e 2007 e pelo MPA entre os anos de 2009 e 2010. Isto evidencia uma falta de interesse por conhecer a

produção real de cada um dos setores, de forma que a produção pesqueira artesanal é sistematicamente negligenciada.

Por outro lado, o plano estabelece como objetivos recuperar estoques pesqueiros na costa brasileira e nas águas continentais e desenvolver a pesca oceânica e o grande potencial da aquicultura brasileira em águas da União e em estabelecimentos rurais. Para atingir estes objetivos prevê investimentos importantes, focados na superação dos entraves para o desenvolvimento sustentável do setor aquícola e pesqueiro (SEAP, 2008, p. 8). Neste documento aparece, novamente, a lógica seguida pela secretaria, pela qual a sustentabilidade é vista como um problema de escassez de recursos, que pode ser solucionada pela reconversão a aquicultura. No mesmo texto, registra-se que as políticas devem visar à inclusão social e à valorização das populações tradicionais, apontando a aquicultura familiar como principal forma de geração de emprego renda e autonomia.

Da análise feita está clara a pretensão de converter os(as) pescadores(as) artesanais em aquicultores familiares, de forma que a “inclusão social” proposta, primeiro pela SEAP e depois pelo MPA, consiste num processo de assimilação social e cultural pelo qual o trabalho pesqueiro artesanal é obsoleto, sendo esse problema superável por uma necessária reconversão à aquicultura, através da promoção de uma “Revolução Azul” que possibilite a modernização do setor. Se de alguma forma isso já transparecia nas afirmações do Secretário José Fritsch (2003-2006), que comemorava o cumprimento dos objetivos da Secretaria apostando “no desenvolvimento de uma verdadeira Revolução Azul no País, com a melhoria do desempenho da produção de pescado e a recuperação da renda e da qualidade de vida do pescador/aquicultor” (FRITSCH, 2003, p.8), essa pretensão ficou ainda mais evidente nos depoimentos e entrevistas públicas dos ministros da pesca que lhes sucederam.

O secretário/ministro da Pesca e da Aquicultura Altemir Gregolim (2006-2011), em entrevista à *Rádio Brasil*, fala que o “potencial do Brasil é na aquicultura, é no cultivo” e coloca como objetivo multiplicar a produção pesqueira por vinte e como sujeito responsável desse crescimento a aquicultura, afirmado que se “nós produzimos hoje um milhão de toneladas de pescado, temos potencial para produzir 20 milhões de toneladas de pescado, fundamentalmente no cultivo”, de forma que a cadeia produtiva da aquicultura se equipare com “à cadeia produtiva da carne bovina, do suínos, do frango” e se tornar “um dos maiores produtores mundiais de pescado” (GREGOLIM, 2009). Por sua vez, Ideli Salvatti, ministra da pesca no período de 2011-2012, reafirma na Comissão da Amazônia, Integração Nacional e

Desenvolvimento a “capacidade de multiplicarmos por vinte, na próxima década, nossa produção de pescado” e sua aposta na Revolução Azul que “virá do mar, dos lagos, dos rios, dos tanques escavados” (SALVATTI, 2011).

Seu sucessor no ministério, Marcello Crivella (2012-2014), ressalta de novo a pretensão de colocar a indústria pesqueira no patamar das indústrias avícola e bovina, publicando na sua página pessoal um artigo que também seria publicado na *Folha*, acerca do que denomina “Reforma Aquária”. Neste artigo afirma que “o que queremos ser e seremos é um país cuja indústria pesqueira alcance o mesmo desenvolvimento que a avícola ou a bovina.”, coloca o setor empresarial como sujeito protagonista, afirmando que “nossos empresários são chamados a investir na produção de pescado para fazer do Brasil um dos maiores produtores do mundo”. O ministro também estende a Reforma Aquária a pescadores e ribeirinhos, pois segundo ele “centenas de milhares de famílias de pescadores e ribeirinhos poderão obter um lote aquícola” (CRIVELLA, 2013).

As ações concretas propostas pela SEAP, no Plano Mais Pesca e Aquicultura, consistem na construção de Terminais Públicos Pesqueiros, de Centros Integrados para a Pesca artesanal, a ampliação do crédito, o programa Profrota para pesca oceânica, a extensão pesqueira e aquícola, o incentivo ao cooperativismo e associativismo, a ampliação do programa de subvenção ao óleo diesel, o desenvolvimento da aquicultura e o ordenamento e monitoramento da atividade. Contudo, todas as ações e investimentos que aparecem neste plano são destinadas tanto para a pesca, quanto para a aquicultura. Dessa forma não se diferencia a pesca artesanal da aquicultura familiar, nem dos setores industriais. Isto implica numa homogeneização tendenciosa que simula uma igualdade de condições, ou seja, busca-se esconder e/ou minimizar os conflitos e as desigualdades da pesca no Brasil. Nesse aspecto, a ideia de fundar um novo pacto social, em que capital e trabalho irmanam-se sem contradições, foi uma representação, uma ideologia que o governo Lula apregoou durante todo seu governo (2003-2010)⁸.

A SEAP teve um papel central na criação do Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), porque seus quadros e apoiadores articularam-se com a FAO, que fez um relatório técnico de assessoramento no intuito de orientar a criação de um ministério como solução para os problemas das políticas para a pesca no país. O relatório serviu aos(às) técnicos(as) e

⁸ A própria aliança com o então senador, na época, José Alencar (vice na chapa de Lula para presidente) era uma busca simbólica disso.

gestores(as) da SEAP para formar uma frente parlamentar e iniciar o processo legislativo para a criação do ministério (DIAS NETO, 2010 apud AZEVEDO, 2012, p. 167). Três dias depois da criação do MPA, o Governo sanciona a Lei Nº 11.959, também conhecida como Lei da Pesca, que dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca. A lei coloca como normas gerais da política nacional de “desenvolvimento sustentável” da aquicultura e da pesca os seguintes itens:

- I – o desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura como fonte de alimentação, emprego, renda e lazer, garantindo-se o uso sustentável dos recursos pesqueiros, bem como a otimização dos benefícios econômicos decorrentes, em harmonia com a preservação e a conservação do meio ambiente e da biodiversidade;
- II – o ordenamento, o fomento e a fiscalização da atividade pesqueira;
- III – a preservação, a conservação e a recuperação dos recursos pesqueiros e dos ecossistemas aquáticos;
- IV – o desenvolvimento socioeconômico, cultural e profissional dos que exercem a atividade pesqueira, bem como de suas comunidades. (BRASIL, 2009)

O Artigo 7º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca estabelece o crédito para o fomento ao setor pesqueiro como um elemento central para o desenvolvimento da atividade pesqueira e aquícola no país. O capítulo V trata sobre o principal sujeito para quem é voltada esta política, a aquicultura, e recolhe os principais marcos da lei que permitem a expansão da aquicultura no Brasil. Nos artigos 21 e 23 desse capítulo, concede-se o direito de uso de águas e terrenos públicos para o exercício da aquicultura, estabelecendo-se como instrumentos de ordenamento da aquicultura os Planos de Desenvolvimento da Aquicultura, os Parques e Áreas Aquícolas e o Sistema Nacional de Autorização de Uso de Águas da União para fins de aquicultura. O artigo 25 estabelece o poder do MPA para tramitar a licença de cessão para “uso de espaços físicos em corpos d’água” sob a jurisdição “da União, dos Estados e do Distrito Federal, para fins de aquicultura.” (BRASIL, 2009).

Outro capítulo importante no que se refere à expansão de crédito é o cap. VII, que trata do estímulo à atividade pesqueira. Neste são considerados produtores rurais e beneficiários da política agrícola de que trata o art. 187 da Constituição Federal as pessoas físicas e jurídicas que desenvolvam atividade pesqueira, de captura ou de criação de pescado nos termos desta Lei.

§ 1º Podem ser beneficiários do crédito rural de comercialização os agentes que desenvolvem atividades de transformação, processamento e industrialização de pescado, desde que atendido o disposto no § 1º do art. 49

da Lei n 8.171, de 17 de 54 janeiro de 1991. Parágrafo único. Cabe ao poder público e à iniciativa privada, a promoção e o incentivo da pesquisa e capacitação da mão de obra pesqueira. (BRASIL, 2009)

Além de tais componentes da lei da Pesca que consolidam o projeto aquícola do setor empresarial que hegemonizou a SEAP e o MPA, é mister destacar duas questões importantes que aconteceram durante a 3ª Conferência de Pesca e Aquicultura. A primeira questão é o abandono dos pescadores e pescadores artesanais e seus movimentos sociais da 3ª Conferência de Pesca e Aquicultura, e a criação de uma conferência paralela, a I Conferência Nacional da Pesca Artesanal, organizada por: associações, colônias, sindicatos e federações de pescadores; Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais; Articulação Nacional das Pescadoras (ANP), Associação do Movimento Nacional dos Pescadores (Monape); Confederação dos Sindicatos dos Pescadores Artesanais (Confespa); e por Movimentos estaduais de pescadores(as). O motivo do abandono da conferência e da criação de uma conferência paralela se deu por entenderem que as pautas do setor aquícola e pesqueiro empresarial tinham hegemonizado a SEAP, o MPA e as conferências nacionais, relegando a um papel secundário o setor pesqueiro artesanal. Eles manifestam assim seu descontentamento pelo fato das conferências terem privilegiado os debates em torno dos interesses da pesca industrial e da aquicultura, longe de ser um espaço democrático efetivo que incluía em igualdade de condições a pesca artesanal. Para estes, a criação da I Conferência Nacional da pesca artesanal foi “uma amostra da descrença na III Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca, organizada pelo recém criado MPA”, e uma evidência da desconsideração com a categoria profissional dos pescadores artesanais, que já se manifestava desde as Conferências estaduais prévias. O documento base que foi apresentado “desconsiderava as reivindicações da categoria” (I CONFERÊNCIA NACIONAL DA PESCA ARTESANAL, 2009). Para eles, nas conferências se “privilegia o agronegócio da pesca oceânica e da aquicultura” e, além disso, se “perpétua um modelo de gestão pesqueira inadequado que desconsidera as reais necessidades dos pescadores artesanais brasileiros.” (I CONFERÊNCIA NACIONAL DA PESCA ARTESANAL, 2009).

A segunda questão é a criação do projeto de “Gestão Compartilhada” dos recursos pesqueiros. Este, ao menos no plano retórico, manifesta um aparente interesse por uma democratização na tomada de decisões que afetam as pescarias no Brasil. A conferência teve lugar em outubro de 2009, e diferenciou-se das anteriores na medida em que incorporou a retórica advinda de organizações internacionais como a FAO sobre a “gestão das pescarias”

assim como a ideia de “Gestão compartilhada dos recursos”, apostando na aquicultura em tanques-rede como principal via de crescimento do setor.

No mês em que se realizou a conferência, foi aprovado o Decreto nº 6.981, de 13 de outubro de 2009, o qual estabelece a atuação conjunta entre os Ministérios de Pesca e Aquicultura e o Ministério de Meio Ambiente, para o “uso sustentável dos recursos pesqueiros”. Este decreto definiu as bases para a criação do denominado “sistema de gestão compartilhada dos recursos pesqueiros” e cria a “Comissão Técnica de Gestão Compartilhada dos Recursos Pesqueiros” como órgão consultivo e coordenador das atividades deste sistema. O sistema foi estruturado por comitês, câmaras técnicas e grupos de trabalho de caráter consultivo, compostos de forma paritária por entidades do Estado e da sociedade civil organizada. Os objetivos deste sistema seriam o “uso sustentável dos recursos” a partir da criação de planos de gestão aplicados a unidades de gestão que poderiam compreender tanto uma espécie, quanto um grupo de espécies, um ecossistema, uma área geográfica ou hidrográfica, ou também um sistema de produção ou pescaria. Estes planos de gestão deveriam dispor sobre os regimes de acesso, as capturas e tamanhos permitidos, os períodos de defeso, as áreas permitidas e não permitidas para a pesca, os aparelhos e sistemas de pesca e cultivo e a proteção da reprodução e a recomposição de estoques (BRASIL, 2009).

Segundo Azevedo (2012, p. 181), o sistema de gestão compartilhada “apesar de estar estabelecido desde 2009 não foi implementado”. Na prática, o Sistema Nacional de Gestão Compartilhada, o MMA mantém uma disputa com o MPA, para atribuir mais competências no controle da pesca e da aquicultura. Este plano incorpora toda a retórica sobre cogestão e a participação social para o desenvolvimento sustentável incorporada pelo MPA, desde a lei da pesca, que refletem, por um lado, o discurso sobre desenvolvimento sustentável. E por outro, o discurso sobre a democratização política das pescarias a partir do sistema de gestão compartilhada. Isto supõe, no âmbito ideológico, a utilização de termos como cidadania, cogestão, participação, entre outros, que são utilizados no meio acadêmico e nos movimentos sociais, para legitimar, ao menos no plano retórico, as ações verticais de ordenamento e controle que realiza o MPA.

Paradoxalmente, na prática, o desenvolvimento dito sustentável é mais do que questionável, já que o MPA mantém como principal objetivo o aumento da produção, a partir de um modelo de produção aquícola em grande escala. A política territorial do MPA se concretiza com a elaboração dos “Territórios da Pesca e Aquicultura”, inseridos dentro do

programa “Territórios da Cidadania”, de forma que a política iniciada pela SEAP a partir do Plano de Desenvolvimento Sustentável e continuada pelo MPA. Com a política territorial, tem início um processo de ordenamento aquícola, estabelecendo como principal objetivo o crescimento produtivo no setor aquícola.

Podemos ver como este viés produtivista reproduz modelos anteriores, por meio dos quais se iniciam processos “modernizadores do setor” que priorizam a produção em grande escala das exportações e a competitividade em nível internacional. Esses processos parecem seguir uma mesma lógica mantida, não sem transformações, até os dias atuais. Esta é a lógica do desenvolvimento capitalista, do desenvolvimento ligado aos avanços tecnológicos dirigidos à modernização do setor. No caso da pesca isto se traduz numa incorporação minoritária dos(as) pescadores(as) artesanais nos modos de produção da aquicultura capitalista que, majoritariamente, acaba sendo realizada por outros(as) sujeitos(as). Ou seja, no caso da Revolução Azul o que vem acontecendo é a não incorporação da imensa maioria dos(as) pescadores(as) na aquicultura que é feita por outros(as) sujeitos(as), principalmente camponeses(as) e agricultores(as) familiares. Essas são algumas das bases fundamentais da constituição da Revolução Azul enquanto manifestação objetiva da reprodução singular do capitalismo no setor pesqueiro.

A reconversão aquícola iniciada no período SEAP é continuada pelo MPA com a força jurídica que permite a lei da pesca. Esta vem se concretizando através de cessões onerosas e não onerosas de áreas aquícolas, delimitadas nos parques aquícolas, através de um processo seletivo público, onde trechos de rios, barragens e mar são privatizados, mas que ganham o eufemismo de cessão das águas. Segundo o MPA (2012):

A seleção de empreendedores para as áreas onerosas é efetuada por meio de licitação onerosa, onde vencedor é aquele disposto a pagar mais pelo uso da área. Além de ser um negócio que pode ser lucrativo, os interessados em cultivar pescados nos parques aquícolas levam uma grande vantagem: as áreas são cedidas já com todos os seus aspectos legais e ambientais de cessão totalmente resolvidos. (MPA, 2012)

Isto significa um processo de privatização das águas, pelo qual se vendem ou se cedem espaços públicos para fins particulares. Embora os(as) pescadores(as) artesanais estejam dentro do público-alvo para as cessões, estas põem em risco espaços de uso comum onde é praticada a pesca artesanal. A retórica do MPA mantém que isto será de grande ajuda para eles, já que aumentou-se sua renda através da prática aquícola, como foi visto nas falas dos ministros. Por outro lado, as ações dirigidas à pesca artesanal visam mais ao alívio imediato

da pobreza e não sua sobrevivência e fortalecimento em longo prazo. Segundo Azevedo e Pierri (2013):

O objetivo principal da política do governo dirigida para a pesca artesanal busca a redução da pobreza mediante o incremento da renda dos pescadores artesanais e de suas comunidades, em primeira instância, por meio da melhoria da cadeia produtiva e a diminuição da dependência de intermediários. Mas, sendo ambas positivas e necessárias, são limitadas pelo fato de nenhuma dessas medidas terem caráter universal e/ou sistemático. Pelo contrário, se trata de ações fragmentadas, dispersas e pontuais, que são incapazes de transformar significativamente a realidade das comunidades pesqueiras. (AZEVEDO; PIERRI, 2013, p. 9)

Coloca-se como objetivo principal a redução da pobreza e o incremento da renda dos(as) pescadores(as), mas nenhuma dessas medidas têm caráter universal ou sistemático, mais sim fragmentado, disperso e pontual, podendo-se inferir que este é um objetivo principal apenas no plano discursivo. O que se tornou tanto no plano discursivo, quanto prático. O principal objetivo da Política Nacional de Desenvolvimento da Pesca e da Aquicultura é a criação de mais valor a partir da intervenção na produção, na distribuição, na circulação e no consumo de pescado, no sentido de tornar a aquicultura empresarial intensiva e semi-intensiva como principal protagonista dessa cadeia. Cabe destacar que, embora a aquicultura familiar também tenha sido colocada no plano discursivo, na prática a aquicultura empresarial é a que tem se consolidado e atingido um lugar de privilégio nas instituições voltadas à pesca e à aquicultura.

Embora a pesquisa sobre a situação da aquicultura produzida por Borguetti e Ostrensky (1999) aponte uma predominância da produção aquícola de pequena escala em unidades familiares, pois nessa época a maioria dos cem mil produtores que ocupam áreas alagadas de apenas em média 0,41 ha (BORGUETTI; OSTRENSKY, 1999, p.8 apud ASSAD; BURSZTYN, 2000, p. 59). A falta de dados recentes que especifiquem se as unidades de produção existentes são familiares, micro, pequenas, médias ou grandes, inviabiliza uma análise rigorosa sobre o peso da participação das diferentes unidades de produção e sobre a extensão das águas que ocupam. O censo nacional da carcinicultura de 2011, realizado pela Associação Brasileira de Criadores de Camarão – ABCC, e financiado pelo Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), é a única estatística de âmbito nacional que estabelece algumas dessas distinções. Isso é problemático porque as unidades de produção voltadas à carcinicultura apenas representam pouco mais de 10% da produção aquícola nacional (IBGE,

2011, p. 33). Esse vácuo estatístico impossibilita conhecer o perfil das unidades de produção do país. A Tabela 2 permite ter uma melhor aproximação dessa realidade.

Quadro 2 - Tipos de unidades de produção da carcinicultura nacional segundo tamanho da unidade, número de unidades de produção, número de hectares ocupadas por cada tipo de unidade e porcentagens.

Tamanho das Unidades de Produção	Micro (até 5 hectares)	Pequenas (até 10hectares)	Médias (até 50 hectares)	Grandes (+50 hectares)	Total
Número de Unidades de Produção	717	184	245	76	1222
Porcentagem	59%	15%	20%	6%	100%
Número de hectares ocupadas	1.285	1.432	5.489	11.369	19.845
Porcentagem	6%	7%	28%	59%	100%
Número de Toneladas produzidas	4.357	5.360	19.245	40.609	69.571
Porcentagem	6%	8%	28%	58%	100%

Fonte: ABCAM, Censo 2011. Organizada por José Ignacio Vega Fernández, 2019.

Assim, na carcinicultura nacional os microprodutores (até 5 hectares) representam 59 % dos produtores e ocupam apenas o 6% das águas. Os pequenos produtores (entre 5 e 10 hectares) representam os 15 % dos produtores e ocupam 7% das águas. Já os produtores médios (entre 10 e 50 hectares) representam 20% dos produtores e ocupam 28% das águas. Por último, os grandes produtores (mais de 50 hectares) representam 6% dos produtores e ocupam 59% das águas. Esses dados confirmam o lugar de privilégio que ocupam as grandes fazendas de camarão e a carcinicultura empresarial, ressaltando que, embora sejam uma minoria, 6% do total dos produtores possuem 59% do total de hectares ocupadas por fazendas de carcinicultura. Além disso, a definição do tipo de produção aquícola segundo o tamanho da unidade de produção do censo da carcinicultura é diferente da exposta na lei da pesca. Esta última não define as unidades de produção de micro, pequeno, médio e grande porte, senão que apenas estabelece que o tamanho das unidades de produção familiares não pode superar os 2 hectares. Ou seja, os critérios para definir os tipos das unidades de produção da ABCC não permitem identificar o peso real das unidades de produção familiares. (ROCHA et all, 2011).

O aumento do consumo de pescado per capita tem sido um dos argumentos legitimadores da promoção da aquicultura, subentendendo que o aumento da produção aquícola significaria também, necessariamente, um aumento deste consumo de pescado. Mas se olharmos para os dados existentes é importante ressaltar que os dados elaborados pelo MPA e publicados no “Boletim Estatístico da Pesca da Aquicultura 2010” e no documento “Brasil 2002-2010 Balanço do Governo”, acerca do aumento do consumo de pescado per capita, não coincidem com os dados da Aquisição Alimentar Domiciliar Per Capita, da Pesquisa de Orçamentos Familiares, elaborada pelo IBGE.

Segundo os dados elaborados pelo MPA, o consumo de pescado per capita, teria passado de 6,76 kg/habitante em 2002-2003 para 9,03 Kg/habitante em 2008-2009, sendo que, na pesquisa do IBGE, o consumo em 2002-2003 passou de 4,59 kg, para 4,03 em 2008-2009. Ou seja, a pesquisa do IBGE refuta os dados do MPA acerca do crescimento do consumo per capita, mostrando que esse consumo longe de ter crescido tem diminuído mais de meio ponto. Considerando as diferentes metodologias para a produção desses dados, a metodologia do MPA resulta claramente menos fidedigna, pois o consumo per capita é calculado como consumo per capita aparente, ou CPA que é resultado da soma da produção nacional (PN) de pescado e das as importações (IMPO), menos as exportações (EXPO), sendo o volume total dividido entre o total da população brasileira (POP), seguindo a fórmula: $CPA = (PN + IMPO - EXPO) / POP$, em câmbio a pesquisa de Aquisição Alimentar Domiciliar per capita usa os dados recolhidos no censo e utiliza critérios estatísticos que possibilitam a obtenção de dados mais precisos, tendo os domicílios e as unidades de consumo como unidades amostrais da pesquisa (MPA, 2010, p. 85; IBGE, 2003, 2009).

Em resumo, é possível argumentar que o objetivo de aumentar o consumo per capita de proteína animal no país através da aquicultura ficou no plano discursivo e serviu para legitimar sua promoção, mas não se traduziu na prática num aumento do consumo de peixe. De forma que o aumento da produção aquícola não trouxe um aumento do consumo, ao contrário, o aumento da produção aquícola foi acompanhado de uma diminuição do consumo de peixe no país. Assim, longe de promover efetivamente uma melhora proteica na dieta dos(as) brasileiros(as), a expansão da aquicultura no Brasil significou mais do que um avanço na soberania alimentar e na melhora da dieta da população, um processo de transformação dos territórios onde os pescadores e pescadoras artesanais reproduzem sua vida em territórios para o capital. A Tabela 3 oferece as principais mudanças institucionais e os dados quantitativos

acerca do crescimento da produção da pesca e da aquicultura no Brasil, durante o período de 2003-2011, que compreendeu a criação da SEAP em 2003 e sua posterior conversão no MPA em 2009.

Quadro 3 - Competências sobre Pesca e Aquicultura / Mudanças institucionais. Produção da aquicultura e da pesca e taxas de crescimento anual no Brasil (2003-2011).

Ano	Competências sobre Pesca e Aquicultura / Mudanças institucionais	Produção Aquicultura (mil toneladas)	Taxa crescimento anual (%)	Produção pesca (mil toneladas)	Taxa de crescimento anual (%)
2003	MMA-IBAMA e SEAP/ Criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, 1ª Conferência Nacional Pesca e Aquicultura e criação do 1º Plano de Desenvolvimento Sustentável da Pesca e da Aquicultura, Decreto 4.895/2003, uso de águas da União para fins de Aquicultura.	278,1	10,7	712,2	-5,7
2004	MMA e SEAP/ Criação do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca, MMA mediante Instrução normativa que classificou 200 espécies ameaçadas de extinção.	269,7	-3,0	746,2	4,8
2005	MMA e SEAP/ Sistema de monitoramento da atividade pesqueira e cadastramento dos pescadores e da frota.	257,8	-4,4	751,3	0,7
2006	MMA e SEAP/ 2ª Conferência de Pesca e Aquicultura.	271,7	5,3	779,1	3,7
2007	MMA e SEAP.	289	6,4	783,1	0,5
2008	MMA e SEAP/Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável Mais Pesca e Aquicultura.	365,4	26,4	731,1	-6,6
2009	MPA e MMA/ Criação do Ministério da Pesca e da Aquicultura e da Lei da Pesca Nº 11.959, 3ª Conferência da Pesca e da Aquicultura e Sistema Nacional de Gestão Compartilhada.	415,6	13,7	825,2	12,9
2010	MPA e MMA.	479,4	15,4	785,4	-4,8
2011	MPA e MMA.	628,7	31,14	803,3	2,3

Fonte: IBGE, Séries históricas e estatísticas, janeiro, 2019. Ministério do Meio Ambiente, da Amazônia Legal e dos Recursos Hídricos – MMA, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e o Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste – Cepene. As informações são divulgadas pelo IBAMA, por meio da publicação “Estatísticas da Pesca”. Organizada por José Ignacio Vega Fernández, 2019.

Os dados mostram como a produção da pesca nesse período se manteve praticamente estável; em nove anos passou das 712,2 toneladas para as 803,3, sendo sua taxa média de crescimento anual de apenas 0.9%. Cabe destacar que nos anos 2003, 2008 e 2010 a pesca teve um crescimento negativo. Já no caso da aquicultura o crescimento da produção foi bem maior, passando das 278,1 mil toneladas em 2003 para as 628,7 mil toneladas em 2011, tendo uma taxa média de crescimento anual de 11,3%, e experimentando um crescimento negativo apenas em 2004 e 2005. Os dados reforçam a ideia de que a criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP e sua posterior transformação no Ministério de Pesca e Aquicultura – MPA teve como um dos seus principais resultados a expansão da aquicultura e o crescimento da produção aquícola no Brasil, algo que não é de se estranhar, pois, como já foi dito, a promoção institucional da aquicultura era o carro-chefe destas instituições, e sua expansão era um objetivo explícito, por esta ser considerada como único caminho de modernização, progresso e desenvolvimento sustentável. Paralelamente a isso, extinguiu-se a estatística pesqueira que era feita pelo MMA/Cepene, como vimos, o que dificulta conhecer o peso real na produção da pesca e da aquicultura e contribui com a invisibilidade da produção pesqueira artesanal.

Inserido nesse contexto de novidades e arranjos legais encontram-se as políticas ambientais para a pesca que dependem da ação conjunta do MPA, com o MMA e o ICMBio, encarregado este último da gestão das Reservas Extrativistas (RESEX), as Áreas de Proteção Ambiental (APA) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (RDS). Outra política ambiental para o setor é o seguro de defeso, que depende da ação conjunta do MPA, o MTE e o MMA, cujo enfoque consiste no pagamento de um salário-mínimo aos(as) pescadores(as) na época na qual não é permitida a pesca de determinadas espécies protegidas (lagosta, por exemplo, no caso do Nordeste brasileiro). Sobre as políticas previdenciárias, podemos destacar o seguro especial do INSS e o Seguro de desemprego, que dependem diretamente do MTE. As principais políticas de participação têm sido as Conferências de Pesca e Aquicultura e o Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura, ambos promovidos pelo MPA. As políticas

educativas promovidas pelo MPA, junto com o MEC, são o programa pescando letras e os Telecentros Maré.

Ou seja, tudo isso representa uma orquestração de ações do poder público com vistas a também atender demandas sociais variadas dos pescadores e pescadoras, dos empresários(as) e o do que a sociedade acredita ser justo e aceitável, fato que não pode ser negado pela tecnocracia, os governantes, de maneira geral. Ianni (2004) escreveu, ao analisar as políticas do Estado em relação à sociedade, que:

Há expectativas coletivas e movimentos de opinião pública que afetam negativa ou positivamente o processo de intervenção. O sistema social sobre o qual se pretende interferir não é nem uma totalidade harmônica, com seus elementos em condições semelhantes de circulação, nem isenta de “voluntarismos” de classes e grupos sociais, manifestos às vezes individualmente. É preciso que o diagnóstico incorpore explicativamente às correntes de opinião pública preexistentes, em que se refletem as gradações da vida política, as suas tendências, os seus mecanismos básicos, etc. Há expectativas coletivas, relativamente aos projetos de intervenção, que precisam ser incorporadas dinamicamente, para que a atividade estatal não se constitua como exógena e provoque a emergência de tensões. (IANNI, 2004, p. 164-165)

Nesse sentido, o MPA, como instituição do Estado, que visa principalmente o fomento, tem suas ações mais estratégicas, em termos de desenvolvimento econômico, direcionadas para o setor empresarial. Todavia, enquanto poder público, não pode negligenciar as demandas das classes populares e seus desejos pela concretização de várias políticas estatais, para que isso não se traduza em tensões por meio do aparecimento de conflitos sociais contundentes. Embora isso seja real, também não deixa de ser concreto que tais políticas públicas voltadas aos setores populares não podem (e nem devem) servir de bloqueio para a consolidação e ampliação dos marcos do capital na pesca, especialmente, no caso contexto atual do Nordeste, de Pernambuco, da aquicultura e de sua Revolução Azul.

Os dados sobre os investimentos públicos e os dados do Registro Geral da Pesca, analisados no seu conjunto, manifestam a prioridade dada à pesca industrial e em maior medida à aquicultura, frente à pesca artesanal. Do orçamento total da SEAP, R\$722.786.000, foram destinados à pesca artesanal apenas R\$257.570.000, 36% do orçamento, sendo que os(as) pescadores(as) artesanais representam aproximadamente 99% do público-alvo desta secretaria, segundo dados do Registro Geral da Pesca. Por sua vez, a pesca industrial recebeu R\$191.600.000, 23% do orçamento, sendo que os(as) pescadores(as) industriais representam 0,8% do público-alvo. A aquicultura recebeu R\$102.450.000, 14% do orçamento total, sendo

que os(as) aquicultores(as) representam aproximadamente 0,2% do público-alvo, ou seja, a aquicultura e a pesca industrial recebem uma partida orçamentária relativamente muito maior que a da pesca artesanal (AZEVEDO e PIERRI, 2014, p.72; VASCONCELLOS, SALES, DIEGUES, p.18, 2007; MPA, 2009, p.16; MPA, 2012, p.61; IBGE, 2011).

As ações políticas das instituições voltadas à pesca e aquicultura, mais do que promover ambos setores, considerando suas características e especificidades, e de levarem a sério os princípios de justiça social e de democratização das políticas públicas, relegaram à pesca um papel secundário e subordinado à promoção da aquicultura empresarial. Isso significou não promover ações políticas estruturais voltadas à pesca artesanal dotadas com recursos técnicos e materiais suficientes para, por exemplo, obter estatísticas da produção pesqueira e elaborar planos de manejo e de recuperação de estoques pesqueiros em todas as comunidades pesqueiras junto com os(as) pescadores(as) artesanais, melhorar a cadeia produtiva, as embarcações, os apetrechos e as condições de trabalho do setor. Em câmbio, as instituições voltadas à pesca e aquicultura promoveram, sim, a expansão da aquicultura e principalmente da aquicultura empresarial, com ações políticas estruturais dotadas de maciços recursos técnicos e materiais que permitiram a expansão do setor nas últimas décadas e evidenciaram seu papel protagonista.

É notável o crescimento das grandes empresas privadas do setor, sua crescente capitalização e fortalecimento decorrentes das fusões, mediante as quais as grandes empresas passaram a fazer parte de portfólios de fundos de investimentos privados do agronegócio. Este foi o caso de empresas como a *GeneSeas*, dedicada principalmente à produção, processamento e distribuição de tilápia em grande escala, e da *Dellamare*, dedicada à distribuição de camarão e outros frutos do mar. Estas se configuraram mediante fusão em 2015 e passaram a fazer parte do fundo de investimentos e participações *Aqua Capital*, voltada principalmente ao agronegócio Brasileiro (EMBRAPA, 2016. p.2). As empresas produtoras de ração (o principal insumo da aquicultura) também seguiram essa dinâmica de capitalização e fusões de grandes empresas, a *Guabi*, uma das principais produtoras de ração para aquicultura e a pecuária da indústria Brasileira, vendeu 51% do seu capital à multinacional norte-americana de rações *Alltech* em fevereiro de 2017, que tem o Brasil como seu segundo maior mercado (MENDES, 2017).

A empresa brasileira *Total alimentos*, voltada também para a produção de ração, foi comprada no ano de 2014 pelo grupo empresarial de origem francês *InVivo* e seu

representante no Brasil, *Eviolis*, que já tinha dez unidades produtoras no país e mantinha uma estratégia de ampliação de negócio no Brasil e na América Latina (SCARAMUZZO, 2014). Por sua vez, a *Cargill Inc.*, uma das mais importantes transnacionais do agronegócio e que atua no Brasil em diversos setores, entre eles a indústria de rações para aves, suínos, pets, bovinos e peixes, através da sua marca de nutrição animal no Brasil, *Nutron*, também dedica parte dos seus investimentos para a ampliação de negócio no setor aquícola, comprando a empresa norueguesa *EWOS Holding AS*, produtora de ração para salmão (ALMEIDA, 2015). As empresas brasileiras *Fatec* e *Brnova*, foram compradas pela *Trouw Nutrition* 2015, que desde 2014 pertence à transacional *SHV Holding* (MENDES, 2015).

Em resumo, o crescimento das grandes empresas da indústria aquícola e de insumos; as estratégias de incremento da capitalização através de fusões; as desigualdades orçamentárias de cada subsetor; e os depoimentos dos ministros, são evidências de que as ações institucionais das principais instituições voltadas para a pesca e aquicultura (SEAP e MPA), longe de estarem efetivamente dirigidas a promover a continuidade do trabalho pesqueiro artesanal e a melhora nas condições de trabalho nesse setor, realmente promoveram a capitalização do setor aquícola e a subordinação da pesca a este setor emergente e, com isso, o abandono da pesca artesanal, e a transformação dos(as) pescadores(as) artesanais, ou bem em aquicultores(as) assalariados(as) do setor empresarial aquícola emergente, ou bem em aquicultores(as) individuais ou associados(as) responsáveis pelos seus próprios empreendimentos, segundo a lógica do empreendedorismo. A “Reforma Aquária”, da qual fala o Ministro Crivella não promove apenas a transformação dos(as) pescadores(as) em aquicultores(as) assalariados(as) do setor empresarial, mas principalmente à conversão dos(as) pescadores(as) em empreendedores(as) responsáveis pelos seus próprios lotes aquícolas já que segundo ele “centenas de milhares de famílias de pescadores e ribeirinhos poderão obter um lote aquícola” (CRIVELLA, 2013).

Apesar da imagem colonial e escravocrata sobre a pesca continuar operando nas principais instituições voltadas à pesca como base legitimadora da promoção de sua modernização, entendida agora como a transformação dos(as) pescadores(as) em empreendedores(as) de lotes aquícolas que, mediante uma “Reforma Aquária” possibilitem uma verdadeira “Revolução Azul” (CRIVELLA, 2013), na prática, essa promoção institucional da aquicultura não tem tido muito sucesso entre os pescadores e pescadoras, pois a maioria deles(as) não têm se transformado em aquicultores(as), nem têm obtido lotes

aquícolas. Isto é confirmado pelos dados do Registro Geral da Pesca, já que o número de pescadores(as) artesanais cadastrados(as) 991.641 continua sendo a imensa maioria, 99%, frente a 8.270 de pescadores(as) profissionais industriais, 0,8% do total e de apenas 1.656 aquicultores(as), menos do 0,2% do total de profissionais cadastrados(as) (MPA, 2012, p.61).

Embora a transformação dos(as) pescadores(as) artesanais em aquicultores(as) não tenha tido muito sucesso, uma das principais transformações que o período neoliberal trouxe da ideia de modernização da pesca e que o período neodesenvolvimentista reproduziu, foi que esta já não consistia apenas na modernização dos(as) pescadores(as), via assalariamento na indústria pesqueira, ou via assalariamento no setor empresarial aquícola. Como foi visto, a modernização da pesca passou a significar também a transformação dos(as) pescadores(as) artesanais em empreendedores(as) responsáveis pelos seus próprios lotes aquícolas. Assim, os(as) pescadores(as) foram colocados(as) como responsáveis individuais da sua situação e dos seus empreendimentos aquícolas. O sucesso dessa adaptação à produção aquícola dependia deles(as), da sua vontade, empenho e capacidade para se adaptar a essa nova forma de produção. A lógica do empreendedorismo impregnou as ações voltadas à pesca até o ponto de serem elaborados projetos que visavam ou bem transformar os(as) pescadores em aquicultores(as), ou bem em compatibilizar as duas atividades, como complemento da renda, conforme analisaremos em detalhes no seguinte capítulo.

Em resumo, se a globalização neoliberal trouxe a aquicultura intensiva como um dos principais protagonistas da expansão do mercado internacional de alimentos, a imagem social colonial e escravocrata da pesca serviu de substrato moral fértil para legitimar uma ideia de modernização da pesca que tem como base principal a promoção institucional da aquicultura como alternativa à pesca. Essas condições “materiais” e “simbólicas” contribuíram com o rápido crescimento da aquicultura intensiva no Brasil de forma geral, não pela transformação dos(as) pescadores(as) em aquicultores(as), que não tem tido muito sucesso, mas pela sua forte promoção institucional, pelo crescimento do setor empresarial e pela incorporação de outros(as) trabalhadores(as) (principalmente camponeses(as)) à produção aquícola. O capítulo seguinte discorre sobre como se concretizou a expansão da aquicultura intensiva no estado de Pernambuco, tendo como foco a análise de um projeto empresarial de aquicultura marítima, conhecido como projeto Beijupirá e um projeto-piloto, que surgiu a partir deste, e estava especificamente voltado à promover a aquicultura intensiva como alternativa à pesca, tendo como público-alvo pescadores(as) artesanais, o projeto Cação de Escama.

4 A EXPANSÃO DA AQUICULTURA INTENSIVA EM PERNAMBUCO: OS PROJETOS BEIJUPIRÁ E CAÇÃO DE ESCAMA

No ano de 2008, na cidade de Recife-PE, teve lugar a implantação de um projeto empresarial de aquicultura intensiva, conhecido como *Projeto Beijupirá*, em alusão à espécie de peixe à qual se destinava a produção, o *Rachycentron canadum*, conhecido como Beijupirá e também como Cação de escama. A escolha deste projeto para entender o processo da expansão da aquicultura no Brasil e suas concretizações no estado de Pernambuco foi feita pelos seguintes motivos: a) indagar sobre o processo sociohistórico dessa expansão, sua emergência, consolidação e transformações; b) analisar o projeto Beijupirá por condensar as transformações das políticas voltadas à pesca no Brasil, por um lado, sua relação com a imagem social da pesca, por outro lado; c) compreender as dinâmicas sociais da globalização neoliberal do mercado internacional de alimentos.

Este projeto condensava também toda retórica acerca da Revolução Azul, como avanço civilizatório frente à pesca, assim como as principais ideias que a sustentam, entre elas: a aquicultura como alternativa à pesca artesanal, a possibilidade de crescimento exponencial da produção, a sustentabilidade, a geração de emprego e renda, o aumento do consumo de peixe. Ideias que, como vimos, foram utilizadas para legitimar a promoção institucional da aquicultura intensiva, como algo justo e desejável para assim alavancar os interesses de um setor empresarial vinculado ao agronegócio que viu na aquicultura uma forma de expansão de mercado e de capital.

Outra questão importante é que o projeto se desdobrou em um outro projeto-piloto, chamado “Cação de Escama”, realizado pela Universidade Federal Rural de Pernambuco e que pretendia promover a criação de Beijupirá como uma nova atividade econômica e como alternativa para os pescadores artesanais do litoral de Pernambuco. Destinou-se aos pescadores das Colônias Z-1 (Pina, Recife), Z-25 (Piedade, Jaboatão) e da Associação dos Pescadores Artesanais de Barra de Jangada (Jaboatão). Neste aspecto, o Projeto Beijupirá oferecia também, nos seus desdobramentos no projeto Cação de Escama, uma fonte de análise valiosa para entender como se articula concretamente um projeto de aquicultura voltado especificamente aos(as) pescadores(as) artesanais.

O projeto representava também um exemplo da expansão da fronteira aquícola até então praticamente restrita às águas continentais de açudes, barragens, rios e à mistura destas águas com águas marítimas em estuários, manguezais, apicuns e salgados, ao mar aberto. O projeto foi pioneiro na aquicultura marítima em mar aberto (ou aquicultura *off shore*) no país e como exemplo de empreendedorismo e inovação para o setor. Além disso, sua implantação refletiu a articulação entre o mercado e as instituições públicas para ampliar essa fronteira e converter águas públicas em empreendimentos privados. Isto se traduziu, na prática, numa articulação entre a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca – SEAP, a Superintendência de Aquicultura e Pesca do estado de Pernambuco, o Departamento de Aquicultura e Pesca da Universidade Rural de Pernambuco, a Secretaria de Patrimônio da União, a Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, e o setor empresarial do agronegócio dedicado à aquicultura.

A implantação do projeto evidenciou os conflitos desta atividade com a pesca artesanal, no ano de 2008, pelos diferentes movimentos e instituições sociais que assinaram um manifesto intitulado: “Manifesto dos Pescadores e movimentos sociais indignados com a privatização de 160 ha no mar”. Denunciando de forma coletiva que 160 hectares do mar, o equivalente a uns 80 campos de futebol, e que eram efetivamente utilizados pela pesca artesanal, estariam sendo privatizados. Além disso, criticava-se a não realização de audiências públicas ou qualquer consulta aos(às) pescadores(as) que trabalhavam nessa área, o que entendiam como uma “armação organizada pela SEAP em conjunto com os empresários” para “impedir a participação” desses(as) pescadores(as), alegando-se que “os editais foram realizados durante o período do carnaval, na calada da noite”. Contudo, o projeto Beijupirá encerrou suas atividades e declarou sua falência no ano de 2010, afirmando que os principais motivos foram, “a má qualidade da ração fornecida no Brasil, à dragagem realizada pelo porto do Recife e a colisão de uma embarcação” com um dos principais tanques-rede do empreendimento (CALLOU, 2013, p. 276,279).

Embora os projetos não tenham continuado ativos foram bastante significativos, pois foram representados pelas instituições que o promoveram como marcos para uma nova etapa da aquicultura marinha no Brasil, como projetos pioneiros e como referências para a aquicultura brasileira. Assim, o estudo destes projetos permite analisar o processo de expansão da aquicultura no Brasil e os conflitos com a pesca artesanal. A partir destes é possível reconstruir uma trama inteligível que estabeleça um fio condutor entre o passado, o presente e os possíveis futuros rumos da expansão da aquicultura intensiva no Brasil.

O projeto Beijupirá foi escolhido como foco e como ponto de partida para tornar inteligíveis as especificidades dos processos sociais estruturais e dos agentes sociais envolvidos na expansão da aquicultura empresarial em Pernambuco, assim como sua relação com a expansão na escala nacional e internacional.

Nos subcapítulos faz-se uma reconstrução do processo de implantação destes projetos, sua relação com a expansão da aquicultura intensiva nacional e estadual e seus desdobramentos. O objetivo é analisar a articulação entre as instâncias e os sujeitos envolvidos nessa implantação, principalmente o setor privado (mercado) e as instituições públicas (Estado) e indagar quais foram os principais argumentos de legitimação utilizados na promoção da aquicultura intensiva, e, segundo a lógica econômica, as relações de produção que esses projetos promovem. Para isso, discute-se primeiro a origem desses projetos, ou seja, o contexto de promoção e expansão da aquicultura e a crise da carcinicultura empresarial. Em seguida, discute-se sobre o processo de implantação e o fim dos projetos Beijupirá e Cação de Escama. E por último, aborda-se a continuidade da expansão da aquicultura no Estado através da interiorização da produção aquícola, no denominado “Polo Aquícola” do sertão do São Francisco, onde é praticada a aquicultura, principalmente em tanques-rede, para a produção de tilápia também em grande escala.

4.1 DA PROMOÇÃO DA AQUICULTURA INTENSIVA EMPRESARIAL À EXPANSÃO E CRISE DA CARCINICULTURA

No capítulo anterior vimos como o setor empresarial com interesse na aquicultura conseguiu se impor sobre as instituições setoriais (SEAP e MPA) e realizar uma forte promoção institucional da aquicultura, principalmente da aquicultura intensiva. Com esse objetivo conseguiu, também, articular-se com outras instituições como a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a Agência Nacional de Águas (ANA) para elaborar o Decreto 4.895/2003, que autorizava o uso de espaços físicos de corpos d’água da União para fins de aquicultura mediante licitação. Esse decreto atualizava o decreto nº 2.896, de 09 de dezembro de 1998 (que já autorizava o uso de águas da união para esse fim), incorporando os principais

elementos envolvidos na legitimação da promoção institucional da aquicultura, como é o discurso da sustentabilidade⁹.

O setor empresarial, conseguiu também deixar sua marca e seus interesses através de uma proposta de divisão territorial da produção aquícola no país. Na divisão territorial proposta nos “Territórios da Pesca e da Aquicultura”, no “Plano Mais Pesca e Aquicultura”, elaborados pela extinta SEAP (2008), assim como no plano “Safrinha da Pesca e Aquicultura 2012/2013/2014”, realizado pelo MPA (2008), o Nordeste, de forma geral, e, concretamente, o estado de Pernambuco ocupam um lugar estratégico e prioritário para a expansão da produção aquícola. A retórica destes planos associa a exploração do potencial aquícola do Nordeste, e a consequente expansão aquícola com a redução das desigualdades sociais e a erradicação da pobreza. “Regiões com grande potencial para a aquicultura, como as do Norte e Nordeste, terão recursos para desenvolver seu potencial. Assim será possível reduzir as desigualdades sociais e erradicar a pobreza em muitas famílias.” (MPA, 2008, p. 8).

Para além da retórica benevolente, sobre o valor e a função social da aquicultura no Nordeste, que aparece nos planos e programas do MPA e da extinta SEAP, já citados, o conteúdo ideológico desta proposta e suas materializações concretas respondem bem às tendências da mercantilização internacional dos pescados e pelo aumento da concorrência entre os países e empresas transnacionais produtoras de pescado. Tais tendências estão estreitamente relacionadas com as mudanças na produção e no consumo que vem acontecendo durante as últimas décadas, a partir do devastador sucesso do modelo pós-fordista de acumulação flexível. Segundo Ramalho (2013, p. 2):

A ideologia aquícola é um sólido projeto societário e parte de um movimento historicamente determinado do capitalismo global, de feição totalizante, que se espalhou por vários países e que conseguiu transformar fundamentalmente organismos aquáticos em mercadorias a serem comercializadas no planeta, conectando poderosos centros consumidores (EUA, UE, Japão) às regiões produtoras de países em desenvolvimento (Brasil, Chile, Índia). Grandes empresas (algumas transnacionais) e estruturas poderosas de mercado e produtivas oferecem suportes necessários ao desenvolvimento do setor no mundo (pesquisa, planejamento, equipamentos tecnológicos, rações, máquinas, insumos químicos, transportes, antibióticos, mão-de-obra especializada, design, propaganda, etc.), objetivando grandes lucros e formando o que se pode classificar de um mercado globalizado de alimentos

⁹ O decreto de 1998 é praticamente igual ao decreto de 2003. A principal diferença é que este último incorporou no seu texto um artigo no qual se explicitavam que a autorização de águas da união para fins de aquicultura visava o desenvolvimento sustentável; o aumento da produção brasileira de pescados; a inclusão social; e a segurança alimentar.

pesqueiros, uma espécie de aguabusiness, por meio de um processo pós-fordista de produção e consumo (acumulação flexível) e sua renovada divisão social do trabalho.

De fato, tudo isso tem a ver com os elementos que compõem a já destacada Revolução Azul. Dessa maneira, pode-se concluir que a proposta de expansão da aquicultura intensiva contida na divisão territorial proposta pelo MPA, mais do que atender aos objetivos apresentados ao menos no plano discursivo nos “Territórios da Pesca e da Aquicultura” e no “Plano Mais Pesca e Aquicultura” (SEAP, 2008) de redução da desigualdade e de eliminação da pobreza, responde aos interesses de setores empresariais de ampliar o processo de acumulação a partir da aquicultura empresarial intensiva. Se a isto somamos a possibilidade de obter ajuda, colaboração e financiamento de instituições públicas, junto com a base moral legitimadora da aquicultura como sinônimo de modernidade frente à pesca, podemos explicar o explosivo crescimento da aquicultura no Brasil e no Nordeste nos últimos anos.

Estes tipos de estratégias, que articulam o setor privado e as instituições públicas, parecem evocar tempos do período desenvolvimentista da SUDEPE, evidentemente ressignificados devido às mudanças impostas advindas do processo de acumulação flexível, o que as discussões acadêmicas recentes denominaram como “neodesenvolvimentismo”. Esta divisão territorial objetiva, principalmente, o crescimento econômico e o lucro, e se contradiz com qualquer valorização que se possa fazer dos pescadores e pescadoras e suas contribuições à sociedade. Na realidade, os(as) pescadores(as), mais uma vez, são vistos(as) como fonte de atraso e como um obstáculo a superar para atingir o desenvolvimento, nos moldes modernos de produção e consumo de massa. Aspectos que aproximam o diálogo histórico do Poder Público com os(as) pescadores(as), que vai da Marinha, passando pela SUDEPE até alcançar a SEAP e o MPA, nos quais os(as) pescadores(as) são vistos(as), no máximo, como meros coadjuvantes dos projetos nacionais de desenvolvimento e, em algum sentido, civilizatórios de uma modernidade entendida como aparelhada ao desenvolvimento capitalista.

Um dos estudos mais relevantes sobre o setor aquícola no Brasil foi fruto do convênio de Fortalecimento Institucional firmado entre a SEAP e a FAO e executado pelo Grupo Integrado de Aquicultura e Estudos Ambientais (GIA) da Universidade Federal do Paraná (UFPA), deu lugar ao livro “Aquicultura no Brasil: o desafio é crescer”. O mesmo colocava a aquicultura intensiva como sujeito com maior potencial de crescimento no país, afirmando que “os cultivos realizados em regime intensivo ainda são relativamente raros, embora sejam aqueles em que o país apresenta maior potencial de crescimento” (OSTRENSKY et al, 2008

p.74). Nesse sentido, a transformação dos sistemas produtivos tradicionais por projetos de produção intensiva é colocada como fator principal para o crescimento do setor da seguinte forma:

No caso da piscicultura, tem-se registrado uma rápida transformação dos sistemas produtivos, principalmente com a implementação de projetos de produção intensiva em reservatórios, através do uso de tanques-rede e gaiolas. Até o final da década passada, a piscicultura era praticada quase exclusivamente em viveiros escavados e em pequenas represas, hoje os tanques-rede despontam como grande aposta para o crescimento da piscicultura. (OSTRENSKY et al, 2008, p. 166)

O estudo também aponta as principais formas de produção com maior potencialidade para ampliação e garantir o crescimento da produção nacional, todas elas intensivas ou semi-intensivas. A aquicultura intensiva de tilápia em tanques-rede em águas continentais da união aparece como a mais importante, pois, “não há dúvidas que o cultivo de peixes – particularmente tilápia – em tanques-rede instalados em corpos d’água de domínio na União apresentem hoje o maior potencial para o desenvolvimento da aquicultura continental no país” (OSTRENSKY et al, 2008, p. 166). De fato, a tilápia se consolidou como o principal produto da aquicultura brasileira, sendo responsável por mais da metade da produção da aquicultura continental e por aproximadamente 40% da produção total da aquicultura no país (IBGE, 2011, p. 33, 38).

A carcinicultura também é ressaltada neste estudo como um dos principais sujeitos desse crescimento, que apela ao engajamento técnico e político para defendê-la dos impactos provocados por esta, como é o caso do desmatamento de manguezais, tratando-os como eventuais e como exceções sem apresentar dados ou estudos que justifiquem que estes sejam apenas pontuais e não sistemáticos:

[...] a carcinicultura continua sendo um dos carros-chefe da aquicultura brasileira e como tal é fundamental que haja um engajamento técnico e político para que o setor supere os problemas que tem enfrentado. Esse apoio político pode ser imprescindível, por exemplo, para defender a atividade das acusações relativas aos eventuais impactos ambientais e sociais negativos que lhe são imputados. Há que separar as exceções da regra geral. Não é factível acreditar que a atividade como um todo seja danosa ao meio ambiente e à sociedade, ainda que haja empreendimentos que sejam, devendo responder individualmente por isso. (OSTRENSKY et al, 2008, p. 180)

Por sua vez, a aquicultura de Beijupirá aparece no estudo como atividade pioneira na aquicultura marinha de pescados que significa uma nova e promissora etapa para esta, pois

“na prática, a piscicultura marinha nunca existiu como atividade comercial no Brasil”, mas “agora, com a tentativa de cultivo do beijupirá, abre-se um novo horizonte para a atividade.” (OSTRENSKY et al, 2008, p.180). Ou seja, a aquicultura intensiva nas suas diferentes versões é vista à época como a principal alavanca para atingir os objetivos de crescimento exponencial do setor.

Embora o discurso do MPA e de outras instituições impregnadas pela influência do setor empresarial interessado na aquicultura apresentem a mesma forma triunfalista, as últimas três décadas de história dos principais empreendimentos em aquicultura no Nordeste e, concretamente, no estado de Pernambuco servem de registro na hora de questionar este discurso benevolente. Como foi dito, nos anos noventa a carcinicultura se consolidou como um *lobby* centrado na produção em grande escala para o mercado internacional e isto se deu sob a base do desmatamento de manguezais, apicuns e salgados, nos quais se instauraram as grandes fazendas de camarão.

Contudo, a explosão da carcinicultura em termos de crescimento exponencial da produção e de áreas ocupadas tenha acontecido nos anos noventa, as primeiras iniciativas para o cultivo de camarões se iniciaram na década de 1970. No Nordeste as primeiras iniciativas foram implementadas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco junto com a *Ralston Purina Company* e sua filial brasileira, a *Purina do Brasil Alimentos Ltda*, na Ilha de Itamaracá-PE; e pela EMPARN (Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte em Natal-RN. Nos anos 1980, estabeleceram-se linhas de financiamento que até o ano de 1984 somaram o que hoje seriam, aproximadamente, 76 milhões de R\$, geridas através de entidades como: a SUDEPE, pelo programa Fiset-PESCA (Fundo Setorial da Pesca), que também estabelecia incentivos fiscais para o setor; pelo programa PROPESCA, que outorgava recursos advindos do BID (Banco de Desenvolvimento Interamericano), operados pelo BNCC (Banco Nacional de Crédito Cooperativo); pelo BNDES (Banco Nacional de desenvolvimento Econômico e Social); e pela SUDENE, mediante o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste). Durante a presidência de José Sarney foi assinado o decreto nº 95.792 para a criação de uma comissão interministerial para o desenvolvimento da carcinicultura no Nordeste, que visava implantar 100 mil hectares e fazendas de carcinicultura em cinco anos (PND, 2011, apud NUNES; MADRID; ANDRADE, 2010).

Foi entre os anos 1998 e 2003 que a carcinicultura deu seu maior salto produtivo, passando de uma produção de 7.250t para 90.190t, incorporando tecnologias que

modernizaram a infraestrutura e multiplicando as áreas de viveiros em 243%, (de 4.320 hectares em 1998 a 14.824 hectares em 2003). Além disso, multiplicaram-se o número de laboratórios de pós-larvas e as exportações de camarão alcançaram seu recorde (PND, 2011, apud NUNES; MADRID; ANDRADE, 2010). Segundo Ramalho (2012, p.17), a carcinicultura se consolidava e:

[...] um novo e poderoso sujeito social entra em cena: os fazendeiros de camarão. Sustentando-se em largo apoio financeiro do Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), contando com a liberação - por parte das companhias de fiscalização estadual do meio ambiente - para privatizarem áreas antes de uso comum (os manguezais) sem qualquer estudo de impacto ambiental, tendo forte apoio científico por meio das universidades, através de inúmeras consultorias prestadas por seu quadro docente, e vivendo sob a sombra do apogeu neoliberal, a carcinicultura expandiu-se fortemente nas regiões costeiras nordestinas, ocupando e impactando negativamente - com o desmatamento inclusive - os mangues e estuários dessas localidades. Em 2010, segundo a Associação Brasileira dos Criadores de Camarão (ABCC), o cultivo de camarão ocupava uma área de 18.500 em regiões estuarinas e de manguezais, tendo um crescimento gigantesco de 1997 (3.458 ha) a 2006 (17.000 ha), quadruplicando seus hectares. (RAMALHO, 2012, p. 17)

Cabe destacar que em 2002 o plenário do CONAMA não aprovou a inclusão dos salgados e apicuns como áreas de preservação, tornando possível implantar fazendas de carcinicultura de forma que os estados passaram a licenciar projetos nessas áreas (PND, 2011, apud NUNES; MADRID; ANDRADE, 2010). Somente em 2008 veio a ser revertida essa situação, quando o MMA, através de instrução Normativa, reconheceu os apicuns e salgados como parte do mangue e, portanto, como áreas de preservação ambiental. A base parlamentar do Conselho Nacional de Aquicultura e PESCA - CONEPE, que representa o setor empresarial aquícola e pesqueiro do país, junto com a Associação Brasileira de Criadores de Camarão (ABCCAM), mobilizou-se para que as áreas de apicuns e salgados não fossem consideradas como áreas de preservação permanente, inclusive a Ministra da Pesca Ideli Salvati em 2011, defendeu as demandas do setor (AZEVEDO, 2012, p. 184).

Uma vez mais, várias instituições (financeiras, ambientais e científicas) articularam-se e somaram esforços com e para esse setor empresarial emergente, contribuindo para a rápida expansão da carcinicultura no Nordeste. Por outro lado, vários estudos acadêmicos relatam o impacto desses grandes empreendimentos sobre o ecossistema mangue, associados ao seu desmatamento, as mudanças no fluxo das marés, a disseminação de doenças, a contaminação e eutrofização das águas, aos conflitos com as populações locais entre eles pescadoras e pescadores, a diminuição do oxigênio nas águas e a alteração da biodiversidade aquática e a

sobrevivência de organismos bentônicos (OLIVEIRA et al, 2017; TANCREDO et al, 2011.; AMORIM, 2009). Os pescadores e pescadoras artesanais também ressaltam os efeitos negativos do que eles(as) consideram como um desastre ambiental, relatando alguns dos seus efeitos sobre as espécies nativas e sobre seus lugares de reprodução da vida, como serão discutidos mais adiante no capítulo que aborda a economia moral da pesca artesanal e sua percepção sobre a aquicultura.

Os referidos empreendimentos têm contribuído mais na direção da privatização, mercantilização e degradação dos manguezais, em que é praticada a pesca artesanal de forma comunitária há séculos. Os grandes lucros que empreendimentos geram, em curto prazo, concentram-se numa pequena parcela do setor empresarial. Estes obtêm substanciais margens de benefícios logradas a partir dos incentivos fiscais dos apoios institucionais para a exploração privada dos manguezais, assim como do trabalho não pago aos(as) pescadores(as) e outros(as) trabalhadores(as), que têm sido utilizados pela indústria da carcinicultura como mão de obra barata e exército de reserva disponível para a despesca e o beneficiamento das fazendas de camarão.

A MCR Aquicultura Ltda. é uma empresa especializada na assessoria técnica e consultoria em aquicultura, principalmente no cultivo de camarões marinhos e de camarões e peixes (principalmente tilápia) de água doce. O presidente desta empresa, Itamar de Paiva Rocha, ex-deputado do PMDB, também ocupa a presidência da Associação Brasileira de Criadores de Camarão. Os dados elaborados por esta empresa oferecem um panorama da expansão da carcinicultura empresarial em Pernambuco. A partir destes dados, poderemos identificar alguns dos principais empreendimentos advindos dessa expansão, assim como os hectares ocupados por fazendas dedicadas à carcinicultura em Pernambuco.

A apresentação dos projetos elaborados e ou implementados por esta empresa, no que se refere a unidades de maturação de larvas, e a fazendas de carcinicultura denominadas por esta empresa como “unidades de engorda ou viveiros”, dos dois principais elementos da cadeia produtiva da carcinicultura, é recolhida na Tabela 4 e na Tabela 5.

Quadro 4 - Projetos elaborados pela MCR, Aquicultura Ltda., localização e produção das Unidades de Maturação e Larvicultura.

PROJETOS	LOCALIZAÇÃO	PRODUÇÃO
Aqualider Maricultura Ltda.	Ipojuca - PE	150.000.000,00 PL-CICLO ¹⁰
Maricultura Ltda.	Unidade I Porto de Galinhas- PE	80.000.000,00 PL-CICLO ¹¹

Fonte: MCR Aquicultura Ltda. 2015, Unidades de Maturação e larvicultura. Organizado por: Jose Ignacio Vega Fernández.

Quadro 5 - Projetos elaborados pela MCR, Aquicultura Ltda., localização e área ocupada de unidades de engorda, viveiros ou fazendas de camarão.

PROJETOS	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (HA)
Alvorada	Igarassu-PE	6,00
Marupiara Aquicultura	Ipojuca-PE	60,00
Aquicultura Atapuz S/A.	Goiana-PE	132,00
Atlantis/Bramex - Brasil Mercantil S/A.	Goiana-PE	560,00
Anedam Aquicultura Ltda.	Goiana-PE	3,00
Estuário Tabatinga Ltda.	Goiana-PE	9,70
Marecultura Aquicultura Ltda.	Goiana-PE	1,50
Náutilos Aquicultura Ltda.	Goiana-PE	15,00
Tabatinga Aquicultura Ltda.	Goiana-PE	18,50

¹⁰ Unidades de pós-larva produzidas em cada ciclo.

¹¹ Unidades de pós-larva produzidas em cada ciclo.

Tinoco Aquacultura Ltda.	Sirinhaém-PE		24,00
Costa Dourada Camarões Ltda.	Sirinhaém-PE		52,00
São José Aquicultura Ltda.	Sirinhaém-PE		24,00
Aquacultura Campo Novo Ltda.	Rio Formoso-PE		21,00
Total	13		926,70

Fonte: MCR Aquacultura Ltda. 2015. Unidades de engorda, viveiros, ou fazendas de camarão. Organizado por: Jose Ignacio Vega Fernández

Esses empreendimentos localizam-se em cinco municípios, a saber: Goiana, Sirinhaém, Igarassu, Ipojuca e Rio Formoso. No que concerne ao número de hectares de mangues desmatados para a criação dos viveiros pela MCR Aquicultura Ltda., tem-se o total de 926,70 ha, o que é equivalente a mais de 500 campos de futebol. Analisando o número de hectares de cada um dos empreendimentos, observamos que somente o empreendimento ressaltado de verde de 1,5 ha corresponderia a um empreendimento considerado legalmente de aquicultura familiar. Podemos verificar na lei da pesca o que é considerado familiar e seus hectares máximos:

IV – familiar: quando praticada por unidade unifamiliar, nos termos da Lei nº11.326, de 24 de julho de 2006;

II – aquicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2 ha (dois hectares) (grifo nosso) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede; [...]

Os dados selecionados revelam que somente 0,6% dos empreendimentos da MCR em Pernambuco em aquicultura são de caráter familiar, 75% são grandes fazendas de camarão de mais de 100 hectares. Tais informações evidenciam o caráter empresarial da aquicultura praticada neste estado, seguindo os passos da aquicultura praticada em todo o Nordeste. Vemos que a figura do aquicultor familiar é totalmente minoritária na carcinicultura praticada em Pernambuco. Para além disso, cabe questionar se o critério para considerar um empreendimento aquícola como familiar é apenas o tamanho do lote aquícola, pois na prática

os empreendimentos ditos de aquicultura familiar são empreendimentos empresariais de aquicultura intensiva, mas de pequeno porte.

Além da implantação destes empreendimentos, voltados à cadeia produtiva aquícola, a MCR Aquicultura Ltda. tem realizado junto com a SEAP, depois convertida no MPA, e outras instituições como a SEBRAE, vários cursos técnicos destinados à produção aquícola, tais como “Curso de Gestão de Qualidade na indústria de processamento – Camarões Marinhos (Técnico – Nível Superior) – ABCC/SEAP”, “Curso de Gestão de Qualidade na Fazenda – Capacitação de Pequenos Produtores – ABCC/SEAP”, “Curso de Gestão de Qualidade na Fazenda – Capacitação de Médios e Grandes Produtores – ABCC/SEAP”, “Workshop para Agregação de Valor no Estado da Bahia e Pernambuco – ABCC/SEAP”. Estes cursos refletem a articulação entre a instituição estatal voltada à pesca, à pesquisa acadêmica e no setor empresarial, que vem caracterizando e dando sustento ao viés desenvolvimentista das políticas públicas dirigidas à pesca, desde o período da SUDEPE.

Durante a dissertação de mestrado (FERNÁNDEZ, 2015), foi identificado um total de 1542,69 hectares ocupados por fazendas de carcinicultura no litoral de Pernambuco, o que equivale a quase 800 campos de futebol. Isto supõe que além dos 926,70 hectares ocupados por fazendas de camarão que obtivemos a partir dos dados da MCR, encontramos um total de 615 hectares a mais, ocupadas por este tipo de fazendas no Estado. A carcinicultura está situada em regiões de rios, estuários e mangues, para fazer uso de suas águas e de seus territórios, com a privatização dos espaços de mangue e a devolução dos dejetos/resíduos dos criadouros (rações, quimificação da água, etc.) para esses ecossistemas. Além disso, são grandes empreendimentos que afetam não apenas a paisagem histórica local, mas mostram um tipo de monocultivo (camarão) que se impõe. Tudo isso é distinto do que acontece com o modo de vida dos pescadores e suas tradicionais maneiras de usos múltiplos dos mencionados espaços. Yara Schaeffer, uma das pesquisadoras mais relevantes dos manguezais no Brasil, em entrevista à *Revista de Pesquisa da FAPESP*, ao falar dos impactos ambientais e sociais da carcinicultura no Nordeste na atualidade, comentou que:

Hoje eu acho que o maior dano é social. Já perdemos manguezais e nos últimos anos estamos perdendo gente, é isso que me preocupa. Os pescadores não podem mais chegar no estuário para pescar porque está com cerca elétrica e podem ser mortos por jagunços. É um problema social e de saúde. Os pescadores que vão trabalhar na despesca [recolhimento dos adultos nos tanques] da carcinicultura ganham como boia-fria da cana, sem garantias trabalhistas. Têm que lidar com o metabissulfito, usado para o camarão não ficar preto, e trabalham sem máscara nem luva. Se vai para o

pulmão, essa substância mata. Um biólogo pode servir a várias fazendas, o veterinário também, por isso gera muito pouco emprego e menos renda ainda. O Renato de Almeida, à época pós-graduando do Bioma, trabalhou com o Índice de Desenvolvimento Humano [IDH] entre 1990 e 2000 nos municípios principalmente do Ceará com muitas fazendas de carcinocultura. O IDH não melhorou nada nesse período. O dinheiro que sai da produção de camarão naquele município não é aplicado ali, é investido em outros mercados. (SCHAFFER, 2016)

Passada a década de 1990, a carcinocultura passou por um período de crise que se intensificou a partir de 2003. Os motivos da crise foram vários; por um lado, Brasil, Equador, China, Índia, Vietnã e Tailândia foram acusados em 2003 de dumping (venda de mercadorias abaixo do seu preço normal ou do custo de produção) pela Aliança de Pescadores de Camarão do Sul dos EUA, o que levou ao Departamento de Comércio dos Estados Unidos a sobretaxar as importações advindas destes países em 2004 (AGÊNCIA ESTADO, 2004).

Por outro lado, diversas doenças como o NIM – Vírus da Necrose Idiopática Muscular, que depois veio ser chamado de Vírus da Mionecrose Infecciosa, o vírus da Síndrome de Taura, a doença da mancha branca e a doença da cabeça amarela, etc., elevaram a mortalidade dos camarões diminuindo a lucratividade do setor. Estas doenças são bastante recorrentes na carcinocultura intensiva, pois a alta densidade de camarões por metro quadrado, o uso de fertilizantes químicos como nitrogênio, fósforo e silicato e elevada produção e acúmulo de matéria orgânica, entre outros fatores, contribuem com a proliferação destas patologias. Só no ano de 2004 o setor estimou perdas de aproximadamente 40% da produção em estados como Ceará, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Em 2006 as exportações tinham caído em um 85% com relação a 2003 (NUNES; MARTINS; VASCONCELOS, 2004; NUNES; MADRID; ANDRADE, 2010; GUERRELHAS; TEIXEIRA, 2012), voltando a ser a maior parte da produção do camarão cultivado destinada ao mercado interno. Essa situação se agravaria nos anos seguintes, até o ponto em que as exportações no ano de 2006 eram de 33.918 toneladas, passando a ser no ano de 2011, de 108 toneladas, e desde então, até os dias atuais, mantiveram-se pouco significativas (TAHIM; JUNIOR, 2014, p. 576; ROCHA, 2012, p. 4). Mais do que o interesse para alimentar a população brasileira, o que fez o setor se voltar para o mercado nacional foi essa situação de crise das exportações, que agravada com a crise global do mercado internacional, que implodiu a partir de 2008, como apontam Pires e Cavalcanti (2012, p. 241) para o caso da crise da fruticultura irrigada de exportação da região do Vale do São Francisco.

Frente a essa crise, a aquicultura intensiva em mar aberto representou um dos caminhos possíveis escolhidos pelo setor empresarial dedicado à carcinicultura para tratar de ampliar o mercado e a lucratividade do setor. Como exemplo desse caminho, a empresa Aqualider Maricultura Ltda.¹² que se dedicava principalmente à produção de pós-larvas (alevinos) de camarão encontrou os apoios do Departamento de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco, DEPAQ, UFRPE, e das instituições setoriais SEAP e depois o MPA, para desenvolver o projeto Beijupirá. Nesse contexto, surgiu o projeto Cação de Escama, também como um projeto de aquicultura em mar aberto da mesma espécie, mas dessa vez dirigido aos(as) pescadores(as) artesanais de Pernambuco.

4.2 OS PROJETOS BEIJUPIRÁ E CAÇÃO DE ESCAMA: A PROMOÇÃO DA AQUICULTURA MARÍTIMA INTENSIVA COMO SOLUÇÃO À CRISE DA CARCINICULTURA

Embora no início da pesquisa o projeto Beijupirá da empresa Aqualider fosse o foco da análise, com a realização dos trabalhos de campo e o avanço dos estudos, o Projeto Cação de Escama apareceu e foi ganhando espaço até o ponto de ser preciso incluí-lo na tese e analisá-lo junto ao Beijupirá. O fato de que em todas as entrevistas o Cação Escama surge sem pergunta prévia, era um sintoma de que, na prática, estavam intimamente relacionados. O Beijupirá estava voltado à aquicultura intensiva em mar aberto da espécie *Rachycentron canadum* (conhecida popularmente como Beijupirá e também como Cação de Escama) fruto da parceria entre o Departamento de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal de Pernambuco – DEPAQ, UFPE e a empresa Aqualider Maricultura Ltda., que foi implantado em 2008 e operou até 2010, a 11 quilômetros da praia de Boa Viagem, Recife.

Como desdobramento desse projeto empresarial, surgiu o projeto Cação de Escama do DEPAQ – UFRPE, um projeto de pesquisa que visava introduzir como nova atividade

¹² Cabe destacar que a Aqualider é coligada com a Atlantis Bramex Mercantil S/A, empresa que, como foi visto, possui a maior fazenda de carcinicultura do estado de Pernambuco e que também é uma das principais empresas de carcinicultura do país. Ambas pertencem ao grupo empresarial Fernandes Vieira, formado por 19 empresas que atuam principalmente no agronegócio, no transporte aéreo privado e na saúde privada (GFV, 2019).

econômica e como alternativa para os(as) pescadores(as) artesanais, o mesmo tipo de aquicultura desenvolvido pelo projeto empresarial da Aqualider. Este projeto implantou, entre os anos 2009 e 2011, uma unidade de cultivo e pesquisa, em um local próximo ao projeto da Aqualider e realizou oficinas sobre o cultivo de Beijupirá com alguns dos(as) pescadores(as) das Colônias Z-1 de Brasília Teimosa, Z-25 de Jaboatão dos Guararapes e com a Associação dos Pescadores Artesanais de Barra de Jangada A-25.

Em torno desses projetos foram feitas também várias pesquisas acadêmicas, que têm como elemento comum a defesa da aquicultura intensiva de Beijupirá em mar aberto como exemplo viável e promissor de aquicultura marítima para o país. Estas pesquisas também destacam de forma comum uma série de elementos positivos que fariam desse tipo de aquicultura uma boa escolha para a criação de uma espécie autóctone: rápido crescimento, alto valor comercial, a disponibilidade de tecnologia para a produção de alevinos de Beijupirá em laboratório, decorrentes da facilidade para se adaptar à desova em cativeiro, ao confinamento e às rações comerciais.

Além disso, tais estudos apontam como relevantes para a implantação deste tipo de aquicultura no Brasil a isenção ou diminuição de impostos para a importação de equipamentos e o apoio às empresas nacionais produtoras. Contudo, algumas destas pesquisas também apontavam a inviabilidade econômica deste tipo de empreendimentos em pequena escala para pescadores artesanais (BEZERRA, 2014; CAVALLI; HAMILTON, 2009; CAVALLI, et al, 2011, p. 238; PEREGRINO JR., 2009).

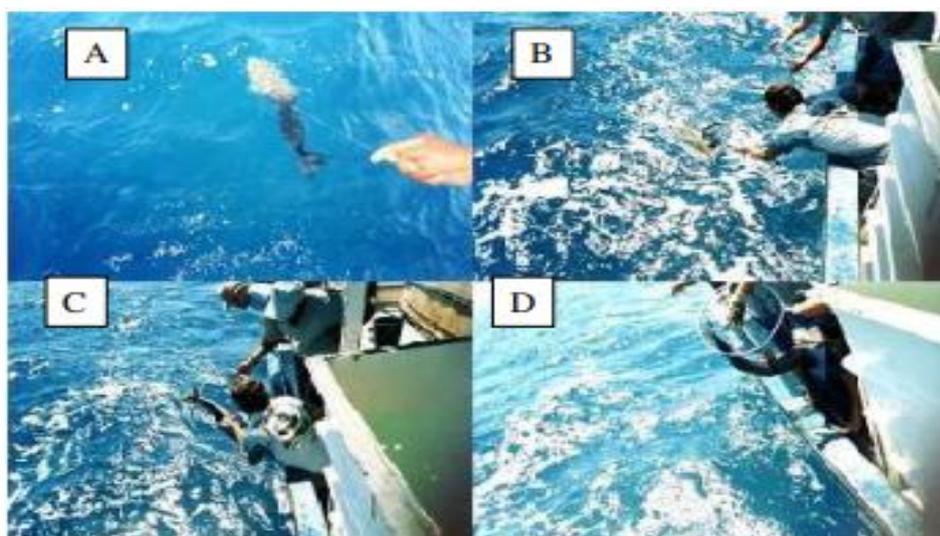
A origem destes dois projetos se encontra na parceria estabelecida desde 2005 entre o Departamento de Pesca e Aquicultura da Universidade Federal Rural de Pernambuco – DEPAQ, UFRPE, e a empresa Aqualider Maricultura Ltda. para desenvolver e viabilizar a aquicultura intensiva de beijupirá em mar aberto. Em 2006, fruto dessa parceria, teve início a coleta de reprodutores e os estudos para a criação de alevinos de beijupirá em laboratório, contando com o apoio financeiro da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE)¹³. Essas ações tiveram continuidade e se fortaleceram em 2007, com a aprovação de um projeto de pesquisa no Edital Universal do CNPq, voltado a produção de alevinos de beijupirá. Segundo o coordenador do Projeto Beijupirá, gerente da empresa Aqualider e também

¹³ O Projeto Beijupirá foi um dos 04 subprojetos que receberam recursos financeiros da Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) referentes ao Projeto de Promoção ao Estudo do Desenvolvimento da Maricultura no Nordeste, processo nº 59333.000366/2005-82. O valor total destinado a esse projeto foi de R\$185.000,00. Contudo, o relatório de Gestão 2006 não mostra a informação sobre qual foi o valor exato destinado a cada um dos 04 subprojetos contemplados.

gerente-geral do Projeto Cação de Escama, o DEPAQ da UFRPE “tinha interesse em desenvolver pesquisas sobre aquicultura marítima em mar aberto e apareceu esta empresa que também tinha interesse” (HAMILTON, 2017). O mesmo, disse que a relação entre o DEPAQ e a Aqualider “foi de total parceria” até o ponto de que “a empresa separou um setor de pesquisa” com “água, aeração, tanques e tudo, toda a infraestrutura” (HAMILTON, 2017) para o seu funcionamento.

Considerando que a empresa tinha interesse em desenvolver um projeto de aquicultura marítima intensiva, o fato de conseguir ter um grupo de pesquisadores que desenvolvesse projetos de pesquisa para esse fim, tendo apenas que destinar uma parte da sua infraestrutura para um setor de pesquisa era algo valioso para a empresa, pois reduzia os custos que implicaria viabilizar uma pesquisa financiada apenas com recursos da própria empresa. As seguintes Figuras (1, 2, 3, 4) servem para visualizar melhor como se concretizaram os primeiros passos da parceria entre a Aqualider e o DEPAQ da UFRPE, ilustrando como se deu o processo de produção de alevinos de beijupirá em laboratório, desde a coleta dos reprodutores, até a obtenção dos alevinos.

Figura 1 - Sequência da coleta de reprodutores beijupirá. (A) Exemplar de beijupirá iscado sendo puxado. (B) Exemplar já na superfície. (C) Exemplar sendo retirado da água com um puça. (D) Exemplar embarcado.



Fonte: PEREGRINO JR., 2009.

Figura 2 - Alguns dos exemplares coletados já nos tanques de transporte.



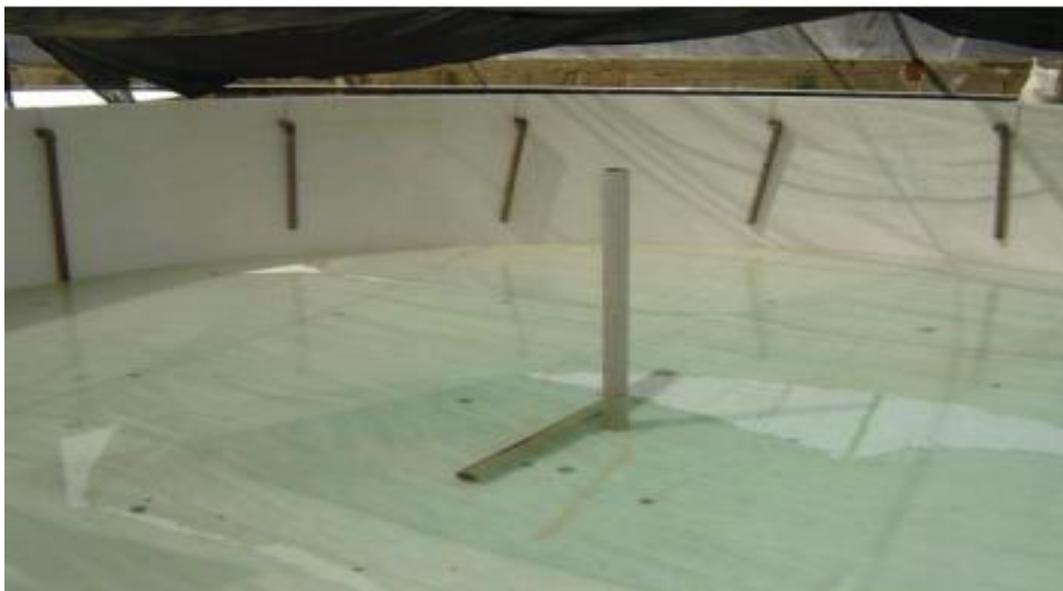
Fonte: PEREGRINO JR., 2009.

Figura 3 - Reprodutor macho sendo reanimado dentro do tanque.



Fonte: PEREGRINO JR., 2009

Figura 4 - Tanques para a quarentena e aclimação dos reprodutores de beijupirá na Aqualider Maricultura Ltda.



Fonte: PEREGRINO JR., 2009.

Depois da aclimação dos reprodutores, iniciou-se o processo de fecundação das fêmeas e posterior indução à desova. A Figura 5 mostra a fêmea do beijupirá momentos antes da desova.

Figura 5 - Fêmea de Beijupirá antes da desova, a seta sinaliza o abdômen protuberante como característica prévia à desova.



Fonte: PEREGRINO JR., 2009.

Uma vez feita a desova, os ovos são transladados a incubadoras (Figura 6) que aceleram seu processo de eclosão. Depois disso, os alevinos são transladados ao tanque de cultivo (Figura7).

Figura 6 - Incubadoras utilizadas para eclosão dos ovos de beijupirá na Aqualider Maricultura Ltda.



Fonte: PEREGRINO JR., 2009.

Figura 7 - Tanque de cultivo de alevinos de beijupirá na Aqualider Maricultura Ltda.



Fonte: Relatório Técnico Projeto Cação de Escama, DEPAQ, UFRPE, 2014.

Estas imagens também evidenciam as importantes diferenças no processo de produção, nos processos de trabalho, bem como no trabalho em si mesmo, assim como nos meios de produção (meios de trabalho e objetos de trabalho) da pesca artesanal e da aquicultura empresarial (MARX, 2011, p. 331). Por exemplo, se os meios de trabalho utilizados na pesca artesanal são: as linhas, os anzóis, as redes, as embarcações etc., a aquicultura empresarial incorpora novos meios de trabalho como: o material de laboratório para fecundação *in vitro* e criação de pós-larvas, o material de laboratório para o monitoramento e controle das condições físicas do cultivo, tanques de cultivo de alevinos, os tanques-rede, os aparelhos de mergulho, etc. No caso dos objetos de trabalho, na pesca, estes são os peixes proporcionados diretamente pela natureza, pois:

Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com a totalidade da terra são, por natureza, objetos de trabalho preexistentes. Assim é o peixe, quando pescado e separado da água, seu elemento vital, ou a madeira que se derruba na floresta virgem, ou o minério arrancado de seus veios. Quando, ao contrário, o próprio objeto do trabalho já é, por assim dizer, filtrado por um trabalho anterior, então o chamamos de matéria-prima, como, por exemplo, o minério já extraído da mina e que agora será lavado. Toda matéria-prima é objeto do trabalho, mas nem todo objeto do trabalho é matéria-prima. O objeto de trabalho só é matéria-prima quando já sofreu uma modificação mediada pelo trabalho. (MARX, 2011, p.328)

De forma que, na aquicultura, os objetos de trabalho, os peixes (pós-larvas e alevinos) se tornam matérias primas, na medida em que já são frutos do trabalho e não objetos de trabalho proporcionados diretamente pela natureza, pois:

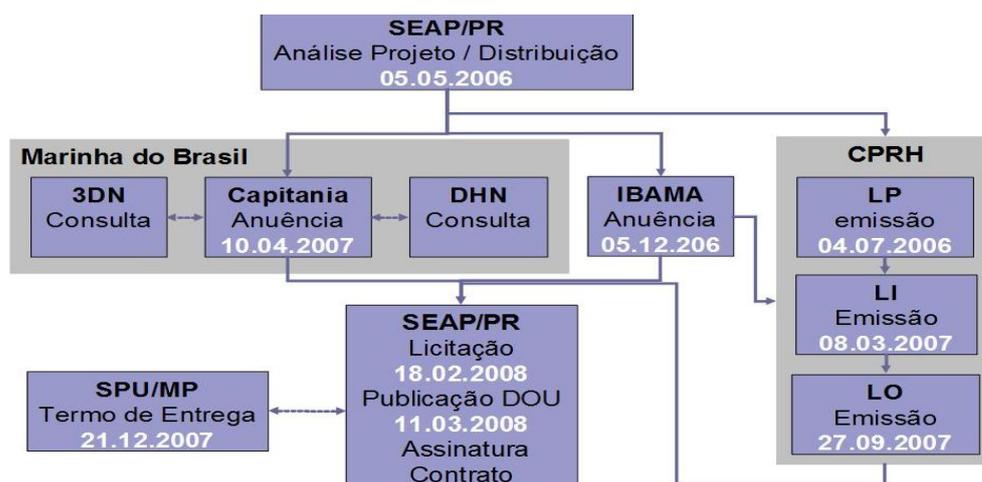
Com exceção da indústria extrativa, cujo objeto de trabalho é dado imediatamente pela natureza, tal como a mineração, a caça, a pesca etc. (a agricultura, apenas na medida em que, num primeiro momento, explora a terra virgem), todos os ramos da indústria manipulam um objeto, a matéria-prima, isto é, um objeto de trabalho já filtrado pelo trabalho, ele próprio produto de um trabalho anterior, tal como a semente na agricultura. Animais e plantas, que se costumam considerar como produtos naturais, são, em sua presente forma, não apenas produtos do trabalho, digamos, do ano anterior, mas o resultado de uma transformação gradual, realizada sob controle humano, ao longo de muitas gerações e mediante o trabalho humano (MARX, 2011, p. 331)

Como vimos nas imagens, na aquicultura os peixes passam por um trabalho prévio que os converte em matérias. Este processo que inclui o trabalho da pesca (pois para desenvolver as pós-larvas e os alevinos é preciso primeiro pescar os reprodutores) e o trabalho de laboratório, (que vai desde a fecundação *in vitro*, passando pela desova e incubação) e o trabalho de alimentação para engorda dos alevinos. Ao pensar junto com Marx que o trabalho

é “um processo entre o homem e a natureza” e que ao agir e modificar essa “natureza externa, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza”. E que, “a grande indústria [...] ao revolucionar o modo de produção material e as relações sociais de produção, revoluciona também as cabeças” (MARX, 2011, p. 326, 327). É possível inferir que essas diferenças entre a pesca artesanal e a aquicultura, no que se refere ao processo de produção, aos meios de produção e ao trabalho, traduzem-se em lógicas econômicas, formas de produção, relações sociais e subjetividades também diferentes. Ou seja, a aquicultura empresarial e a pesca artesanal são modos e processos de produção distintos, o que implica importantes divergências no trabalho, nos meios de produção nas relações sociais e nas subjetividades que acompanham uma e outra e que, inclusive, como será discutido com detalhe no seguinte capítulo, traduzem-se também em importantes antagonismos e conflitos.

Voltando aos detalhes do processo de implantação do projeto Beijupirá, o desenvolvimento do projeto e seus trâmites de licitação foram feitos quase simultaneamente ao processo de criação dos alevinos. De forma que, no ano de 2006, com o projeto já elaborado, a Aqualider Maricultura Ltda. deu entrada no escritório regional da SEAP com quatro cópias que foram encaminhadas ao escritório da SEAP em Brasília para análise. O escritório encaminhou esta documentação ao IBAMA, à Marinha e à Agência Nacional de Águas – ANA (ALEPE, 2008). Depois da anuência destes órgãos, a SEAP licitou o projeto em fevereiro de 2008, e depois, junto com a Secretaria de Patrimônio da União – SPU e o Ministério de Planejamento, foi elaborado o Instrumento de Cessão. A Figura 8 mostra o processo de trâmite para a licitação do Projeto Beijupirá:

Figura 8 - Trâmite licitação Projeto Beijupirá.



Fonte: Apresentações Institucionais Projeto Beijupirá, Aqualider Maricultura Ltda. 2008.

O contrato de cessão foi finalmente assinado entre a empresa Aqualider Maricultura Ltda. e a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, no mês de março do ano 2008. Tratava-se de uma cessão onerosa, estabelecida por um período de 20 anos e por um valor de R\$60.000 anuais que a empresa deveria pagar como contrapartida à União pelos benefícios obtidos pela exploração privada dessa área. A cessão contemplava o uso privado pela empresa Aqualider de 169 hectares de águas da União, localizadas a 11 quilômetros da costa, na frente da praia de Boa Viagem, destinadas à criação de beijupirá em cativeiro. A Figura 9 mostra a localização do projeto, ressaltado em quadrado vermelho.

Figura 9 - Localização Projeto Beijupirá (quadrado ressaltado em vermelho). Trâmite de licitação Projeto Beijupirá.



Fonte: Apresentações Institucionais do Projeto Beijupirá, Aqualider Maricultura Ltda. 2008.

Segundo a licença de operação do projeto que foi emitida pela Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, a Aqualider poderia desenvolver sua atividade em 48 tanques-rede, de 25 metros de diâmetro e 11 metros de profundidade cada um com o equivalente a um volume de 5.400 m³ (CPRH, 2009, 2011). A licença contemplava a área total que o projeto pretendia utilizar na sua fase final, na prática, o projeto acabou instalando apenas um módulo de 03 tanques-rede.

Os tanques-rede foram comprados da empresa chilena *OBAN S.A*, especializada em produtos aquícolas e com experiência nas instalações para a aquicultura de salmão. Também foi contratada para a instalação dos tanques no local do projeto e para prestar serviços de suporte técnico e manutenção dos equipamentos. Em outubro de 2008 começou o processo de reboque e instalação desses primeiros 03 tanques-rede. Este foi feito pela equipe da *OBAN*

S.A deslocada até o Brasil junto com a equipe contratada pela Aqualider, que depois ficaria responsável pela operação do projeto.

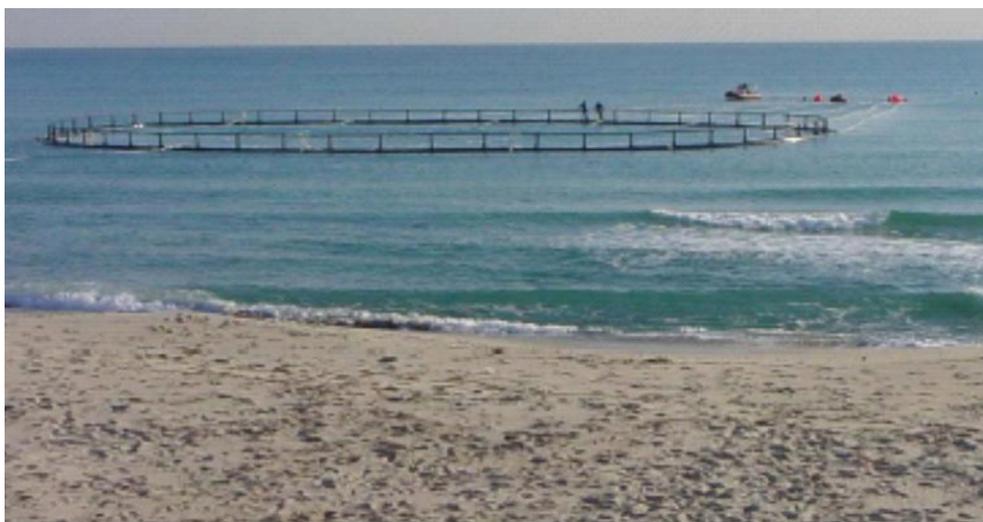
As seguintes figuras mostram alguns detalhes de como foi feito o reboque desses tanques-rede desde a praia até o mar (Figura 10) e o posterior reboque até o local destinado ao projeto (Figura 11), evidenciando como este tipo de projeto de grande porte requer uma forte infraestrutura de apoio e o uso de maquinaria pesada para sua implantação.

Figura 10 - Processo de reboque dos tanques-rede na praia, Praia do Cupe, Porto de Galinhas-PE, Brasil.
Fonte: Apresentações Institucionais Projeto Beijupira, Aqualider Maricultura Ltda. 2008.



Fonte: Apresentações Institucionais do Projeto Beijupirá, Aqualider Maricultura Ltda. 2008.

Figura 11 - Processo de reboque dos tanques-rede na praia, Praia do Cupe, Porto de Galinhas-PE, Brasil.



Fonte: Apresentações Institucionais do Projeto Beijupirá, Aqualider Maricultura Ltda. 2008.

O projeto Beijupirá tinha como meta produzir 10 mil toneladas até o ano de 2011, com um investimento total de 10 milhões de reais. Contava-se criar, progressivamente, cerca de 15 empregos diretos em 2008, 75 empregos entre 2009 e 2015, até chegar aos 600 empregos diretos em 2015 (AQUALIDER, 2008; HOLANDA, 2008 apud CALLOU 2013, p. 274; ERNST & YOUNG, 2009). No primeiro ano a Aqualider contava investir 1,5 milhões de reais para realizar os primeiros ciclos de engorda. Tanto o sócio-diretor quanto o gerente da empresa afirmaram que o financiamento do projeto foi feito com recursos próprios. Contudo, como foi visto, toda a parte de desenvolvimento do projeto e de pesquisa para produzir alevinos contou com financiamento público. Quando foi solicitada a informação ao BNDES e ao Banco do Nordeste sobre o tema, a Aqualider aparecia no registro de empresas cadastradas no BNDES, mas devido à lei de proteção de dados e sigilo bancário, não conseguimos dados sobre possíveis financiamentos. Sobre o planejamento/expectativas, cada uma das 03 gaiolas instaladas receberia 15.000 alevinos de 60 gr. A projeção era de que, 10 meses depois, estes atingissem em média seis quilos, de forma que cada tanque-rede tivesse uma produção de 100 toneladas (PANORAMA DA AQUICULTURA, 2008).

Contudo, em 2009, o primeiro ciclo-piloto realizado apenas em um tanque-rede teve como resultado a despesca de menos de cinquenta toneladas de beijupirá, o que segundo o gerente da Aqualider, foi a metade do esperado por cada tanque. Estas “foram comercializadas numa rede de supermercados brasileira” (HAMILTON, 2017). Depois desse primeiro ciclo-

piloto, a empresa encerrou suas operações. Os motivos alegados pelo sócio-diretor Manuel Tavares, através de comunicação pessoal ao DEPAQ, UFRPE, foram, entre outros: a baixa qualidade das rações disponíveis no mercado nacional; problemas na produção de alevinos; incidentes com embarcações que impactaram e causaram danos nos tanques-rede; escassez de pessoal técnico qualificado na atividade; inexistência de legislação trabalhista específica para a aquicultura em mar aberto; altos custos para a importação de equipamentos e embarcações especializadas para a atividade (CAVALLI et al, 2011, p.158).

O caráter neoliberal do projeto empresarial ficou ainda mais evidente quando, frente a um lucro menor do que o esperado, a empresa opta por encerrar atividades e dar preferência ao setor das finanças imobiliárias. Ou seja, direciona seus investimentos a setores improdutivos, mas com altas taxas de lucro, como a especulação imobiliária. Depois da Aqualider abandonar o Projeto Beijupirá, continua registrada como empresa dedicada aos negócios imobiliários.

Por sua vez, o Projeto Cação de Escama tinha como primeira meta a “qualificação e capacitação de pescadores artesanais na produção de peixes marinhos” (UFRPE-DEPAQ, 2014, p. 2). As atividades para realizar essa meta começaram em fevereiro de 2009, com as reuniões de apresentação e divulgação aos(as) pescadores(as) das Colônias Z-1(Pina, Recife), Z-25 (Piedade, Jaboatão) e a Associação de Pescadores de Barra de Jangada A-25 (Jaboatão). O projeto obteve financiamento através do convênio da Fundação Apolônio Sales com a Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE, por um valor total de aproximadamente 3 milhões de reais (FADURPE, 2019).

Cabe destacar que, segundo o relatório técnico do Cação de Escama, no dia 16 de fevereiro do ano, houve uma reunião na UFRPE para pré-selecionar as potenciais áreas para a implantação das gaiolas, ou tanques-rede, que contou com a participação da equipe técnica do , de pescadores(as) das mencionadas colônias, dos(as) técnicos(as) da SEAP, da CPRH e do Instituto Agrônomo de Pernambuco (IPA), somando um total de 14 pessoas, com menor representação dos(as) pescadores(as) da região, contudo, segundo o relatório, “a região marítima onde foram instaladas as gaiolas de cultivo foi definida em conjunto com os pescadores, pois estes detêm o conhecimento sobre as condições locais do mar”(DEPAQ-UFRPE, 2014, p. 20). Segundo o gerente-geral do projeto, “foi o Assis Lacerda do CPRH que sugeriu instalar o projeto alinhado com o da Aqualider”, escolhendo assim “uma área a quatro milhas da costa e a uma milha da Aqualider aproximadamente” (HAMILTON, 2017).

Em outubro de 2009 foi realizado o “lançamento oficial para os pescadores participantes do projeto”, e também foi realizada uma votação sobre a “necessidade de elaboração de um termo de compromisso”. Depois disso, em novembro de 2009, foi realizado um curso de capacitação sobre cooperativismo e associativismo de três dias de duração no SEBRAE Mata Sul-PE, e em dezembro desse mesmo ano foram realizados dois cursos para a obtenção de carteira de Pescador Profissional (POP), “a fim de fornecer a habilitação POP aos pescadores que não a possuíam”. O último curso foi realizado entre março e junho de 2010, teve dois dias de duração e tratava sobre biologia e cultivo de beijupirá. O termo de compromisso e responsabilidade foi assinado finalmente em abril de 2011 (UFPE-DEPAQ, 2014, p. 2,12,13,15).

O processo de licitação do Projeto Cação de Escama também foi iniciado em fevereiro de 2009, sendo umas das primeiras atividades a solicitação da área e a autorização de uso de corpos d'água de domínio da União para fins de Aquicultura, junto ao Ministério de Pesca e Aquicultura – MPA e aos demais órgãos envolvidos, e também a Autorização Ambiental junto à Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco – CPRH. Os procedimentos de licitação foram semelhantes aos que foram detalhados anteriormente no caso do Projeto Beijupirá da Aqualider, sendo que a cessão do Projeto Cação de Escama não foi onerosa, por ser uma autorização de uso para uma unidade de pesquisa. A autorização ambiental do Projeto Cação de Escama, nº 04.09.11.016982-7, foi emitida em novembro de 2009. Esta contemplava a utilização de 04 tanques-rede, numa área total de 12,25 hectares, localizada aproximadamente a 10 quilômetros da praia de Boa Viagem, como foi visto num local próximo dos tanque-rede da Aqualider.

Além disso, foi solicitada a licitação para aquisição de equipamentos da empresa chilena *OBAN*, a mesma que a Aqualider tinha contratado. Esta empresa acabou instalando os tanques-rede do projeto Cação de Escama em junho de 2010. O Termo de Entrega da SPU foi lavrado em janeiro de 2011, e o Termo de Permissão do uso do MPA foi emitido nesse mesmo ano. As imagens do processo de instalação e reboque das gaiolas do Projeto Cação de Escama revelam que esse processo foi semelhante ao do projeto da Aqualider. Corroborando as exigências de infraestrutura e planejamento que requerem este tipo de projetos. Embora fossem semelhantes é preciso considerar as diferenças entre o tamanho dos projetos, que faziam do Projeto Cação de Escama uma espécie de irmão menor e menos dotado do Projeto Beijupirá da Aqualider.

Por exemplo, o tamanho dos tanques-rede do Projeto Cação de Escama tinha entre 16m de diâmetro e 8m de profundidade o que equivale a um volume de 1.600 m³ cada, ou seja, estes eram quase cinco vezes menores que os tanques-rede do projeto da Aqualider. Outra importante diferença entre o tamanho dos projetos é que a meta final da Aqualider era instalar um total de 48 tanques-rede na fase final do projeto, frente aos 04 tanques-rede do projeto Cação de Escama. As seguintes imagens mostram o processo de reboque dos tanques-rede do projeto Cação de Escama (Figura 12), a instalação (Figura 13), e os tanques-rede por fim instalados (Figura 14), a partir das quais se podem ver algumas das semelhanças entre os projetos.

Figura 12 - Reboque dos tanques rede do projeto Cação de Escama desde o porto de Recife-PE, Brasil até o local de instalação a 4,3 milhas da Praia de Boa Viagem, Recife-PE, Brasil.



Fonte: AZEVEDO, 2012.

Figura 13 - Processo de instalação dos tanques-rede do projeto Cação de Escama a 4,3 milhas da Praia de Boa Viagem, Recife-PE, Brasil.



Fonte: DEPAQ, UFRPE, 2014.

Figura 14 - Tanques rede de cultivo do projeto Cação de Escama já instalados a 4,3 milhas da Praia de Boa Viagem, Recife-PE, Brasil.



Fonte: DEPAQ, UFRPE, 2014.

Os alevinos foram transportados até as gaiolas em dezembro de 2010, nove meses depois, em 15 de setembro de 2011, foi feita a despesca do primeiro ciclo. Os resultados desse primeiro ciclo foram pobres, pois a média de peso dos exemplares que sobreviveram foi de 1,3 kg, quando a expectativa era que atingissem uma média entre 3 e 6 kg. Os problemas alegados no relatório técnico do projeto foram a má saúde do plantel de alevinos comprado da Aqualider, problemas nos tanques-rede e especialmente a baixa qualidade da ração (UFRPE-DEPAQ, 2014, p. 40).

Após o primeiro ciclo de cultivo o projeto pretendia realizar ainda mais um ciclo. Contudo, segundo os coordenadores do projeto, a dificuldade para encontrar alevinos e a insuficiência de recursos para realizar esse novo ciclo em mar aberto levou a coordenação do Projeto, junto com a equipe técnica do MPA, a mudar o local para uma área estuarina localizada no município de Cairu, Bahia, pois nesta “os custos de operação seriam reduzidos” (UFRPE-DEPAQ, 2014, p. 64).

Assim, o Projeto Cação de Escama deixou de ser voltado à aquicultura em mar aberto e passou a ter como meta a aquicultura de beijupirá em águas estuarinas. Uma vez tomada a decisão de mudar o local de cultivo, iniciou-se a retirada do material e dos equipamentos da fazenda que foram transportados para a UFRPE e guardados. As gaiolas foram amarradas ao píer da Capitania dos Portos-PE, a embarcação Beijupirá foi devolvida à Associação de Pescadores de Barra de Jangada e a lancha Cação de Escama foi estacionada no Iate Club do Recife (UFRPE-DEPAQ, 2014, p. 71).

Finalmente, o ciclo de cultivo que tinha sido previsto ser feito no município de Cairu-Bahia não foi implementado, pois o MPA “não autorizou a instalação das estruturas de cultivo, uma vez que faltou a anuência da Capitania dos Portos de Salvador quanto aos aspectos relacionados com a segurança à navegação”, de forma que não foi possível iniciar o cultivo “antes do prazo final de vigência” do Projeto Cação de Escama (UFRPE-DEPAQ, 2014, p.75).

Cabe destacar que o relatório técnico do projeto não especifica quantos(as) pescadores(as) participaram efetivamente em cada etapa do projeto, apenas dá números sobre o total de participantes de algumas das etapas que inclui os(as) técnicos(as), os(as) estudantes e os(as) representantes de diferentes instituições que participaram delas. Também não informa sobre quais pescadores(as) de quais colônias trabalharam no projeto, seja através de termo de compromisso, ou através de contrato de trabalho. Não foi possível obter essas informações em detalhes nas entrevistas realizadas junto ao gerente de ambos projetos, Santiago Hamilton e ao

representante da SEAP, Sérgio Mattos. Estes apenas conseguiram lembrar, no momento da entrevista, de alguns dos nomes dos(as) pescadores(as) que participaram nos projetos e informaram que vários(as) destes(as) que trabalharam no projeto da Aqualider, depois foram contratados(as) pelo Projeto Cação de Escama.

Depois, ao entrar em contato via e-mail com Santiago Hamilton para solicitar informação sobre os(as) participantes, ele disponibilizou o contato de 04 dos pescadores que trabalharam através de termo de compromisso, e de 03 dos pescadores que trabalharam como assalariados nos dois projetos. Através destes foi possível contatar mais 04 pescadores, 03 deles trabalharam mediante termo de compromisso no Cação de Escama e 01 como assalariado em ambos projetos. Uma vez que estes foram entrevistados, foi possível ter uma ideia melhor de como eram formadas as equipes que trabalhavam efetivamente nos projetos, assim como os turnos de trabalho e as atividades que os pescadores realizavam cotidianamente nestes (HAMILTON, 2017).

No caso do Projeto Beijupirá da Aqualider, em seu início, uma vez realizada a instalação das gaiolas junto com a equipe da empresa chilena contratada, ficou um grupo de aproximadamente 10 pessoas mais 01 chefe encarregado, formado por pescadores e técnicos contratados. O grupo estava dividido em duas equipes de 04 pessoas, que se revezavam semanalmente, e que iam e voltavam todos os dias, desde o porto de Recife até as instalações do projeto, em turnos de aproximadamente 12 horas (saíam de manhã cedo, mais ou menos, às 5 horas e voltavam no fim da tarde, aproximadamente, às 16 horas). E mais uma terceira equipe de 02 pessoas que ficavam o tempo integral (24x7) embarcados para vigiar as instalações. Depois esta terceira equipe não continuou, de forma que as duas equipes anteriores foram reorganizadas em uma equipe de mar, que ficava embarcada e se revezava a cada dez dias, e uma equipe de mar e terra que ia e voltava todos os dias, sendo que a equipe de mar era formada por pescadores. Os trabalhos realizados por eles eram diversos; manutenção e revisão dos equipamentos (o que implicava trabalhos de mergulho para revisar, limpar e, se preciso, consertar as redes das gaiolas), alimentação dos peixes (entre 2 e 3 vezes por dia), conferir a mortandade dos peixes, retirar os mortos e os trabalhos de embarque e desembarque (HAMILTON, 2017).

Segundo os depoimentos dos pescadores entrevistados, no caso do Projeto Cação de Escama, havia uma equipe fixa formada principalmente por pescadores contratados, que já tinham trabalhado no projeto da Aqualider, e que faziam turnos de trabalho e revezamento

semelhantes aos do projeto desta empresa, de forma que alguns ficavam permanentemente e se revezavam a cada 10 dias e outros iam e voltavam todos os dias. Além dessa equipe fixa, os pescadores das colônias Z-1, Z-25, A-1 que eram o público-alvo do projeto, e que tinham assinado o termo de compromisso, tinham uma escala, que cumpriam ou não, dependendo da sua disponibilidade. Estes formavam turmas de entre três e quatro pescadores, junto com um ou dois alunos, passavam de um dia para outro ou ficavam dois dias embarcados. Estes faziam trabalhos semelhantes aos realizados no projeto da Aqualider, que consistiam principalmente na retirada dos peixes mortos, na manutenção das gaiolas e na alimentação dos peixes (entre 2 e 3 vezes por dia).

A inauguração do Projeto Beijupirá da Aqualider, que aconteceu no dia 13 de fevereiro de 2009, exemplificou bem o apoio político, institucional e midiático que o projeto conseguiu, assim como sua relevância e repercussão nacional. Isso foi manifestado, por um lado, pela forma como foi apresentado e caracterizado o projeto nos discursos dos participantes da inauguração, ou seja, como um símbolo de pioneirismo e empreendedorismo na aquicultura em mar aberto no Brasil e como principal representante de uma nova etapa para a aquicultura brasileira. E por outro lado, pela própria relevância de seus participantes, pois além dos principais sócios da empresa, o sócio-diretor Manoel Brennand Tavares e o sócio-fundador Eustácio Fernandes Vieira, também participaram desta o Secretário de Aquicultura e Pesca da SEAP, Altemir Gregolim, o ministro de Ciência e Tecnologia, Sérgio Machado Rezende, o ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social, Franklin de Sousa Martins, o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, o governador do estado, Eduardo Campos e o Prefeito do Recife, João da Costa.

O discurso do sócio-diretor do projeto anunciava uma nova época para a aquicultura brasileira, possibilitada pelo marco legal que permitia a concessão de águas da união para a aquicultura que “tirará a aquicultura brasileira das trevas e nos permitirá ingressar e despontar como maior produtor mundial de peixes” (TAVARES, 2009). Ao falar da importância do empreendimento, o Secretário da SEAP, Altemir Gregolim, afirmou que, com a inauguração do projeto da Aqualider, “nasce a piscicultura marítima no Brasil” e que, a partir desse momento, estavam criadas “as condições efetivas para atrair investimentos para esta nova cadeia produtiva”. Ao falar do bejupirá e suas vantagens, o secretário apontava que se tratava de uma espécie “muito nobre”, com “um mercado internacional forte [...] com capacidade de crescimento muito rápida e de expansão também muito rápida no Brasil”, ressaltando

efusivamente que, com as ações do governo voltadas à aquicultura e pesca, “nós vamos desenvolver o grande potencial que este país tem: muita água, clima excelente, espécies nobres e condições de disputar mercado internacional” e termina sua intervenção, parabenizando a Aqualider pela decisão de investir (GREGOLIM, 2009).

Depois da intervenção do secretário, o ex-presidente da República Lula da Silva passou a falar também sobre a importância do projeto, nos seguintes termos:

[...] é o primeiro que nós fazemos em 500 anos, ou seja, é uma nova forma da gente permitir que o Brasil possa ter uma indústria pesqueira competitiva, não é possível que um país do tamanho do Chile do tamanho do Peru pesquem muito mais do que nós e tenham muitas mais exportações do que nós. (LULA, 2009)

Ressaltando assim o fator de crescimento da produção e das exportações como principais elementos destacáveis do projeto, mais do que outros elementos ressaltados no programa de governo, como eram o aumento do consumo de pescado per capita e a democratização das políticas voltadas à pesca e aquicultura. Longe disso, o projeto foi caracterizado pelo ex-presidente apenas como um projeto pioneiro, como uma “nova forma” que possibilitaria que o país aumentasse a produção de pescado e as exportações e como um projeto relevante para possibilitar que o setor industrial pesqueiro e aquícola do país ganhassem fôlego e relevância no mercado internacional de pescados. Ou seja, foi caracterizado como um pontapé inicial para a expansão da aquicultura em direção ao mar aberto, que visava, fundamentalmente, o crescimento da produção e das exportações.

O Projeto Beijupirá também teve um lugar relevante no estudo realizado pela empresa consultora de negócios Ernst & Young, contratada em 2008 pela SEAP mediante licitação, para realizar o estudo de viabilidade econômica de um Terminal Público Pesqueiro (TPP) em Recife. Este estudo mostrou seu apoio ao projeto em dois aspectos. Estes tratavam do “Incremento da demanda causado pelo projeto Beijupirá” e do “Processo de Recepção do Beijupirá”. O estudo afirmava que este tipo de empreendimento “ofereceria poucos riscos”, por já se ter “dominado o ciclo de reprodução em cativo do Beijupirá”, e por ser esta espécie um dos possíveis “principais produtos pesqueiros do Brasil num futuro próximo” (ERNST & YOUNG, 2009, p. 52).

Contudo, para além do triunfalismo e do clima de celebração que impregnou os discursos dos promotores do Beijupirá durante sua inauguração, a licitação e implantação do projeto envolveu conflitos com os(as) pescadores(as) artesanais e com seus movimentos de

organização coletiva e polêmicas com setores da sociedade civil. Conflitos e polêmicas que já vinham acontecendo devido ao impacto que a expansão da carcinicultura vinha provocando nos territórios pesqueiros. No ano de 2008, antes da inauguração do projeto, mas com o Projeto Beijupirá da Aqualider já licitado, foi elaborado um documento que ressaltava a polêmica aberta com a sua implementação intitulado: “Manifesto aos Pescadores e movimento sociais indignados com privatização de 160 ha no mar.” O manifesto foi assinado pelo Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), pela Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores (CPNA), pela Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras (ANP), pelo Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), pelo Movimento dos atingidos por barragens (MAB) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (CALLOU, 2013, p. 276). Estes denunciavam de forma coletiva que 160 hectares do mar, o equivalente a uns 80 campos de futebol, e que eram efetivamente utilizados pelos(as) pescadores(as), estaria sendo privatizada com apoio da SEAP. O manifesto denunciava o que entendiam como uma privatização de áreas utilizadas pelos(as) pescadores(as) e que, portanto, faziam parte dos territórios pesqueiros da seguinte forma:

Denunciamos esta armação organizada pela SEAP em conjunto com os empresários interessados em suprimir áreas utilizadas pela população e impedir a participação, uma vez que os editais foram realizados durante o período do carnaval, na calada da noite, como estratégia para dificultar o acompanhamento por parte da sociedade; não foram realizadas audiências e nenhum tipo de consulta aos trabalhadores que efetivamente utilizavam essa área (CALLOU, 2013b, p. 276)

Além disso, foi solicitada pelo Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, pelo Movimento Nacional de Pesca – MONAPE, pelo Movimento dos Pescadores de Pernambuco – MPP e pela associação Comunitária Caranguejo Uça, uma audiência pública na Comissão de Defesa de Meio Ambiente, da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, para discutir o projeto da Aqualider. Essa audiência acabou acontecendo no dia dezessete de junho de 2008, e refletiu bem os principais elementos envolvidos no conflito entre os(as) pescadores(as) artesanais e suas organizações coletivas. Estes denunciavam que a área que ocuparia o projeto fazia parte dos territórios pesqueiros, pois era utilizada como área de passo, das pescarias feitas longe da costa.

Alegavam que era um local onde, embora não se concentrassem grandes cardumes, sim, era possível pescar ali, pois por lá transitavam diversos peixes. Para os(as) pescadores(as) a cessão de uso de águas da união era um neologismo do que na prática significava uma

privatização efetiva, pois a cessão garantia o uso privado por 20 anos, e a possibilidade da sua renovação. Tudo isso sem discutir previamente de forma séria e formal com a categoria profissional e com os movimentos de organização coletiva de pescadores(as) a implantação do projeto e os possíveis conflitos que causaria com os(as) pescadores(as) artesanais. Por sua vez, os(as) representantes das instituições promotoras do projeto (SEAP e MPA e DEPAQ-UFRPE) alegavam que o projeto ocuparia uma área que não era utilizada de forma alguma, declarando que se tratava de uma área “morta”, sem populações expressivas de peixes e que por isso não interessava aos(as) pescadores(as). Assim, o conflito tratado na audiência pública derivava de uma concepção do território por parte dos(as) pescadores(as) artesanais e seus movimentos de organização coletiva, sendo a área utilizada pelo projeto parte do território pesqueiro de uso comum (ALEPE, 2008).

A mesa da audiência que discutiu o projeto foi formada por um representante da SEAP, um representante da empresa Aqualider, um representante do Instituto Oceanário, um representante do Conselho Pastoral dos Pescadores, uma representante do Movimento Nacional da Pesca. O objetivo era mediar a polêmica que tinha surgido a partir da implantação do Projeto Beijupirá e que girava em torno de três pontos: “a chamada privatização do mar na cessão a empresa privada Aqualider, a concorrência pública mais ampliada e o não envolvimento dos pescadores diretamente no projeto”. Para isso, primeiro houve um bloco com as falas de cada um dos membros da mesa, depois outro bloco para falas e discussão, e por último foram feitos os encaminhamentos (ALEPE, 2008). O representante da SEAP, Sérgio Mattos, ao falar sobre a privatização do mar declarou que “não se tratava de uma privatização”, senão de uma “cessão onerosa”, e que a concorrência pública tinha sido efetuada nos “termos legais” (ALEPE, 2008). Sobre o não envolvimento dos pescadores diretamente no projeto, salientou:

[...] a preocupação no contato com os pescadores sobre o aproveitamento da mão de obra dos pescadores artesanais que atuam na área do projeto, com a introdução e difusão de tecnologia de cultivo de peixes marinhos resguardando os interesses de segmentos empresariais, mas, contribuindo para o desenvolvimento da aquicultura e inclusão social, com a capacitação de mão de obra a ser utilizada. (ALEPE, 2008)

Esta declaração manifesta a intenção da SEAP de utilizar a mão de obra dos(as) pescadores(as) em empreendimentos privados de aquicultura intensiva, tudo isso visto como uma contribuição para o desenvolvimento e a inclusão social, o que reforça a hipótese de que a pesca artesanal é colocada como subordinada à aquicultura intensiva e, neste caso concreto,

a partir da difusão e introdução de tecnologia aquícola através da capacitação dos(as) pescadores(as), ou bem para servir de mão de obra nos empreendimentos privados de aquicultura intensiva, ou bem para promover que estes(as) passassem a ser aquicultores(as), segundo a lógica do empreendedorismo.

Além disso, o representante da SEAP afirmou que esta promoveu reuniões com “os representantes dos pescadores artesanais, colônias ou associações com o objetivo de buscar sugestões, apoio e conscientização dos mesmos sobre a importância do projeto”. Ou seja, longe de tratar de debater com os(as) pescadores(as) sobre a aquicultura e os possíveis conflitos derivados da implantação do projeto, o objetivo da SEAP era estabelecer um diálogo que servisse como um processo de “conscientização” sobre a importância da aquicultura como alternativa à pesca. Contudo, o representante da SEAP acabou reconhecendo que os contatos foram informais e que não se promoveu “nenhuma reunião formal para debater o projeto” e que ele mesmo acreditava “que deveria ter feito reuniões formais para que o projeto fosse realmente transparente” (ALEPE, 2008).

Por sua vez, o representante da Aqualider na audiência e gerente desta empresa, Santiago Hamilton, afirmou existir um déficit de produção de pescado no estado, e que o projeto contribuiria para equilibrar essa defasagem e aumentar a produção. Afirmou também que a empresa Aqualider se preocupa com o desenvolvimento de pesquisas voltadas à aquicultura, e que por isso “cedeu um espaço ao Professor Ronaldo Cavalli da UFRPE na empresa, para desenvolver pesquisas”, ressaltando que era “do entendimento dessa empresa que esse cultivo seja aplicado pelo pequeno produtor, pelo pescador artesanal, desde que ele queira fazer isso”, pois se o pescador “quer ter um projeto de cultivo em uma associação ou numa cooperativa e, ter duas atividades simultaneamente, ele pode fazer isso” (ALEPE, 2008).

O representante do CPP, Severino Antônio, ressaltou a falta de comunicação e transparência do projeto com a categoria dos(as) pescadores(as) artesanais, afirmando que o projeto não passou pelo CONAPE, e que foi apresentado pela Diretoria de Aquicultura “já licenciado”, sendo que a SEAP já conhecia o projeto desde 2006, mas os contatos não foram feitos de forma representativa das diversas comunidades pesqueiras. Por outro lado, falou sobre o papel da pesca artesanal como responsável pela maior parte da produção de pescado do estado e como geradora de alimento, inclusão social e fixação dos(as) trabalhadores(as) nas suas comunidades e fez um histórico das consequências danosas da carcinicultura e da pesca industrial e da privatização dos estuários do Rio Goiana, Megaó e do Canal de Santa

Cruz. Por sua vez, o representante do Instituto Oceanário comentou a falta de um relatório ambiental “que possa efetivamente trazer para a sociedade, inclusive, para a própria empresa Aqualider, essas informações” (ALEPE, 2008).

No bloco de debate, as intervenções seguiram questionando a falta de comunicação da SEAP com a categoria da pesca artesanal. As intervenções dos presidentes de colônias de pescadores que participaram na audiência evidenciaram que existiam, por um lado, outras lideranças que tinham participado, ou tinham tido contato com projetos e empreendimentos de aquicultura e que se mostravam favoráveis à sua implantação. E por outro lado, presidentes de colônias de pescadores que, apesar de ter tido contato e de conhecer a existência destes tipos de empreendimentos, se mostravam-se críticos a eles, por entender que estes eram prejudiciais para a pesca artesanal. Os principais motivos elencados foram: ser uma atividade poluidora e que provocava mortalidade de peixes; dificultar o acesso e uso comum das águas nos territórios pesqueiros e, portanto, negligenciá-los; não considerar o conhecimento dos(as) pescadores(as) e do seu trabalho; criar pouco emprego; a alimentação com rações e a utilização de remédios, antibióticos etc. para a criação em cativeiro (ALEPE, 2008).

Um exemplo de presidente de colônia que se mostrava crítico e contrário à implantação do projeto foi Francisco de Assis, da colônia Z-7. Ele contestou a afirmação do representante da Aqualider e gerente do Projeto Beijupirá, Santiago Hamilton, sobre o local onde será implantado, pois não se tratava de uma área morta, “porque essas são áreas de corubas¹⁴ onde têm saramunetes e outras espécies” e disse que “os estudos de laboratório sempre acabam prevalecendo contra a experiência”. Por outro lado, disse que com esse projeto “só iria ganhar o grande empreendedor” e que a oferta de empregos “era irrisória”, também manifestou sua preocupação com o fato dos pescadores não terem acesso aos peixes que estão no entorno do empreendimento (ALEPE, 2008).

Já no caso dos presidentes de colônia que se mostraram favoráveis à implantação do Projeto Beijupirá e à aquicultura de forma geral, entre eles Tarcísio, presidente da Colônia Z-25 localizada em Piedade, Jaboatão, afirmou que os promotores do projeto além de ter contactado com ele e terem dado uma palestra na Z-25, também tinham feito palestras sobre o projeto na colônia Z-1 do Pina, na colônia Z-8 do Cabo e na Associação de Pescadores de Barra de Jangada A-25. Segundo ele, a ideia não era que o pescador deixasse de pescar, “mas

¹⁴ “Locais que servem de comedouro ou habitat de peixes. São chamados de pesqueiros, lanços ou marcas. Conhecidos como Taci, Corubas, Carreira de Pedras, Rasinhas e Paredes, dentre outros, de acordo com a profundidade” (RAMALHO, 2007, p. 300).

que ele tenha como deixar de fazer bicos fora de sua atividade, tendo uma opção de renda a mais”. Segundo ele, devido à “escassez de peixe [...] a criação seria o futuro da pesca”. Ele ainda afirmou que “ficaram motivados com o sucesso da empreitada da Aqualíder e pensavam que se ela conseguiu eles também conseguiriam” e também acreditavam que a “criação de peixes [...] possibilitaria a continuidade da profissão para seus filhos”. Por sua vez, José Severino dos Santos, presidente da associação dos pescadores de Barra de Jangada e também favorável à implantação do projeto, apelou para que a Aqualider cedesse um espaço no seu projeto para a Associação, para que eles instalassem o seu projeto “também de criação de beijupirás”. Cabe destacar que a Associação de Pescadores de Barra de Jangada A-25 tinha aprovado um projeto da Petrobras para criação de tilápias no estuário que acabou não sendo implantado, contudo, a Associação passou a fazer parte do Projeto Cação de Escama da UFRPE, contribuindo com os recursos que tinham conseguido com o projeto da Petrobras, entre eles uma embarcação (ALEPE, 2008).

Os encaminhamentos definidos no final da audiência foram: enviar o relatório produzido a todas as associações de pescadores e ao Ministério Público; sugerir que o Ministério Público solicite a realização do EIA/RIMA do Projeto. Por outro lado, indicou-se a formação de um grupo de trabalho para discutir o projeto e propor modificações. O grupo seria constituído pela Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, a SEAP, a Comissão Pastoral da Pesca, o Monape e o Mopepe, o CPRH, a Aqualider, a rede Pescater-NE, a UFRPE, as Colônias de Pescadores, e a Fundaj. Contudo, o grupo de trabalho acabou não se efetivando e apesar da polêmica e conflitos suscitados, o Projeto Beijupirá da empresa Aqualider continuou com suas atividades, até que encerrou suas atividades em 2010 (ALEPE, 2008).

O conteúdo das intervenções feitas nessa audiência pública evidencia que o conflito derivado da implantação do Projeto Beijupirá girava em torno de duas formas antagônicas de ver a área de implantação do projeto; uma concepção que inclui essa área no território pesqueiro, e por isso de uso comum, e outra que considera que essa é uma “área morta” e que não é relevante para os pescadores (ALEPE, 2008). A audiência também evidenciava a existência de antagonismos entre o conhecimento e a experiência dos pescadores artesanais e os conhecimentos técnicos dos promotores do projeto. Perdurava, de alguma forma, a velha ideia de que os problemas dos pescadores poderiam ser resolvidos a partir de um processo de modernização baseado na transformação desses pescadores em aquicultores, assalariados ou

empreendedores dos seus próprios lotes aquícolas. No próprio site da UFRPE, o projeto era apresentado como um projeto que visava converter os pescadores em empreendedores marinhos de forma que “a ideia é dar autonomia para que eles se tornem verdadeiros empreendedores marinhos” intitulado a matéria “Pescadores vão virar fazendeiros do mar” (UFRPE, 2010).

Para entender melhor e aprofundar as questões levantadas na audiência pública pelos promotores do projeto, e compreender os elementos mobilizados na legitimação do projeto, foram realizadas entrevistas com representantes da SEAP na época da implantação do projeto Sérgio Mattos, e com o gerente do Projeto Beijupirá da Aqualider e também gerente-geral do projeto Cação de Escama, Santiago Hamilton. O sócio-diretor da Aqualider, Manoel Tavares Brennand, não quis ser entrevistado. Com as entrevistas ao representante da SEAP e ao gerente da Aqualider e do projeto Cação de Escama, pretendia-se entender melhor os principais elementos de legitimação que os técnicos utilizavam e como estes operavam construindo uma imagem da pesca como um problema e um empecilho à modernização, ao mesmo tempo em que a aquicultura de forma geral é vista como uma solução e como sinônimo de modernização.

Sérgio Matos, ao ser perguntado pela importância do projeto, reiterou alguns dos motivos que já tinha mencionado durante a audiência mais detalhadamente. Segundo ele, por um lado, “do ponto de vista tecnológico” o Projeto Beijupirá “oportunizaria a transferência de tecnologia de cultivo de peixes marinhos”. Por outro lado, “do ponto de vista social e econômico, o projeto seria importante para suprir a queda acentuada do extrativismo pesqueiro”, pois, “tinha uma demanda crescente por peixe e uma oferta retraída em função, principalmente, da queda da pesca extrativa” (MATTOS, 2016). Para ele, o projeto significava “uma oportunidade de diversificar sua atividade” e que “muitos pescadores estavam interessados em conhecer” argumentando que projetos de aquicultura como esses eram necessários, pois “uma atividade sustentável desde o ponto de vista econômico, social e ambiental” que garanta “a manutenção de equilíbrios populacionais adequados”, só seria possível se “se reduzir muito o extrativismo pesqueiro”, de forma que “a demanda só seria suprida através do cultivo”. Com isso, a “transferência dessa tecnologia” permitiria que estes se tornassem “aquicultores” (MATTOS, 2016).

Acerca da relação entre os pescadores e projeto da Aqualider, o representante da SEAP afirmou ter enviado pessoalmente um ofício ao presidente da Aqualider, Manuel

Tavares, solicitando uma resposta por escrito acerca de como este “enxergava a questão da participação dos pescadores, a possibilidade de utilizar a mão de obra do extrativismo pesqueiro” e a possibilidade dessa “tecnologia ser transferida” para eles, tendo em vista a existência de “diversos atritos” entre estes e a carcinicultura, “da qual a Aqualider era uma produtora”. Na resposta, o presidente da empresa “deu o indicativo de que não enxergava nenhum problema de dialogar nesse sentido” e que eles acreditavam que não iria ter nenhum conflito porque tratava-se de um empreendimento relativamente pequeno “considerando o tamanho do nosso mar” e “em área em que praticamente não existia pesca, bastante deserta, uma área pobre, onde poucos pescadores passam por aí.” (MATTOS, 2016).

Por sua vez, o gerente do Projeto Beijupirá, Santiago Hamilton, ao ser perguntado pela importância do projeto, também reiterou algumas das questões mencionadas por ele durante a audiência explicando-as com mais detalhe e trazendo novos elementos na argumentação. Ressaltou, novamente, que o projeto permitiria aumentar a produção de pescado do estado e que de forma geral “qualquer projeto de aquicultura serviria para que o estado produzisse mais pescados ou frutos do mar”, pois “em Pernambuco a produção de pescado é muito baixa”. Dito isso, argumentou que “o litoral de Pernambuco sempre foi muito pobre”, pois “tem características oceanográficas que não possibilitam uma grande produção pesqueira” (HAMILTON, 2017).

Esses argumentos acerca da pobreza do mar tropical coincidem com os argumentos utilizados pelo Almirante da Marinha, Paulo de Castro Moreira da Silva, quase quarenta anos atrás, para caracterizar a pesca nos trópicos como pobre em peixes. Como foi discutido no capítulo anterior, estes argumentos definem a pobreza e a riqueza dos mares associada a um critério apenas quantitativo, ou seja, a quantidade de toneladas de pescado, desconsiderando assim o fator qualitativo, a biodiversidade dos mares tropicais.

Ao ser perguntado sobre a importância do projeto para os pescadores artesanais, afirmou que pelo fato da Aqualider ser uma empresa, o foco do Projeto Beijupirá “não era melhorar a vida dos pescadores artesanais”, mas que, mesmo que a Aqualider não tivesse “interesse social diretamente”, sim, o tinha indiretamente, pois “alguns pescadores trabalharam no projeto, ou seja, era um projeto também de geração de emprego”. Além disso, para ele o projeto da Aqualider “poderia ser um experimento nacional a partir do qual poderiam sair opções de produção para pescadores artesanais” e “ser utilizado como um projeto-piloto”, e que nesse sentido “a SEAP se interessou muito pelo projeto, vieram muitos

técnicos dali, tiraram muitas fotos do projeto, e teve muita repercussão midiática, foi algo muito importante, foi um marco na história da maricultura” (HAMILTON, 2017).

Ao responder sobre o interesse do Projeto Beijupirá da Aqualider nos(as) pescadores(as) da região, o gerente disse que a empresa tinha a preocupação de “evitar conflitos” e de também “utilizar o conhecimento dos pescadores”, entre outras questões, para saber se a instalação do projeto ocasionaria algum problema para eles(as). Além disso, afirmou que “sempre houve um interesse da empresa com os pescadores para mostra-lhes as possibilidades” desse tipo de empreendimento e “utilizar o conhecimento deles do mar, do vento etc.”, de forma que eles(as) “poderiam participar do projeto”, seja no “apoio com os barcos” ou diretamente “trabalhando no projeto”. Com isso, o projeto pretendia “mostrar que havia possibilidades futuras de emprego”, argumentando que os(as) pescadores(as) artesanais eram “uma categoria que já vinha em descenso de trabalho” e que a aquicultura era uma atividade mais próxima do que as outras que eles(as) vinham fazendo como “serralheiros e marceneiros” pelo fato de também “tratar com o mar”. (HAMILTON, 2017).

Sobre a questão de se no projeto havia trabalhadores pescadores, o gerente afirmou que durante a instalação do projeto tinha pescadores que na embarcação trabalharam como “mestre, cozinheiro e ajudante”. Depois da instalação “também trabalharam pescadores, alguns que vinham da pesca da lagosta, gente que sabia mergulhar”, pois era necessário “gente de mar, com conhecimento de mergulho e de mar”. Sobre o regime de trabalho, comentou que os horários, pelo fato de não existir uma “legislação de trabalho para a aquicultura” específica, o que houve foi uma “mistura entre a legislação de aquaviários e pescadores”, sendo que “todos os dias saiam pela manhã e voltavam à tarde”.

Acerca das atividades que demandavam mais trabalho em termos de tempo, além das operações de instalação, do transporte de alevinos e da despesca, eram as atividades de “manutenção da estrutura, limpeza das gaiolas, revisão e reparo das instalações, especialmente das linhas e cabos de fundo”. Além disso, também tinha outros trabalhos diários importantes como “revisar as gaiolas, tirar os peixes mortos, e colocar ração”. O deslocamento até as instalações também requeria bastante tempo, em condições normais, aproximadamente quatro horas, “duas para ir e duas para voltar”, o que, com vento contra, “poderia ser muito mais tempo”, até o ponto de em ocasiões de forte vento contra “não se podia chegar nas instalações” (HAMILTON, 2017).

O tipo de atividade que implica a aquicultura em mar aberto, fazia com que a empresa Aqualider precisasse vitalmente do trabalho dos(as) pescadores(as), de seu conhecimento e capacidade para lidar com o mar. O deslocamento até os tanques-rede, que estavam localizados a uma distância entre 5 e 6 milhas náuticas (aproximadamente entre 9 e 11 quilômetros) do litoral, as exigências de alimentação dos peixes (que deveriam ser alimentados duas vezes por dia) e de manutenção das instalações, requeriam trabalhadores acostumados a atuar no mar aberto, como os(as) pescadores(as). A implantação do projeto era vista pelos promotores, pela empresa Aqualider e por alguns presidentes das colônias que apoiavam o projeto como algo que beneficiava os(as) pescadores(as), pelo fato de oferecer uma alternativa de emprego à pesca. Na realidade, era a empresa a que mais necessitava do trabalho dos(as) pescadores(as), pois sem eles(as) não teria condições materiais para conseguir efetivar o projeto, criar os peixes com sucesso e, finalmente, produzir e obter lucro.

Os depoimentos do representante da SEAP, Sérgio Mattos e do gerente do Projeto Beijupirá, Santiago Hamilton, coincidem no sentido de apontar a aquicultura de forma geral e o Projeto Beijupirá, concretamente, como capazes de garantir o crescimento da produção de pescado de forma sustentável, e como benéfico para os(as) pescadores(as) por oferecer uma alternativa à pesca. O primeiro destaca a relevância do projeto no crescimento da produção de pescados e na transferência de tecnologia, o que significa que as tecnologias desenvolvidas por universidades, empresas e instituições setoriais, possam ser repassadas aos pescadores artesanais.

De fato, segundo ele, a SEAP queria utilizar o Projeto Beijupirá da Aqualider “como um exemplo, para que os pescadores conhecessem, aprendessem e pudessem aplicar numa escala menor”. Segundo o representante da SEAP, o principal objetivo da SEAP “não era que a empresa contratasse pescadores”, mesmo que tivessem interesse por saber como a empresa enxergava que poderia “utilizar a mão de obra da pesca extrativa”. O principal objetivo da SEAP, descrito efusivamente por ele, era que os pescadores “aprendessem e tomassem a decisão. Ah você quer? Não, eu quero continuar sendo pescador extrativista, então a decisão é sua nós não vamos intervir”. A “tentativa” disso foi o projeto Cação de Escama (MATTOS, 2016).

O segundo também ressaltou que, mesmo que o foco do projeto da Aqualider fosse apenas empresarial, não sendo o seu objetivo “melhorar a vida dos pescadores”, estes se beneficiavam indiretamente, por um lado, pela possibilidade de poder trabalhar no projeto e

por outro, pela possibilidade de, a partir deste, desenvolverem outros projetos voltados especificamente aos(as) pescadores(as) artesanais, como o Cação de Escama. Aqui se reproduz a imagem social da pesca artesanal como atrasada, de forma que os(as) pescadores(as) devem passar por um processo de modernização, dessa vez o processo de modernização consiste na transferência de tecnologia, para que esses possam se transformar em aquicultores(as) empreendedores(as) e responsáveis pelos seus lotes aquícolas.

Ao elencar em forma de resumo os principais argumentos utilizados pelos diferentes promotores do Projeto Beijupirá para legitimar sua implantação, constata-se que estes coincidem com os argumentos utilizados pelas instituições públicas (SEAP e MPA) e o setor empresarial, para promover a aquicultura, através da chamada “Revolução Azul”, conforme discutido no capítulo anterior. Estes são: a capacidade da aquicultura de aumentar exponencialmente e de forma sustentável a produção do setor e de garantir a competitividade do Brasil no mercado internacional de pescados e frutos do mar; o aumento de consumo de pescado per capita; a diminuição da pressão sobre a pesca extrativa e da sobreexploração dos estoques pesqueiros; a impossibilidade da pesca extrativa, entendida de forma geral, sem distinções entre pesca artesanal e industrial, de dar conta de todas estas questões, pelo fato da produção da pesca extrativa se manter relativamente estável nos últimos anos e da tendência a sua diminuição como forma de combater a sobrepesca; e por último, a aquicultura como atividade alternativa para os(as) pescadores(as) artesanais.

Além disso, como foi visto, na promoção do o Projeto Beijupirá, e da Aquicultura em mar aberto de forma geral, foram também postos como argumentos para sua legitimação uma série de vantagens que este tipo de aquicultura ofereceria. Entre elas se destacam o maior potencial de crescimento e expansão da aquicultura em mar aberto, pelo fato da extensão do mar territorial ser ainda maior do que a que a das águas continentais e as águas marítimas que banham estuários, manguezais, apicuns e salgados. De forma que este tipo de aquicultura permitia ampliar a fronteira aquícola em direção ao mar, o que justifica a afirmação do ministro Gregolim ao falar do Beijupirá e dizer que com ele “nasce a piscicultura marítima no Brasil”. Por outro lado, a grande extensão do mar aberto diminuiria os possíveis conflitos entre os(as) usuários(as) das águas, como já tinha acontecido em inúmeros casos com as fazendas de carcinicultura. Segundo os promotores do Beijupirá, o local escolhido para a implantação do projeto “eram áreas mortas”, onde “não havia peixes”, o que, como foi visto na audiência pública, causou polêmica com os(as) pescadores(as) que desmentiram esta

afirmação, dizendo que, sim, havia peixes como “saramonetes e corubas” na área do projeto, e que esta não era uma área morta, senão que era utilizada por eles para transitar e pescar (ALEPE, 2008).

Contudo, como ficou patente no conteúdo da ata da audiência pública na Alepe, os conflitos não diminuíram e o projeto entrou em conflito com pescadores(as) da região, por entender que os empreendimentos ocupavam áreas que eles(as) consideravam parte dos seus territórios pesqueiros. Além disso, pelo do gerente da Aqualider em entrevista, o mar acabou sendo menos um atrativo do que um dos principais fatores problemáticos da iniciativa, pois os ventos e a localização do projeto, o mar aberto, eram um dos maiores problemas enfrentados, a ponto de afirmar que “a maior dificuldade era o próprio mar” (HAMILTON, 2017).

A possibilidade de crescimento da produção de pescado através da aquicultura é inegável, contudo, seria problemático afirmar que, de forma geral, esse aumento tenha significado também se refletido no consumo de pescado per capita nacional. Como foi discutido no capítulo anterior, os dados sobre Aquisição Alimentar Domiciliar Per Capita, da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE, mostram que o consumo real de pescado per capita não cresceu, de forma que é falso afirmar o aumento da produção da aquicultura tenha sido acompanhado de uma melhora no consumo da população. Os dados da FAO também são sobre consumo aparente, de forma que não é possível a partir destes relacionar o crescimento da aquicultura com o consumo per capita real de pescado. Pois, segundo a FAO:

Los balances alimentarios hacen referencia a los “alimentos disponibles para el consumo en promedio” (o el consumo aparente) que, por diversas razones (por ejemplo, el desperdicio o las pérdidas), tienden a ser más altos que el promedio de la ingesta alimentaria o del consumo real de alimentos. El consumo aparente se calcula como la producción (pesca de captura y acuicultura) restando el uso no alimentario (incluida la cantidad utilizada para la reducción a harina y aceite de pescado), restando las exportaciones de pescado, agregando las importaciones de pescado y agregando o restando las poblaciones. Todos los cálculos se expresan en equivalentes en peso vivo. (FAO, 2018, p. 76)

Além disso, os dados relacionados com a produção pesqueira tendem a desvalorizar a produção da pesca artesanal, pois:

Es posible que los registros de producción de la pesca de subsistencia¹⁵ y recreativa, así como del comercio transfronterizo entre algunos países en

¹⁵ A utilização do termo subsistência, aqui, aplicasse às considerações que foram feitas no capítulo 3, acerca de como este termo é reducionista e generalizador, pois na prática a pesca artesanal não é uma atividade econômica e produtiva de subsistência, na medida em que seus produtos não são voltados apenas ao consumo próprio, e que,

desarrollo no estén completos, lo que podría dar lugar a una subestimación del consumo. (FAO, 2018, p.76)

No caso da diminuição da pressão sobre a pesca extrativa e da sobrexploração dos estoques pesqueiros, também resulta muito problemático afirmar que o crescimento da aquicultura contribui para aliviar essas questões. Pelo contrário, a expansão da aquicultura intensiva contribui no aumento da pressão sobre a pesca extrativa, pois boa parte da farinha e óleo de peixe, utilizados na elaboração das rações, advêm da pesca extrativa. A pressão sobre a pesca é tal que 22,4 % do total das capturas de pescado em nível mundial, ou seja, 20,9 milhões de toneladas, são destinados principalmente a preparação de farinha e óleo de peixe (FAO, 2016, p. 208).

A depender da espécie, para produzir um quilo de pescado na aquicultura, precisa-se de uma média entre 0,6 e 5 quilos de outros pescados que serão transformados em farinha e óleo de peixe (NAYLOR et al, 2009, p. 103). Essa média varia segundo o tipo de alimentação que requerem as diferentes espécies criadas na aquicultura intensiva, espécies piscívoras, ou seja, que se alimentam principalmente de outros peixes, como é o caso do beijupirá, precisam de rações com concentrações mais elevadas de farinha ou óleo de peixe. Contudo, no que se refere ao uso de farinha e óleo de peixe, cabe destacar que as espécies de aquicultura que mais precisaram destes ingredientes foram: o camarão; o salmão; os peixes marinhos, as carpas e a tilápia, entre outros (FAO, 2018, p. 164).

Os dados acerca da sobrexploração de espécies a nível mundial apontam que o crescimento da aquicultura não tem sido acompanhado de uma diminuição da pressão sobre a pesca extrativa, nem uma diminuição da sobrexploração dos estoques pesqueiros, pois desde a década de 1970 vem se incrementando o número de populações sobrexploradas, passando de “10% em 1974 ao 33,1%, em 2015”. No caso do Mar Atlântico sul ocidental, que dentre outros países banha o Brasil, o número de populações sobrexploradas é estimado em 58,9% (FAO, 2018, p. 42).

Assim, é problemática a afirmação do representante da SEAP que associa “uma atividade sustentável desde o ponto de vista econômico, social e ambiental” que garanta “a manutenção de equilíbrios populacionais adequados”, com a redução do extrativismo pesqueiro e o crescimento da aquicultura (MATTOS, 2016). Pois essa afirmação coloca a pesca e aquicultura como desconectadas, como se na prática a produção da aquicultura não

além do sustento material, a economia, o trabalho e a cultura significam um modo de vida que não se reduz à mera subsistência.

dependesse da produção da pesca, e a primeira pudesse por si mesma crescer sem exercer mais pressão sobre a pesca extrativa. Os casos de países tão diferentes como são a China e a Noruega, são exemplos significativos de como o crescimento da aquicultura não tem significado uma diminuição da pressão sobre a pesca extrativa, senão o contrário. A China lidera a produção aquícola, ao mesmo tempo que lidera a importação de farinha de peixe. A Noruega é o maior produtor de salmão em cativeiro do mundo e um importante consumidor de óleo de peixe, farinha e óleo que, diga-se de passagem, advêm majoritariamente da pesca extrativa de países africanos e sul americanos. Segundo a FAO (2018, p.76):

Las pequeñas especies pelágicas (caballa, arenque, sardina y anchoa) se emplean tanto para el consumo humano, especialmente en los mercados africanos, como para la producción de harina y aceite de pescado, utilizados principalmente como ingredientes de los piensos destinados a las industrias de la acuicultura y la ganadería. Debido a la constante y creciente demanda, se prevé que los precios a largo plazo de la harina y el aceite de pescado aumenten de nuevo. En los últimos dos años, el Perú ha seguido siendo el principal productor y exportador mundial de harina y aceite de pescado. (...) China ha seguido siendo el principal mercado de consumo de harina de pescado y Noruega de aceite de pescado, principalmente para sus grandes industrias acuícolas. (FAO, 2018, p. 76)

Dessa forma, o crescimento da demanda de farinha e óleo de peixe tem contribuído para o aumento da pressão sobre a pesca extrativa das pequenas espécies pelágicas utilizadas para esse fim, aumentando seu preço e concorrendo com o consumo humano direto que se faz dessas espécies em muitos países. Esse aspecto é fundamental para entender que a questão de fundo não é apenas o aumento da produção, e, inclusive, que o principal desafio não é aumentar a produção, pois existem enormes problemas relacionados com a distribuição e com a redução dos desperdícios, rejeitos, perdas e usos não humanos de alimentos como os pescados. Segundo a FAO (2018), as perdas de pescados posteriores à captura, ou seja, entre o desembarque e o consumo representam entre 27% e 35% do total de pescado capturado no mundo (FAO, 2018, p.55), além de que, aproximadamente, 75% dos pescados utilizados para fabricação de farinha de pescado provêm de pescados que são aptos para o consumo humano, sendo apenas 25% feita a partir de subprodutos de pescado não aptos para o consumo humano. Estes problemas estão mais relacionados com a falta de apoio às pequenas cadeias produtivas e ao consumo em circuitos de curto alcance, que provocam grandes deficiências de infraestrutura básica para refrigeração, conservação e transporte de alimentos altamente perecíveis como são os pescados, mais do que com problemas relacionados com a falta de produção, com uma produção insuficiente.

Nesse sentido, as políticas e projetos para a aquicultura devem fazer o esforço de promover formas de produção e alimentação dos pescados que não compitam com o consumo humano, e que aproveitem e utilizem matérias primas que não são aptas para este. Pois de nada serve produzir mais pescado na aquicultura a custo de diminuir os estoques de pescado passíveis de serem utilizados para o consumo humano. Isto sim é fundamental para a recuperação dos estoques pesqueiros e não apenas aumentar a produção a qualquer custo.

Da mesma forma, qualquer projeto de recuperação dos estoques pesqueiros deveria fazer um esforço de etnoconhecimento para pensar junto com os(as) pescadores(as) as possíveis formas, possibilidades e problemas que podem encontrar esses projetos. Já existem projetos de manejo pesqueiro de recuperação dos estoques junto com as comunidades de pescadores(as) que têm tido sucesso, através de RESEX e RDS, como é o caso da pescaria de pirarucu no Amazonas e do projeto de manejo pesqueiro que o Instituto Mamirauá desenvolveu junto com as comunidades pesqueiras da região, das RESEX Marinhas do nordeste paraense que têm mostrado cenários possíveis e caminhos a serem trilhados.

Fazendo um balanço dos argumentos centrais de legitimação destes projetos, nota-se que estes giram em torno de um movimento de mistificação das comunidades pesqueiras a partir do qual se julga a pesca artesanal como um empecilho ao desenvolvimento, que deve ser superado pelas vantagens da tecnologia aquícola. Os(as) pescadores(as) artesanais são vistos(as) como portadores(as) de uma cultura atrasada, que não lhes permite ir além das “incertezas do mar”, de forma que sua situação se associa a um fator natural, e não histórico-social. Podemos ver isto numa matéria publicada no sítio web do Departamento de Engenharia de Pesca e Aquicultura da UFRPE, que já foi comentada anteriormente e que foi intitulada “Os pescadores vão virar fazendeiros do mar”. Esta trata sobre os(as) pescadores(as) que foram inscritos no projeto Cação de Escama associado ao projeto Beijupirá da seguinte forma:

Foram inscritos 120 pescadores no projeto. O número parece grande, mas é pouco. Apesar de se mostrar rentável, a piscicultura ainda é uma atividade vista com desconfiança por aqueles que viveram vidas inteiras na dependência das incertezas do mar, que em um dia dá lucro e no outro não garante nem o sustento. Os 70 pescadores que acreditaram e seguiram adiante no projeto, além de terem sido capacitados sobre como trabalhar na criação de peixes em alto-mar, receberam aulas de cooperativismo do Sebrae-PE, parceiro da UFRPE. A ideia é dar autonomia para que eles se tornem verdadeiros empreendedores marinhos. A iniciativa abre as portas também para pesquisa e popularização dos conhecimentos na atividade. (UFRPE, 2000)

Assim, veículos de comunicação que retratam de forma paternalista e assistencialista as comunidades pesqueiras também acabam por reproduzir estes mitos. A matéria é um exemplo de como a ideologia aquícola opera propiciando processos de subjetivação de acordo com a ideologia neoliberal, gerando discursos legitimadores de práticas institucionais que reproduzem formas de hierarquização e naturalização das desigualdades sociais, as quais constituem verdadeiras mistificações. O problemático dessas mistificações é que, ao se cristalizarem nas instituições, convertem-se em princípios norteadores das políticas públicas chegando ao ponto de serem utilizados como fonte de legitimação que se apresenta como científica e como neutra. Essas mistificações colonizam as mentes dos(as) técnicos(as) extensionistas, dos(as) servidores(as) públicos(as) e dos(as) acadêmicos(as) que constroem as políticas públicas incidindo sobre seu público-alvo. Embora estas se apresentem como representantes de interesses coletivos e até universais, e sejam respaldadas por argumentos técnico-científicos que presumem uma neutralidade ideológica, que na prática é impossível, estas seguem os particularismos pautados pelo setor aquícola emergente.

Mesmo que o Projeto Beijupirá da Aqualider e o Projeto Cação de Escama tenham encerrado suas atividades, estes continuam servindo como guia do caminho que o setor aquícola empresarial pretende ainda trilhar. Contudo, a expansão da aquicultura empresarial no estado seguiu principalmente o caminho da aquicultura intensiva de tilápia em tanques-rede, e esse foi o caminho da expansão do chamado “Polo Aquícola” do sertão do São Francisco, que também é chamado pelos representantes do MPA como “vitrine Aquícola” do estado.

Uma das principais empresas produtoras deste polo, a Pescanova Brasil Ltda, já manifestava uma boa relação com os promotores do projeto, até o ponto de tomar emprestado as ferramentas necessárias para consertar os tanques-rede do Projeto Cação de Escama (UFRPE-DEPAQ, 2014, p. 33) que tinham sido danificados pelas fortes correntes. Além disso, também alguns dos participantes destes projetos trabalharam depois no “Polo Aquícola” do Sertão nessa mesma empresa, como será visto no último capítulo com mais detalhes. No seguinte subcapítulo se analisa brevemente como a interiorização da produção aquícola permitiu a expansão da aquicultura empresarial no estado, convertendo-se em um dos seus principais expoentes. Contudo, não é feita uma análise aprofundada desse processo de interiorização nem como ele se concretiza nos dias atuais, pois isso requereria outra pesquisa,

apenas sendo utilizados os dados coletados durante a pesquisa de mestrado, que se concentram no período de 2011 a 2014.

4.3 A INTERIORIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AQUÍCOLA: O POLO AQUÍCOLA DO SERTÃO DO SÃO FRANCISCO

A produção de tilápia em tanques-rede nos reservatórios das usinas hidroelétricas de Itaparica e Moxotó é um dos principais resultados do projeto de expansão da aquicultura no estado de Pernambuco. Como foi discutido nos capítulos 3 e 4, a demarcação de parques aquícolas e licitação de áreas para fins da aquicultura foi uma das principais ferramentas que possibilitou o crescimento exponencial destes empreendimentos, já que abriu à iniciativa privada a possibilidade de explorar privadamente espaços aquáticos que anteriormente estavam abertos a diferentes usos públicos.

No estado de Pernambuco foram demarcados dois parques aquícolas nos reservatórios das usinas hidroelétricas de Moxotó e Itaparica, localizados em Petrolândia-PE. Por outro lado, foram licitadas numerosas áreas para a produção aquícola nestes reservatórios. Nas seguintes tabelas aparecem as áreas aquícolas licitadas pelo MPA no estado de Pernambuco.

Quadro 6 - Resultados de julgamentos da concorrência nº 006/sepoa/mpa/2011 da Comissão Especial de Licitação - CEL, designada pela Portaria nº 352. Ressaltado em azul as áreas aquícolas empresariais, e em verde aquelas consideradas como aquicultura familiar.

Nome	Área Pleiteada	Hectares	Localidade	Valor para 20 anos
Associação dos Piscicultores do Serrote Preto - APS	1	0,53	UHE de Itaparica	4.590,00
Netuno Internacional S/A	4	7,65	UHE de Itacuruba	53.560,00
Netuno Internacional S/A	5	7,54	UHE de Moxotó	53.560,00
Associação dos Criadores de Peixe Sítio Brejinho de Fora - ABF	7	0,52	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação de Piscicultores de Petrolândia - APP	8	0,52	UHE de Itaparica	5.737,60
Associação Agropesqueira	9	0,45	UHE de Itaparica	4.590,00

São Francisco - AASF				
Associação dos Pequenos Criadores de Peixe do Largo do Papagaio - APCP	10	0,52	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação dos Criadores de Peixe - ACPS	11	0,51	UHE de Itaparica	4.590,00
Associação dos Aquicultores de Petrolândia - AAP	12	0,76	UHE de Itaparica	7.174,00
Netuno Internacional S/A	14	7,69	UHE de Itaparica	53.560,00
Samuel Herculano de Freitas	15	4,55	UHE de Itaparica	35.100,00
Cooperativa dos Produtores do Vale do Itaipu - COOPEVALE	16	7,45	UHE de Itaparica	64.100,00
Braspeixe S/A	18	3,12	UHE de Moxotó	38.250,00
R & M Piscicultura Ltda.	19	0,91	UHE de Moxotó	8.273,40
Tilápia do Agreste Criação e Comércio de Peixes Ltda.	21	4,55	UHE Itaparica	35.500,00
Tilápia do Agreste Criação e Comércio de Peixes Ltda.	22	3,53	UHE Itaparica	27.500,00
Francisco Alves Gusmão	23	1,54	UHE Itaparica	10.710,00
Netuno Internacional S/A	24	7,7	UHE Itaparica	53.560,00
Cooperativa dos Produtores do Vale do Itaipu - COOPEVALE	25	7,45	UHE Itaparica	63.050,00
Pescanova Ltda.	26	27,24	UHE Itaparica	261.000,00
Total	20	94,73		793.548,00

Fonte: D.O.U. D3/07/2010, vencedores da Concorrência nº 006/SEPOA/MPA/2011.

Quadro 7 - Resultados de julgamentos da concorrência Nº 010/sepoa/mpa/2011 da Comissão Especial de Licitação - CEL, designada pela Portaria nº 352. Ressaltado em azul as áreas aquícolas empresariais, e em verde aquelas consideradas como aquicultura familiar.

NOME	Área Pleiteada	Hectares	Localidade da Área	Valor 20 anos
Mauro Cesar Melo Greenhalgh	3	1,00	UHE de Itaparica	4.307,60
L&J Aquicultura Ltda.	9	7,67	UHE de Itaparica	55.000,00
Mauricio Ricardo de Moraes Guerra	18	7,69	UHE de Moxotó	53.560,00
Total	03	16,36		112.867,00

Fonte: D.O.U. 13/07/2010, vencedores da Concorrência nº 010/SEPOA/MPA/2011.

Nas Tabelas 6 e 7 identificamos que nos reservatórios das Usinas Hidroelétricas de Itaparica e Moxotó há um total de 23 áreas aquícolas licitadas, que ocupam um total de 126,21,09 hectares, somando R\$ 906.415,00 em pagamento da licitação por vinte anos. Assim, o interior de Pernambuco e, concretamente, o sertão do São Francisco têm sido alvos das principais ações dirigidas à expansão de aquicultura em grande escala por parte do MPA e da SEAP. Dessas áreas, são destinadas à aquicultura empresarial 103,83 hectares, o que supõe que 82,27% do total das áreas se destinam exclusivamente à aquicultura em grande escala. Tão somente 22,3 hectares, 17,73% do total, são dedicadas à aquicultura familiar. As duas principais empresas que monopolizam estas licitações são a Netuno Internacional, S/A e a Pescanova Ltda. Estas duas empresas de grande capital internacional ocupam 57,82 hectares, 45,59% do total de hectares licitados nestes reservatórios. Pode-se concluir, a partir do caso do “Polo Aquícola do Sertão”, que na prática o projeto aquícola promovido pelo MPA uma vez mais está voltado ao crescimento de um setor muito específico, o setor aquícola empresarial.

Um exemplo do apoio e promoção que o MPA faz, através da SFPA – PE à expansão da aquicultura em Pernambuco, é o 1º Seminário de Piscicultura em Águas da União do Sertão de Pernambuco, este teve lugar durante os dias 10 e 11 de dezembro de 2014, reunindo representantes da própria instituição que promoveu o evento, da SFPA – RN, da SPU, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), da Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária (ADAGRO), da prefeitura de Petrolândia, do Instituto de Pesquisas Agronômicas – IPA, de instituições financeiras como o BNB, e associações de aquicultores(as) e de empresários(as) do setor. Durante este seminário se realizaram diversas palestras que trataram principalmente de quatro temas:

- O processo de licitação dos empreendimentos em aquicultura, e a regularização dos aquicultores e seus direitos;
- As linhas de crédito do Pronaf voltadas para aquicultura;
- Aspectos relativos à cadeia de produção aquícola: sanidade, tributação e fiscalização;
- Situação das áreas aquícolas dos reservatórios de Itaparica e Moxotó.

O principal objetivo do seminário foi apoiar os empreendimentos em aquicultura dos quatro municípios com águas nos reservatórios, que são: Itacuruba, Petrolândia, Belém do São Francisco, Itapurú e Jatobá. A importância da produção aquícola desses municípios foi continuamente ressaltada pelos representantes da SFPA – PE, que denominaram a região

como o “Polo Aquícola de Pernambuco” ou a “Vitrine Aquícola do Estado”, inclusive o próprio Superintendente da SFPA – PE colocou a “possibilidade de viabilizar um escritório do Ministério da Pesca em Petrolândia”. A ambição institucional, pela aquicultura, manifestou-se de forma evidente durante todo o seminário, quase como se a aquicultura fosse a única via, o único caminho e a única possibilidade de se pensar a produção de peixe no Brasil. As palavras do representante do MPA convidado refletem este pensamento único que supõe a expansão aquícola: “Não tem outro caminho para chegar à produção estimada pela FAO, que não seja a produção aquícola”.

A dinâmica do seminário se realizou de forma que, após cada uma das palestras, concedeu-se um tempo para as perguntas dos(as) interessados(as). O maior problema colocado pelo representante do MPA convidado foi o fato de que “não há possibilidade de atender a demanda de criação de parques aquícolas nesta região por que a capacidade de suporte é inferior a todas as demandas de licitação solicitadas ao MPA pela iniciativa privada”. Outros problemas foram externados no final das palestras por alguns(as) dos(as) aquicultores(as) participantes, alguns(as) relacionados(as) com as faixas de preferência estabelecidas dentro dos parques aquícolas pelos quais se definem as áreas que são prioritárias para empresas e as que são para produtores(as) familiares. Alguns(as) aquicultores(as) que participavam do evento ressaltaram que a maioria das áreas são destinadas a empresas. Frente a este questionamento, os(as) representantes do MPA responderam que nos parques aquícolas que seriam implementados se colocariam faixas de preferência para aquicultores familiares. Segundo os representantes das instituições de fomento à pesca, estas áreas seriam destinadas ao que denominam com um vocabulário gerencial “empreendedorismo social”, de forma semelhante à proposta do Projeto Cação de Escama; a concessão destas áreas possibilitaria a transformação de pescadores(as) e outros(as) sujeitos(as) sociais, como camponeses(as), em aquicultores(as) empreendedores(as), responsáveis pelos seus lotes aquícolas. Contudo, os(as) técnicos(as) dessas instituições de fomento ressaltaram que, no caso as áreas aquícolas, não se estabelecem faixas de preferência de forma que a aquicultura dita familiar concorre diretamente com o setor empresarial.

Por outro lado, perguntou-se ao representante do MPA e aos representantes da SFPA – PE sobre a responsabilidade da CHESF na mortalidade das tilápias causada por ações da hidroelétrica. Estes responderam que “a prioridade desses corpos de água é a produção de energia e que de forma secundária estes são destinados à produção aquícola”. Portanto,

ninguém assume essa responsabilidade, que recai diretamente no aquicultor, seja este familiar, seja ele empresarial.

Outra importante questão foi a possibilidade de ampliar a área de produção, já que, segundo os(as) aquicultores(as), é impossível dar continuidade à produção de tilápia sem ter a possibilidade de ampliar a área de produção já que a lucratividade ao longo do tempo diminui. A resposta dos representantes institucionais foi que isso deveria ser solicitado através de uma “revalidação do projeto na que se realizaria uma nova análise”, para ver a possibilidade ou não de ampliar a produção. Isto revela que o tipo de aquicultura promovido pelas instituições setoriais responde a um modelo empresarial, no qual a manutenção da lucratividade no sistema concorrencial exige o contínuo aumento da produção. Esse aumento constante da produção, no caso de um tipo de aquicultura que já é intensiva, exige a expansão da área de produção, como colocado pelos aquicultores(as).

Isto expõe sérios problemas relacionados com a sustentabilidade da aquicultura, questionando seu futuro promissor, amplamente divulgado pelo MPA e suas instituições parceiras. A partir deste modelo de produção que pretende o crescimento perpétuo, a sustentabilidade parece ser uma falácia, que mascara o dogma do crescimento econômico ilimitado.

Uma vez discutida a expansão da Aquicultura no estado e a lógica socioeconômica que esta promove, em seus argumentos de legitimação a partir do fio condutor dos Projetos Beijupirá e Cação de Escama, agora passamos a discutir o antagonismo desta lógica capitalista com o que pode ser chamado de economia moral dos(as) pescadores(as). Esta existe como uma resistência à lógica socioeconômica capitalista, às mudanças técnicas e às racionalizações mercantilistas que esses projetos de aquicultura empresarial carregam, na medida em que são vistos como uma ameaça aos usos, costumes e valores morais comunitários que existem em torno dos territórios pesqueiros e, portanto, como uma ameaça ao próprio sustento material das comunidades pesqueiras.

Como foi dito, não foi possível nesta pesquisa fazer uma análise detalhada das concretizações e transformações do “Polo Aquícola do Sertão”, e de como a continuidade da expansão da aquicultura empresarial se deu nele, desde 2014 até os dias atuais, pois esse esforço requer uma outra pesquisa que poderá ser desenvolvida futuramente como continuidade desta.

5 OS ANTAGONISMOS ENTRE A PESCA ARTESANAL E A AQUICULTURA EMPRESARIAL

A história do capitalismo tem sua origem no processo de expropriação e afastamento dos(as) produtores(as) dos seus meios de produção. Esse processo violento deixou, literalmente, ao léu uma enorme quantidade de pessoas despossuídas dos seus principais meios de produção, e do acesso aos recursos necessários para reproduzir sua vida, como são a terra, a mata, as fontes, o mar, os rios e estuários. Se olharmos para o contexto histórico de emergência das relações capitalistas, que trouxe a separação das populações rurais dos seus meios de produção, iniciado no século XVI, que também foi conhecido como século do ferro, vemos que coincidem a pauperização camponesa provocada pela expulsão das suas terras, a caça às bruxas, a aparição da escravidão, a colonização da América e a proletarização em massa de trabalhadores europeus. Todos esses processos de expropriação violenta possibilitaram a acumulação e o enriquecimento das classes dominantes (FEDERICI, 2004; QUIJANO 2005; THOMPSON 1984, 1998; WOLF, 1973).

Essas mudanças significaram a passagem de sociedades caracterizadas por densas relações sociais tradicionais, que integravam o econômico como um elemento a mais, em que a terra o trabalho e o dinheiro estavam integrados numa espécie de “caldo grosso social”, a sociedades nas quais essas relações passaram a ocupar um papel subordinado frente às relações sociais eminentemente capitalistas, nas quais o econômico prevalece. Isto implica que elementos tão caros para a produção e reprodução social, como são a terra e o trabalho, passam a ser considerados como simples mercadorias, como meros fatores econômico-produtivos, isolados da sua dimensão social (POLANYI, 2012; RENDUELES, 2005, 2013).

Mas seria um erro pensar que os processos de expropriação dos meios de produção, de mercantilização da terra e do trabalho e de desintegração das relações sociais que regulam a esfera econômica estão alocados apenas no passado, e foram algo que aconteceu exclusivamente na origem do capitalismo. Longe disso, esses processos são uma constante na história do capitalismo. Se olharmos para o século XX, a aceleração destes processos é assustadora, sobretudo se considerarmos que, depois de tudo, praticamente até a década de 1960, a maior parte da população do planeta vivia no campo e do campo, distribuindo-se a

imensa maioria da população em pequenos núcleos populacionais, que conformavam uma sociedade eminentemente rural (HOBBSAWM, 1959; WOLF, 1973; SHANIN 1983, 1966).

Nas últimas décadas, o neoliberalismo tentou levar à prática as ideias liberais clássicas do século XIX, impensáveis em boa parte do século XX. De forma que o caráter neoliberal como elemento transitório do capitalismo consiste numa espécie de volta pós-moderna ao século XIX. Os principais ingredientes que o neoliberalismo aporta são a substituição da política pela ditadura do mercado, que se coloca como valor supremo esquecendo discussões éticas, para centrar-se em termos de eficiência econômica.

As mudanças advindas da aceleração da integração econômica e de expansão da lógica neoliberal, remetem-se a processos de expropriação, precarização e desregulação do mercado, semelhantes aos promovidos pelos princípios liberais do *laissez-faire*, dos séculos XVIII e XIX. O século XIX foi, de alguma forma, o laboratório social nos quais se ensaiaram diversos modos e formas violentas de expropriação, disciplinamento e controle social que permitissem abrir o caminho da utopia do mercado autorregulável. Essa utopia teve seu fim trágico na primeira metade do século XX, com as duas Guerras Mundiais, mas retomou com força nas últimas décadas do século XX, e permanece até os dias atuais.

Assim, seguem vigentes os processos expropriação e separação dos meios de produção; no caso das comunidades pesqueiras, a expansão da aquicultura empresarial tem sido um poderoso agente expropriador e privatizador. Pois, como foi discutido nos capítulos 3 e 4, a intensificação desta expansão, a partir de 1990, significou também a intensificação da expropriação e separação dos meios de produção das comunidades pesqueiras. Isto teve lugar através dos cercamentos e da privatização das águas que impossibilitam ou dificultam o acesso às áreas que fazem parte dos territórios pesqueiros de uso comum. O setor aquícola, que conseguiu hegemonizar a SEAP e o MPA (principais instituições setoriais voltadas à pesca artesanal no Brasil), utilizou essas instituições como alavanca de autopromoção dos seus interesses, o que vem permitindo a intensificação da privatização de águas da União que fazem parte dos territórios pesqueiros de uso comum para fins de aquicultura empresarial.

Contudo, historicamente nenhuma sociedade que viu ameaçados os meios necessários para sua reprodução e sustento material decidiu abandoná-los de forma pacífica e sem oferecer resistência. Longe disso, a expansão das relações capitalistas e dos processos de expropriação, cercamentos, privatização e de afastamento dos meios de produção tiveram como respostas numerosas rebeliões e resistências características de uma “economia moral”

(THOMPSON, 1998) das classes subalternas que antagonizava com a lógica mercantil capitalista. No caso das comunidades pesqueiras, a resistência à implantação de projetos de aquicultura empresarial tem se manifestado como um exemplo do que pode ser chamado de economia moral da pesca. Essas resistências advêm tanto da sua prática diária do trabalho pesqueiro, quanto da militância nos movimentos de ação coletiva que lutam pela valorização do trabalho pesqueiro artesanal e pela defesa e pelo reconhecimento dos territórios pesqueiros de uso comum.

Assim, perante a expansão da aquicultura empresarial e da lógica econômica da globalização neoliberal, os(as) pescadores e pescadoras e suas comunidades oferecem diferentes respostas e estratégias, que vão desde a completa rejeição e resistência ativa, à interpretação crítica destes fenômenos. Isso demonstra que as comunidades pesqueiras, as pescadoras e os pescadores não são meros(as) sujeitos(as) passivos(as), mecanicamente determinados(as) pelas dinâmicas estruturais do capitalismo neoliberal, senão que as enfrentam ativamente e oferecem diferentes formas de resistência ativa ao que consideram uma ameaça aos territórios pesqueiros de uso comum, que supõem a base material e simbólica da reprodução social das comunidades pesqueiras. Nesse sentido, as pescadoras têm protagonizado, nas últimas décadas, importantes lutas para que sejam reconhecidos os territórios pesqueiros, assim como os direitos civis e trabalhistas básicos da categoria, principalmente para uma valorização e reconhecimento do trabalho de suas comunidades (LEITÃO, 2013; RAMALHO, 2010, 2012; PIRES; ALBUQUERQUE; JUSTE, 2013).

As repostas e resistências oferecidas à implantação desses projetos nos mostram como esses processos e dinâmicas capitalistas não operam num vácuo social senão que dão de cara com a agência humana, agência que, na época vitoriana, foi consagrada sobre forma de “classes perigosas” (CASTEL, 1997, 2004) por entravar lutas contra os continuados processos de expropriação e precarização orquestrados pelas classes dirigentes. As denúncias feitas pelos movimentos de pescadoras e pescadores artesanais e os depoimentos dos(as) pescadores(as) envolvidos(as) direta ou indiretamente com os projetos, revelam processos de poder antagônico afirmativo e de resistência das classes populares, que são expressões de uma “economia moral” popular, que reage frente à lógica mercantil (THOMPSON, 1998; 2008; SCOTT, 1976, 1985).

Os seguintes subcapítulos discutem como a economia moral dos pescadores artesanais se expressa na forma de resistências, antagonismos e divergências com a lógica capitalista

neoliberal da aquicultura empresarial, que surge do entendimento consciente de que a expansão desta forma de produção constitui uma ameaça a uma série de valores e usos presentes nas comunidades pesqueiras e que são fundamentais para o seu sustento material. Esses antagonismos e resistências implicam, também, duas propostas antagônicas de relação com a natureza e com os recursos e bens presentes nela. A primeira consiste na defesa dos territórios pesqueiros de uso comum, que implica uma aposta pela gestão democrática dos bens comuns. A segunda implica uma negação da possibilidade democrática de uso desses bens, uma defesa da expansão da aquicultura empresarial da privatização e do loteamento das águas e uma negação dos territórios pesqueiros de uso comum.

5.1 RESISTÊNCIAS, CONFLITOS E DIVERGÊNCIAS COM A AQUICULTURA EMPRESARIAL COMO EXPRESSÃO DA ECONOMIA MORAL DA PESCA

O desenvolvimento da pesquisa, dos trabalhos de campo e das entrevistas com os pescadores e pescadoras conduziu a reflexões acerca de questões morais e valorativas, que revelavam a existência de uma experiência comum entre os(as) pescadores(as), que se expressava através do que pode ser entendido como uma economia moral da pesca artesanal. Mesmo se tratando de pescadores(as) que praticavam diferentes tipos de pesca, em lugares também diferentes e mesmo que estes tivessem participado, ou não, em projetos de aquicultura empresarial, todos(as) eles(as) tinham algumas experiências em comum derivadas da sua relação com a aquicultura empresarial. Essas experiências em comum estavam relacionadas com a percepção de que os projetos de aquicultura empresarial e seus promotores, de alguma forma, não respeitavam, não condiziam, ou eram contrários, a alguns dos usos, valores e ideias presentes nas comunidades pesqueiras e no trabalho pesqueiro, que regulam as relações sociais do trabalho da pesca e as formas de uso comunitário dos territórios pesqueiros e que, em definitivo, são relevantes para o seu sustento material.

Como foi dito, durante a dissertação de mestrado que precedeu esta pesquisa, apenas foram entrevistados(as) pescadores e pescadoras que não tinham participado diretamente em projetos ou empreendimentos de aquicultura empresarial, mas que tinham vivenciado a implantação destes projetos nos seus territórios pesqueiros. Estes(as) manifestavam uma

experiência comum pela qual rejeitavam aberta e contundentemente a aquicultura empresarial, por considerarem que esta deixava vulneráveis importantes questões para as comunidades, como seja: pela interferência no acesso e uso comum das águas, em definitivo a “posse comum” das águas (MALDONADO, 1994, p. 33); a “valorização do trabalho da pesca” e dos seus produtos; assim como uma valorização dos seus conhecimentos sobre a profissão, e sobre o meio no qual trabalham (RAMALHO, 2007, p. 248); a “permanência” e a persistência como valores fundamentais para “reprodução da comunidade do trabalho pesqueira” (RAMALHO, 2007, p. 246). Essas questões perpassavam tanto os depoimentos dos(as) pescadores(as) ribeirinhos(as) do Sertão São Francisco-PE (que tinham vivenciado a expansão do Polo Aquícola do Sertão), quanto dos(as) pescadores(as) dos estuários, rios e áreas marítimas do litoral norte do Estado (que foram testemunhas da expansão das fazendas de carcinicultura).

Todos(as) os(as) entrevistados(as) relatavam problemas relacionados com a restrição do acesso e do uso exclusivo de áreas que faziam parte dos territórios a partir da implantação de empresas de aquicultura, que colocavam em risco, entre outros, os princípios de acesso e de uso comum dos territórios pesqueiros. Por exemplo, o pescador Severino da comunidade de Caraíba Seca, localizada em Petrolândia, Sertão do São Francisco-PE, relatou como “as gaiolas estão no meio de lugares que a gente passava e pescava”, o que na prática acabava por dificultar ou impossibilitar o acesso dos(as) pescadores(as) às áreas de pesca (PESCADOR SEVERINO, 2014). Por sua vez, a pescadora Maria, da mesma comunidade, alertava que o que mais afetava na sua comunidade eram “as cercas das águas”, pois “cortavam as passagens” e acabava por obrigá-los(as) a “refazer os acessos e as rotas de pesca todinhas”. Além disso, os seguranças dos empreendimentos não permitiam a eles “nem encostar, nem ficar perto das gaiolas, colocam a gente como ladrões”, convertendo assim as áreas que antes eram de acesso comum para a comunidade e que faziam parte dos territórios pesqueiros em áreas privadas de acesso restringido (PESCADORA MARIA, 2014).

No caso das comunidades do Litoral Norte do estado, esta situação se repetia, pois os depoimentos dos(as) pescadores(as) retratavam situações nas áreas que também faziam parte dos territórios pesqueiros tinham se convertido em áreas exclusivamente destinadas a empreendimentos privados de aquicultura de grande porte, com a diferença de que isto era feito de forma ainda mais violenta. Sobre isso, o pescador Luís relata:

Os seguranças das fazendas de camarão abordam os pescadores daqui que pescam no estuário perto da fazenda. Lá tem seguranças direto, eles

abordaram a gente várias vezes, e ameaçaram, a gente não podia ficar perto das fazendas [...] um dia o segurança gritou pra gente: desapareça daí, se não meto bala gorinha em vocês. (PESCADOR LUÍS, 2014)

Os antagonismos também se manifestavam nos depoimentos dos(as) entrevistados(as) através de uma valorização do trabalho pesqueiro e dos seus conhecimentos e de uma desvalorização do trabalho na aquicultura, pela qual a pesca era enxergada como um trabalho enaltecido, que se faz com satisfação, e que dominam com habilidade, frente à aquicultura como um trabalho depreciado, desagradável, e que é feito de forma mais mecânica. Como exemplo disso, o pescador Severino comentava que “tem pouco pescador que se passa para a aquicultura, a gente não gosta de criar peixe e ir botar ração, a gente gosta é de pescar, eu mesmo só conheço três pescadores que trabalham com aquicultura, mas, ainda assim, ainda pescam, pescar é bom demais” (PESCADOR SEVERINO, 2014).

O enaltecimento do trabalho na pesca também era acompanhado em todos os depoimentos por uma valorização dos seus produtos e de uma diminuição dos produtos da aquicultura. Assim, o mesmo pescador que elogiava o trabalho e os produtos da pesca, afirmava sobre os aquicultores que: “esses ai que criam tilápia, nem come a tilápia, prefere todinho o peixe que se cria sozinho, o gosto é muito melhor, nem se compara” (PESCADOR SEVERINO, 2014). A desvalorização da aquicultura empresarial estava motivada pelo que os(as) pescadores(as) interpretavam como uma prática nociva para as águas e para os peixes, sobre isso o pescador Ademir (2014) comenta:

Nós não queremos nem saber de aquicultura, isso ai é ruim demais, polui a água demais, é muita ração e muito remédio que eles botam pras doença que pega a tilápia no tanque, tilápia fora do tanque não pega doença assim não. Teve produtores de tilápia aqui, que tiravam as tilápia do tanque na hora da despesca e oxe, caia o couro direto, criam elas toda junta, um monte de tilápia junta, as tilápia fica estressada, ai pega doença direto. (PESCADOR ADEMIR, 2014)

Além de desvalorizar a aquicultura empresarial, por entendê-la como uma prática mecânica, não prazerosa, nociva e que ameaçava a permanência do trabalho pesqueiro e dos recursos fundamentais para o sustento material dos(as) pescadores(as), os(as) entrevistados(as) relatavam que esses tipos de empreendimentos eram lucrativos apenas para as classes mais abastadas. O que evidencia uma consciência deles(as) das relações desiguais e do lugar de classe que ocupam, tanto eles(as), quanto os empresários do setor. Um exemplo disso é o depoimento da pescadora Maria (2014):

A aquicultura não é pra nós não, aquicultura só rende para quem tem dinheiro, rende para quem tem dinheiro pra paga pros outro criar o peixe dele, e depois eles nem comem porque essa Tilápia não presta, não tem o gosto do peixe nosso, tem gosto de ração, tem gosto de remédio. (PESCADORA MARIA, 2014)

Assim, estes depoimentos de pescadores(as) que nunca tinham trabalhado ou participado em projetos de aquicultura empresarial, mas que vivenciaram a implantação de grandes fazendas de aquicultura nas suas comunidades, indicam a existência de antagonismos, conflitos e divergências existentes entre a pesca artesanal e a aquicultura empresarial que se expressam como uma rejeição explícita à aquicultura empresarial e como uma resistência à implantação de projetos desse tipo nas suas comunidades e ao trabalho na aquicultura. Notam-se nas respostas uma percepção negativa da forma de produção, do tipo de trabalho, dos produtos deste trabalho e da relação com a natureza que acompanham a aquicultura empresarial e que eram percebidas como uma ameaça à continuidade do trabalho pesqueiro, aos seus territórios e, principalmente, ao sustento material das comunidades.

O surpreendente foi ver como, à medida que a pesquisa avançava e que era possível constatar e entrevistar os(as) pescadores(as) que tinham participado e trabalhado nos projetos Beijupirá e Cação de Escama, e que, em princípio, se mostravam totalmente favoráveis à implantação desse tipo de empreendimento nas suas comunidades, expressavam também, uma série de percepções e críticas sobre tais iniciativas. Essas observações implicavam a existência de uma experiência comum entre estes e os(as) pescadores(as) que nunca tinham participado ou trabalhado na aquicultura empresarial e que se manifestavam contrários à esta e à implantação deste tipo de projetos nas suas comunidades. Como foi dito, esta experiência comum era expressada na percepção também comum de que estes projetos, de alguma forma, não respeitavam, não condiziam, ou eram contrários, a alguns dos usos, valores, princípios e ideias centrais nas comunidades pesqueiras.

O enfraquecimento desses princípios, valores, usos e ideias presentes nas comunidades eram expressadas pelos(as) pescadores(as) que participaram nos projetos Cação de Escama e Beijupirá das seguintes formas: como um sentimento de certa frustração e, inclusive, de raiva com os projetos e seus promotores, por estes não terem tido continuidade e por apresentarem motivos que, para eles(as), ou não estavam claros ou não justificavam o encerramento dos projetos, o que não condizia com os princípios de continuidade do trabalho pesqueiro de persistência, “permanência” e “reprodução da comunidade do trabalho pesqueira”

(RAMALHO, 2007, p. 246); como uma desconfiança e receio de que estes projetos tinham sido feitos seguindo interesses alheios, ou seja, de que estes não tinham sido feitos realmente para beneficiar as pescadoras, os pescadores e suas comunidades e para serem permanentes, o que punha em risco, novamente, o princípio da permanência da cultura pesqueira; como uma hierarquização dos conhecimentos e tecnologias dos(as) técnicos(as) sobre os conhecimentos e tecnologias dos(as) pescadores(as) que os(as) inferiorizava, o que infringia o princípio de “valorização do trabalho pesqueiro” (RAMALHO, 2007, p. 248) e dos seus produtos, assim como a “ética igualitária” presente nas comunidades pesqueiras (MALDONADO, 1994).

Por outro lado, é importante destacar que, principalmente, entre os(as) pescadores(as) e pescadoras que participaram no Projeto Cação de Escama, através de termo de compromisso, ou seja, sem contrato de trabalho e sem salário, a sensação de terem sido utilizados(as) instrumentalmente pelo projeto e inclusive de ter tido prejuízo, foi algo expressado por todos(as) em maior ou menor grau. Para eles(as), o problema não era o fato de não obter lucros monetários com os projetos, mas destes implicarem perdas, ou prejuízos e de não retribuírem nem valorizarem seu trabalho e seu tempo minimamente. Entre eles(as), o sentimento de estarem sendo lesados(as) contribuía para que a percepção de que seu trabalho não estava sendo valorizado era mais presente e intenso. De fato, para eles(as), estas questões contribuíram para que a maioria dos(as) pescadores(as) que fizeram parte das primeiras etapas do projeto, posteriormente, desistissem de continuar. Sobre essa questão, o depoimento do pescador Sílvio (2018) é esclarecedor:

[...] muitos pescadores desistiram, a maioria desistiu, só ganhavam os que tinha contratado da universidade, pro pescador, zero, faltou incentivo financeiro pro pescador, ninguém quer trabalhar de graça. A gente tinha que ir lá com nossas despesas, Só tinha a alimentação lá, não teve uma ajuda de custo, não pagavam nem a passagem da gente, não pagavam nada, nem uma grana pra pagar a passagem para se deslocar até o porto e pra vir pra casa do porto. A turma não queria ir, a gente foi na raça mesmo, na tora. Mas a gente foi carne de canhão, teve prejuízo, muito dinheiro jogado fora, que era dinheiro da gente, porque o dinheiro do governo e da gente, e foi jogado fora. E nada das notas dos alevinos, do barco, da ração, de nada. (PESCADOR SÍLVIO, 2018)

No caso do Projeto Cação de Escama, a percepção de terem sido utilizados(as) instrumentalmente ia acompanhada de uma crítica que apontava a falta de horizontalidade e de transparência com os(as) pescadores(as). Sobre essa questão, o pescador João (2018) afirmou enfaticamente que houve “erros na transparência, em termos de finança, a gente foi participante, mas a gente não tinha clareza na prestação de contas. Eu acho que a gente foi

pego como cobaia, como cobaia mesmo” (PESCADOR JOÃO, 2018). Nesse sentido, o pescador Sérgio (2018) comentou que o Projeto Cação de Escama “começou a errar porque eles [a equipe técnica do projeto] não aceitavam o que diziam os pescadores”, e explicou como para ele houve sérios problemas no que se refere à manutenção de relações horizontais, respeitadas, transparentes com os(as) pescadores(as) que participavam dos projetos, pois para ele os(as) responsáveis pelo projeto não valorizavam a pesca e não se interessavam realmente pelas comunidades:

Eles queriam tratar os pescadores como seres inferiores, botaram a gente numa sala quente lá num galpão em Piedade, pra gente começar a fazer reuniões e ter aula. Aí eu disse que não, que não aceitava, porque como é que você vai aprender num galpão quente, abafado a quarenta graus? Aí eu me retirei e mais 15 caras da colônia daqui, aí a gente começou a ser mal visto. Eles queriam que o transporte os barcos tudo fosse por conta da gente, pegar carona pra ir pro mar pras gaiolas. Aí a gente era de acordo com que eles comprassem ou alugassem as embarcações, porque senão era tudo o custo na gente e ninguém ia largar nossas atividades pra ir pra lá. Depois a gente teve uma reunião com 40 pessoas, aí um pescador alegou que todo o pessoal do projeto tava ganhando salário, bolsa e tudo mais e a gente não tava ganhando nada. Aí um cara da universidade se achou ofendido, se doeu porque devia tar comendo por fora. Aí esse cara foi e disse que: “também a fama de pescador não é muito boa por aí não”. Ele chamou a gente de desonesto cara. Outra coisa, esses cara da universidade vem aqui pegar o conhecimento empírico da beira da praias, da maré, do rio, dos açudes, e não traz de volta, bota nos anais a pesquisa, a porra toda a pesquisa e não vem nas comunidade. Raríssimas exceções do curso de engenharia vêm aqui, só um ou dois, mas o resto todo lá, uns pavão. Então é o seguinte: se você pega meu conhecimento e faz seu mestrado, seu doutorado, você tem obrigação de trazer alguma coisa aqui pra comunidade. E aqui não vem não. (PESCADOR SÉRGIO, 2018)

Todas estas questões intensificavam a percepção comum de que os projetos desvalorizavam e inferiorizavam o trabalho pesqueiro, os conhecimentos e inclusive a honestidade deles(as), os(as) pescadores(as). Sobre o risco ao princípio de permanência, persistência e continuidade da reprodução do trabalho pesqueiro por estes projetos, o pescador Antônio (2018), que trabalhou no Projeto Cação de Escama, através de termo de compromisso, manifestou sua desconfiança no projeto da seguinte forma:

Eu acredito que faltou alguma coisa mais, mas, não sei se é questão de insistência, ou de participação de forma mais integrada da universidade e dos professores com os pescadores. Ou se faltou realmente a boa fé dos caras que fizeram o projeto em dizer assim: não vamos fazer uma coisa aqui que permaneça. Ai fica essa dúvida: será que eles fizeram apenas um projeto para ter o ganho deles? A formação dos aluno e as vantagens só para a faculdade? Será que esse projeto visava, de fato, ter continuidade dentro da visão do diretor do projeto, do coordenador do projeto? Pra mim fica essa dúvida.

Porque a gente vê coisas aí que se enfrenta maior dificuldade e se dá continuidade, então por que parou? Então, eu acredito que faltou persistência, se tivesse persistido, tava lá até hoje. (PESCADOR ANTÔNIO, 2018)

Assim, a experiência comum aqui era a percepção de que os projetos tinham sido feitos apenas para benefício próprio dos promotores, e que não tinham persistido, nem enfrentado as dificuldades, porque estes empreendimentos não eram feitos para permanecer, nem para ter continuidade, o que antagonizava com os princípios de persistência, enfrentamento das dificuldades e dos riscos, permanência e reprodução do trabalho presentes nas comunidades pesqueiras. Ao falar sobre o Projeto Beijupirá da Aqualider, o pescador Antônio, que conheceu de perto o projeto, expressou de novo seu sentimento de desconfiança de que este não tinha sido feito realmente para permanecer, nem beneficiar as comunidades pesqueiras ou melhorar a produção de pescado do estado, senão para interesses alheios às comunidades, da seguinte forma:

Também tivemos o exemplo da Aqualider, teve um bom resultado no começo e depois parou. Por que parou também? Eu acredito que era rentável, a Aqualider por nada, de repente, parou. Teve um acidente, uma lancha bateu nas gaiolas, eles alegaram isso, mas mesmo com isso para a gente não justificava, até porque eles tiraram uma quantidade de peixe boa na época, muito mais do que a gente. Então a gente não entendeu, oxe? Eu acredito que o projeto da Aqualider tava voltado mais para uma questão política, para uma questão de campanhas, onde alguns candidatos na época tiveram uma conotação maior, porque falavam muito de quanto foi investido naquilo, do setor privado, aquela coisa toda, ficou aquele marketing, houve muito isso. (PESCADOR ANTÔNIO, 2018)

Os problemas das perdas econômicas dos projetos não justificavam para os(as) pescadores(as) a suspensão das atividades e o encerramento dos projetos. Sobre essa mesma questão, por exemplo, o pescador Rivaldo afirmou sobre o Projeto Cação de Escama que: “eu fiquei muito furioso porque eu queria que viesse um projeto para o pescador mesmo, eu queria que tivesse ido pra frente, para mim foi bem, só não foi melhor porque não foi pra frente, porque não continuou” (PESCADOR RIVALDO, 2018). Por sua vez, o pescador Bebeto, que trabalhou como assalariado nos dois projetos, comenta sobre o mesmo projeto que: “só não sei porque não quiseram tocar o projeto [...] se eu visse que o pessoal tinha vontade de continuar o projeto e prolongar, talvez, até hoje eu tivesse lá, mas a gente já viu e já sabia que não ia passar muito tempo” (PESCADOR BEBETO, 2018). O mesmo pescador ao falar sobre o fim do Projeto Beijupirá da Aqualider relata:

Não sei porque a Aqualider não botou o projeto pra frente, não sei se eles não ganharam o esperado. Não sei se quando ele viu o negócio não era o que

ele esperava, aí não quis continuar investindo, então a intenção não era para melhorar os outros era para si próprio, é complicado. (PESCADOR BEBETO, 2018)

A permanência, a continuidade, a persistência, a reprodução do trabalho, das dificuldades, e não apenas o lucro esperado pela empresa, são valores que perpassam o trabalho pesqueiro e a relação das comunidades pesqueiras com a natureza, e que, por serem vulneráveis, motivavam as críticas, desconfianças e divergências entre os(as) pescadores(as). Sobre a valorização dos produtos da pesca frente aos da aquicultura intensiva, como elemento da experiência comum dos(as) pescadores(as) que participaram nos projetos, o depoimento do pescador Rivaldo (2018) serve de exemplo, pois segundo ele: “eu gosto mesmo é de pegar o peixe, sou fã”. Ele ao ser perguntado sobre as diferenças entre a pesca e a aquicultura respondeu com ironia que “a pesca infelizmente eu gosto muito, se alguém quiser me matar que me chame para pescar. Eu nasci como pescador e não tem quem me tire dela” (PESCADOR RIVALDO, 2018). Estes também entendiam a continuidade do trabalho na pesca como uma continuidade numa atividade que realmente gostam, e que gera um produto de maior qualidade. O pescador Luiz, que trabalhou como assalariado em ambos projetos, relatava sua experiência na pesca da seguinte forma:

Tenho mais de 50 anos de pesca, comecei a pescar aos 12, 13 anos, comecei primeiro de pé na beira da maré, depois de jangadinha, depois de linha com um camarada, o que mais gosto, é pescar de linha com camarão vivo, é bom demais, é divertido, pesco cavala, guaiuba, guarajuba, chicharro, muito peixe bom. E também gosto do mergulho, caçar é bom demais com a água limpa. (PESCADOR LUIZ, 2018)

O pescador Pedro (2018), que também trabalhou como assalariado nos dois projetos, comentava que, embora tivesse trabalhado na aquicultura, o que mais gostava desde sempre era trabalhar na pesca, explicando que no seu caso:

Sempre pesquei, com 10 anos já andava por aí pescando, inventaram essa pesca de mergulho aí e agora estou nela também, o que eu mais gosto é pescar, agora que tá liberada a lagosta, pesco lagosta que me dá uma boa renda, aí para em novembro, aí eu vou pescar de rede, de linha, gosto também dessas pescarias, eu gosto de linha, rede e mergulho, o covo também pesquei, muito saramunete eu faço todo tipo de pesca. (PESCADOR PEDRO, 2018).

Por sua vez, o pescador Ademar, que trabalhou no Projeto Cação de Escama mediante termo de compromisso, ressaltou que:

Eu conheci a pesca com um amigo e me viciiei. O melhor é pegar o peixe e ter a liberdade que a gente tem de estar no mar e não ter patrão, só por poder

estar no mar eu agradeço, tem aquele relaxamento total, natural, o dia passa rápido, o pescador vive na esperança de pegar um peixe maior, fica aí tentando e o tempo passa. A gente já comeu peixe da piscicultura, mas o da natureza é mais gostoso, eu já peguei Beijupirá de quase 30 quilos e o que gosto mesmo é o peixe da natureza, a qualidade do peixe da natureza, o camarão igual, o da natureza é mais gostoso que o de cativo, o melhor é o natural e não tem que botar ração. (PESCADOR ADEMAR, 2018)

Este relato também evidencia como a liberdade, o fato de não ter patrão e a pescaria entendida como um trabalho desafiador e prazeroso, na qual o tempo passa rápido, e que produz produtos de qualidade frente à aquicultura, eram elementos muito presentes nos relatos dos(as) pescadores(as). A valorização do peixe natural, do peixe selvagem, foi inclusive um dos elementos pelos quais os(as) pescadores(as), interpretavam que os alevinos do Projeto Cação de Escama do DEPAQ-UFRPE eram de pior qualidade que os do Projeto Beijupirá da Aqualider, como reflete o depoimento do pescador Pedro (2018):

A gente pegou os peixes com problema, os primeiros da Aqualider os peixe foi sadio, foram selvagem entendeu, já o que a Rural pegou da Aqualider aí já foi de laboratório né, foi inseminado em laboratório, então nasceram muito peixe doente, cego. Morreram muito, os alevinos não veio com muita saúde não, não estavam bons. A maioria morreu, já veio do laboratório cego, não ia comer, os alevinos veio com defeito mesmo, bom, foi isso aí. (PESCADOR PEDRO, 2018)

Neste depoimento os defeitos dos alevinos eram provocados pelo fato destes serem produzidos no laboratório, e esta tecnologia de reprodução é enxergada como nociva e ruim para os peixes. Em outros depoimentos não associavam tão claramente os problemas dos alevinos relacionados à inseminação no laboratório, mas todos eles manifestavam que houve problemas nos alevinos e que, além disso, muitos peixes morriam por questões relacionadas com a criação, o estresse, a alimentação ou outras questões relacionadas com a criação em cativo. Esses problemas com os peixes faziam parte das questões que os(as) pescadores(as) manifestavam como divergências ou como experiências ruins no projeto. O depoimento do pescador Arnaldo (2018) reflete algumas destas questões:

A parte que eu menos gostei mesmo foi a dos peixes, que levaram os peixes nos meses errados, chegaram peixe doente, cego, e chegaram lá batiam nas parede se estressavam e morriam. No tempo de inverno, o mar batia na gaiola, aí os peixes pulavam, os que conseguiam pular iam embora, um dia eu cheguei lá pensava que era roupa estendida, eram os peixes mortos, os que conseguiam pular iam se embora e outros ficavam enganchados e morriam. Muitos não se alimentavam porque a corrente levava a ração. Estressavam muito ali dentro. Se o peixe falasse ele diria me tira daqui, não dá pra mim não.

Para o pescador Beбето (2018), a mortandade dos peixes estava relacionada com a alimentação e a má qualidade da ração, pois para ela “a ração tinha que ter uma de melhor qualidade, não tava adequada. Passou um tempo que tava vindo muita ração estragada. O da universidade não desenvolveu tanto e teve muita mortalidade.”. Por sua vez, o pescador Rivaldo (2018) alega que os alevinos apresentaram problemas desde o primeiro dia, pois “quando foram buscar em Muro Alto, já deu um problema, pegaram os alevinos já tudo grande fora do tempo e quando trouxeram os alevinos, trouxeram os bichinhos também em mau lugar e com má saúde. Depois lá o bicho atrofiou” (PESCADOR RIVALDO, 2018). Já o pescador Antônio (2018) interpretava a mortandade dos peixes como muito elevada e preocupante; ele explicou em detalhes como isso tinha, inclusive, sido alarmante para os(as) pescadores(as) que não sabiam que os peixes mortos que chegavam ao litoral eram das gaiolas. Ele associava essa elevada mortandade dos peixes com problemas de resistência e de adaptação ao confinamento, assim como dificuldades na alimentação:

A própria Aqualider quando ela começou a produzir, também morria muito no tanque deles, por exemplo, tinha dia que tinha 20, 30 mortos dentro da gaiola, aí jogava fora porque não tinha mais utilidade nenhuma, não vinham pra terra, então não tinham como armazenar esse peixe, jogava fora e o vento trazia para as margens e alguns peixes ficaram encostando nas praias aí o pessoal começou a se preocupar que porra é essa porque esse peixe tava morrendo, era o peixe da gaiola. O peixe morria eu acredito por uma questão de resistência de adaptação, ele tinha que se adaptar a tá ali confinado, então esse confinamento dentro de uma gaiola para um peixe que não conseguia se adaptar ele morria e morria muito, tinha dia que morria muito. Quando tinha um certo tamanho ele paravam mais de morrer porque ali ficavam só as que tinham maior resistência aí já não morria mais, mas quando eles estavam pequeno eles morriam muito, até se adaptar a alimentação. Embora que já tinha um trabalho desde o laboratório ao confinamento e a ração. Se esperava que tivesse um desenvolvimento maior, eu não tenho uma informação técnica de dizer, foi assim, a qualidade da ração, não tenho, com não posso dizer de forma exata, dizer é porque na hora da alimentação tava ventando muito, o peixe não conseguiu se alimentar direito, eu não posso também lhe dizer que o peixe não conseguia se adaptar, porque a gente via que o peixe se alimentava, mas teve muitas vezes que na hora de botar a ração com o vento a ração era expelida fora, ele tinha alguma dificuldade pra pegar na superfície. (PESCADOR ANTÔNIO, 2018)

Por outro lado, também era um elemento que fazia parte da experiência comum dos(as) pescadores(as) a percepção de que as exigências de capitalização para implantar um projeto de aquicultura empresarial fazia desta algo que, segundo eles(as), não era possível, e não fazia parte do seu horizonte. Segundo o pescador Ademar (2018), a aquicultura “não é para pescador”, pois “na piscicultura alimentar o peixe, tem um custo alto” e “na pescaria é só o

equipamento, não tem que botar ração” (PESCADOR ADEMAR, 2018), algo que, como foi visto, era também comum entre os(as) pescadores(as) que não tinham participado em projetos de aquicultura. O medo ao endividamento era colocado como um importante fator para rejeitar a aquicultura, segundo o pescador Ruben, (2016) “os pescadores que fazem parte e se embarcam na aquicultura, saíram todos e ficaram endividados com as empresas de ração”. Sobre a questão do medo do endividamento, e de como as exigências da aquicultura empresarial fazem com que esta não seja viável para os(as) pescadores(as), o depoimento do pescador Luiz, ao falar do investimento necessário para os dois projetos nos quais ele trabalhou, comenta que:

Um projeto desses, precisa muito dinheiro é muito dinheiro mesmo e esse dinheiro pro pescador não aparece, não sai, pra pescador não sai muito dinheiro assim, sai pra quem já tem muito dinheiro, aí sai. Mas, pro pescador é diferente, imagina um pescador um projeto de no mínimo 500 mil. Um investimento alto o pescador tem medo. O pescador tem medo de dever, e fica pensando, será que vai dar certo? Será que não dá? O rico não, o rico já tá acostumado a pegar muito dinheiro, aí pro rico sai o dinheiro, aí se ele quebrar a cara, ele não quer saber se paga o dinheiro que foi pra o projeto, ou não, o dinheiro não foi meu mesmo aí deixa rolar. (PESCADOR LUIZ, 2018)

Por sua vez, o pescador Arnaldo que trabalhou no Projeto Cação de Escama, através de termo de compromisso, afirmou que: “a criação não dá pra gente, pescador não tem condição para aquicultura, gasta muito dinheiro” (PESCADOR ARNALDO, 2018). Sobre essa questão, o pescador Pedro afirmou que:

Pra um projeto desse ir pra frente pro pescador, tinha que ter alguma parceria com certeza, porque mexe muito com dinheiro, tem que ter a equipe pra trabalhar e todo mundo vai querer receber de seu trabalho. Tinha que ter a parceria com certeza, mesmo a Petrobras participava, aí a universidade também, é muita lenha pra queimar, se for só pescador isso não dá, sem a parceria ele não vai. (PESCADOR PEDRO, 2018)

Como foi dito, todas estas questões levantadas tanto por pescadores(as) contrários(as) aos projetos de aquicultura, quanto por aqueles(as) que se mostravam favoráveis, evidenciavam que, embora existissem diferenças na forma como estes expressavam suas experiências vividas a partir da implantação de projetos de aquicultura nas suas comunidades, ou a partir da participação direta nestes projetos, existiam, também, uma série de elementos que conformavam uma experiência comum a todos(as) eles(as) e que se manifestava através de divergências, antagonismos e críticas dirigidas tanto aos promotores dos projetos, quanto à lógica socioeconômica que estes implicavam.

As diferenças entre os depoimentos revelam que esta experiência comum se manifestava às vezes de forma mais sutil (principalmente entre os(as) pescadores(as) que participaram dos projetos e que, em princípio, não eram contrários aos projetos), e às vezes de forma mais direta e clara (principalmente entre pescadores(as) que a rejeitavam abertamente, e que não participaram, nem tinham interesse de participar em projetos de aquicultura empresarial). Na medida em que essa experiência comum se fazia consciente era discutida e interpretada como uma verdadeira ameaça aos valores que permeiam o trabalho pesqueiro e ao próprio sustento das comunidades. Isto se traduzia numa maior resistência e rejeição aos projetos e, inclusive, através de ações diretas de repúdio, denúncias e exigências de intervenção das autoridades. Como foi visto no capítulo anterior no manifesto dos(as) pescadores e pescadoras contra o projeto da Aqualider e como também destaca a matéria do *JConLine* intitulada: “Pescadores criticam criação do Beijupirá”, na qual se relata como os pescadores de diferentes comunidades da região se concentraram em frente da Assembleia Legislativa de Pernambuco para questionar o projeto:

Cerca de 100 pescadores oriundos de Recife, Olinda, Cabo de Santo Agostinho, Porto de Galinhas (Ipojuca), Itapissuma e Rio Formoso realizam manifestação na manhã desta segunda-feira (4) em frente ao anexo II da Assembleia Legislativa de Pernambuco, no centro do Recife. Os manifestantes questionam a criação em larga escala do Peixe Beijupirá por uma empresa privada. (JCONLINE, 2008)

É importante destacar como a experiência comum dos pescadores frente à expansão da aquicultura empresarial causou conflitos em territórios distantes. Como, por exemplo, na comunidade da Ilha do Medo, localizada próxima à Itaparica-Bahia, onde conseguiram inviabilizar a implantação de um projeto de aquicultura empresarial da empresa TWB – Construção Naval, Serviços e Transporte Marítimos, semelhante ao projeto da Aqualider, no seu território pesqueiro. Uma das primeiras mobilizações dos(as) pescadores e pescadoras desta comunidade foi relatada pelo jornal *A nova democracia* assim:

No dia 8 de junho, mais de 500 pescadores, marisqueiras e outros trabalhadores do mar realizaram um abraço fraterno na Ilha do Medo, na Barra de Paraguaçu, município de Salinas de Margarida, a 70 km de Salvador, defendendo-a contra a possibilidade de privatização das águas no seu entorno, para instalação de gaiolas para cultivo de beijupirá. (GONÇALVES, 2008)

As figuras (15, 16 e 17) mostram como os(as) pescadores(as) desta comunidade manifestaram sua rejeição aos projetos de aquicultura que seriam instalados na sua

comunidade, e como eles os denunciavam enquanto um engano às comunidades pesqueiras. Ressalvaram que essa era uma atividade que não respeitava sua cultura, e como um negócio que beneficiava somente os(as) empresários(as) do setor. Alegavam que tais projetos visavam retirar deles(as) um dos principais meios de produção que garantem a reprodução do trabalho pesqueiro como são as águas. Se eles(as) já tinham enfrentado problemas de acesso às praias pelo avanço da especulação imobiliária e a valorização capitalista das áreas próximas à costa, expressando que já tinham tirado sua terra, a privatização do mar significava para eles(as) a retirada do principal elemento que garante o sustento das comunidades pesqueiras marítimas, o mar.

Figura 15 - Pescadores(as) da Ilha do Medo, Itaparica-BA, Brasil, manifestam-se contra a implantação de projetos de aquicultura empresarial na sua comunidade: “Já tomaram nossas terras, agora querem tomar o nosso mar. Empresários do bijupirá fora do nosso mar!”.



Fonte: CPP, 2008.

Figura 16 - Pescadores(as) da Ilha do Medo, Itaparica-BA, Brasil, manifestam-se contra a implantação de projetos de aquicultura empresarial na sua comunidade: “Já fomos enganados com a carnicultura, não seremos enganados novamente com negócios bilionários.”.



Fonte: CPP, 2008.

Figura 17 - Pescadores(as) da Ilha do Medo, Itaparica-BA, Brasil, manifestam-se contra a implantação de projetos de aquicultura empresarial na sua comunidade: “Queremos trabalhar dignamente respeitando as diferenças culturais e o espaço de cada um.”.



Fonte: CPP, 2008.

As denúncias dos(as) pescadores(as) a estes projetos condizem com a percepção de que empreendimentos significam uma ameaça à reprodução do trabalho pesqueiro pela ocupação física de áreas onde é praticada a pesca. Ao afirmarem que os(as) empresários(as) destes projetos “já tomaram nossas terras, agora querem tomar nosso mar”, refletem sobre a importância da ideia de posse e uso comum dos territórios pesqueiros e de como eles(as) entendem a aquicultura empresarial como um “engano de empresários bilionários”, que já tinham implantado projetos de carcinicultura nos seus territórios e que, definitivamente, era considerada como uma ameaça à possibilidade de exercer o trabalho da pesca com dignidade e como um desrespeito à cultura pesqueira.

Outro exemplo de conflito semelhante entre a aquicultura empresarial e os(as) pescadores(as) artesanais foi o caso da comunidade de Cananeia, São Paulo. Os(as) pescadores e pescadoras da colônia Z-9 também se mobilizaram para denunciar a implantação de um projeto de aquicultura de beijupirá da mesma empresa, a TWB – Construção Naval, Serviços e Transporte Marítimos, no entorno da Ilha do Bom Abrigo, que faz parte do seu território pesqueiro (CPP, 2008; GONÇALVES, 2008).

Assim pescadores e pescadoras de comunidades geograficamente muito distantes, a partir das suas experiências comuns frente à implantação de projetos de aquicultura empresarial nos seus territórios, percebiam e articulavam seus interesses também comuns, frente aos empresários do setor aquícola, por entenderem que os interesses destes são distintos. Ou seja, esta experiência comum significava também uma experiência de classe, pois se:

A classe ganha existência quando alguns homens, como consequência das suas experiências comuns (herdadas ou compartilhadas), sentem e articulam a identidade dos seus interesses comuns frente a outros homens cujos interesses são distintos (e frequentemente opostos) aos seus. A experiência de classe está amplamente determinada pelas relações de produção nas que os homens nascem, ou nas que entram de maneira involuntária. A

consciência de classe é a forma na que se expressam estas experiências em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se bem a experiência aparece como algo determinado, a consciência de classe não o está. [...] A consciência de classe surge da mesma maneira em distintos momentos e lugares, mas nunca surge exatamente da mesma forma (THOMPSON, 1998, p.144,145)

A partir dessa concepção de classe é possível inferir que existe uma ambivalência inerente à condição dos(as) pescadores(as) e outros(as) sujeitos(as) sociais dentro da sua própria história, por serem tanto sujeitos como objetos, ou seja, por serem “agentes voluntários”, dentro das suas “determinações involuntárias” (THOMPSON, 1981, p. 145). As(os) pescadoras e pescadores atuam como agentes sociais voluntárias(os) ao articular respostas e resistências ativas e conscientes, frente à implantação destes projetos nas suas comunidades, ou seja, frente às determinações involuntárias. Com isso, o conceito de experiência serve para explicar como as pessoas atuam como agentes, mais do que como indivíduos totalmente livres, ou como sujeitos(as) totalmente autônomos(as), sendo ela um nexo entre o ser social e a consciência social. Sobre a forma como as pessoas vivem sua experiência, Thompson aponta que:

As pessoas não somente vivem sua própria experiência sob a forma de ideias, no marco do pensamento. Também vivem sua própria experiência como sentimento e elaboram seus sentimentos, tendo como ponto de partida o conjunto de valores que faz parte da sua cultura, em tanto que normas, obrigações, reciprocidades familiares e de parentesco, valores ou como experiências artísticas ou crenças religiosas, conformando o que pode ser chamado de consciência afetiva e moral (THOMPSON, 1981, p. 63)

A experiência comum entre as pescadoras e os pescadores se enquadrava dentro dos limites dos seus valores que fazem parte do seu mundo de vida e que se mostravam antagônicos com a lógica econômica destes empreendimentos e dos(as) técnicos(as) responsáveis pela sua promoção e implantação, na medida em que a “experiência é válida e efetiva, mas dentro dos limites definidos (seu mundo de vida)” (THOMPSON, 1981, p. 19). Com isso, a resistência dos(as) pescadores(as) à implantação desses projetos é fruto de uma experiência comum de classe, e como a expressão do que é chamado de economia moral.

O termo “economia moral”, cunhado por E.P Thompson, serve para descrever um conjunto de suposições, mais antigas que as suposições da economia capitalista, que ensinavam a injustiça e imoralidade de qualquer método para obter lucro a partir das necessidades das pessoas, como por exemplo, aproveitar as necessidades do povo para aumentar o preço de alimentos básicos como o pão (THOMPSON, 1968, p. 63, 66, 67). E este

conceito é fruto do interesse pela “a prioridade concedida, em certas áreas, ao não econômico, em detrimento das sanções, trocas e motivações monetárias diretas”, e “é hoje estudado amplamente sob a designação de economia moral” em diversos campos das ciências sociais e aplicado a diferentes contextos sociohistóricos (THOMPSON, 1998, p. 20).

De modo que este conceito resulta valioso heurísticamente para explicar como as questões valorativas e o conjunto de suposições que fazem com que os(as) pescadores(as) artesanais enxerguem a economia da aquicultura empresarial como imoral e como uma ameaça que motiva entre eles resistências e ações diretas de repúdio e denúncia, que são a expressão de uma economia moral. Pois a economia moral significa a existência de um “um consenso popular” acerca da legitimidade ou não, de práticas que se sustentam numa “visão tradicional” acerca das “normas e obrigações sociais” de forma que se há “um atropelo destes supostos morais” pode-se desencadear “a ação direta” (THOMPSON, 1998, p. 188, 212). Nesse sentido, a aquicultura empresarial é percebida pelas(os) pescadoras e pescadores como um atropelo dos pressupostos morais que articulam a vida social das comunidades pesqueiras e que estão atravessados por uma visão tradicional, das suas normas e obrigações sociais, desencadeando ações diretas e suas respectivas respostas.

Se a economia moral descreve a forma com que as “relações econômicas” são reguladas por um conjunto de normas sociais, costumes e usos que, quando “ameaçados por racionalizações” mercantil, fazem-se “conscientes como economia moral”. A aquicultura empresarial significa uma racionalização ameaçadora frente a qual os valores e usos das comunidades pesqueiras são um “antagonista moral”. Em reação, os princípios da economia moral se expressam como resistência á economia do livre mercado, ou seja, “como um sentido comunitário gerado pela experiência comum” frente às indústrias capitalistas, às racionalizações e modernizações do mercado que afrontam “as normas da comunidade” (THOMPSON, 1998, p. 204, 258). Ao entrar em conflito com a lógica econômica capitalista e a “conduta não econômica baseada nos costumes”, este se torna “um conflito consciente e ativo” e “uma resistência aos novos padrões de consumo (necessidades), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho”, por serem estas enxergadas como “uma ameaça à desintegrar os costumes e, algumas vezes, também a organização familiar dos papéis produtivos” (THOMPSON, 1998, p.21).

Contudo, a economia moral das comunidades pesqueiras como “conjunto de valores e padrões morais que foi violado pela mudança técnica e comercial”, não significa

necessariamente que a defesa desses valores seja fruto da memória e do respeito a uma legitimidade paternalista do passado, pois “a defesa desses padrões morais não precisa ser motivada pela memória do passado”. Pois a economia moral pode “aparecer em qualquer lugar que se expande a ação do capitalismo” e é um erro pensar que esta deve ser sempre tradicional, voltada para o passado. Ao contrário, ela continuamente se regenera como “crítica anticapitalista, como movimento de resistência” (THOMPSON, 1998, p. 204, 259).

Se pensamos este conceito junto com Scott, que o aplicou às concepções camponesas de justiça social, direitos e obrigações, reciprocidade, o termo é levado além das “descrições de valores ou atitudes morais” sobre a comercialização de alimentos. Scott mostra como os costumes sobre o uso da terra e o acesso aos seus produtos perpetuam “imperativos de subsistência¹⁶ e usos que protegem a comunidade contra riscos”, e como esses imperativos são também expressos em “resistências as inovações técnicas e as racionalizações do mercado”, que são enxergadas como um perigo, e como não preparadas para casos de crise. Ou seja, a definição de economia moral deste autor também serve para entender a resistência dos(as) pescadores(as) frente à aquicultura, como uma resistência às inovações técnicas e às racionalizações de mercado que são enxergadas como perigosas e ameaçadoras pelas comunidades pesqueiras, até o ponto de conseguir barrar sua implantação como aconteceu na Bahia (SCOTT, 1976,1985; THOMPSON, 1998, 259, 340, 341; BOLTVINIK, 1999). Isto implica uma ampliação do conceito das formas “de resistência ao poder que os fracos e pobres possuem” aos “limites que os fracos podem impor ao poder” (SCOTT, 1976, 1985; THOMPSON, 1998, p. 260).

Tanto Thompson, quanto Scott, coincidem com que a expansão do capitalismo e da política econômica que o acompanha, ou seja, da política econômica do *laissez-faire* de Adam Smith, significa a expansão de um modelo de política econômica que está liberado dos imperativos morais, das normas, usos e formas de regulação social da economia, existentes em diferentes sociedades.

Os autores também coincidem em afirmar que historicamente as sociedades não aceitaram passivamente a expansão dessa lógica e da subsequente mercantilização do trabalho,

¹⁶Como foi discutido no capítulo anterior, o termo subsistência tem sido utilizado para caracterizar a pesca artesanal e a agricultura camponesa, como se estas fossem atividades produtivas e economias voltadas apenas ao consumo próprio, o que implica uma visão reducionista e generalizadora destas comunidades e inclusive é utilizado para desvalorizar estas atividades, caracterizá-las como atrasadas e promover sua modernização no sentido capitalista do termo. Por esse motivo, nas citações dos autores, nas quais aparece o termo subsistência, é preciso destacar que este é entendido nesta pesquisa como sustento material e não como subsistência.

da terra e do dinheiro. Pois, na medida em que esta expansão é percebida como uma ameaça, e como um risco à sobrevivência, as sociedades respondem ativamente a essa ameaça a partir de diferentes formas de resistência. Isto significa que, historicamente, as sociedades tiveram formas de responsabilidade moral sobre questões que afetam a sobrevivência das pessoas que fazem parte dela.

Contudo, é preciso destacar que a utilização deste conceito não implica nem deve implicar na transposição dos resultados dos trabalhos destes autores para outros casos e outros contextos sociohistóricos, e inclusive mesmo que “alguns confrontos” sejam visivelmente semelhantes, os autores apenas os descreveram “como foram elaborados no campo de força determinado” de cada pesquisa e de cada contexto histórico (BOLTVINIK, 1999; SCOTT, 1976,1985; THOMPSON, 1998, p,204). Assim, o conceito de economia moral é uma ferramenta heurística que pode ser utilizada em contextos sociohistóricos diferentes, mas sempre considerando os campos de força determinados de cada contexto histórico e socioeconômico. O conceito de economia moral da pesca é aqui utilizado para entender os conflitos e resistências envolvidos na implantação de empreendimentos de aquicultura em comunidades de pesca artesanal, considerando as especificidades do tema, dos casos específicos e do contexto sociohistórico estudado, ou seja, “no seu campo de força determinado” (THOMPSON, 1998, p. 204). Isto significa trazer o conceito de economia moral para as relações de classe no Brasil no século XXI e, concretamente, para as relações de classe que envolvem a implantação de projetos de aquicultura empresarial em comunidades de pesca artesanal.

A partir desse campo de força determinado é possível definir a economia moral da pesca artesanal como um conjunto de valores e padrões morais, de concepções de justiça social e econômica, de direitos, obrigações e reciprocidades que regulam as relações econômicas nas comunidades pesqueiras, que, quando ameaçados por racionalizações mercantilizadoras ou mudanças técnicas e comerciais, fazem-se conscientes como economia moral da pesca e se expressam como antagonismo e resistência. Assim, a economia moral da pesca se expressa como resistência à lógica da aquicultura empresarial ao ser esta percebida como uma ameaça a esse conjunto de valores e concepções de justiça social que regulam as relações econômicas nas comunidades e territórios pesqueiros, e portanto, como uma ameaça às próprias bases do seu sustento material.

Na medida em que o conceito de economia moral é um conceito relacional, este cobra sentido e se expressa quando há uma vulneração de supostos morais que é percebida e que pode dar lugar a respostas diretas dos sujeitos que perceberam essa vulnerabilidade. A economia moral dos pescadores(as) se expressa, assim, quando as comunidades pesqueiras percebem o enfraquecimento de alguns dos valores fundamentais presentes nestas e reagem através de ações diretas. Como foi visto nas diferentes manifestações e ações diretas dos(as) pescadores(as) contra os projetos de aquicultura, eles(as) ressaltavam a importância da dignidade do seu trabalho e do respeito à sua cultura e ao mar, ou seja, a importância de valores que não são apenas econômicos nem monetários, frente às motivações estritamente econômicas e monetárias do que consideram “negócios bilionários” de “empresários”, que ameaçam valores fundamentais para a reprodução da vida nas comunidades. Se pensadas como relações de classe, ou seja, empregando a terminologia de classe para definir a economia moral, esta pode referir-se “ao modo como as relações de classe são negociadas”, o que mostra como “a hegemonia não é apenas imposta (ou contestada), mas também articulada nas relações diárias de uma comunidade (THOMPSON, 1998, p. 261).

Contudo, como mostram os depoimentos dos(as) pescadores(as) e suas diferentes posições frente aos projetos, a experiência comum não significava que era percebida de forma homogênea, nem implicava que todos(as) eles(as) fossem abertamente contrários(as) à implantação destes projetos. De fato, os(as) pescadores(as) que participaram nos projetos Beijupirá e Cação de Escama, mostravam-se, em princípio, favoráveis, mas, como foi discutido, seus depoimentos revelavam certa ambiguidade, mostrando, por um lado, certa conformidade com os projetos, e por outro, certa desconfiança. Isto não é de se estranhar, pois coincide com a ideia de Thompson de que:

A identidade social de muitos trabalhadores mostra também uma certa ambiguidade. É possível perceber no mesmo indivíduo identidades que se alternam, uma deferente, outra rebelde [...] Assim as duas consciências teóricas podem ser vistas como derivadas de dois aspectos da mesma realidade: de um lado, a conformidade com o status quo, necessária para a sobrevivência, a necessidade de seguir a ordenação do mundo e de jogar de acordo com as regras impostas pelos empregadores, os fiscais dos pobres etc. De outro lado o senso comum, derivado da experiência de exploração, dificuldades e repressão compartilhada com os companheiros de trabalho e os vizinhos, que expõe continuamente o texto do teatro paternalista a crítica irônica e, com menos frequência, à revolta. (THOMPSON, 1998 p.20, 21)

Essa ambiguidade mostrava que eles(as), apesar de se mostrarem aparentemente favoráveis aos projetos, tinham uma leitura crítica e política, conscientes do seu lugar de

classe. Assim concordar, em princípio, com a implantação dos projetos e inclusive participar, não implicava que eles(as) não tivessem como experiência comum a percepção crítica de que estes projetos ameaçavam, em certa medida, questões relevantes para as comunidades. Apenas implicava que entre os(as) pescadores(as) que participaram nos projetos e que se manifestavam a favor da aquicultura, essa experiência comum não se expressou na forma de resistência, aberta e explícita, apenas na forma de leitura crítica, de ironia e desconfiança no projeto e nos seus promotores. Inclusive essa leitura crítica significava que o problema para eles(as) não era a aquicultura em si, senão a proposta de aquicultura específica que estes projetos encarnavam, ou seja, a aquicultura empresarial intensiva. Pois era esta que, segundo eles, não era feita para permanecer, persistir, dar continuidade à reprodução do trabalho, beneficiar as comunidades, respeitar e valorizar o trabalho e os conhecimentos dos(as) pescadores(as) etc.

Sobre essa questão, o depoimento do pescador Antônio (2018), que também praticava a aquicultura de camarão em pequena escala e de forma artesanal há muito tempo, foi esclarecedor para entender como os(as) pescadores(as) que participaram nos projetos não eram contrários(as) à aquicultura em si, senão que criticavam e explicitavam problemas relacionados com o tipo de aquicultura que os projetos encarnavam e que ameaçavam princípios, valores e usos das comunidades. No caso de Antonio, nos seus depoimentos está muito presente a valorização do trabalho pesqueiro, pois segundo ele:

De pescar eu gosto de tudo, até dos momento ruim, de fato eu quebrei a hélice, tive prejuízo, mas valeu a pena. Outro dia, por exemplo, sábado, fui pescar com meus meninos, pra se divertir, eu sofri um bocado, cortei meu pé me arranhei, gastei, me aperreei, mas fui e lá a gente pescou, pegou uns peixes, que se eu for olhar o que gastei eu compraria mais peixe, mas a sensação de estar lá no momento, de pegar, a adrenalina, de pescar e de passar pra ele a importância de tudo aquilo ali, é demais. Então eu gosto de de tudo da pesca. (PESCADOR ANTÔNIO, 2018)

Todavia, ele também valorizava o trabalho na aquicultura artesanal que ele praticava e que era muito diferente da proposta dos projetos, e para ele próxima à pesca, afirmando que:

Eu gosto de criar, a gente cria de uma forma muito artesanal então se identifica com a pesca, é quase a mesma coisa, a gente tá lidando com tudo que tem a ver na pesca, com o peixe que tá dentro do viveiro, com o siri do viveiro, com todos os organismos aquáticos com a maré, então pra mim é a mesma coisa que tar pescando, para mim não difere muito. Embora o camarão esteja confinado e a gente retira ele quando quer, para mim é quase a mesma coisa, então eu gosto de criar camarão e gosto de pescar é não tem diferença não se identifica uma coisa com a outra. (PESCADOR ANTÔNIO, 2018)

Depois disso, passava a explicar a história da sua comunidade com a criação artesanal de camarão em pequenos viveiros da seguinte forma:

Todos os donos de viveiro daqui ou são ou já foram pescadores, e estão registrados na colônia, sabe, os viveiro existe aqui há séculos, desde Maurício de Nassau, todo o Recife tinha viveiro. O camarão vanamei se iniciou aqui em 99, e se expandiu depois. Antes tinha o nativo do rio que ele era criado com peixe, porque ele não desenvolve tão rápido como o vanamei, ele não vem uniforme, vem grande pequeno, então ele chegava no viveiro e a gente tinha que esperar um ano, para poder despescar, antigamente, mas sempre teve e quando se tirava era muito valorizado, porque tirava pouco e era bom, dentro do viveiro também tinha outros peixes que se alimentavam do camarão, os peixe nativo, que era a arabaina, o pinho, o camuripinho, curucuaia, mero, etc. Eles são predador de camarão, ai tirava pouco camarão. Mas o valor era muito alto quando se tirava, aí veio a questão do camarão, um rapaz daqui nativo ele já tava fazendo um método diferenciado, ele tava indo pescar alevinos de camarão com uma rede fina, trazia e colocava dentro do viveiro. O método normal era abrir a comporta e pela enchente da mare que entrava dentro do viveiro. Quando ele viu que esse tipo de camarão era mais rentável, ele começou a fechar as comportas e manipular isso, eu chamo isso de tecnologia de desenvolvimento. Ele começou captar o camarão dentro do estuário e colocar ele no viveiro e isso ele teve um resultado bom, era o camarão daqui o caboquinho. Aí depois disso chegou aqui o camarão desenvolvido em laboratório, a gente agora compra os alevinos que saiam num preço acessível. Hoje temos 32 hectares de viveiros para 100 famílias, é tudo pequena produção, no método que a gente produz, a densidade mas baixa é 10 camarões por metro quadrado. Quando a gente bem botar uma raçãozinha é como complementar ou como isca, porque a gente vende camarão pra pesca, ai a gente joga um pouco de ração pra trazer ele vivo pro pessoal pescar. (PESCADOR ANTÔNIO, 2018).

Assim, o pescador Antônio descrevia uma forma de praticar a aquicultura muito diferente da proposta dos projetos e que, longe de vulnerar os princípios, usos e valores das comunidades pesqueiras esta também era permeada por esses valores, de persistência, continuidade, igualitarismo, reciprocidade e valorização do trabalho, dos seus produtos e da sua relação com a natureza, descrevendo como a aquicultura que eles praticavam condiciona e contribuía com essas questões da seguinte forma:

Aqui a gente tentou algumas vezes, quando o pessoal do viveiro tava tirando camarão, que entra muito alevino de peixe, aí que é que acontece, esses alevinos consegue sobreviver de forma mais fácil dentro do viveiro, porque dentro do viveiro não tem predador, não tem poluição de água e eles sobrevive e cresce rápido. Quando a despesca do viveiro, esses peixes não tem valor nenhum pro dono do viveiro porque o ganho é com o camarão. Ai o que a gente fazia: levava umas caixas de 500 l e colocava nas margens do viveiro, aí começava ali com a turma do camarão a retirar os peixes nativos que tem, e colocando na caixa pra salvar Porque normalmente pelo método daqui a despesca é cada 30 dias, que a gente faz a reposição de berçários do

camarão juvenil, já pro viveiro de engorda. Então a gente consegue tirar um camarão rápido por conta disso. E o peixe como ele tem um crescimento lento, mais lento que o camarão, a gente pegava e quando a maré vinha enchendo que já a água limpava a gente soltava esse peixe. A gente tinha vez de fazer repovoamento de mais de 5000 mil, filhotes de tainha camurim, peixes com 3 cm, 5cm, até mais, a gente soltava no estuário. Se a gente tá soltando um peixe que ia morrer, claro que ia ter mais peixe pra pescar. Então se há um desenvolvimento na criação de peixe que não venha prejudicar o lugar eu vejo só de forma positiva isso. (PESCADOR ANTÔNIO, 2018)

Assim, o pescador Antônio (2018) apontava para uma forma de aquicultura que, para ele, não prejudicava a pesca senão ao contrário, contribuía para a sua melhora e da comunidade, sendo compatível com a pesca e com os usos, valores e costumes que articulam as relações sociais nos territórios pesqueiros. Embora não fosse contrário à aquicultura e participasse nos projetos, este mantinha uma visão crítica, e não enxergava a aquicultura em si como uma ameaça direta. Entretanto, via questões problemáticas e críticas que antagonizavam com sua forma de entender o trabalho pesqueiro e a relação com a natureza. Para os(as) pescadores(as) favoráveis à viabilidade na aquicultura não estava ligada à uma racionalidade econômica, pela qual o projeto é economicamente viável quando atinge determinadas margens de lucro. Para eles(as), a viabilidade se relacionava não com margens de lucro, mas com persistência e continuidade no trabalho, com a aprendizagem no tempo com a valorização do trabalho e com o respeito aos territórios da pesca. Inclusive, aqueles(as) que não manifestavam explicitamente o descontentamento com a aquicultura e que esta significava uma ameaça para os territórios, apontavam outras questões que os afetavam, por exemplo, o pescador Antônio (2018) comenta que muitos empreendimentos ditos de desenvolvimento não pensavam nos(as) pescadores(as), nem nas áreas e nos territórios pesqueiros:

Por exemplo, tá se fazendo aqui um píer pra encostar as embarcações, aí dizem muito bom é desenvolvimento, mas não se pensa, nos pescadores daquela área, lá é um território de pescaria, é uma área propícia pa pesca, mas o pescador vai ficar sem essa área quando forem implantar esse projeto.

Assim, a experiência comum dos(as) pescadores com os projetos de aquicultura empresarial, pela qual percebiam que esses projetos ameaçavam de alguma forma os princípios, usos e valores das suas comunidades, podia expressar-se como resistência aberta e explícita, ou como leitura crítica e ironia que expressava a existência de uma economia moral pesqueira, fundamental para a reprodução das comunidades e para regular o uso dos

territórios pesqueiros. Isto se desdobra em duas concepções antagônicas do território e de relação com a natureza, que estão relacionadas com processos de incrustação e desincrustação do social em relação ao econômico, e com duas propostas também de relação com os territórios: uma de uso comum, e posse comum dos territórios pesqueiros, e outra de privatização e loteamento do mar, a qual discutiremos no seguinte subcapítulo.

5.2 TERRITÓRIOS PESQUEIROS DE USO COMUM VERSUS TERRITÓRIOS DE USO PRIVADO

As discussões feitas até agora evidenciam como a reprodução social das comunidades pesqueiras está intimamente vinculada com o trabalho pesqueiro. O trabalho é o processo que media a relação das comunidades pesqueiras com a natureza, no qual, através dos meios e objetos de trabalho, as pescadoras e pescadores dirigem sua atividade a um fim, e com isso modificam a natureza, modificam a si mesmos e estabelecem relações sociais (MARX, 2011, p.326, 327). A partir do trabalho da pesca, dos meios e dos objetos, as comunidades estabelecem relações sociais atravessadas por usos, costumes, normas e valores que, quando ameaçados, expressam-se como economia moral e que dão sentido ao trabalho e à vida social das comunidades, constituindo uma cultura de trabalho pesqueira.

O trabalho pesqueiro também é a base dos territórios pesqueiros, pois o “trabalho está na base da construção do habitat e do território através da produção de objetos concretos (materializações) e de símbolos (econômicos, políticos e culturais)”. Estes são territórios e não apenas espaços, pois “o território é diferenciado do espaço” pela “territorialidade cotidiana” do trabalho, que implica o “conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, pelo poder e pela linguagem”, ou seja, os territórios pesqueiros são territórios e não apenas espaços porque eles estão formados pelo conjunto de relações estabelecidas na vida em sociedade mediada pelo trabalho, pelo seu poder como agentes sociais e pela cultura do trabalho pesqueira (SAQUET, 2011, p. 20).

Essa territorialidade cotidiana das comunidades pesqueiras é pensada por Maldonado como “os processos e mecanismos pelos quais os grupos estabelecem, mantêm e defendem o usufruto ou a posse de espaços interessantes”. Para a autora, esses territórios estão

constituídos tanto por “realidades geográficas concretas”, quanto por “representações” e “relações sociais”, pois a territorialidade tem “dimensões como status, identidade e prestígio”, que em seu conjunto formam “ordenações simbólicas em cujo bojo se dão relações de poder e dominação, eventos de linguagem e ideologia”. Essa territorialidade é transmitida através do tempo “nos processos de socialização” como um relato que confere significado simbólico às relações sociais na comunidade e a relação desta com natureza a partir do trabalho pesqueiro (MALDONADO, 1994, p. 35).

Pelos depoimentos dos(as) pescadores(as) enxerga-se que a relação das comunidades com as águas (que são um dos elementos fundamentais dos territórios pesqueiros), é caracterizada pelo uso e pela posse comum, assim como pelo respeito das áreas de pesca e o uso não exclusivo, mas sim compartilhado, regulado por normas que dão sentido à territorialidade pesqueira. Isto significa que as práticas sociais das comunidades pesqueiras estão marcadas pela ideia de posse comum e o uso comum das águas são parte fundamental da cultura do trabalho pesqueira, como bem alerta Maldonado (1994):

É fundamental para a interpretação dos fenômenos que ocorrem na pesca não perder de vista que o mar, espaço produtivo que é também o referencial ideológico espacial dos pescadores é considerado de posse comum. Fato que reverbera na percepção que dele tem as comunidades marítimas e repercute nas suas práticas sociais. (MALDONADO, 1994, p. 33)

Assim, a posse e o uso comum caracterizam a percepção que as comunidades têm sobre a natureza e a relação que estabelecem entre elas, pois esta é guiada por normas, usos e valores que regulam como se estabelece a posse e uso comum das águas e do mar, e que estabelecem formas de “ocupação” de “posse, de exclusão, de distanciamento e de pertencimento” (MALDONADO, 1994, p. 33). Por ser esta uma característica fundamental, os territórios pesqueiros devem ser entendidos como territórios pesqueiros de uso comum. Estes não se reduzem apenas ao espaço produtivo do mar, das águas e aos elementos naturais que fazem parte desse espaço, como os peixes (principal objeto de trabalho), as marés, por exemplo. Incluem também outros elementos naturais como a terra, as condições meteorológicas, os caminhos e os acessos que levam até às águas etc., os meios de trabalho como são os apetrechos, embarcações, linhas, anzóis, redes, etc., assim como o trabalho e o conjunto de relações sociais que mediam a relação das comunidades com a natureza.

Sobre os territórios pesqueiros de uso comum, Silva (2017, p.194, 195) destaca que estes são equivalentes com os “territórios tradicionais de uso comum” sendo que, no caso dos

primeiros “o compartilhamento dos bens naturais são fundamentados e direcionados pelo trabalho da pesca artesanal”. Para a autora, os territórios tradicionais de uso comum são constituídos por “terra, água, vegetação, sons, caminhos, fauna, paisagens, trabalho, reprodução da vida, além das relações sociais e as relações simbólicas e afetivas com o lugar”. A característica principal destes territórios é que neles se dá uma relação específica entre a comunidade e a natureza, pois esta última “ganha sentido de sujeito, ganha reconhecimento da sua essencialidade na reprodução da vida humana”, ou seja, a partir de um sentimento comunitário ela é valorizada como fundamental para a reprodução social da comunidade que mantém sobre ela “um regime de uso comum que resiste à lógica da transformação da natureza em mercadoria e em propriedade privada, destinada à acumulação de capital.” (SILVA, S., 2017, p.194, 195).

Isto significa que o mar e as águas representam para os(as) pescadores e pescadoras espaços produtivos livres da posse privada, da mercantilização e do uso destinado à acumulação capitalista, e que as práticas sociais em torno a eles estão guiadas pela posse e uso comum. A posse comum das águas implica que nos territórios pesqueiros de uso se estabelece um regime de propriedade comum, sobre este termo, McKean e Ostrom alertam que:

Estranhamente, o termo “propriedade comum” parece ter sido apropriado como referindo-se à ausência de propriedade ou a recursos de livre acesso – aos quais direitos e responsabilidades não tenham sido definidos – e não a uma determinada forma de propriedade (...). As ineficiências e a exaustão de recursos relacionadas a situações de livre acesso são bem conhecidas. Esse cenário somente produz resultados positivos quando há pouca necessidade de manejo de recursos, ou seja, quando demandas por recursos são reduzidas a ponto de tornar tais esforços injustificáveis. Por outro lado, em regimes de propriedade comum, um grupo particular de indivíduos divide os direitos de acesso aos recursos, assim caracterizando uma forma de propriedade – ao invés de sua ausência. Em outras palavras, existem direitos, e estes são comuns a um determinado grupo de usuários e não a todos. Dessa maneira, a propriedade comum não se caracteriza por acesso livre a todos, mas como acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos comuns. (MCKEAN; OSTROM, 2001, p.80)

Ou seja, é um erro associar a posse e o uso comum com a ausência de propriedade e o livre uso (no sentido de não existir normas sobre o uso), pois a posse e uso comum não implicam ausência de propriedade, mas um regime de propriedade comum, guiado por normas, usos e valores que guiam o trabalho pesqueiro e as relações sociais das comunidades. Com isso, os territórios pesqueiros de uso comum não implicam a ausência de propriedade e a inexistência de normas de acesso e uso dos recursos, senão que implicam uma forma concreta

de propriedade, um regime de propriedade comum regido por normas, usos e valores que regulam as formas de uso entre aqueles que possuem direitos comuns, ou seja, entre os membros das comunidades pesqueiras.

De fato, a territorialidade pesqueira se expressa em forma de relação com a natureza e com as relações sociais entre os membros da comunidade, pelas quais os(as) pescadores e pescadoras se reconhecem entre si mesmos(as), conhecem o meio no qual trabalham, o nomeiam, constroem rotas, identificam pesqueiros, orientam-se, constroem códigos de uso e estabelecem direitos comuns legítimos para a comunidade. Um exemplo de como se expressa, de como se faz e refaz a territorialidade pesqueira através de formas que regulam o uso e acesso comum e que estabelecem direitos, normas e responsabilidades, são as formas pelas quais as comunidades marcam, identificam e dão sentido aos lugares de pesca.

A “marcação” consiste numa forma de apropriação e uso das águas e das áreas de pesca pelas quais os(as) pescadores(as) nomeiam, conhecem, definem e delimitam, o meio no qual trabalham, “marcando roteiros e lugares de abundância de peixes por pontos nem sempre visíveis” que constituem verdadeiros mapeamentos que são fundamentais para o sucesso das pescarias e para a manutenção do regime de propriedade comum das águas e dos “pesqueiros que constituem a unidade básica de territorialidade”. Essa unidade básica se divide em “lanços”, que são “espaços determinados pelas correntes, pelas marés e pelos níveis de visibilidade” nomeados e sobre os quais se “atribuem direitos de propriedade ou usufruto”, permeados por valores morais como o “respeito” e mediados por “códigos de honra e de reciprocidade” (MALDONADO, 1994, p. 103, 107).

Por exemplo, uma vez que uma embarcação da comunidade chega e ocupa um “lanço, o Mestre ancora o barco com os remos para cima, indicando que o pesqueiro está ocupado e que tem pescador no lanço”, de forma que a marcação significa uma forma de acesso e uso comum e não exclusivo das áreas de pesca nos territórios pesqueiros de uso comum (MALDONADO, 1994, p. 103, 107). Outro exemplo de uso comum foi relatado pela pescadora Maria (2015). Ela descreve como na sua comunidade, “numa área boa de pesca”, a comunidade estabelece um sistema de repartição de fichas, de forma que “os pescadores repartem as fichas” que permitem que cada um possa usufruí-la de forma ordenada (PESCADORA MARIA, 2015)

Assim, o uso comum implica necessariamente um regime de propriedade comum que dispõe sobre as normas de uso dos recursos e que regula e limita o acesso aos mesmos. Nesse

sentido, mesmo que a constituição brasileira no seu art. 20 considere como bens da União os “lagos, rios e quaisquer correntes de água”, assim como “o mar territorial”, e que estes sejam considerados como “bens de uso comum do povo”, isto não significa que sobre eles exista um regime de propriedade comum, pois estes estão disponíveis “a todos os cidadãos” (BRASIL, 2019), e a propriedade comum não se caracteriza pelo acesso livre a todos os cidadãos, mas pelo “acesso limitado a um grupo específico de usuários que possuem direitos comuns” (OSTROM, 2001, p. 80). Embora o acesso livre e a disponibilidade destes recursos para todos os cidadãos, ao qual se refere o texto constitucional, resulte aparentemente positivo e justo, como bem aponta Ostrom “as ineficiências e a exaustão de recursos relacionadas a situações de livre acesso são bem conhecidas” (OSTROM, 2001, p. 80).

Essa situação prejudica duplamente os territórios pesqueiros de uso comum, primeiro porque não reconhece nem legitima sua existência, o que impossibilita a garantia de que as comunidades pesqueiras possam exercer direitos comuns sobre eles. Segundo, porque ao estabelecer um regime de livre acesso contribui com a exaustão e a ineficiência no uso dos recursos. A isto somam-se um terceiro problema, pois como vimos nos capítulos anteriores, a partir do Decreto 4.895/2003, que dispõe sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d’água de domínio da União para fins de aquicultura, é possível, mediante cessão onerosa e não onerosa, que esses bens sejam destinados a empreendimentos privados de aquicultura. E como foi discutido, na prática, isto significou a privatização das águas (pois garante seu uso privado durante décadas), principalmente para empreendimentos de aquicultura empresarial, o que significa mais uma ameaça para os territórios pesqueiros de uso comum.

Ou seja, na prática, a legislação sobre os bens de uso comum caminha na contramão do que estes têm significado historicamente para as comunidades, pois os consideram como de livre acesso para todos, e não como associados a um regime de propriedade comum definido por normas usos e costumes que regulam e limitam o acesso e que estão associados a direitos comuns que possuem os membros da comunidade. Isto implica que as comunidades vivenciem constantemente uma ameaça e um desequilíbrio nos regimes de propriedade e de uso compartilhado, assim como dos bens naturais que fazem parte dos seus territórios e sobre os quais eles se relacionam a partir de direitos comuns. Até o ponto de que estes regimes de propriedade e uso comum podem desaparecer ou deixar de ter sentido para as comunidades, uma vez que são ameaçados ou negligenciados pelo Estado, pelo mercado e pelas mudanças

tecnológicas e produtivas. Sobre esta situação problemática dos regimes de propriedade comum, McKean e Ostrom apontam que:

No passado, regimes de propriedade comum implantados por comunidades para a geração de benefícios de longo prazo do manejo de recursos naturais disseminavam-se por todo o planeta. É possível que alguns tenham desaparecido naturalmente, na medida em que as comunidades tradicionais optaram por outras relações ambientais, particularmente à luz de mudanças tecnológicas e econômicas. Mas, em muitos casos, tais regimes parecem ter sido excluídos por força de legislação, através de dois caminhos básicos: em situações em que regimes de propriedade comum – mesmo que elaborados e duradouros – nunca tinham sido codificados, eles simplesmente podem ter sido desconsiderados nos primeiros esforços nacionais de formalização e codificação de direitos de propriedade sobre os recursos em questão (exemplos podem ser observados na Indonésia, no Brasil e na maioria dos países africanos ao sul do Saara); onde regimes de propriedade comum eram legalmente reconhecidos, reformas agrárias por vezes transferiram tais direitos a indivíduos (caso dos *enclosures* no Reino Unido), ao próprio governo, ou a uma combinação de ambos (como Índia e Japão). (MCKEAN; OSTROM, 2001, p. 78).

Assim, os regimes de propriedade comuns têm sido negligenciados, desconsiderados e excluídos, ou bem porque não foram codificados e sistematizados e foram desconsiderados na hora em que os direitos de propriedade sobre os recursos foram formalizados institucionalmente a partir do estabelecimento de marcos legais, ou bem onde estes eram reconhecidos, mas reformas transferiam estes direitos a indivíduos. No caso do Brasil, ocorre pelas duas vias, pois, por um lado, como vimos, a constituição Brasileira contempla os bens de uso comum do povo, mas com um sentido oposto, de forma que nessa definição os bens de uso comum estão completamente descaracterizados, descontextualizados e desvinculados do sentido que os regimes de propriedade comum têm tido historicamente nas comunidades tradicionais.

Além disso, através de reformas agrárias e no caso da pesca de reformas aquárias, estes direitos têm sido transferidos a indivíduos. Por exemplo, como estabelece o Decreto 4.895/2003, sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água da União para uso para fins de aquicultura, pois estes implicam, na prática, um regime de propriedade privada, e não um regime de propriedade comum. Silva (2017, p. 74) chama a atenção sobre a existência de “um esforço, nos âmbitos político e econômico, em eliminar essa forma de uso da natureza ou em desconsiderar – e assim fazer cair na invisibilidade – que ela existe ainda hoje e que é, em muitos casos, o pilar de sustentação da reprodução da vida” das comunidades. Para autora, o regime de uso comum é também “responsável pela preservação da natureza”, pois sem a

existência destes sistemas, muitos lugares que já teriam sido degradados. (SILVA, S., 2017, p.74)

Contudo, embora os regimes de uso comum tenham sido negligenciados no Brasil, das formas comentadas acima, também existem formas de reconhecimento, frutos de lutas sociais, no caso dos territórios pesqueiros, os movimentos coletivos de pescadoras e pescadores artesanais têm demandado e feito campanhas para o reconhecimento dos territórios pesqueiros. Além disso, a partir do marco legal das reservas extrativistas –RESEX¹⁷, as comunidades e os movimentos sociais de pescadores(as) têm solicitado a instituição legal de Reservas Extrativistas Marinhas, como uma estratégia para a garantia e reconhecimento dos territórios pesqueiros de uso comum e, portanto, da base material de sustento das comunidades pesqueiras.

Voltando ao debate em torno do uso dos bens comuns, os regimes de propriedade comum, sua continuidade, ou não, os principais problemas e desafios que estes enfrentam historicamente e as mudanças que estes têm vivenciado nos finais dos anos 1960 e início dos anos 1970. A partir do artigo de Hardin, “A tragédia dos comuns”, publicado na revista *Science*, no ano de 1968 esta questão passou a ter grande notoriedade na economia, na antropologia e nas ciências sociais de forma geral. A teoria de Hardin sobre os comuns reflete a teoria convencional sobre os direitos de propriedade que distingue a propriedade comum (associada à ausência de direitos e normas), da propriedade privada e da propriedade estatal. O autor explica a tragédia dos comuns da seguinte forma:

A tragédia dos comuns se desenvolve desta forma. Imagine um pasto aberto a todos. É de se esperar que cada vaqueiro vai tentar manter o gado do maior número possível no terreno comum. Tal mecanismo pode funcionar de modo razoavelmente satisfatório durante séculos, devendo-se às guerras tribais, à caça furtiva, e à doença manter o número de homens e animais bem abaixo da capacidade de absorção do solo. Por último, no entanto, vem o dia do julgamento, ou seja, o dia em que o objetivo a longo prazo desejado de estabilidade social se torne uma realidade. Neste ponto, a lógica inerente do que é comum impiedosamente gera tragédia. Como um ser racional, cada vaqueiro procura maximizar o seu ganho. Explícita ou implicitamente, mais

¹⁷A Reserva Extrativista – RESEX é uma das categorias de Unidades de Conservação que integra o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza no Brasil – SNUC, instituído pela Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. A primeira RESEX do país foi criada na década de 1990 por meio de um decreto, como resultado do processo de luta pela terra dos povos seringueiros do norte brasileiro. Atualmente, existem sessenta e duas RESEX em todo o país, dentre as quais também se encontram as Reservas Extrativistas Marinhas. As Reservas são áreas utilizadas por comunidades extrativistas tradicionais, que segundo a legislação, têm sua existência baseada no extrativismo e complementarmente na agricultura e na criação de animais de pequeno porte. Segundo a referida Lei, as RESEX têm como objetivos proteger os meios de vida e a cultura dessas comunidades, assegurando o uso “sustentável” dos “recursos” naturais da unidade (SILVA, S., 2017, p. 29).

ou menos conscientemente, ele pergunta: "Qual é o utilidade para mim de acrescentar mais um animal para o meu rebanho?" Esta utilidade tem um componente negativo e um positivo. (HARDIN, 1968, p. 4)

Em poucas palavras, a tragédia dos comuns tal e qual explicada por Hardin é uma variação do dilema do prisioneiro, este é um experimento da teoria dos jogos e da decisão racional, cuja conclusão é a de que a racionalidade prática individual não permite atingir os melhores resultados nas interações sociais¹⁸. Hardin defende nesse trabalho que se vários usuários atuando racionalmente, motivados pelo seu interesse pessoal, utilizam de forma independente um recurso comum limitado, acabarão por esgotá-lo ou destruí-lo mesmo que isto não convenha a nenhum deles, para o autor:

Aí está a estratégia. Cada homem está trancado em um sistema que o obriga a aumentar seu rebanho sem limites – em um mundo que é limitado. A ruína é o destino para o qual todos os homens se apressam, cada um perseguindo seus melhores interesses em uma sociedade que acredita na liberdade dos bens comuns (HARDIN, 1968, p. 244)

Frente a estes pressupostos, as duas soluções ortodoxas seriam: ou bem a privatização (cada um cuida do seu pedaço), ou bem a intervenção de um agente estatal coercitivo, já que o senso comum e a lógica racional maximizadora do ganho não poderia dar conta da otimização dos recursos. Assim, a preservação, para o autor, não pode surgir da ação social espontânea, senão a partir da coerção ou da concorrência. Contudo, essa estratégia argumentativa foi montada a partir de uma confusão entre vários planos de análise, entre a análise formal e o estudo histórico. O argumento formal da tragédia dos comuns, e do dilema do prisioneiro, pretende demonstrar a impossibilidade sistemática da espontaneidade colaborativa, ou seja, que é impossível que colaboremos (SUBIRATS, 2016, p. 23).

Assim, as ideias que Hardin expõe na Tragédia dos Comuns contribuíram com a proposição extremamente generalizada de que as formas de uso comum implicam o esgotamento dos recursos e, com isso, a responsabilização das comunidades que têm regimes

¹⁸ O dilema do prisioneiro foi formalizado por A.W Tucker, e consiste num experimento frequentemente utilizado na teoria dos jogos, no que se dá a seguinte situação: A polícia detém dos suspeitos que ficam incomunicáveis entre si. Não existem provas suficientes para sua condenação, de forma que o investigador do crime oferece para eles as mesmas opções (de forma separada e sem poder se comunicar). As opções são entregar o comparsa e confessar para incriminá-lo pelo crime, ou não entregá-lo e ficar calado. Se um deles confessa e seu comparsa não, o que confessa é liberado e o outro cumprirá a pena. Se o primeiro cala e o segundo confessa, o primeiro pagará a pena e o segundo será liberado. Se ambos confessam, ambos serão condenados e se ambos negam o crime, ambos terão uma pena menor. Assim, a melhor estratégia individual é confessar, pois, independentemente, da decisão do outro isso reduz a condenação, mas resulta que se ambos não se comportassem, não buscassem a melhor estratégia individual, cooperassem e não confessasse nenhum deles, obteriam o melhor resultado. Ou seja, isto significa que na prática a estratégia individual guiada pela decisão racional individual não atinge sempre os melhores resultados (POUNDSTONE, 1992).

de propriedade comum sobre o problema do esgotamento dos recursos. Negligenciando a responsabilidade dos regimes capitalistas de propriedade e da ideia de livre mercado na exploração dos recursos e seu esgotamento. Diegues (2001) contesta as principais ideias da tragédia dos comuns acerca da privatização ou do controle estatal coercitivo como solução para essa tragédia argumentando que:

a propriedade privada ou as grandes corporações não necessariamente protegem suas propriedades, causando erosão do solo, degradação das águas e externalidades, (vide exemplo da ocupação amazônica), o próprio Estado criou políticas e mecanismos de incentivos fiscais que colaboraram para a devastação ambiental [...]. O que tem ocorrido mais frequentemente é a “tragédia dos comunitários” (McCay & Acheson, 1987), que são expulsos de seus territórios tradicionais pela expansão da grande propriedade privada, da propriedade pública e dos grandes projetos. (DIEGUES, 2001, p. 98)

Contra o argumento da responsabilização das comunidades tradicionais no esgotamento dos recursos, e sobre como a pressão capitalista sobre seus territórios têm levado a estas comunidades a reivindicar a responsabilidade do estado na garantia dos regimes de propriedade comum e dos territórios pesqueiros de uso comum, Silva (2017) afirma que:

o regime de propriedade comum – ou uso comum manejado – não necessariamente precisaria ser institucionalizado e legalizado para funcionar, não fosse a pressão capitalista sobre a natureza e sobre os territórios. As comunidades tradicionais que reproduzem suas vidas a partir do uso comum, reivindicam institucionalização hoje para se protegerem da ação do grande capital e do Estado capitalista, não de outras comunidades vizinhas.

A principal autora que contestou as ideias de Hardin foi Ostrom, no seu trabalho *Governing the Commons*, neste ela definiu os recursos de uso comum como aqueles recursos que se encontram na natureza ou que são feitos pelos homens, cuja utilização “subtrai unidades não disponíveis para outras”. Neste trabalho, Ostrom estabeleceu as condições institucionais nas quais é provável que surja a colaboração, e os acordos comunitários sobre os “recursos de uso comum”. A partir da análise de algumas comunidades tradicionais que desenvolveram, através de um complexo entrelaçamento colaborativo e deliberativo, instituições sociais de longa duração e baseadas no compromisso. A autora pretendia mostrar a eficiência destes sistemas frente ao mercado e as instituições estatais. A força da crítica de Ostrom à Hardin se dá na medida em que esta obriga a teoria da eleição racional ao tribunal empírico da história e da antropologia, ou seja, a obriga a demonstrar que a cooperação não é possível, ou que não existe historicamente (OSTROM, 2000, p. 103).

Os estudos de Ostrom demonstram como, ao longo da história, a cooperação é uma clara evidência empírica, pois existiram e ainda existem instituições sociais que realizam satisfatoriamente e de forma eficaz, uma gestão dos bens comuns. Com isso, mostrava, por um lado, que a tragédia dos comuns foi algo pouco frequente na história da humanidade, ao mesmo tempo em que mostrava como na história recente a tragédia dos comuns se converte em algo frequente nos contextos sociais nos quais predominam as relações capitalistas. Se para Hardin a privatização seria a única possibilidade frente à impossibilidade racional de cooperação racionalizada, Ostrom mostra como a lógica da concorrência e da não cooperação não podem ser generalizadas ou confundidas como formas unívocas de socialização.

Assim, a teoria da escolha racional que está por trás do dilema do prisioneiro e da tragédia dos comuns é um teorema de impossibilidade, ou seja, um teorema que não explica nem descreve as limitações colaborativas dos seres humanos reais, e da incapacidade da teoria da escolha racional de dar conta de como os seres humanos histórica e socialmente colaboram (SUBIRATS; 2016, p. 26, 27, 29). O debate e as principais ideias em torno do uso comum têm fortes implicações políticas para o setor da pesca e da aquicultura. Se, por um lado, as ideias de Hardin servem como base legitimadora da proposta da expansão da aquicultura empresarial, da reforma aquívia e da promoção da chamada Revolução Azul, por outro lado, as ideias de Ostrom servem de base para legitimar o reconhecimento dos territórios pesqueiros de uso comum, como formas de relação entre a sociedade e a natureza históricas mais eficazes e eficientes na conservação e no usufruto dos recursos naturais.

A privatização das águas resulta indispensável para a expansão da aquicultura, como vimos tanto na expansão da carcinicultura como na implantação dos projetos Beijupirá e Cação de Escama, assim como no Polo Aquícola do Sertão do São Francisco. Na prática, as ideias de Hardin legitimam a negação da possibilidade de que as comunidades pesqueiras possam ter poder de decisão sobre seus territórios pesqueiros de uso comum, o que implica negar também a possibilidade da organização democrática da sociedade e permitir que a privatização avance às custas dos territórios pesqueiros de uso comum.

As implicações políticas deste debate também se relacionam com o contexto histórico em que se publica o artigo de Hardin, pois na época (finais dos anos 1950, início dos anos 1970); havia um debate demográfico intenso que fazia parte das discussões sobre o desenvolvimento econômico, a sobrepopulação e os problemas e limites ambientais. Assim, a contribuição de Hardin é uma contribuição neomalthusiana ao debate demográfico da época,

mas que ainda faz parte dos marcos argumentativos e das ações das políticas de desenvolvimento e concretamente das políticas de desenvolvimento da pesca.

O contexto econômico desses debates coincide também com um momento em que os estados de bem-estar se enfrentam com limites advindos tanto da organização interna quanto do modelo de desenvolvimento baseado na manutenção de altas taxas de crescimento. A isso soma-se uma forte crítica anti-institucional, que abarcava os dois polos do espectro político. Pois, ao mesmo tempo em que, por parte da esquerda se manifestava um forte ceticismo cultural e político acerca das possibilidades de intervenção pública, por parte da direita emergiam com força ideias privatizantes até então relativamente fora do âmbito político e acadêmico, que definiam o intervencionismo como um caminho de mão única à servidão. Estas proclamavam a autorregulação do mercado e as ideias fisiocratas *laissez faire, laissez passer* como símbolos de virtude e premissas para a liberdade. Esse contexto é importante porque as correntes neoliberais utilizaram a teoria de Hardin como argumento, num contexto em que se questionava de forma generalizada (tanto a esquerda quanto a direita) o modelo de intervenção pública dominante desde a II Guerra Mundial. De forma que se a impossibilidade da cooperação não autoritária é colocada como algo inquestionável, a única alternativa seria a privatização (SUBIRATS; 2016, p. 26, 27).

Contudo, existem também alguns pontos problemáticos nas ideias de Ostrom sobre o uso comum e o chamado governo dos comuns, que podem dar lugar a interpretações dessas ideias compatíveis com a proposta neoliberal de tirar a responsabilidade dos Estados e de considerar todas as instituições públicas e os regimes públicos de propriedade como ineficientes, o que, como foi dito acima, se relaciona com um contexto histórico e econômico em que a crítica anti-institucional da esquerda convergia perigosamente com as ideias privatistas neoliberais.

Essa leitura neoliberal das ideias de Ostrom se relaciona com uma das possíveis limitações da sua leitura dos bens comuns e das instituições estatais, que faz uma distinção demasiado estrita entre os sistemas de gestão dos bens comuns tradicionais e as agências estatais modernas, entendendo estas de forma unívoca, como instâncias eminentemente coercitivas que, necessariamente, sem contradições, estão abocadas à irracionalidade burocrática. Ou seja, de alguma forma nega a possibilidade de que instituições estatais modernas tenham também formas de relação não coercitivas e racionalidades não burocráticas

que incorporem, reconheçam e garantam regimes de uso comum, como, por exemplo, acontece nos casos das RESEX.

Isto implica uma distinção demasiado estrita e unívoca entre cooperação espontânea, agências coercitivas externas e agências coercitivas comunitárias. Quando na prática é melhor entender a relação entre instituições tradicionais que regulam os bens comuns e Estado, atendendo as diferentes formas possíveis e existentes de relação entre estes. É evidente que há muitas instituições públicas coercitivas burocráticas, que são completamente alheias aos sistemas normativos das comunidades tradicionais e os ignoram, no caso do Decreto 4.895/2003, sobre a autorização de uso de espaços físicos de corpos d'água da União para uso para fins de aquicultura, mas também existem outras formas de relação entre estas que tratam de reconhecer, proteger e garantir regimes de uso comum, como é o exemplo das RESEX.

Assim, tudo o que é público, estatal ou governamental não é necessariamente coercitivo, assim como toda gestão dos bens comuns não é o reino da liberdade, mas também se sustentam sobre valores coercitivos que regulam e limitam o acesso e que possibilitam exercer a posse comum e preservar os recursos que servem de sustento as comunidades. Então, é melhor entender essa relação mais como um contínuo e não como uma falsa oposição, pois as instituições complexas não estão fora do modelo dos comuns, de fato os regimes de uso comum são instituições sociais complexas que se relacionam com as instituições externas num continuum conflitivo e contraditórios, mas pensar que todas as instituições são univocamente coercitivas, e utilizar isso como argumento para de alguma forma acabar com todas as instituições públicas, implica certa cumplicidade involuntária com o neoliberalismo.

Sem dúvida, o desafio de traduzir e reproduzir o governo dos comuns descrito por Ostrom, que supõe uma aposta comunitária que toma como exemplos comunidades tradicionais como as comunidades pesqueiras, é duplo. O desafio é triplo, pois implica, por um lado, reconhecer, proteger e garantir a permanência das comunidades nas quais existem vínculos comunitários densos e se dão em regimes de propriedade de uso comum e nas quais a economia está mediada pelos valores morais e pela economia moral, ou seja, que está incrustada no social. Por outro lado, existe o desafio de como recuperar esses vínculos comunitários que sustentam regimes de propriedade comum em contextos nos quais essas comunidades já passaram por processos de urbanização de desagregação, e por dinâmicas sociais de individualização e atomização capitalista, que destruíram ou deterioraram esses vínculos que sustentam os regimes de uso comum. O último desafio, e talvez o mais difícil,

seja como promover esses tipos de vínculos e formas de uso comum para o conjunto da sociedade, que de fato já tem sofrido processos de individualização, atomização e destruição dos vínculos sociais densos que possibilitavam regimes de propriedade comum, que se têm mostrado muito efetivos para a preservação dos recursos e mais eficientes no seu aproveitamento.

Talvez para enfrentar estes desafios as comunidades pesqueiras que ainda mantêm fortes vínculos sociais e regimes de propriedade comum, apesar de todas as ameaças e vulnerações dos seus territórios, sejam um exemplo a ser observado e que possa dar pistas e ferramentas para enfrentar esses desafios. Estes representam um exemplo de como a sobreposição e generalização da instituição mercado, que muitas vezes implicou formas violentas de expropriação, mercantilização da vida, urbanização e industrialização acelerada, encontrou empecilhos nas comunidades e nos grupos sociais que tinham formas históricas de controle social da economia, excluindo do mercado questões relevantes como são a terra e o trabalho da mercantilização. Como bem aponta Polanyi, todas as sociedades que precederam a emergência do capitalismo tinham formas de controle da economia que constituíam as relações econômicas. Estas significavam uma pequena parte do conjunto das relações sociais, estando incrustadas no conjunto da sociedade e não autonomizadas e sobrepostas. A importância de reconhecer, resgatar e estabelecer novas formas de controle da economia é proporcional ao caráter destrutivo do capitalismo, pois a expansão deste está aparelhada à formas de desregulação da economia, aos processos de individualização, atomização da sociedade e à subordinação (POLANYI, 2012, p. 82).

Enfrentar estes desafios implica promover processos de territorialização em um contexto social capitalista, que a globalização neoliberal promove nos entornos desterritorializados. A proposta de Polanyi passa pelo fortalecimento das instituições sociais e democráticas e de sua força institucional como uma espécie de freio ou de movimento contra a desterritorialização, a desincrustação da economia do social e sua autonomização. No caso da pesca, passaria por fortalecer as instituições sociais democráticas que reconheçam e garantam os regimes de uso comum, como exemplos de incrustação da economia no social e, em definitivo, do controle social da esfera econômica e que controlem a expansão da aquicultura empresarial e da sua lógica econômica, assim como propostas de economia coletiva, mas não centralizada. A proposta econômica de Polanyi consiste na defesa de uma

economia “articulada através de uma forma de municipalismo que evita-se que as decisões econômicas se façam desde uma base puramente técnica” (RENDUELES, 2004).

Como vimos nos capítulos anteriores, no contexto da globalização neoliberal, a expansão da aquicultura empresarial tem significado processos de cercamento e privatização das águas, ou seja, que se traduzem em processos de expropriação dos(as) pescadores(as) dos seus principais meios de produção e objetos de trabalho, como são as águas e os peixes. Ao pensar junto com Harvey (2009, p. 120, 124), que esses processos de expropriação representam uma forma de “acumulação por espoliação”, que estão relacionados com a persistência das práticas predatórias da acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ no âmbito da longa geografia histórica da acumulação do capital”, pois:

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão das populações camponesas e a formação de um proletariado sem-terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação de caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual). (HARVEY, 2009, p. 120,124)

Ou seja, a promoção da aquicultura empresarial e sua expansão visam substituir a pesca pelo agronegócio da aquicultura, privatizando seus territórios e expropriando-as, assim, do seu principal meio de produção e objeto de trabalho, tudo isso, como foi discutido nos capítulos anteriores, através de uma política ativa do Estado e da articulação entre as instituições setoriais e o setor empresarial. Pois, como Harvey (2009, p.121) aponta, “O papel desenvolvimentista do Estado começou há muito tempo, e vem mantendo as lógicas territorial e capitalista do poder sempre interligadas, ainda que não necessariamente convergentes”, porque a territorialização do capital precisa de uma desterritorialização das comunidades para ter sucesso, no que o Estado nacional tem um papel protagonista, na medida em que o mercado precisa dos Estados como administradores do capitalismo global, pois existe, sim, um mercado global, mas não existe uma instituição estatal equivalente, não existe um Estado global.

Com isso, as lutas democráticas que mudem o equilíbrio de poder de classe, tanto fora como dentro do Estado, têm hoje um efeito ainda maior do que em épocas anteriores. Nesse

sentido, a defesa e a exigência pelo reconhecimento e garantia dos territórios pesqueiros de uso comum é uma forma de oposição tanto à centralização como à homogeneização dos mercados e contra a atomização do econômico. As RESEX, por exemplo possibilitam formas de deliberação democrática e de decisão sobre os territórios (WOOD, 2006, p. 407). A luta pelos territórios pesqueiros de uso comum, além de significar uma economia, pois possibilita a não privatização tanto dos territórios quanto dos lucros que se obtêm deles, redistribuindo os recursos econômicos, ou seja, implicando “redistribuição”, é também uma questão moral e valorativa de “reconhecimento” que incorpora a luta contra a dominação classista e racista, que fragiliza os territórios (FRASER, 2012, p. 21; 2006, p. 239).

O processo de expropriação que acompanha a expansão da aquicultura empresarial e o subsequente cercamento das águas não é apenas um problema econômico, pois incorpora elementos políticos e lógicas de dominação cultural que vão na contramão da democratização da economia, do acesso aos bens e do reconhecimento do valor econômico e cultural das comunidades pesqueiras. Os territórios pesqueiros de uso comum, além de serem fundamentais para o sustento material das comunidades pesqueiras, apontam caminhos de possíveis formas de cooperação social e de governo democrático dos comuns que não autonomiza as dimensões econômicas, políticas e culturais, senão que as coloca como interdependentes. O reconhecimento e a garantia destes significa valorizar de forma justa a contribuição econômica e cultural do trabalho pesqueiro, que transborda os limites das comunidades pesqueiras e se estendem ao conjunto da sociedade. Significa, pois, entender que os problemas da pesca não afetam apenas as comunidades pesqueiras, senão que afetam ao conjunto da sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de pesquisa analisou, sob uma perspectiva sociológica dos processos históricos, um fenômeno que nas últimas décadas vem se destacando como principal transformação social e produtiva da produção de pescados, frutos do mar e outros organismos aquáticos no mundo. A Revolução Azul, como é chamado este fenômeno, consiste, basicamente, de uma expansão acelerada da aquicultura praticada nos moldes empresariais através da privatização de águas continentais e marinhas, que é representada pelos seus principais promotores, como solução aos problemas da pesca de forma geral e como alternativa para os(as) pescadores(as) artesanais.

Para aprofundar essa discussão, foram escolhidos como lócus de investigação, para destrinchar essa expansão no Brasil e suas concretizações no estado de Pernambuco, os projetos Beijupirá e Cação de Escama. A base da pesquisa entende a ideia de modernização representada nesses projetos, as transformações produtivas e sociais que estes promovem, assim como a experiência das pescadoras e pescadores com estes empreendimentos.

Para isso, inicialmente foram discutidas a gênese e as transformações da ideia de modernização da pesca ao longo do processo de formação de classes no Brasil, sua concretização institucional e como esta contribuiu para legitimar a subordinação da pesca aos projetos de modernização e transformações sociais e produtivas comandadas pelas elites econômicas e militares. Procurou-se entender a historicidade das ideias de modernização da pesca presentes na legitimação e promoção institucional da aquicultura empresarial. O principal resultado foi esclarecer como a ideia de modernização da pesca está ancorada numa ideia de modernização colonial pela qual a pesca artesanal é representada como sinônimo do atraso e de estágio civilizatório pré-moderno que precisa ser superado através da aquicultura empresarial intensiva. Esta ideia concretizou-se institucionalmente a partir da década de 1960 na SUDEPE, que promoveu uma ativa campanha de modernização da pesca entendida como industrialização, tendo como resultado trágico a sobrexploração dos estoques pesqueiros e a extinção de diversas espécies.

Com a emergência do neoliberalismo no Brasil, a aquicultura se instaurou como principal representante da ideia de modernização da pesca, incorporando um novo elemento de legitimação. Esse elemento foi o discurso que coloca a pesca como uma atividade

predadora, causadora da superexploração e da extinção de várias espécies. Assim, o que foi fruto de uma política agressiva de industrialização da pesca, teve como resultado a generalização de um discurso negativo acerca da atividade pesqueira, pelo qual esta passou a ser responsabilizada pelos efeitos predadores dessa política de industrialização, quando, na prática, a pesca artesanal foi a principal prejudicada. Com isso, o colapso ou a crise dos estoques pesqueiros serviu como base legitimadora para a expansão da aquicultura empresarial e para atrair apoio e recursos públicos para esse setor. Não obstante, a pesca artesanal foi negligenciada como uma atividade capaz de oferecer contribuições importantes para a manutenção dos estoques pesqueiros e foi subordinada ao projeto de promoção da Revolução Azul.

Isto favoreceu a promoção institucional para implementação de projetos de desenvolvimento centrados, ou bem na pesca industrial altamente tecnologicada e capitalizada para explorar recursos que ainda não são explorados, ou bem na aquicultura intensiva empresarial. Esta última foi apresentada como uma alternativa para os pescadores e pescadoras artesanais. Com isto pretendeu-se criar uma força de trabalho apta e disponível para as exigências deste tipo de produção, seja a partir do assalariamento em grandes fazendas aquícolas, ou através da transformação dos(as) pescadores(as), sob a lógica do empreendedorismo, em aquicultores(as) responsáveis pelos seus próprios lotes aquícolas.

Na pesquisa realizada, chegamos à compreensão de como os processos sociais estruturantes, legitimados na ideia de modernização da pesca e nas suas diferentes variáveis, enfrentam antagonismos, resistências e empecilhos à sua implantação por parte das comunidades de pesca artesanal. Observou-se que tanto os(as) pescadores(as) que são contrários à aquicultura, quanto aqueles(as) que são favoráveis e que, inclusive, participaram em projetos, têm uma experiência comum, que é a percepção de que estes empreendimentos são antagônicos a alguns princípios e normas sociais próprios da cultura do trabalho da pesca artesanal – que conformam uma economia moral pesqueira. Na medida em que esse conflito de princípios é considerado como um ataque ou como uma ameaça ao sustento material das comunidades, essa economia moral se expressa na forma de antagonismo e de rejeição à aquicultura.

Na prática, este antagonismo é fruto de duas propostas antagônicas de relação com a natureza; por um lado, uma proposta de mediação do trabalho nos modos de produção capitalistas, baseados no uso privado dos recursos, no trabalho assalariado, na capitalização e

na privatização e loteamento das águas para fins de aquicultura empresarial, que negligencia as possibilidades de democratização das águas e seu uso comum. E, por outro lado, uma proposta de relação com a natureza mediada pelo trabalho pesqueiro artesanal, pelos regimes de uso comum dos recursos e pela aposta na capacidade de decisão das comunidades e na gestão democrática dos recursos pesqueiros.

Os exemplos dos Projetos Beijupirá e Cação de Escama foram relevantes para entender estas questões, pois evidenciaram o antagonismo entre uma forma de produção baseada principalmente na produtividade econômica e no lucro, frente a outra baseada na permanência, na reprodução do trabalho e na sua valorização, assim como no respeito das normas e usos que regem o uso comum das águas. Assim, os(as) pescadores(as) envolvidos(as) nos empreendimentos não entendiam, nem achavam moralmente válido, que os projetos tivessem encerrado as suas atividades, por motivos que para eles não eram suficientes. Isto, ao mesmo tempo, mostrava como o real interesse dos projetos distanciava-se do que se propunha, que era aumentar a disponibilidade de pescado para o consumo humano e melhorar sua produção, assim como a qualidade de vida dos(as) pescadores(as).

Um dos resultados da pesquisa foi entender como, no caso do projeto da Aqualider, seu caráter neoliberal foi claro, quando, frente a um lucro menor do que o esperado, a empresa decidiu encerrar as atividades e dar preferência ao setor das finanças imobiliárias. Ou seja, decidiu direcionar seus investimentos a setores improdutivos, mas com altas taxas de lucro, como a especulação imobiliária. Assim, a empresa Aqualider abandonou o Projeto Beijupirá e atualmente está registrada como empresa dedicada aos negócios imobiliários.

É fundamental fazer uma leitura crítica do endeusamento da aquicultura intensiva como solução para todos os problemas que envolvem a produção de pescado, frutos de mar e outros organismos aquáticos. Ou seja, se trata de entender criticamente o que a aquicultura é, as formas nas que se concretiza e o que significa para os(as) pescadores(as) artesanais, para além do que os que seus promotores dizem que é. É preciso pensar em que medida a aquicultura e os projetos de aquicultura voltados para pescadores(as) têm negligenciado a pesca artesanal, no sentido de não estabelecer relações horizontais, de não favorecer o etnoconhecimento como forma de diálogo entre os conhecimentos científicos e os conhecimentos práticos acumulados nas comunidades de pesca artesanal. Qualquer projeto de aquicultura que se diga voltado aos pescadores deve estabelecer formas respeitadas, com a pesca e os pescadores e pescadoras artesanais. Além disso, a aquicultura, de forma geral, e os

diferentes projetos de aquicultura devem ser problematizados e repensados no sentido de garantir que verdadeiramente repercutam na melhoria da alimentação e do consumo de pescados de toda a população, pois como foi discutido, o aumento da produção não significou um aumento do consumo de pescado nas camadas populares. Para isso, também é preciso democratizar as instituições, e fazer com que as tecnologias e os projetos de desenvolvimento promovidos tenham o controle da população e não se aparelhem com as aventuras, as vontades e os delírios de grandeza do setor empresarial.

Outro dos principais resultados desta pesquisa foi a compreensão de que as políticas setoriais têm focado, excessivamente, em questões relacionadas com o crescimento da produção. O caso da pesca é muito significativo para entender que o principal desafio não é aumentar a produção, pois existem enormes problemas relacionados com a distribuição e com a redução dos desperdícios, rejeitos, perdas e usos não humanos de alimentos como os pescados. Estes problemas estão relacionados com a falta de apoio às pequenas cadeias produtivas e ao consumo em circuitos de curto alcance, que provocam grandes deficiências de infraestrutura básica para refrigeração, conservação e transporte de alimentos altamente perecíveis como são os pescados. Segundo a FAO (2018), as perdas de pescados posteriores à captura, ou seja, entre o desembarque e o consumo, representam entre 27% e 35% do total de pescado capturado no mundo (FAO, 2018, p.55), além de que, aproximadamente, 75% dos pescados utilizados para fabricação de farinha de pescado provêm de pescados que são aptos para o consumo humano, sendo apenas 25% feita a partir de subprodutos de pescado não aptos para o consumo humano.

Dessa forma, depreende-se que as políticas e projetos para a aquicultura devem se esforçar para promover formas de produção e alimentação dos pescados que não provenham de farinha de pescado, senão que aproveitem e utilizem matérias primas que não concorram com o consumo humano. Isto também é fundamental para a recuperação dos estoques pesqueiros. Ademais, isto deveria ser pensado junto com os(as) pescadores(as) artesanais, pois já existem projetos de manejo pesqueiro de recuperação dos estoques junto com as comunidades de pescadores(as) que têm tido sucesso, através de RESEX e RDS, como é o caso da pescaria de pirarucu no Amazonas e do projeto de manejo pesqueiro que o Instituto Mamirauá desenvolveu junto com as comunidades pesqueiras da região.

Em suma, se a expansão da aquicultura continuar avançando tal e como vem acontecendo nas últimas décadas, ou seja, através da expansão acelerada da aquicultura

empresarial intensiva e da privatização dos territórios pesqueiros, é de se supor que os problemas, associados à perda de biodiversidade, à diminuição dos estoques pesqueiros e à precarização do trabalho pesqueiro artesanal se intensificarão. Para reverter essa situação é necessário garantir o reconhecimento e a proteção dos territórios pesqueiros de uso comum, a diversidade social das comunidades pesqueiras e o trabalho pesqueiro artesanal.

Nesse sentido, pensar em cenários e apontar caminhos viáveis para reverter essa situação é fundamental, os resultados desta pesquisa indicam que qualquer política voltada à pesca e à aquicultura que tenha esse fim deve considerar as seguintes questões e recomendações:

- Os projetos voltados aos pescadores e pescadoras artesanais devem ser orientados ao estabelecimento de relações horizontais que superem a lógica vertical do extensionismo vertical;
- É fundamental que os projetos voltados a comunidades de pesca artesanal não reproduzam uma ideia de modernização da pesca colonial e classista que contribui com sua culpabilização e inclusive sua criminalização;
- O etnoconhecimento, o diálogo entre os conhecimentos práticos acumulados das comunidades pesqueiras e os conhecimentos científicos devem ser os principais guias teóricos e metodológicos de qualquer projeto voltado às pescadoras e pescadores artesanais e suas comunidades;
- Os projetos de recuperação dos estoques pesqueiros devem trabalhar junto com os(as) pescadores(as) artesanais e suas comunidades e não sobre eles(as). Evitando assim a elaboração de projetos verticais que não condizem com a realidade das comunidades pesqueiras artesanais;
- O crescimento da produção não deve ser colocado como principal desafio das políticas voltadas à pesca e aquicultura, pois existem enormes problemas relacionados com a má e desigual distribuição de pescados, com os desperdícios e com os usos não humanos de pescados aptos para o consumo humano que devem ser priorizados. Ou seja, trata-se de priorizar, otimizar e melhorar a produção e a distribuição do pescado, mais do que aumentar a produção como um fim em si mesmo;
- Qualquer projeto de aquicultura deve estar orientado para a utilização de matérias primas que não concorram com o consumo humano e que não aumentem a pressão sobre os estoques pesqueiros;

- O uso de farinhas e óleo de pescado que provém de pescados aptos para o consumo humano deve ser estritamente evitado por qualquer projeto de aquicultura;
- A aquicultura intensiva empresarial, longe de ser uma alternativa viável para as comunidades de pesca artesanal, tem impactado negativamente nelas principalmente pela privatização dos territórios pesqueiros de uso comum;
- Os projetos advindos da iniciativa privada ou de parcerias entre a iniciativa privada e pública devem estabelecer compromissos e responsabilidades com os sujeitos-alvo desses projetos, de forma que, se os lucros não forem os esperados, a empresa tenha responsabilidade social com os empreendimentos e não possa abandonar o projeto para dedicar-se a outros setores não produtivos que oferecem maiores lucros, sem contrapartida alguma.

REFERÊNCIAS

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE PESCA ARTESANAL. Brasília, set. 2009. Disponível em: encurtador.com.br/cpsT7.

AGÊNCIA Estado. Camarão: EUA fixam taxa antidumping de 10,4% para vendas do Brasil, **Estadão**, 20 dez. 2004. Disponível em: encurtador.com.br/ehy68.

ALEPE, Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco. **Ata da Audiência Pública da Comissão de Defesa do Meio Ambiente realizada no dia 17 de junho de 2008**. Recife, 2018.

ALLIER, J. M. **O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração**. Tradução de Mauricio Walman. São Paulo: Contexto, 2007.

ALMEIDA, I. O consumo de peixes está crescendo a um ritmo mais rápido do que o da carne e Cargill entra na briga. **Associação Brasileira da Indústria de Alimentos**. Notícias. 2015. Disponível em: encurtador.com.br/fqzOY.

AMORIM, D. M. C. M. **Diagnóstico dos impactos socioambientais no manguezal do rio Acaraú (Ceará, Brasil) devido à carcinicultura**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Porto, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar. Mestrado em Ciências do Mar. Porto, 2009.

ANDREU, A. R. La crisis del neoliberalismo. **Revista de Economía Crítica**, v.1, n.7, p.96-117. 2009.

ARAÚJO, R. C. B. **As praias e os dias: história social das praias do Recife e de Olinda**. Recife: Fundação de Cultura cidade do Recife, 2007.

ASSAD, L. T.; BURSZTYN, M. Aquicultura sustentável. In: **AQUICULTURA no Brasil: bases para um desenvolvimento sustentável**. Brasília: CNPq, Ministério da Ciência e Tecnologia, 2000. p. 33-72.

AZEVEDO, N. T. **Política Nacional para o Setor Pesqueiro no Brasil (2003-2011)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2012.

AZEVEDO, N. T.; PIERRI, N. A política pesqueira atual no Brasil: a escolha pelo crescimento produtivo em detrimento da pesca artesanal. **Desenvolvimento Meio Ambiente**, v. 32, p. 61-80, dez. 2014.

AZEVEDO, T. A. **Colonização da ictiofauna nos arredores de gaiolas de cultivo de Beijupirá (Rachycentron canadum) no litoral de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Pesca e Aquicultura. Programa

de Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura. Recife, 2012.

BATISTA, P. I. S.; TUPINAMBÁ, S.V. **A carcinicultura no Brasil e na América Latina: o agronegócio do camarão**. Rio de Janeiro: REBRIP, 2003. Disponível em: encurtador.com.br/jCDH8.

BEZERRA, T. R. Q. **Sustentabilidade da criação de Beijupirá (*Rachycentron canadum*) no litoral de Pernambuco**: aspectos econômicos, ambientais e biológicos. Tese (Doutorado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Pesca e Aquicultura. Programa de Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura. Recife, 2014.

BASTIDE, R. **Religiões afro-brasileiras**. vol. I. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1971.

BOITO JR, A; BERRINGER, Tatiana. **A frente neodesenvolvimentista e a política externa nos governos Lula e Dilma**. Campinas: Mimeo. 2012.

_____. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia e Política**, n.47, p. 94-109, 2013.

_____. **As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. São Paulo: Fórum Econômico da FGV, 2012.

BOLTVINIK, Julio. ¿Qué es la economía moral? **Revista La Jornada**, UNAM. v.1, n. 12, mar. 1999. Disponível em: encurtador.com.br/isFVZ.

BONANNO, A. A globalização da economia e da sociedade: fordismo e pós-fordismo no setor alimentar. **Instituto de Pesquisas Sociais** - Fundação Joaquim Nabuco, 2004. Disponível em: encurtador.com.br/ouIQ6. Acesso em: 10 jan. 2019.

_____.; CAVALCANTI, J. S. **State capitalism under neoliberalism: The case of agriculture and food in Brazil**. Lanham-EUA: Lexington Books, 2019.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. **La production de l'idéologie dominante**. Paris: Demopolis, 2008.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. COSTA, Alcidina Magalhães da Cunha, et al. **Parcerias para o desenvolvimento**: o apoio do BNDES para a Região Sul por meio da Área de Operações Indiretas e instituições financeiras credenciadas, 2008-2013. Brasília, 2008.

_____. **Pesca marítima, informe setorial**. Rio de Janeiro, n. 9, 1996.

BRASIL. Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009. Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca, regula as atividades pesqueiras, revoga a Lei no 7.679, de 23 de novembro de 1988, e dispositivos do Decreto-Lei n 221, de 28 de fevereiro de 1967, e dá outras providências. Disponível em: encurtador.com.br/amCHX. Acesso em: 15 jan. 2018.

CADERNOS VIDA DIGNA NO CAMPO. Programa de Governo 2002 – Coligação Lula Presidente. Desenvolvimento Rural, Política Agrária, Agrária e de Segurança Alimentar. 2002. Disponível em: encurtador.com.br/juDw8.

CALLOU, Â. B. F. Movimentos Sociais de Pescadores em Pernambuco (1920-1983). In: FERNANDES, Ângelo Brás. **Movimentos Sociais na Pesca**. Recife: FASA, 2013a.

_____. A voz do mar: construção simbólica da realidade dos pescadores brasileiros pela Missão do Cruzador “José Bonifácio” (1919-1924). In: CALLOU, Â. B. F.; SANTOS, M. S. T. (Org.). **Extensão Rural – Extensão Pesqueira: estratégias de ensino e pesquisa**. Recife: FASA, 2013b.

_____. Considerações sobre a dívida social na pesca artesanal brasileira (intervenção à mesa de Abertura.) **I Conferência da Pesca Artesanal no Brasil**, Brasília, 2009.

CARDOSO, E. S. **Pescadores Artesanais: Natureza, Território, Movimento Social**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia Física. São Paulo, 2011.

_____. Geografia e Pesca: aportes para um modelo de gestão. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, 14, p.79-88, 2001.

_____. A pesca artesanal brasileira: passado e presente visitados a partir dos “tipos e aspectos do Brasil”. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, v. 94, p. 32-46, 2016.

CASCUDO, L. C. **Jangada: Uma pesquisa etnográfica**. Rio de Janeiro: Ministério de Agricultura, 1957.

_____. “Folclore do Mar”. In: _____. **Ensaio de etnografia brasileira**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1972.

CASTEL, R. **Las metamorfosis de la cuestión social**. Una crónica del salariado. Buenos Aires: Paidós, 1997.

_____. **La inseguridad social**. ¿Qué es estar protegido? Buenos Aires: Manantial, 2004.

CASTELLUCI, W. J.; BLUME, L. H. S. (Org.) **Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares**, v1. Salvador: EDUNEB, 2016.

_____. As populações litorâneas e ribeirinhas na história do Brasil: disciplina, resistência e exclusão na contemporaneidade. In: _____.; BLUME, L. H. S. (Org.). **Populações litorâneas e ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares**, v. 1. Salvador: EDUNEB, 2016.

CAVALCANTI, J. S. B. Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale Do São Francisco. Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. **Instituto de Pesquisas Sociais - Fundação Joaquim**

Nabuco, 2004. Disponível em: encurtador.com.br/imrJ5. Acesso em: 15 jan. 2019.

_____. “Frutas para o mercado global”. **Estudos Avançados USP**, São Paulo, n. 29, p. 79-93, 1997.

CAVALCANTI, C.V. In: FREYRE, G. **Conferências, comentários e debates do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco**. Direção de Gilberto Freyre. Prefácio de Roberto Motta. Recife: Editora Masagana, 1985.

CAVALLI, R. O; HAMILTON, S, Piscicultura marinha no Brasil com ênfase na produção do beijupirá. **Revista Brasileira Reprodução Animal**, Belo Horizonte, n.6, p. 64-69, dez. 2009.

_____.; DOMINGUES, E.C.; HAMILTON, S. Desenvolvimento da produção de peixes em mar aberto no Brasil: possibilidades e desafios. **Revista da Sociedade Brasileira de Zootecnia**, v. 40, p. 155-164, 2011.

COLLECTIVE, M. N. **Los nuevos cercamientos, Trazos de sangre y fuego: ¿continuidad de la acumulación originaria en nuestra época?** Tradução de Diego Pérez Roig. Madrid: Theomai, 2012.

CPP, Conselho Pastoral dos Pescadores. **Pescadores criticam criação do Beijupirá**. Recife, 2008.

_____. **Colônia Z-9 e Pastoral dos Pescadores de Cananea enviam denúncia contra a concessão de águas da União para cultivo de Beijupirá no entorno da Ilha de Bom Abrigo**. São Paulo, 2008

CRIVELLA, M. Reforma Aquária Já! **Folha de São Paulo**, 26 maio 2013, Caderno Opinião. Disponível em: encurtador.com.br/acGNP.

CUNHA, L. H. **Ordens e desordens socioambientais**. Saberes Tradicionais em dinâmicas pesqueiras da costa paranaense. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Paraná. Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento. Curitiba, 2007.

DIAS NETO, J. **“Gestão do uso dos recursos pesqueros marinos no Brasil”**. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturas Renováveis, 2010.

DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Napaub-USP, 2001. p. 79-96.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar**. São Paulo: Ática. 1983.

_____. A Sócio-Antropologia das Comunidades de Pescadores Marítimos no Brasil. En: **Revista Etnográfica**, v. III, n. 2, p. 361-375, 1999.

_____. A interdisciplinaridade nos estudos do Mar: O papel das ciências sociais. **XV Semana da Oceanografia**, Instituto Oceanográfico da USP, out. 2003.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. 2. ed. Guaíba: Agropecuária, 1999.

EMBRAPA, Pesca e Aquicultura. A Aquicultura Brasileira cresce 123% em dez anos. **Portal Embrapa**. Notícias. 2016.

ERNST & YOUNG, Consultora. **Estudo de viabilidade técnica, econômica e ambiental (EVTEA) para implantação do terminal pesqueiro público de recife**. 2009

FADURPE, Fundação Apolônio Sales. Execução do Projeto: Cação de Escama: Cultivo de Beijupirá pelos pescadores artesanais do litoral de Pernambuco. **Portal de Transparência da FADURPE**. SAGI – Sistema de Administração e Gestão Integrada. Recife: 2019.

FAO. **Perspectivas de la agricultura y del desarrollo rural en las Américas: una mirada hacia América Latina y el Caribe 2017-2018** / CEPAL, FAO, IICA. San José: C.R.: IICA, 2017.

_____. **El estado mundial de la pesca y de la acuicultura**. Contribución a la seguridad alimentaria y nutrición para todos. Roma: 2016.

_____. **El estado mundial de la pesca y la acuicultura**. Cumplir los objetivos de desarrollo sostenible. Roma: 2018.

FEDERICI, S. **El calibán y la bruja**. Mujeres, cuerpo y acumulación originaria. Madrid: Traficantes de sueños, 2004.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2005.

FERNÁNDEZ, J. I. **A política nacional de desenvolvimento sustentável da pesca e da aquicultura e seus impactos sobre a pesca artesanal no Estado de Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife: 2015.

FERREIRA, V. S. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde soc.**, set. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/gnoAK.

FORMAN, S. **The Raft Fishermen: Tradition and Change in the Brazilian Peasant Economy**. Indiana: University Press, 1970.

FRITSCH, J. Política para a pesca. **Revista WEG**, 2003. Disponível em: encurtador.com.br/qwLS2.

FRASER, M. T. D; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em: encurtador.com.br/IUV14.

FRASER, N. Reflexiones en torno a Polanyi y la actual crisis capitalista Tradução de Olga

Abasolo. **PAPELES de relaciones ecosociales y cambio global**, n.118. p.13-28, 2012.

_____. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala: Formação da família Brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

_____. **Conferências, comentários e debates do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco**. Direção de Gilberto Freyre. Prefácio de Roberto Motta. Recife: Editora Masagana, 1985.

_____. **Nordeste** – Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympo, 1961.

FONSECA, P. C. D. O projeto desenvolvimentista no Brasil: histórico e desafios da atualidade. **Cadernos do desenvolvimento**, Rio de Janeiro v. 11, n. 19, pp.117-128, jul./dez., 2016.

GARCÍA F., M; IBANEZ, J.; F. ALVIRA. **El análisis de la realidad social**. Métodos y técnicas de investigación. Madrid: Alianza Editorial, 2013.

GFV, **Grupo Fernandes Vieira**. Recife, 2019. Disponível em: encurtador.com.br/iET09.

GUIMARÃES, A. **Análise multitemporal da superfície de manguezal do litoral Norte de Pernambuco**: a participação da aquicultura na conversão de áreas de mangue em viveiro, 2007.

_____. Impact of aquaculture on mangrove areas in the northern Pernambuco Coast (Brazil) using remote sensing and geographic information system. **Aquaquilture Research**, 2009.

GONÇALVES, P. **Pescadores contra a privatização do litoral do Recife**, 2008. Disponível em: encurtador.com.br/vDOV8.

GOULARTI, A. Da SUDEPE à criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca: As Políticas Públicas Voltadas às atividades pesqueiras no Brasil. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**. Planejamento e políticas públicas, n. 49, jul./dez. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/nET45.

GREGOLIM, Altemir. **Bom Dia, Ministro**. (Entrevista). Brasília, 2009.

GUERRELHAS, A. C. de B.; TEIXEIRA, A. P. G. Panorama da situação da Mancha Branca no Nordeste. **Panorama da Aquicultura**, ed. 129, 2012. Disponível em: encurtador.com.br/twEJ9.

HAMILTON, S. **Gerente dos projetos Beijupirá e Cação de Escama**. [Entrevista concedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2017.

- HARDIN, G. "The Tragedy of Commons". **Science**, v. 162, p. 1243-1248, 1968.
- HARVEY, D. **A Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. **O Novo Imperialismo**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2009
- _____. A transformação política econômica do capitalismo do final do século XX. In: _____ **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 2013. p. 117-116.
- HOBBSAWM, E. **Primitive Rebels: studies in archaic forms of social movement in the 19th and 20th centuries** (1959). Tradução Rebeldes primitivos. Madrid: Ariel, 1983.
- HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil**. 26. edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HONNETH, A. **Luta pelo Reconhecimento** – para uma gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 2011.
- IANNI, O. **Estado e capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004
- _____. **Teorias da Globalização**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.
- _____. **Raças e classes no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estatística da Pesca 1995**. Brasil – Grandes Regiões e Federação. Tamandaré, 1997. Disponível em: encurtador.com.br/lwW68.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tabela 3940** – Produção da aquicultura por tipo. Pesquisa da Pecuária Municipal, 2018. Disponível em: encurtador.com.br/nqGKX.
- IPEA. **O Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca na visão dos seus Conselheiros: Relatório de Pesquisa**. Brasília, 2012.
- ISLAM, M.S. **Confronting the Blue Revolution: Industrial Aquaculture and Sustainability in the Global South**. Toronto: University of Toronto Press, 2014.
- IZQUIERDO, S. C. Auge y crisis neoliberal. Mesa Redonda. **Visión de la crítica de la economía política sobre la crisis de 2008 y la perspectiva económica y política en el 2012**, Escuela Superior de Economía del Instituto Politécnico Nacional, México D.F. 2012.
- JCONLINE. **Pescadores criticam criação do Beijupirá**. Recife, 2008.
- LINEBAUGH, P. **The Carta Magna Manifesto**. Berkeley: University of California Press, 2009.
- _____. Todos para uno y uno para todos. Algunos principios comunitarios. In: _____.; REDIKER, M. **The Many-Headed Hydra**. Sailors, Slaves, Commoners, and the Hidden History of the Revolutionary Atlantic, Boston: Beacon Press, 2000. Disponível em:

encurtador.com.br/mwP89.

LEITÃO, M. R. F. A. Movimentos sociais na pesca artesanal: A articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco. In: CALLOU, A. B. **Movimentos sociais na Pesca**. Recife: FASA, 2013

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo, 2012.

LULA, Luís Inácio Lula da Silva. Lula visita Pernambuco. **Canal do Diário de Pernambuco no Youtube**, 10 mar. 2009. Disponível em: encurtador.com.br/iHJVZ.

MAGRIS, A.R.; BARRETO, R. Mapping and assessment of protection of mangrove habitats in Brazil. **Pan-American Journal of Aquatic Sciences**. v. 5, n. 4, p. 546-556, 2010.

MALDONADO, S. C. **Mestres e Mares: espaço e indivisão na pesca marítima**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 1994.

_____. **Pescadores do Mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MARTINEZ-ALIER, J.M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração**. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, J. S. **O cativoiro da terra**. São Paulo: Contexto, 2011.

MARTINS, J.S. **O cativoiro da terra**. 9 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARTINS, T. M. **Ciclos e previsão cíclica dos preços das commodities**. Tese (Doutorado) - Universidade São Paulo, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade. Programa de Pós-Graduação em Administração. São Paulo: 2009.

MARUGÁN, B.P. Sociología rural vs. sociología pesquera **Encrucijadas: Revista Crítica de Ciencias Sociales**, Madrid, 2013, p. 86-100.

MARX, K. **El Capital**. Libro I. 3 vols. Madrid: Siglo XXI, 1975.

_____. **O Capital**. Livro I. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____.; ENGELS, F. **A ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

MATTOS, Sérgio. Representante da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2016.

MCKEAN, M. A.; OSTROM, E. Regimes de propriedade comum em florestas: somente uma relíquia do passado? In: DIEGUES, A. C.; MOREIRA, A. C. C. **Espaços e recursos naturais de uso comum**. São Paulo: Napaub-USP, 2001.

MELLO, A. F. **A pesca sob o capital; a tecnologia a serviço da dominação**. Belém: UFPA, 1985.

MENDES, L. H. Com apoio da Alltech, Guabi renova plano de expansão. Agronegócios. **Revista Valor**. 2017. Disponível em: encurtador.com.br/nzHJ9.

_____. Trow Nutrition, ex-Nutreco, erguerá nova fábrica no país. **Revista Valor Econômico**, 2015.

MÉSZÁROS, I. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo. 2012.

MILLS, W. **La imaginación sociológica**. México: FCE, 1986.

MOURA, G.M. Colonialismo cultural e manejo de recursos pesqueiros em uma perspectiva etno-oceanográfica. In: CASTELLUCI, W. J.; BLUME, L. H. S. (Org.). **Populações litoraneas e ribeirinhas na América Latina: estudos interdisciplinares**, v. 2. Salvador: EDUNEB, 2016.

MMA, Ministério do Meio Ambiente; IBAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Estatística da Pesca 2005: Brasil - Grandes Regiões e Unidades da Federação**. Brasília, 2007. Disponível em: encurtador.com.br/IAF25

MPA, Ministério da Pesca e Aquicultura. **100 Perguntas sobre a Pesca e Aquicultura no Brasil**. 2012. Disponível em: encurtador.com.br/isxE8.

_____. **Aquicultura-Cessão das aguas da União**. 2011. Disponível em: encurtador.com.br/mBGM2.

_____. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura (Brasil 2008-2009)**. 2009. Disponível em: encurtador.com.br/jHIY4.

_____. **Boletim Estatístico da Pesca e Aquicultura 2011**. Disponível em: encurtador.com.br/auBN7.

_____. **Plano Safra da Pesca e da Aquicultura 2012/13/14**. Brasília: 2008.

NAYLOR, R. L.; HARDY, R. W.; BUREU, D. P.; CHIU, A; ELLIOTT, M.; FARELL, A. P.; FOSTER, I.; GATLIN, D. M.; GOLDBURG, R. J.; HUA, K.; NICHOL, S. Feeding aquaculture in an era of finite resource. **PNAS**, v. 106, n. 36, 2009. Disponível em: encurtador.com.br/bdmNP.

NUNES, J.P.; MARTINS, P.C.; VASCONCELOS, T. C. Carcinicultura Ameaçada. Produtos sofrem com as mortalidades decorrentes do Vírus da Mionecrose Infecciosa (IMNV). **Panorama da Aquicultura**, ed. 83. 2004. Disponível em: encurtador.com.br/eEGX2.

_____.; MADRID, R. M.; ANDRADE, T. P. Carcinicultura Marinha no Brasil: Passado, Presente e Futuro. **Panorama da Aquicultura**, ed. 124, 2010. Disponível em: encurtador.com.br/fjlpZ.

NUÑER, A.P.O. Aquicultura é o futuro. **WEG em Revista**, n. 23, 2009.

OLIVEIRA, J.; SOUZA, R. M; SOBRAL, I. S. A carcinicultura marinha e seus impactos no manguezal do Vaza-barris em São Cristóvão-SE. **REDE – Revista Eletrônica do PRODEMA** Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2017.

ÖSTERBLOM, H.; JOUFFRAY J. B.; FOLKE.; C.; CRONA, B.; TROELL, M.; MERRIE A. et al. Transnational Corporations as ‘Keystone Actors’ in Marine Ecosystems. **PLoS ONE** v.10, n. 5. 2015. Disponível em: encurtador.com.br/fkCHL.

OSTROM, E. **El Gobierno de los bienes comunes**. La evolución de las instituciones de acción colectiva. México D.F: Fondo de Cultura Económica, 2000.

PANORAMA DA AQUICULTURA. **Aqualider assina contrato com a União e primeiros tanques-rede com bijupirás vão pra água em outubro**. ed. 108. 2008.

PENNER, M. E. S. **A dialética da atividade pesqueira no nordeste amazônico**. Belém: UFPA, 1984.

PEREGRINO JÚNIOR, R. B. **Formação e manejo de um plantel de reprodutores do bijupirá (Rachycentron canadum) em Pernambuco**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Pesca e Aquicultura. Programa de Pós-Graduação em Recursos Pesqueiros e Aquicultura. Recife: 2009.

PEREIRA, J. M. Desenvolvimento como segurança, assalto à pobreza e início do ajustamento estrutural: os anos MacNamara – 1968 – 1981. In: _____. **O Banco Mundial como ator político, intelectual, e financeiro – 1994-2008**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

PESCADOR ADEMAR. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2015.

PESCADOR ADEMIR. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Petrolândia, 2014.

PESCADOR ANTÔNIO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2018.

PESCADOR ARNALDO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2018.

PESCADOR BEBETO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2018.

PESCADOR JOÃO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2018.

PESCADOR LUÍS. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Goiana, 2014.

PESCADOR LUIZ. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2018.

PESCADORA MARIA. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Petrolândia, 2014.

PESCADORA MARIA. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2015.

PESCADOR PEDRO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2018.

PESCADOR RIVALDO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife. 2018.

PESCADOR SÉRGIO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2018.

PESCADOR SEVERINO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Petrolândia, 2014.

PESCADOR SÍLVIO. [Entrevista cedida a] José Ignacio Fernández. Recife, 2018.

PIRES, M. L.; CAVALCANTI, J. S. Imagens da Fruticultura do Vale do São Francisco: Cooperativas, reinvenção de estratégias e criação de oportunidades em tempos de enfrentamento da crise global. In_ CRAVIOTTI, C. **Tramas productivas y agentes sociales em la fruticultura globalizada**. Buenos Aires: Mino y Dávila, 2012.

_____.; ALBUQUERQUE, P. A.; JUSTE, Y. P. Profissão: “Pescadora e com orgulho”. O Papel da Colônia Z-10 de Itapissuma na criação da identidade profissional feminina. In: CALLOU, A. B. **Movimentos sociais na Pesca**. Recife: FASA, 2013

POLANYI, K. **A grande transformação**. As origens de nossa época. Tradução Fanny Wrobel; Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

POUNDSTONE, W. **Prisioner’s Dilemma**. Doubleday: New York. 1992.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.

QUEIROZ, L.; ROSSI, S.; MEIRELES, J.; COELHO, C. Shrimp aquaculture in the federal state of Ceará, 1970-2012: Trends after mangrove forest privatization in Brazil. **Ocean & coastal management**, v.73, p.54-62, 2013.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. A **Colonialidade do Saber**. Eurocentrismo e Ciências Sociais. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RAMALHO, C. W. **“Ah, esse povo do mar”** Um estudo sobre trabalho e pertencimento na pesca artesanal pernambucana. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Recife: 2002.

_____. **Embarcações do encantamento**: trabalho como arte, estética e liberdade na pesca artesanal de Suape, PE. Campinas: UNICAMP, 2007.

_____. Estética marítima pesqueira: perfeição, resistência e humanização do mar. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. XIII, n.1, p.95-110, jan./jun. 2010.

_____. Ideologia e Aquicultura: uma das faces da revolução azul. **Contemporânea**, v. 5, n. 2 p. 521-544 jul./dez. 2015.

_____. **Pescadores artesanais e o poder público**: um estudo sobre a Colônia de Pesca de

Itapissuma, PE. Monografia (Graduação) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Ciências Sociais. Recife: 1999.

_____. **Pescadores, Estado e Desenvolvimento Nacional: Da Reserva Naval à Aquícola**, 2012.

RENDUELES. C. Karl Polanyi o la humildad de las ciencias sociales. **NEXO**. Revista de Filosofía, n. 2, p. 155-166, 2004.

_____. **Los límites de las ciencias sociales**. Una defensa del eclecticismo metodológico de Marx. Madrid: Universidad complutense de Madrid, 2005.

_____. **Sociofobia**. El cambio Político em la era de la utopía digital. Madrid: Capitán Swing, 2013.

RESENDE, A. T. A origem da institucionalidade da pesca artesanal. In: SILVA, C. A. **Pesca artesanal e produção do espaço: Desafios para a reflexão geográfica**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**. 2. ed. São Paulo: Companhia de Letras, 1995.

ROCHA, I. O censo da carcinicultura nacional em 2011. **Panorama da Aquicultura**, n.137. 2012.

RODRÍGUEZ, G. M.; C. J. MALDONADO. La Acuicultura en México, Bases Conceptuales y Principios. **Oceanología**, v.1, p. 7-26. 1996.

SAAD FILHO, A. Neoliberalismo: Uma análise marxista. **Marx e o Marxismo**. v.3 n.4 jan./jun., 2015.

SAAVEDRA, G. **Perspectivas Culturales del Desarrollo en las Costas Australes de Chile**. Aproximación Antropológica a las Persistencias y Transformaciones de las Economías de Pesca Artesanal en el Litoral de Aisén. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2011.

_____.; VÁZQUEZ, A.M. Tradición e innovación en las comunidades de pesca artesanal del Sur de Chile: hacia un enfoque reflexivo del desarrollo endógeno. **Revista de Antropología Iberoamericana**, p. 33-64, 2012.

SALVATTI, Ideli. **Comissão da Amazônia, Integração Nacional e Desenvolvimento Regional**. Câmara dos Deputados. Audiência Pública n. 0564, Brasília, 24 maio 2011. Disponível em: encurtador.com.br/delou.

SAQUET, M. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SANTOS, M. F.; MATTOS, S. Avaliação do potencial aquícola em corpos d' água de domínio da união no estado de Pernambuco. Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência

da República. **Rev. Bras. Enga. Pesca.** v. 4, n.1, jan. 2009.

SANTOS, S. B. **Produzir para viver: os caminhos da produção capitalista.** (Reinventar a emancipação social: para novos manifestos). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, R. S. P.; MILANEZ, B. **Neodesenvolvimentismo às avessas?** Uma análise do atual modelo de desenvolvimento brasileiro. Rio de Janeiro: Texto para Discussão. 2014

_____. Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? In: **Anais do 37. Encontro Anual da ANPOCS**, 2013, Águas de Lindóia, 2013.

_____. Eixos de desenvolvimento econômico e a geração de conflitos socioambientais no Brasil: Desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 14, p. 1983-1993, 2009.

SCARAMUZZO, M. Francesa InVivo compra empresa de ração animal. **Revista exame**. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/tOW25.

SCHAEFFER, Y. N. No atoleiro do manguezal. **Revista Pesquisa Fapesp**, ed. 244. jun. 2016. Disponível em: encurtador.com.br/gpqx8.

SCHAEFFER, Y. N.; CINTRÓN, G.; COELHO-JR. Managing shorebird flyways: shrimp aquaculture, shorebird populations. In: BOERE, C.G.; GALBRAITH, C.A; STROUD, D.A. (Org.). **Waterbirds around the world**. Edinburgh: The Stationery Office Limited, 2006. p.812-816.

SCOTT, J. C. **The moral economy of the peasant: Rebellion and subsistence in Southeast Asia**. New Haven: Yale University Press, 1976.

_____. **Weapons of the weak: Everyday forms of resistance**. New Haven: Yale University Press, 1985.

SEAP, Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca. **1ª Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca**. Caderno de Resoluções. Goiás, 2003.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Aquicultura Brasileira 2015/2020**. Brasília: 2015.

_____. **Plano Mais Pesca e Aquicultura – Plano de Desenvolvimento Sustentável: uma rede de ações para o fortalecimento do setor**. Brasília, 2008.

SILVA, L. G. **A faina, a festa e o rito: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (séculos XVII ao XIX)**. Campinas: Papirus, 2001.

_____. **Pescadores, Militares e Burgueses: Legislação Pesqueira e Cultura Marítima do Brasil (1840-1930)**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História: Recife, 1991.

SILVA, J. S; CARVALHO, F. E. **Diagnóstico e perspectivas de capacitação e**

profissionalização de pescadores da pesca artesanal da zona da mata de Pernambuco. Recife: PRORENDA RURAL – PE, 1996.

SILVA, P. C. M. In: FREYRE, G. **Conferências, comentários e debates do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco.** Direção de Gilberto Freyre. Prefácio de Roberto Motta. Recife: Editora Masagana, 1985.

SILVA, S. M. **Pesca artesanal:** a história, a cultura e os (des)caminhos em Lucena/PB. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza. Programa de Pós-Graduação em Geografia. João Pessoa: 2012.

_____. **Território pesqueiro de uso comum:** Conflitos, resistência, conquistas e desafios na Reserva Extrativista Acaú-Goiana/PB-PE. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Recife: 2017.

SOLÁ, M. P; MONTENEGRO J. R. Políticas de desenvolvimento da pesca e a aquicultura: Conflitos e resistências nos territórios dos pescadores e pescadoras artesanais da Vila do Superagüi, Curitiba, Paraná, Brasil. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, n. 26, v.1, p. 37-47, jan./abr. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/cpJX5.

SOUSA SANTOS, B. Prefácio. En: Santos, B. S. (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SOUZA, J. **A elite do atraso:** Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

_____. **Subcidadania brasileira:** Para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

SOUZA, P. H. G. **A desigualdade vista do topo:** a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Tese (Doutorado) Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Sociologia. Brasília: 2016.

STADLER, H, **Lideranças feministas e identidade de gênero na pesca artesanal.** In: CALLOU, A. B. **Movimentos sociais na Pesca.** Recife: FASA, 2013.

STOCK, A. EUA acusam camarão brasileiro de 'concorrência desleal', **BBC Brasil.** Brasília, jan. 2004. Disponível em: encurtador.com.br/wW246.

SUBIRATS, J; RENDUELES, C. **Los (bienes) comunes.** Oportunidad o espejismo?. Barcelona: Icaria, 2016.

TAHIM, E. F.; JUNIOR, I. F. **A carcinicultura do Nordeste Brasileiro e sua Inserção em Cadeias Globais de Produção:** foco nos APLs do Ceará. 2014. Disponível em: encurtador.com.br/CSWXY

TANCREDO, K. R.; NOBREGA, R. O.; DIAS, T.; LAPA, K. R. Impactos Ambientais da Carcinicultura Brasileira. “Cleaner production initiatives and challenges for a sustainable

world". **3rd International Workshop, Advances in Cleaner Production**. São Paulo, 2011.

TAVARES, M. C. **(Des) ajuste global e modernização conservadora**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

TEIXEIRA CAMPOS, A. J. Movimentos sociais de pescadores amazônicos. In: FURTADO, L. G.; LEITÃO, MELO, A.F. (Org.). **Povos das Águas, realidade e perspectivas na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1993.

TIMM, J. U. **SUDEPE: 12 anos de frustrações no desenvolvimento da pesca**. 1975. Fundação Getúlio Vargas: Escola Brasileira de Administração Pública, 1975.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum** – Estudos sobre cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

_____. **A economia moral da multidão na Inglaterra do século XVIII**. Lisboa: Antígona, 2008.

_____. **The making of the English working class**, Harmondsworth: Penguin Books, 1968.

_____. **Miséria de la teoria**. Barcelona, Editorial Crítica, 1981.

_____. The moral economy of the English crowd in the eighteenth century. **Past & Present**, n. 50, p. 76-136, 1971.

_____. The moral economy reviewed In: _____. **Customs in common**, London: The Merlin Press, 1991.

_____. **Tradicón, revuelta y conciencia de clase**: estúdios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

UFRPE. Pescadores vão virar fazendeiros do mar. **Notícia do website da Universidade Federal de Pernambuco**. Recife, jun. 2010.

_____.; DEPAQ, Departamento de Pesca e Aquicultura. **Relatório de Cumprimento do Objeto Projeto Cação de Escama**. Recife, 2014.

VALÊNCIO, N. **Pescadores do Rio São Francisco**: a produção social da inexistência. São Carlos: RiMa, 2007.

_____.; MENDONÇA, S. A. O papel da modernidade no rompimento da tradição: as políticas da Seap como dissolução do modo de vida da pesca artesanal. **Boletim do Instituto de Pesca**, v. 34, n. 1, São Paulo, 2008.

VARELA, J. F. Historias de vida: La crisis del mundo rural. In: GORDO, A., J.; SERRANO, A. **Estrategias y practicas cualitativas en la investigación social**. Madrid: Pearson educación, S.A, 2008.

VASCONCELLOS, M.; DIEGUES, A.; SALES, R. Limites e possibilidades na gestão da pesca artesanal costeira. In COSTA, A. (Org.). **Nas redes da pesca artesanal**. 1. ed., v.1, Brasília: IBAMA, 2007.

VEYNE, P. **Comment on écrit l'histoire**: essai d'épistemologie. Paris: Éditions du Seuil, 1971.

VILANOVA, L. In: FREYRE, G. **Conferências, comentários e debates do Seminário de Tropicologia da Fundação Joaquim Nabuco**. Direção de Gilberto Freyre. Prefácio de Roberto Motta. Recife: Editora Masagana, 1985.

WALLERSTEIN, Immanuel. **El moderno sistema mundial**, tomo I. México: Siglo XXI Editores, 1979.

WANDERLEY, M. N. O mundo rural brasileiro: acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 17, n. 1, p.60-85. 2009.

_____. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.15, p 87-145, 2000.

WEBER, E. **Globalization and the Human Right to Feed Oneself**. The impact of the Blue Revolution on the Food Security of Small-Scale Fisherpeople in Tamil Nadu, India. University of the South Pacific, 2013. Disponível em: encurtador.com.br/aktS0.

Williams, R. **Marxismo e literatura**. Tradução W. Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WOLF, E. **Peasant Wars of the Twentieth Century**. Nova York: Harper Torchbooks, 1973.

WOOD, E. **Democracia contra capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Estado democracia e globalização. In: BORON, A. A, AMADEO, J. G. **A teoria marxista hoje**: problema e perspectivas. São Paulo. Expressão Popular, 2006.

_____. El concepto de clase en E. P. Thompson. **Cuadernos Políticos**, n. 36, pp.87-105. México, D.F.: Ediciones Era. 1983

ANEXO A – ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2008 (DEZESSETE DE JUNHO DE DOIS MIL E OITO)

Aos dezessete dias do mês de junho do ano de dois mil e oito, com início às 9h (nove horas), no auditório da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, realizou-se uma Audiência Pública da Comissão de Defesa do Meio Ambiente para discutir o Projeto Beijupirá, de criação do peixe Beijupirá em cativeiro, pela Empresa Aqualíder, no litoral Pernambucano, solicitada pelas seguintes entidades: Pastoral dos Pescadores, Monape – Movimento Nacional de Pesca, Conselho Pastoral dos Pescadores, Movimento dos Pescadores de Pernambuco, e Caranguejo Uca. Dando início aos trabalhos, a Presidente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, Deputada Ceça Ribeiro chamou para compor a mesa os seguintes membros: Sérgio Matos, representando a SEAP - Secretaria de Aqüicultura e Pesca da Presidência da República, Santiago Hamilton, representando a Empresa Aqualider, Luiz Lira, representando o Instituto Oceanário, Severino Antônio, representando o Conselho da Pastoral dos Pescadores, Joana Mousinho, representando a Monape – Movimento Nacional de Pesca. A seguir, a presidente esclareceu o objetivo da Audiência Pública, mediar a polêmica em torno de três pontos: a chamada privatização do mar na cessão a empresa privada Aqualider, a concorrência pública mais ampliada e o não envolvimento dos pescadores diretamente no projeto. Em seguida informou aos presentes o formato da Audiência Pública que seria inicialmente um bloco com as falas dos membros da mesa, e logo após, seria dividida em dois blocos de falas e discussão, e por fim seriam feitos os encaminhamentos e encerramento. Feito isso, a presidente passou a palavra a Sérgio Matos, representante da SEAP, que após os cumprimentos iniciais, disse que tinha elaborado uma nota técnica em função do manifesto das organizações sociais, e que se ateriam ao mesmo, salientando entre outros pontos a preocupação no contato com os pescadores sobre aproveitamento de mão de obra de pescadores artesanais que atuam na área do projeto, com a introdução e difusão de tecnologia de cultivo de peixes marinhos resguardando os interesses de segmentos empresariais, mas, contribuindo para o desenvolvimento da aqüicultura e inclusão social, com a qualificação e capacitação de mão de obra a ser utilizada para manutenção de um relacionamento harmonioso com os pescadores e outros usuários dos espaços marítimos, mergulhadores, com a promoção de reuniões com os representantes dos pescadores artesanais, colônias ou associações com o objetivo de buscar sugestões, apoio e

conscientização dos mesmos sobre a importância do projeto, com apresentação de um plano de monitoramento envolvendo questões de segurança patrimonial marítimo e ambiental. Informou que a SEAP promoveu várias reuniões justamente para debater esses pontos, e que muitos desses contatos foram via correio eletrônico, esses contatos foram informais, que a SEAP não promoveu nenhuma reunião formal para debater o projeto, e em função disso, reconhecia, o erro que foi cometido no passado. Disse que ele, particularmente, acreditava que deveria ter feito reuniões formais para que o projeto fosse realmente transparente, uma vez que todo trâmite legal do projeto, é feito dentro da esfera pública, mas que poucos tem acesso a esses meios de divulgação. Com relação ao manifesto, ele se colocou contrário em alguns pontos porque acredita que o manifesto é equivocado quando fala, por exemplo, em privatização, já que o processo é claro, não é privatização, é uma cessão, que é diferente de privatização. E a cessão é onerosa. Referiu-se ainda ao engano veiculado pela imprensa quanto a área cedida ao empreendimento, que mais uma vez neste final de semana, foi divulgada que vai ser privatizado ou cedido um mil e seiscentos e noventa quilômetros quadrados, e que já haviam alertado a imprensa para esse erro exagerado de que a área estava sendo apontada como mil vezes a mais do que na realidade é o projeto, de apenas um quilômetro e seiscentos e noventa metros quadrados. A seguir a presidente passou a palavra a Santiago Hamilton, representante da empresa Aqualíder, que exibiu uma apresentação em power-point do Projeto, e iniciou sua fala fazendo uma análise comparativa da situação da pesca mundial, nacional e em Pernambuco, do déficit de produção de pescado no Estado, e introduziu as explicações técnicas relativas ao projeto, apresentando em slides, as etapas de licenciamento, de produção, detalhes técnicos do projeto incluindo as projeções de emprego até 2015 expondo também os cuidados na análise quanto ao local escolhido e os projetos futuros da empresa no setor de aquíicultura, e concluiu se colocando à disposição para maiores esclarecimentos. Agradecendo ao Santiago, a Presidente passou a palavra a Luiz Lira, representante do Instituto Oceanário, que após os cumprimentos iniciais falou rapidamente sobre o trabalho desenvolvido pelo Instituto, citou o princípio da polaridade segundo o qual em toda questão se tem um lado positivo e um lado negativo e a seguir opinou que a apresentação da empresa esclarecia muito pouco do ponto de vista ambiental. Prosseguindo, levantou a questão da nossa plataforma que é estreita e de pouca quantidade de sedimentação, porque os nossos estuários, e os mangues associados, de um modo geral, são ambientes de pouco input positivo sobre esta plataforma, disse que tínhamos no passado, a região de Suape,

a própria planície geológica do Recife, com seus rios, e a Região a norte, do Canal de Santa Cruz, mas hoje nós estamos cada vez mais, diminuindo a possibilidade de uma produtividade, pesqueira efetiva sobre este ambiente. E que não se pode esquecer, de que temos dez mil pescadores, que dependem ainda dessas fábricas naturais de alimentos que são os estuários e da nossa plataforma interna. Disse ainda que na sua forma de entender, houve falta de informação, e nos trâmites que foram percorridos para a aprovação de um projeto, dessa natureza, faltou um relatório de impacto ambiental, porque uma intervenção nesse ambiente, requer sem dúvida informações científicas que possam efetivamente trazer, quais são os fatores positivos e os fatores negativos desse contexto. Lembrou que esses ambientes e ecossistemas estão regidos pela teoria do caos, e que quando se mexe num parâmetro, se pode desencadear um processo imprevisível e de difícil solução. Exemplificando citou o caso do complexo portuário de Suape, que trouxe como um problema a mais, a incidência mais efetiva de ataques de tubarões na nossa zona costeira. Falou ainda a que na plataforma de Pernambuco, ou na plataforma do Nordeste, nós temos a presença de micro ressurgências que vai trazer os elementos sedimentares, e é onde se tem uma maior possibilidade de uma maior fertilidade e conseqüentemente é onde se tem a pesca. Explicou ainda que o material que dali sairá através até das próprias redes vão ser transferidos de um modo geral para o litoral além de Pernambuco, então que pelo menos em tese, nós não teríamos um benefício em relação à própria pesca que está situada aqui no litoral pernambucano. Deixou claro que estava levantando hipóteses, especialmente porque falta um relatório de impacto ambiental que possa efetivamente trazer para a sociedade, inclusive até para a própria empresa Aqualíder, essas informações, já que se fosse feita uma comparação com outros locais do mundo, que fazem esse tipo de aquícultura, utilizando uma tecnologia semelhante a que estava sendo apresentada, não poderíamos fazer uma comparação porque estamos em ambiente diferenciado de temperatura, de salinidade, de produtividade primária, etc, na nossa plataforma. Citou que lhe parecia ainda que faltava um processo de educação ambiental porque não se pode intervir na zona costeira, nem na plataforma interna, sem que se faça um esclarecimento com a sociedade. Que ele se perguntava por que tudo isso passou pelo Ibama, passou pela CPRH, e como é que se pode dizer que não há impacto já que existe um impacto invisível que a gente nem percebe, e que não podia dizer ali que esse empreendimento era prejudicial, que vai impactar de tal forma, porque não se tem resposta. Disse que a apresentação feita foi da estrutura de certa forma ainda muito superficial, da própria tecnologia e que faltou o ponto de vista de ordem

ambiental, que seria necessário uma forma de se fazer um estudo pra que houvesse evidentemente, informações científicas e essas informações científicas viessem fossem dadas às universidades, as instituições que trabalham nesse setor, aos pescadores e a sociedade de um modo geral. Ele se referiu ao fato de que ninguém imaginava do que foi feito no complexo portuário de Suape, viesse dar um processo de agravação do processo de erosão marinha, a presença mais efetiva dos tubarões no trecho entre a praia do Paiva e a praia do Pina de um modo geral. A presidente agradeceu a Luiz Lira, e a seguir fez o registro das seguintes presenças: Alexandre Carvalho, Presidente do Instituto Oceanário, Vanildo Souza, Diretor do CREA Pernambuco, Gilvan Lira, Extensionista Rural, do IPA, Andréa Olinto, Coordenadora do CPRH, Assis Lacerda, do CPRH, Fábio Souto, engenheiro de Pesca de Jaboatão dos Guararapes, Sileno Alcântara, Técnico Prorural, Rose, coordenadora da Fafire. Tarcísio, Presidente da Colônia Z-25, José Santos, Jairo Santos, coordenador da ASPEPE, Kátia Pires, Administradora GRPU Pernambuco, Mariana Albuquerque, bióloga do Instituto Verde, Francisco Assis de Santana, Presidente da Colônia Z-7. Na seqüência, passou a palavra para o senhor Severino Antônio, da Pastoral dos Pescadores, que após os cumprimentos iniciais, ressaltou que em nenhum momento esse projeto passou pelo CONAPE, e que foi apresentado, pela Diretoria de Aquicultura, já licenciado, e em decorrência disso, a bancada de pesca artesanal presente, Norte, Nordeste e Sul, elaborou uma nota, que foi divulgada pela imprensa, pela Internet, e que no rompante do calor, alguma coisa saiu falha. Lembrou ainda que só na sexta-fera passada, a SEAP promoveu um debate, estando presente o Sr. Matias, Coordenador de Pesca e Aquicultura da SEAP, que informou como foi conduzido o processo de 2006 até hoje, desde a época que o projeto foi apresentado pela empresa à SEAP. Contestou ainda a representatividade dos contatos mantidos pela SEAP com os pescadores, enumerando a quantidade de membros de diversas comunidades pesqueiras. Salientou a importância da atividade da pesca artesanal em Pernambuco, como responsável por 70% da produção, como geradora de alimento, recurso e inclusão social, e garante a fixação do trabalhador em sua comunidade. Fez uma retrospectiva da história do incentivo à pesca industrial e carcinicultura, e as conseqüências danosas de privatização de estuários do Rio Goiana e Megaó, e Canal de Santa Cruz. Questionou ainda o quantitativo de geração de empregos pelo projeto e citou a concessão, pela SEAP, de uma fábrica de gelo em 2004, que seria para a pesca artesanal e acabou cedida para o município de Itacuruba para dar suporte a piscicultura. Questionou o acesso a área onde vai ser implantado o projeto e, alertou que, ao contrário do que foi dito não

existe área morta no mar. A presidente passou a palavra a Joana Mousinho, representante do Monape, que lembrou o caso da Netuno em Itapissuma que a semelhança desse foi um projeto que não foi discutido com a classe dos pescadores, que no final é a classe dos pescadores que vem a sofrer a consequência desses projetos. Falou que esta classe é quem coloca mais alimento na mesa especialmente do pobre, quer participar das discussões, para que não se repita o que ocorreu com o projeto da Netuno, e falou da importância de se discutir com o pescador de esclarecer o que vai mudar, de não se tirar o meio do pescador obter o seu pão, para que não sejam gerados marginais, reafirmando que a honestidade, a dignidade dos pescadores e afirmando que como marisqueira, estava ao lado dos pescadores. A presidente fez o registro da presença de Marcelo Meses, Presidente da Sociedade Nordestina de Ecologia, e abriu as inscrições para as falas e discussões. Inicialmente, chamou a tribuna o pescador Augusto de Lima que, após cumprimentar os presentes, iniciou sua fala dizendo que os pescadores não são contra o desenvolvimento, mas que faz uma ressalva no que diz respeito a forma como o processo está sendo implantado, sem consulta, debate, sem ser ouvida a categoria dos pescadores, que gera pelo menos quatro mil empregos diretos e indiretos dos quais sobrevivem muitas famílias, e que isso é muito representativo num Estado, num País onde há uma grande falta de emprego e de renda, e que os pescadores são pessoas que não vivem às custas do Estado. Fez um comparativo ainda com a atividade da agricultura familiar como atividade reguladora, por ser produzida e vendida de maneira imediata, e fez um apelo para que não se venha a fazer com os pescadores o mesmo que foi feito com os índios e com os pequenos agricultores, para que não se deixe esse legado vergonhoso para as futuras gerações, de extinção da categoria dos pescadores. A seguir, a Presidente chamou Juarez José, do Feru Olinda, que indagou a Santiago Hamiltom, se o Projeto Beijupirá visava atender e sanar o déficit alimentar de oito milhões de Pernambucanos, e nesse caso como ficaria a situação dos pescadores artesanais, com a perda de seu mercado. Falou de outra grande preocupação, que era a questão de que havendo a presença de uma quantidade tão grande de peixes nas gaiolas do projeto na nossa orla marítima, e aqui já sendo um lugar onde acontecem muitos ataques de tubarões às pessoas, os tubarões seriam atraídos pelos peixes, e na impossibilidade de pegá-los atacariam as pessoas com mais frequência e intensidade. Salientou que apesar de não ser pescador, ele como um trabalhador, não aceitaria essa possibilidade de atrair mais os tubarões para nossa orla, até mesmo pensando na segurança dos surfistas que seriam atacados por esses animais. A Presidente passou a palavra a

Laurineide Maria, da CPP, que depois dos cumprimentos iniciais, explicou que faria algumas colocações para os representantes da SEAP, do Instituto Oceanário e da Aqualíder. Dirigindo-se a Sérgio Matos, da SEAP, ela questionou que dada à natureza onerosa da cessão gostaria de saber se houve concorrência entre empresas. Dirigindo-se a Hamilton Santiago, da Aqualíder, questionou a destinação da produção, se o destino seria o mercado local já que estamos sacrificando uma área pública para gerar proteína, então, que fosse esclarecido se essa proteína seria destinada ao povo pernambucano. Perguntou a Luiz Lira, do Instituto Oceanário, qual o estudo que delimita o impacto que esse projeto oferece à vida marinha, e o que isso vai acarretar para a sociedade. Saliu então que a Pastoral dos Pescadores reforça então a necessidade de um estudo de impacto ambiental, e de um zoneamento de área para que se tenha idéia, clara do limite não só desse, mas de outros projetos que virão. Disse ainda que é preciso ter controle para que não aconteça o mesmo que aconteceu provocado pela carcinicultura no CE, RN, etc. A Presidente convidou então Tarciso Quinamo, da Fundaj, para a tribuna, e este após os cumprimentos aos presentes, posicionou-se em concordância com a fala de Luiz Lira, do Instituto Oceanário, com relação às preocupações ambientais, até pelo fato desse ser um projeto inicial, e que poderá vir a se estender por muitas áreas, e que por isso precisa ser mais debatido tanto com relação aos impactos sócio-ambientais, quanto à questão do uso privado de área pública de uso comum. Ressaltou sua estranheza aos resultados apresentados em relatório da AD/DIPER – Agencia de Desenvolvimento de Pernambuco, sobre os municípios do Litoral Norte, onde são apresentadas atividades tidas como potencialidades, e curiosamente, não consta a pesca artesanal da região que conta com pelo menos dez mil e quinhentos pescadores. Ressaltou ainda que o número de pescadores artesanais supera em muito os números dos registros oficiais. Falou da política de aquíicultura que enquanto tira o defeso do camarão no Litoral Norte cria subsídios para aquíicultura, e que na sua opinião o setor pesqueiro precisa ser pensado como um todo. Disse ainda que a inversão do nome da SEAP, que seria SEPA, demonstra que o setor de aquíicultura vem sendo privilegiado, e que isso precisava ser pensado com muito cuidado, porque a pesca artesanal é uma atividade de subsistência, que envolve muita gente e é preciso que se dê a devida atenção ao manejo desses ecossistemas e a estatística correta da atividade para que se contabilize a real importância da pesca artesanal. A Presidente chamou Geraldo Júnior, de Brasília Teimosa, este após cumprimentar os presentes fez uma breve preleção evocando a figura de um apóstolo e de Jesus Cristo, indagando dos presentes qual seria a visão dele nesse momento.

Mencionou ainda um trecho musical onde Roberto Carlos menciona “Eu não sou contra o progresso, mas apelo pro bom senso, um erro não conserta o outro é o que eu penso”. Propôs a seguir que fosse feita uma grande reunião nas comunidades atingidas apresentando o projeto, para que a sociedade decidisse a viabilidade ou não do projeto, que não apenas a sociedade fosse informada, mas que ela tivesse o poder decisório. Falou ainda sobre sua preocupação quanto aos impactos ambientais, salientando que enquanto o mundo vive essa realidade de preocupação ambiental, Pernambuco está querendo ir na marcha-ré. Falou sobre casos de estudos que apresentam resultados mascarados, citando o caso da nicotina encomendado pela indústria do fumo, voltando a seguir a pedir que fosse realizada uma reunião com as comunidades, e apelou para que a sociedade se mantenha atenta. A seguir a Presidente passou a palavra a Marcelo da Silva, do Fórum de Reforma Urbana, que complementando a fala de Geraldo Júnior, salientou que não serão apenas os pescadores locais afetados pelo projeto, mas toda a sociedade do Recife. Disse ainda que tendo em vista o alto investimento desse projeto, esse peixe seria com certeza destinado não ao pobre, mas para exportação. E fez um comparativo com o preço do peixe oferecido pelos pescadores artesanais. Manifestou sua preocupação com os possíveis atritos que seriam gerados pela presença dos pescadores na área do projeto, e também com a possibilidade de uma ampliação da área cedida ao projeto para evitar os ataques de tubarões. Disse ainda que possivelmente essa discussão seria inútil porque o projeto já foi liberado pelo CPRH, e demais órgãos, ao contrário do que teria acontecido se essa discussão tivesse acontecido no início do processo, talvez, tivessem conseguido uma contrapartida. Manifestou ainda o desagrado pela pouca representatividade nas reuniões acerca do projeto com a categoria, ressaltando que não estava desqualificando as pessoas e sim, a quantidade delas. Concluiu indagando qual a contrapartida que iriam ter se esse for mesmo um processo que se não puder mais reverter. A Presidente deu por encerrado o primeiro bloco de falas e facultou aos participantes da mesa a oportunidade de responder aos questionamentos feitos. Tomando a palavra Sérgio Matos salientou que houve apenas um questionamento a SEAP, de Laurineide, e passou a esclarecer o processo de cessão de corpos d’água da União pela SEAP para pessoas físicas ou jurídicas, bastando para isso dar entrada junto ao escritório regional da SEAP em quatro cópias do projeto que serão encaminhadas a SEAP/Brasília que fica com uma cópia e encaminha uma ao Ibama, outra a ANA, e outra para Marinha, seguindo então toda a tramitação nesses órgãos. Após todos os procedimentos, a SEAP, em conjunto com o SPU e o Ministério do Planejamento elabora o Instrumento de

Cessão. Esclareceu que existe o pensamento de se inverter o processo, dando início ao mesmo com a Cessão para evitar que alguém depois de passar por todo esse processo venha a ser preterido na realização da concorrência, já que se trata de uma cessão onerosa, o que é um prejuízo altíssimo tanto para uma pessoa física quanto para uma pessoa jurídica, já que é um processo de tramitação muito longo, mesmo aqui em Pernambuco, com duração aproximada de dois anos, fora a cessão. Respondendo a Laurineide esclareceu que foi efetuada a concorrência para este projeto nos termos legais. Ele esclareceu que a pesca artesanal é responsável por noventa por cento da produção pesqueira em Pernambuco, e não apenas setenta por cento como mencionou Severino, e que beira os cem por cento em alguns anos. Com respeito a aqüicultura frisou que é uma atividade de baixo impacto, e que é impactante sim, como qualquer atividade econômica mas fez um paralelo com o impacto que causamos no dia a dia porque o ser humano é impactante, mas lembrou que estudos da maior autoridade em manguezais do Brasil demonstrou que a aqüicultura é uma atividade de baixo impacto. Contestou a informação de que a carcinicultura desmatou uma grande área e ressaltou que a aqüicultura é algo que pode vir a trazer benefício para a sociedade. Fez referência as colocações sobre o relatório da ADDIPER, dizendo que o desconhecia e pedindo maiores informações sobre o mesmo a Tarcísio. Disse ainda que concordava com a maioria das colocações, especialmente no que dizia respeito à informalidade como foi tratado o processo, que aceitava a crítica e reconhecia o erro, mas que uma reunião com todos os pescadores de Pernambuco não era uma coisa viável, e pediu ajuda a quem se dispusesse a lhe dar a fórmula para conseguir fazer uma reunião com um grande número de pescadores em qualquer comunidade. E que por isso, num processo desses, teria que ir aos dirigentes, legalmente eleitos, e que se esses dirigentes não estão representando a contento a comunidade, que sejam retirados nas eleições seguintes. Disse que precisamos confiar na democracia, na representatividade dos dirigentes, embora ressaltando que todos os pescadores que queiram participar do processo serão bem-vindos, mas que a convocação será feita aos dirigente e que estes é que devem repassar a informação, e que os pescadores devem então, democraticamente e legitimamente escolher representantes que os satisfaçam. A seguir, tomou a palavra **SANTIAGO HAMILTOM**, que em resposta as questões levantadas sobre impacto ambiental informou que a empresa contatou a UFPE – Universidade Federal de Pernambuco e UFRPE – Universidade Federal Rural de Pernambuco, para desenvolver estudos nessa área de fatores bióticos e abióticos, e prosseguiu detalhando as exigências da CPRH para a licença no

primeiro ano de operação do projeto, detalhando ainda os cuidados de super dimensionamento no projeto para evitar inclusive impacto no fundo. Argumentou que a empresa está preocupada em manter a qualidade ambiental da água, até porque seu produto depende dessa qualidade, para valorização no mercado. Esclareceu ainda o escalonamento de geração de emprego desde a primeira fase, piloto, do projeto até o ano de 2015. Falou ainda que a área onde será implantado o projeto não está localizada nas páreas de micro ressurgências citadas por Luiz Lira. Respondendo a pergunta de Laurineide deixou claro que este é um projeto de grande porte destinado a produzir cerca de dez mil toneladas , que serão comercializados no mercado externo e interno, seja este mercado interno o mercado local ou o nacional, e que o incremento da produção do beijupirá, poderá fazer que ele se torne mais barato para a população local a exemplo do que aconteceu com o camarão. Com relação a possibilidade de ser solicitada área adicional para o projeto, levantada por Marcelo, informou que tudo que a empresa tiver que instalar vai estar dentro da área prevista pelo projeto. A seguir **LUIZ LIRA, do Instituto Oceanário**, disse que era uma pessoa muito cautelosa e que não gostava de falar sem o respaldo de uma pesquisa, mas que Juarez levantou uma questão relativa a hipótese de que esse projeto coloque atratores nas proximidade da linha de praia para os tubarões, e que na sua ótica, por existir na nossa plataforma um canal de 6 a 8m de profundidade entre a Praia do Pina e a Praia do Paiva, se aproximando muito da linha de praia, como por exemplo na frente do Acaiaca, numa distância de apenas 50m da praia, existindo por isso já um trânsito normal desses animais, os 48 tanques serão um atrator desses animais. Ressaltando mais uma vez que falava em tese, que falava em hipóteses, pela falta de um estudo específico, disse que em sua ótica essa era uma hipótese pertinente, que em esse essas redes poderiam atrair esses animais e que isso significaria mutilação de pessoas, morte de pessoas, imagem do Estado, da cidade de Recife que está associada ao tubarão, de tal forma que o governador falou em trazer um Oceanário para cá. Disse que estava falando em tese pela falta de um estudo que deveria ter sido feito e é justamente isso que se colocava ali. Falou ainda que achava um projeto interessante, que deve ser colocado, sem dúvida mas que é preciso se ver em que local deve ser colocado. Indagou que monitoramento foi feito quando o CPRH sugeriu o acompanhamento do projeto, e perguntou-se se ninguém teria se lembrado dessa possibilidade, do projeto se tornar um atrator para os tubarões. Mais uma vez lembrou os impactos decorrentes do complexo portuário de Suape, como atrativo para os tubarões, embora reconheça a importância do complexo para o Estado, e que não havia conhecimento e estudos

suficientes sobre os tubarões na época, e concluiu então, reiterando a necessidade de se refletir sobre essa possibilidade. **SEVERINO ANTONIO**, tomando a palavra ressaltou que a empresa informou que pretendia atingir os mercados externo e interno, inclusive o local mas apresentou aos participantes da mesa um folder em inglês, talvez demonstrando a facilidade para exportar seu produto. A **Deputada CEÇA RIBEIRO, PRESIDENTE da mesa, e da Comissão de Defesa do Meio Ambiente**, falou que diante de todas as questões aqui colocadas ela, como Presidente da Comissão, fica tendo que ouvir, mas chega a uma conclusão diante de tudo que tem chegado pra Comissão de Meio Ambiente, de todos os empreendimentos que estão se instalando no Estado de Pernambuco, que o Poder público que deveria cuidar do que é público até por conta do nome dele, passa a cuidar primeiro do particular. Essa é a conclusão .que ela chegou, diante de todas as questões que ali chegam. Disse ainda achar que esta comissão, com este trabalho que vem desenvolvendo, de trazer as Audiências Públicas, de tantos problemas que vive hoje o Estado, está dando uma contribuição porque temos de certa forma invertido algumas questões e melhorado alguns empreendimentos que tem vindo se instalar aqui neste Estado. Passou a seguir a palavra para **FRANCISCO DE ASSIS, que é presidente da Colônia Z-7**, dando início ao segundo bloco de discussão desta audiência Pública. **FRANCISCO DE ASSIS**, tomando a palavra, cumprimentou a Joana Mousinho, e a seguir passou a explicar o processo de representação que desempenhava junto aos pescadores, explicando que aprendeu tais procedimentos no passado com Sérgio Matos. Passou a seguir a contestar a afirmação de Santiago, quanto ao local onde Será instalado o projeto, de que são áreas mortas, informando que é nessas áreas onde são encontradas corubas, saramunetes e outras espécies. Manifestou sua preocupação com o fato de que mesmo havendo atratividade de peixes pelos projetos, os pescadores não terão acesso a esses peixes, e ressaltou que quando Sérgio matos se referiu ao não desmatamento deve ter incluído o replantio de mangue e repovoamento de caranguejo planejado, organizado e feito por ele, Francisco de Assis. Falou da mortandade de peixes que ele atribui a carcinicultura e que nunca foi esclarecido os reais motivos, e que por isso tudo ele fica indignado com o que ele chama de “ O pecado” Da SEAP em não convocar as bases, ouvir as palavras humildes, das bases, porque os estudos de laboratório sempre acabam prevalecendo contra a experiência, e mais uma vez reiterou a presença de corubas naquela região. Reclamou do fato que só quem vai ganhar é o grande empreendedor e que a oferta de empregos é irrisória diante da quantidade de pessoas no entorno. Salientou a necessidade de

se discutir junto as bases não apenas esse, mas todos os projetos que virão. A seguir tomou a palavra, **MARIANA, do Instituto Verde**, que esclareceu que estava ali para expor o ponto de vista de sua geração, e defender o mundo no qual queriam viver, porque no seu ponto de vista dar dinheiro pra quem já tem dinheiro não traz desenvolvimento. Prosseguindo colocou sua preocupação de que a diminuição do preço do beijupirá, abrisse competição com a pesca artesanal, o que também não seria uma coisa boa. Relatou o que estava acontecendo no litoral sul, onde áreas enormes estão sendo vendidas para empreendedores estrangeiros e por isso, os pequenos comerciantes irão perder o mercado deles, sua fonte de renda, pra talvez serem inseridos num projeto grande pra ganhar apenas um salário mínimo. Contextualizando, argumentou que esses 15 empregos que serão criados, é muito pouco, e que isso não se constitui em algo significativo. Disse ainda que achava que esse projeto vai passar e que se verá novamente o que sempre acontece, que esse projeto vai passar independente da vontade geral e então, neste caso, que pelo menos haja mais estudos sobre isso, sobre os impactos que vão acontecer, que exista esse monitoramento ambiental, que exista uma equipe de biólogos que esteja lá acompanhando isso, e que em caso de se perceber que não está dando certo, que está havendo impacto negativo, que haja honestidade para voltar atrás. A **PRESIDENTE** agradeceu a Mariana e passou a palavra a **TARCISIO, Presidente da Colônia Z-25**, que iniciou sua fala parabenizando Luiz Lira, e concordando também com a necessidade de um Estudo de Impacto Ambiental. E continuou dizendo que quando a colônia Z-25 escutou falar desse, do projeto, buscaram informações, a Universidade veio dar uma palestra na colônia Z-1 do Pina, e não só tinham só umas 10 pessoas, tinha bem mais, fizeram isso lá em Jaboatão, e também com a Z-8 do Cabo. Disse que achava que o diferencial foi o seguinte, Jaboatão há cerca de 2 anos tem um projeto de criação de tilápia, pra ser implantado no Rio Jaboatão, que é um rio altamente poluído e que infelizmente por mais denúncias que se faz, nas matérias sai que as tainhas tá lá morrendo tudinho e não se faz, eu nunca vi uma Audiência Pública. Quando a Aqualider lançou esse projeto, não pensamos em arrumar emprego pros pescadores, porque eu aprendi que se deve fixar o homem e não tirá-lo da sua fonte de produção até porque a pesca ela tem que formar herança. Continuou dizendo que foi procurando informações e conseguiu, e que a seguir fizeram reuniões na colônia e divulgaram isso com os pescadores, e esse projeto foi lançado junto com a Associação dos Pescadores de Barra de Jangada. Explicou que a idéia não é que o pescador deixe de pescar mas que ele tenha como deixar de “fazer Bicos” fora de sua atividade, tendo uma opção de renda a mais. Acrescentou

que eles procuraram parceria de um Engenheiro de Pesca para formatar e dar fundamento ao projeto, que foi elaborado em nome da associação, que está sendo levado com ajuda da Prefeitura e da secretaria de desenvolvimento, e que já conseguiu o patrocínio da Petrobrás no financiamento do equipamento. Disse ainda que sabe da escassez de peixe e da presença dos tubarões, e que por tudo isso, achava que a criação seria o futuro da pesca. E que ficaram motivados com o sucesso da empreitada da Aqualíder e pensavam que se ela conseguiu eles também irão conseguir. Mencionou ainda a possibilidade de haver uma parceria entre a Aqualíder e a associação para instalação do projeto da referida associação, já que este projeto ainda não tem um local definido para sua instalação. Citou ainda o fato de que quando a oportunidade bate a sua porta, cabe a você ter a inteligência e visão para abrir. Finalizou afirmando sua crença na criação de peixes como algo que possibilitaria a continuidade da profissão para seus filhos, e que era isso que eles queriam para Jaboatão. A **PRESIDENTE** passou a palavra a **JOSÉ SEVERINO DOS SANTOS, presidente da Associação dos Pescadores de Barra de Jangada**, que deu continuidade a fala de Tarcísio, apelando a Aqualíder para que cedesse um espaço em seu projeto para a associação, para que eles instalassem o seu projeto, também de criação de beijupirás. Citou a mortandade de peixes ocorrida em abril deste ano no estuário do Rio Jaboatão, documentada pela Rede Globo, e questionou a ausência de uma Audiência Pública para discutir aquela questão. Falou da sua responsabilidade como representante da categoria, de como se processa o repasse de informações entre ele e sua classe de pescadores. E Falou ainda sobre a luta no Rio de Janeiro pela aprovação do Projeto pela Petrobrás, um dos 72 selecionados dentre 6.400 projetos, o que deixou toda a classe satisfeitiíssima, e que eles gostariam de estar todos, ali, hoje presentes, para demonstrar essa satisfação. E finalizou afirmando que estava ali defendendo uma solução de sobrevivência, disse ainda que ele não sabia se ia ou não ter impacto ambiental no mar, que o que ele via era a situação para os pescadores e marisqueiras que reclamavam e choravam, e que por isso que deixava uma interrogação, sobre qual seria a atitude a ser tomada, qual seria a solução. Em seqüência, a **PRESIDENTE** passou a palavra a **CRISTIANO RAMALHO, da Fundaj**, que após os cumprimentos iniciais, passou a falar sobre a questão de que o mar é um problema não apenas dos Engenheiros de pesca, empresa, ou pescadores, mas da sociedade, já que é um bem público dessa mesma sociedade. Discorreu ainda sobre a fala de Luiz Lira no tocando a questão da presença dos tubarões que acarreta não apenas um problema para a pesca, mas para a sociedade, através de mutilações, mortes e impossibilidade

de uso da orla para banho. Fez questão ainda de registrar coisas que considerava importantes como a utilização da palavra “erro” por parte dos representantes da SEAP, tanto Felipe Matias, quanto Sérgio Matos, e ressaltou que embora seja importante reconhecer os Eros, é fundamental que não se insista nos mesmos para que não se acabe legitimando-os. Voltando a mencionar a fala de Luiz Lira, também manifestou sua preocupação pela ausência de um estudo de impacto ambiental, em contrapartida ao estudo que foi apresentado ali, e que foi feito a pedido da empresa. Alertou que o fortalecimento da democracia, através da proposição de discussões e audiências públicas, de fornecimento de informações e esclarecimentos à sociedade é papel do gestor público e não pode ser delegado à empresa como foi o caso. Afirmando que não estava ali questionando o papel da empresa Aqualíder, que, segundo ele, fez o caminho dela, mas que ele indagava se seria o caso de que nós meramente esquecêssemos e andássemos prá frente o projeto, e ele mesmo respondeu que não, porque os argumentos contrários eram contundentes, além do fato de que estava claro de que aquela tecnologia de alto nível, trazia em seu bojo a subalternidade dos pescadores, já que com uma tecnologia infinitamente mais barata, como é o caso de apenas três baiteiras, se cria oportunidade de empregos em quantidade similar a criada pelo projeto em sua fase inicial. Deixou claro ainda que considerava um desrespeito ao saber tradicional dos pescadores a desconsideração com que esse saber foi tratado, ao ser ignorado pelo gestor público em detrimento dos estudos e relatórios feitos apenas pela Universidade, sem participação dos pescadores. Alertou ainda para que se tenha atenção ao fato de que muitas vezes os mesmos técnicos que dão um laudo, atuam nos mesmos projetos como consultores, obtendo ganho financeiro, que ele classificou de um ganho não ético. Esclareceu ainda que o preço baixo do camarão, deu-se em virtude de uma retração do mercado externo, e que por força disso, os produtores se viram forçados a se voltar para o mercado interno e local como alternativa de escoamento da produção, passando inclusive a oferecer uma competição desleal com o pescador artesanal, por ser detentor de subsídios, o que não acontece com o pescador artesanal. Finalizando, citou uma frase de Dom Helder Câmara “Só tem braço forte quem segura uma flor”, e fez um apelo para que seja considerada essa flor citada, como sendo o a transparência, o debate franco, e o domínio que a sociedade precisa ter em relação aos seus bens públicos, ao acesso ao recurso público, à questão do meio-ambiente, da biodiversidade, ecológica e social e ao papel do que é ser público, porque a democracia não pode ser um peso, ela é um valor a ser colocado acima de qualquer outra questão. Substituindo momentaneamente a

PRESIDENTE, na mesa, o moderador **LEANDRO FIRMINO, Assessor da Comissão de Defesa do Meio Ambiente**, após justificar a ausência momentânea da **PRESIDENTE** à mesma, passou a palavra ao **Assis Lacerda, do CPRH**, que de início, esclareceu que estava ali falando como Engenheiro de Pesca e mestre em Oceanografia e não pelo CPRH, porque ali naquele momento não o estava representando. Após os cumprimentos iniciais e os suprimentos pela iniciativa da Audiência Pública, discorreu sobre a necessidade de antes de ser debatido um projeto em particular, que se tenha uma visão da história da aquicultura no Brasil e no mundo, especialmente a marinha, o perfil da aquicultura no Brasil, os fatores complicadores de licenciamento da aquicultura no Brasil, passando pela carcinicultura no Brasil, em especial no Nordeste, e pela experiência de Pernambuco, bem diferente da experiência do RN e CE. A seguir, passou a tratar do histórico da própria legislação sobre a questão da legislação sobre águas de domínio da União, e do que ele classificou de confusão gerada a partir da reedição do decreto 2.685 pelo decreto 4.800 ao mudar a expressão “disciplina o uso das águas da União...” para “disciplina o uso do espaço físico das águas da União”, e que conseqüentemente, de acordo com ele, tumultuou o processo. Explicou que em decorrência desse conflito legal, foi feito um acordo entre a CPRH e a SEAP para fosse possível dar prosseguimento aos licenciamentos, demandados inclusive nos nossos interiores, em áreas de barragens, que consistia em se encaminhar as demandas chegadas a um órgão, ao outro, de forma que fosse iniciados projetos em paralelo a fim de acelerar o processo de licenciamento. Sendo assim, o projeto iniciado na SAEAP seria utilizado para dar acesso aos órgãos federais, especialmente Marinha, SPU e Ibama, que a partir de 2004 já havia inclusive reconhecido a competência dos órgãos estaduais para emitir o licenciamento, já que este se faz através de uma avaliação de impacto, razão pela qual Pernambuco avançou muito, em virtude de ter oficializado quase todos os procedimentos, para os empreendimentos de aquicultura no Estado, tanto no interior, quanto marinha. Lamentou que durante sua apresentação, Santiago Hamiltom, representante da empresa Aqualíder, omitiu a existência de documentos importantes, que foram solicitados, discutidos com a Empresa na época, inclusive a partir da formação de um grupo de trabalho de 5 pessoas, técnicos especialistas em impacto ambiental, qualidade da água, com experiência em licenciamento, mencionando que ele inclusive, fazia parte dessa equipe, por ser Engenheiro de Pesca, mestre em Oceanografia, membro do Cemit, que controla os incidentes com tubarões, havendo ainda o envolvimento na época de um grupo forte da UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco, do

Professor Fábio Hazim, que preside o CEMIT, e também coordenou a equipe que fez o PCA – Plano de Controle Ambiental do empreendimento. E foi esta omissão que ele notou, e que lamenta, na apresentação do representante da empresa, a citação do PCA, que é praticamente a base de um estudo ambiental, e que trouxe todo um estudo prévio, analisando impacto a impacto a possibilidade de ocorrência, analisando a dimensão, e possíveis mitigações. Reiterou que essa informação teria de ter sido colocada até mesmo para que se tenha um perfil mais claro do processo, e que não haja desencontros no posicionamento das pessoas, e que talvez, por isso, fosse oportuna a convocação de uma outra audiência pública para esclarecer esses pontos. Continuando, falou ainda da necessidade de que se faça uma reflexão e um perfil das entidades que trabalham com os pescadores, do movimento social, que tem sido historicamente conflitante, criando conflitos, e incorrendo muitas vezes em grandes erros, citando o exemplo de um conflito gerado pela Pastoral de pescadores do Nordeste que emitiu um documento onde fazia inclusive menção de seu nome, com acusações de que ele teria sido leviano na emissão das licenças de atividades no São Francisco, na Barragem de Jatobá, em Paulo Afonso, onde na verdade existia toda uma discussão e apoio da igreja Local, através da Arquidiocese de Floresta, do Bispo D. Adriano, que faz a orientação e o incentivo a organização da pequena produção às 14 dioceses dos 14 municípios a ela ligados. Em seguida afirmou que estaria deixando um documento com a Comissão, para que esta avaliasse como estavam sendo trabalhados esses movimentos sociais e essas entidades, já que há que se ter cuidado em traçar um perfil da classe pescadora porque em qualquer lugar, barragem ou litoral, qualquer comunidade pode ser dita como de pescadores, qualquer pessoa pode aparecer como pescador, é preciso traçar com clareza não só o perfil de aquíicultura, como também da questão ambiental do litoral de Pernambuco, e o perfil legal. Informou ainda que a legislação faz uma confusão enorme entre bem da União, o que é um bem comum da União, e o que é um imóvel da União, que os decretos e a Instrução Normativa 01, se baseiam na Lei 9.636 que trata de imóveis da União e não de áreas marinhas, e que essa confusão, não só nesse projeto da área costeira mas também em qualquer barragem de domínio da União, Federal, é nos interiores também vai gerar o mesmo conflito. Continuou explicando que essas dificuldades fizeram com que a confusão gerada pela mistura de “áreas aquícolas” e “parques aquícolas” impedissem o fechamento do ciclo de licenciamento desses projetos, razão pela qual, ainda faltaria por exemplo a assinatura do Contrato de Cessão para a Empresa Aqualíder mesmo depois de ter passado por todo um processo burocrático. Disse que à semelhança disso,

na barragem de Jatobá, o primeiro projeto que a Igreja colocou na água também passou pelo processo de licitação, e por não ter aparecido outro concorrente, resolveu-se a nível local, no entanto, também ainda não assinaram a Cessão. Prosseguiu explicando que em função da alta demanda que havia no interior, alguns estados tomaram uma atitude mais proativa, até porque visava atender não apenas projetos de cunho privado, com também de cunho social, e cada vez mais ampliado, por parte de associações, cooperativas e grupos de pescadores. Informou ainda que tem ocorrido também a impossibilidade de se outorgar licenciamento a determinados empreendimentos pela falta de um processo de solicitação de licença através de um projeto montado, mas que na prática, o empreendimento já se encontra em funcionamento, como o caso da colônia de Jatobá, que foi intima a regularizar seu empreendimento. Em seqüência passou a analisar a atração de tubarões pelo projeto da Aqualíder, argumentando que essa atração pode ser um fator positivo, a partir do pressuposto de que os animais que ora se aproximam do litoral passem a ser atraídos pelo projeto e permaneçam em seu entorno, procurando alimentação. Informou que o CEMIT está cogitando a possibilidade de isolar lâminas com recifes artificiais, com a finalidade de criar, e recompor ecossistemas marinhos, e sugeriu, que as pessoas fossem lá, ao local de instalação da fazenda, mergulhassem, como ele teria feito, e por isso, sabe que se trata de local de cascalho, cascalho branco, exatamente a área de deserto que temos próxima a nossa costa, e que não se constitui portanto em nenhuma fonte Isolda de pesca. Propôs então que se formasse um grupo de trabalho ou uma comissão gerida pela Assembléia para fazer um acompanhamento desse processo de instalação, até porque foi exigido da empresa para a concessão da licença informações mensais acerca de diversos parâmetros que se pudesse imaginar para que efetivamente se pudesse ter um bom monitoramento, de forma que isso pudesse ser replicado em outros projetos, como o projeto ligado às colônias, por exemplo. Finalizou argumentando que por acompanhar já a pesca, o meio ambiente há muito tempo na questão ambiental, e sabendo que há muito mais pescadores ligados a região metropolitana, com o impacto da região metropolitana já instalado, que eles vão precisar de alguma outra alternativa em termos de produção, e que esta alternativa pode não ser a pesca, pode vir ser um misto entre a pesca e a aqüicultura. A **PRESIDENTE** Deputada Ceça Ribeiro, já de volta à mesa, agradeceu a Assis Lacerda, e passou a palavra a **ANA PAULA da Rede de discussão pela Internet, PESCATER_NE**, que iniciou sua fala cumprimentando os presentes e explicando a natureza da rede, como também esclarecendo que falaria ali como técnica agrícola e não em nome da rede. Falou

sobre a insatisfação gerada pela falta de consulta à sociedade, e que por isso, este seria mesmo um debate apenas ideológico. Alertou para o fato de que o econômico nunca vai andar sem o social de lado e por outro lado, o social nunca vai se desenvolver sem o econômico. Falou sobre a questão de cidadania que vai desde a falta de registro civil em muitas famílias, até a questão de discussão de um projeto da dimensão do Beijupirá. E por fim, sugeriu para que na impossibilidade de se promover um travamento do processo de instalação desse projeto, que fosse formada uma comissão, com participação da sociedade civil organizada, pescadores, Assembléia, Universidade, SEAP, movimento social, pessoas de ética, que estivessem dispostas e efetivamente fazer o acompanhamento desse processo. Advertiu a SEAP que embora seja difícil promover a mobilização dos pescadores, isso é algo necessário a ser feito, levar a informação é algo importante para se evitar inclusive que a SEAP seja questionada pela falta dessa informação. Disse que a sociedade precisa saber, se propor a acompanhar, e emitir sua opinião enquanto sociedade. Parabenizou ainda o pessoal da colônia de Jaboatão e fez votos de que encontrassem o local para implantação do projeto deles, e finalizando, apelou à Deputada CEÇA RIBEIRO que fosse encaminhado nesta Audiência Pública alguma coisa efetivamente, de forma que a discussão não resultasse vazia. Dando prosseguimento, a **PRESIDENTE**, chamou a tribuna o último inscrito, **JOSENILDO SOUZA E SILVA**, que após cumprimentar a mesa, esclareceu que sua motivação para falar nesta oportunidade devia-se ao fato de que tem acompanhado alguns projetos recebidos na Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa de Pernambuco, que têm rebatido no mesmo problema que se chama DESenvolvimento, está imbuído na própria formação dessa palavra, quando o prefixo DES passa a significar negação, o “Não” envolvimento, a não participação portanto, da sociedade em seus próprios projetos de vida. Afirmou que este projeto traz consigo uma nova dimensão a ser pensado, não apenas como um projeto de iniciativa privada, Estado ou Governo, mas de como de uma nova governança, um novo pensar a partir da importância social da aqüicultura que teria sido apontada como uma das grandes saídas para a fome e violência do mundo, ao lado de educação e desportos, desde que pensada numa perspectiva de inclusão social, de envolvimento de camadas da população que pudessem encontrar na aqüicultura uma saída complementar para as atividades que já existiam. Chamando mais uma vez a atenção para esse novo olhar para o significado da palavra “desenvolvimento”, ele alertou que o desenvolvimento na via exclusivamente econômica, traz, sem inserção social, sem inserção cultural e ambiental,

grandes prejuízos para a sociedade como um todo, porque como já dizia Celso Furtado, em 1974, corre o risco de ser autofágico, como também já apontava Josué de Castro para essas questões de empreendimentos nessa via. Alertou ainda para o fato de que qualquer empreendimento que se mobilize desde a aquicultura, como nesse caso, ele vai ter uma influência com turismo, como por exemplo, o caso do turismo em Pernambuco que passa pela cozinha, porque as pessoas que vêm do Sul do País, ou de outros países pra cá, vêm em busca da gastronomia, da gastronomia voltada para o pescado, de uma gastronomia voltada para o pescado com um componente social, que contempla pescadores, famílias, que vivem daquela atividade. Lembrou que existe uma consciência nacional e mundial a respeito dessas inter-relações, inclusive citou o exemplo da questão do tubarão, que afeta diretamente o turismo, que afeta a gastronomia, que afeta a economia como um todo. Afirmou que via o projeto com bons olhos, em alguns pontos, mas é importante que se atente, que ele é um projeto experimental, e lhe chamava atenção o fato de que ele foi encaminhado como um processo de um projeto visando uma economia, visando uma empresa privada para essa condução, e tendo em vista que é a primeira ação desse tipo de cultivo no Brasil, ele deveria e deve ter um caráter de pesquisa, conseqüentemente o licenciamento deveria ser acompanhado por instituições oficiais de pesquisa, deveria ser feito conjuntamente e não numa visão exclusivamente de um empreendimento. Falando ainda sobre essa visão a partir da perspectiva de uma nova governança, ele disse que destacaria alguns pontos. Em primeiro lugar, falou sobre a necessidade de um EIA/RIMA, estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ao meio ambiente, como já tinha sido apontado por Luiz Lira, que pudesse não só avaliar esses impactos ambientais negativos, mas também definir alguns indicadores para avaliar a sustentação do próprio empreendimento, já que o empreendimento busca replicabilidade e busca mostrar que é sustentável também no ponto de vista econômico mas sem esquecer as dimensões ambientais, sociais e culturais que estão ali inseridas, e mais que isso, que esse estudo deveria ser fruto de cenário de locação, estudo sobre qual o local mais adequado para sua implantação, que traz menos impactos. E que deveria ainda ter uma perspectiva da participação popular nesse estudo, inclusive com os principais interessados de uso naquela região. Comentou que se tem visto estudos de impacto ambiental e relatórios, numa perspectiva muito tecnicista, mas o mundo já apontou alguns estudos e relatórios diferentes, onde a sociedade se envolve na sua construção, e é preciso nessa governança, inserir esse componente, componente de participação efetiva, e que talvez esse componente

pudesse trazer uma algo diferenciado pra esses tipos de projetos, que seria a certificação participativa, inclusive pra venda do produto, até mesmo para a exportação, o que qualificaria a própria construção desse projeto, mas que esse não tem sido o caso. Abordando um segundo ponto, levantou ainda o questionamento de que sendo o projeto uma experimentação era necessário uma adaptação às águas do Nordeste, necessitando de uma confirmação científica acerca de possíveis impactos ambientais negativos, questionando ainda o não envolvimento do saber do pescador daquela área, que aprendeu a olhar, observar, experimentar com recursos naturais e recursos pesqueiros o manejo naquela região. Salientou que isso é um saber que não publica na mesma revista que eles, técnicos, ou nos mesmos congressos, nos mesmos encontros mas é um saber que observa, de gerações e gerações, que observa, que sabe todos os processos ambientais e biológicos que estão ali, e que poderiam ser associados a essa construção desse projeto de aquíicultura e esse saber foi negligenciado não é só no processo de ser beneficiado com um pedaço aqui ou acolá mas na participação dessa construção do que é esse novo em aquíicultura, e de entender esses processos e que estarão ali submetidos. Disse ainda que nesse caso específico estamos lidando com a monocultura da mente, não apenas pelo cultivo de uma única espécie mas porque a cessão de águas públicas, se analisada numa perspectiva histórica ela pertence a quem a usa há milhares de anos que são os pescadores, e se qualquer outro empreendimento ou projeto planeja ir prá lá, isso tem que passar por uma discussão com os usuários históricos da área, e que os conflitos legais, de construção legislativa, dão conta exatamente de que a sociedade não está sendo inserida nos processos de desenvolvimento e é importante que isso seja dito porque a aquíicultura é uma grande saída para o mundo e ele temia que como outros projetos em aquíicultura por não serem feitos de forma geral no seu pensamento em termos de construção e desenvolvimento junto com a sociedade cometeram erros e má fama, deixando-se levar pela ganância, como foi o caso da carcinicultura, o que maculou uma atividade que poderia ter tido uma estória diferente. Citou ainda um outro ponto observado de que a partir das demandas que ali foram colocadas e a ansiedade manifestada, isso leva a crer que esse processo de gestão pública vai carecer de uma reforma agrária porque a medida que uma empresa tem a cessão, qualquer outra, ou cidadão, colônia ou instituição, pode solicitar cessão, e isso vai gerar um processo de reforma agrária. Discorreu ainda sobre a gestão dos recursos naturais, que não seria uma posse, mas um uso coletivo de toda sociedade que usa, e que deve privilegiar o uso coletivo das pessoas que estão no seu entorno,

conseqüentemente sendo construído por todos os integrantes da sociedade. Afirmou ainda que uma grande questão suscitada ali, é que essa hibridização da pesca e aqüicultura ela tava pra acontecer, ela tava pra explodir porque, inclusive na formação do Engenheiro de Pesca, existe uma hibridização concreta, uma área de pesca, outra área de aqüicultura mas que elas pouco se encontram. e que sob uma nova forma de governança o poder público poderia intervir como mediador de conflitos. Explicou que essa construção coletiva, ela exige da sociedade, muita precaução e exige do poder público lançar mão de instrumentos onde privilegie a participação dos segmentos e o saber de todas essas gerações, de todas essas culturas. Finalizou então, manifestando sua inteira concordância com um encaminhamento de solicitação de um estudo de impacto ambiental para respaldar o processo, até pra que seja possível entender e avaliar com indicadores a sustentabilidade desse empreendimento se o que se deseja é entender a aqüicultura nessa perspectiva, lembrando que esse estudo deve contemplar o envolvimento da sociedade em suas etapas e também é importante que se construa um grupo para participar do processo, ressaltando que a aqüicultura no Brasil é uma atividade importante, mas é preciso que seja discutida também essa questão da gestão dos recursos naturais, recursos pesqueiros dentro dessa água. Finalizando assim o segundo bloco de falas, a **PRESIDENTE**, passou a palavra a **LUIZ LIRA**, para que este fizesse suas colocações. Este enalteceu a oportunidade trazida pela Audiência pública de levantar dúvidas, pois é disso que vive a ciência, e manifestou seu entusiasmo pela questão levantada por Juarez, acerca da atratividade oferecida aos tubarões pelo projeto, e manifestou seu apreço pela fala de Assis Lacerda que trouxe conhecimento adicional do ponto de vista histórico e da construção legislativa. Opinou que faltava um link entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico, já que o conhecimento vem não apenas pela razão, mas também pela experiência, e até pela intuição. Exemplificando citou a questão da colocação de pedras na tentativa de conter o avanço do mar, que é uma técnica contestada já há muito, por questões de interesse econômicos, e que só agora, recentemente, foram tomadas providências no sentido de substituir as pedras por areia. Ressaltou que não era contra a atividade de ganhar dinheiro, que o considerava como algo importante, desde que bem utilizado. Mencionou ainda que com os relatos que foram feitos a partir do ponto de vista social, ele vai aprendendo o link que existe entre os diversos aspectos da questão, e que no seu ponto de vista, a área onde está prevista a localização do projeto não se caracteriza como algo de um menor impacto, e que talvez o projeto pudesse ser localizado numa área mais afastada do local onde ocorrem

mais freqüentemente ataques de tubarões, que é o trecho entre a Praia do Paiva e a Praia do Pina. Encerrou dizendo que a questão da aquíicultura era importante, que a indústria tem que trabalhar nesse sentido, e o que faltava era um casamento entre as diferentes coisas. Dirigindo-se a Santiago, disse-lhe que tinha gostado muito das suas colocações e ensajou que pudessem discutir sempre, no sentido de tentar sempre uma coisa comum. A seguir a **PRESIDENTE** entregou a palavra a **SÉRGIO MATOS**, que mais uma vez reiterou que concordava com a maioria dos pontos ora levantados, e que faria intervenção em três falas. Iniciou falando sobre a carcinicultura, referida por Francisco, que é sempre seria lembrada por conta dos impactos que ela gerou, do conflito gerado do ponto de vista social. Disse que a carcinicultura surge como o vilão e está comprovado que ela não é, porque esse problema de poluição que nós temos aí, é industrial é doméstico, por existem as cidades sem onde não temos saneamento, estando comprovado cientificamente que a poluição que nós temos hoje nos nossos manguezais é gerada principalmente pela indústria e pela poluição das cidades, ou seja, pela poluição doméstica. A seguir, respondendo a Cristiano, pediu que retirasse a palavra “medo” com a qual este teria se referido a ele Sérgio Matos, ao que este contestou a utilização desta palavra nesta audiência, tendo sidos ambos esclarecidos pela Deputada Ceça que tal dúvida poderia ser sanada a partir da oitiva do áudio gravado desta Audiência Pública, pelo que então, Sérgio Matos prosseguiu sua fala, dando o benefício da dúvida, e solicitando que tal palavra fosse retirada por Cristiano na eventualidade de ter sido colocada em referência a sua pessoa. Em seqüência fez um comparativo entre a conceituação e a análise da questão, qualificando a conceituação como rica, baseada tanto no conhecimento empírico quanto no científico, em oposição a análise da questão, quer ele classificou como conflitiva ao se pedir pra que seja feita uma comissão para promover o cancelamento do licenciamento da empresa, algo que segundo ele só seria aceitável desde que não fosse cancelada apenas a licença dessa empresa, mas todos os licenciamentos que estão sendo concedidos no Brasil, e em Pernambuco já que a empresa, bem como a SEAP e todos os órgãos envolvidos seguiram os procedimentos legais. Finalizou parabenizando a Deputada CEÇA RIBEIRO pelo momento, e declarou estar entre aqueles que acham que por mais que se tenha que evitar situações de conflito e situações de impacto se cresce muito com isso, desde se tenha ética no procedimento e se saiba reconhecer os erros. Falou ainda que ao analisarmos a história do nosso País, os conflitos foram o que movimentaram o nosso desenvolvimento social, considera então ser necessário promover um processo construtivista pra que se possa

realmente melhorar, não só a questão dos movimentos sociais, mas também a questão da gestão pública. Em seqüência falou **SEVERINO ANTONIO** que manifestou o desejo de reforçar o que já havia sido dito no tocante a necessidade do estudo de impacto ambiental, uma melhor avaliação do processo, definição de zoneamento da área, concordando ainda com a colocação de Cristiano de que o processo deveria ser paralisado para mais estudos e a partir daí sim confirmar ou não a Cessão. E como relação ao documento que Assis Lacerda mencionou eu quero dizer que conheço o documento, que ele saiu da minha diretoria, que não fui eu quem assinou, mas que concordo com o conteúdo dele, que integra o relatório especial sobre a Bacia do Rio São Francisco, e que se Assis Lacerda não estivesse de acordo, deveria acessar as vias legais. Dando prosseguimento as réplicas a **PRESIDENTE** passou a palavra a **SANTIAGO HAMILTON**, que fez observações, a partir das últimas falas ouvidas. Iniciando pela questão dos tubarões, informou que a empresa consultou aquele que é atualmente considerado o maior especialista no assunto aqui em Pernambuco, e um dos maiores especialistas no assunto não apenas no Brasil, como no mundo, que considera os riscos em função da presença do projeto, tanto para o projeto quanto para a questão que foi falada ali de atrair mais o tubarão, ele considera que seja irrelevante. Respondendo a questão levantada por Francisco da Z-7 ao segmento e de que se escuta muita pesquisa mas não se escuta o pescador, não se leva em consideração o conhecimento empírico afirmou que isso também não era verdade, tanto é que a empresa não publicamente, porque não é o caso da empresa convocar uma audiência, mas a empresa foi à procura de alguns pescadores e principalmente dos que pescam naquela região pra escutá-los. Voltou a lembrar a abrangência do conceito de bem público, que não significaria dizer que pertenceria só aos pescadores, ms que pertence também às pessoas que mergulham naquela região, que praticam turismo, e também inclusive, ao apicultor, que também tem direito a esse bem público que é de todos nós. Esclareceu aos presentes que a empresa fez um levantamento naquela região, ouviu pescadores, fez diversos mergulhos naquela região, e que a coruba foi encontrada mas não exatamente na área onde será implantado o projeto e sim em áreas mais afastadas, e que a empresa se afastou dessas regiões, primeiro por entender que é uma área de pesca e segundo por questões técnicas, já que o sistema de amarração não funciona numa área de coruba. Respondendo a Mariana, comentou que voltaria explicar o mesmo tema porque achava que não estava sendo bem entendido o cronograma do projeto, já que quando se critica aos 15 (quinze) empregos da fase inicial, não se olha para o final do projeto, para os bons resultados

finais do mesmo, que gostaria de destacar que o que foi dito é que são 15 (quinze) empregos no primeiro ano de implantação do projeto, e no final da implantação do projeto são 75 (setenta e cinco) empregos só para o projeto que está aprovado. Informou ainda aos presentes que pra proceder a engorda de um peixe lá no mar, é necessário um laboratório que produza aqueles alevinos que foram vistos nadando ali na apresentação exibida por ele. E que na época em que a Aqualider produzia *prolarvas* de camarão empresa chegou a oferecer 180 (cento e oitenta) empregos diretos, mão de obra da região, região do laboratório. Aproveitou o ensejo e convidou a deputada a visitar o laboratório que fica localizado na praia da muro alto, próximo a Porto de Galinhas, no município de Ipojuca. A seguir respondendo aos questionamentos de Cristiano, sobre a questão de que esse é um projeto de cultivo de Beijupirá e é só pra grande empresário, confirmou que este projeto realmente é um projeto de uma grande empresa, mas que ele particularmente, Santiago Hamilton, oceanógrafo, mestre em oceanografia, doutorando pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, pesquisador, sendo inclusive a minha tese de doutorado a respeito de beijupirá, conhece exemplos de que o cultivo dessa espécie, Beijupirá, mais internacionalmente conhecida como Cobia, é praticada em aquicultura familiar em dois países que citou Taiwan e Vietnam. Reafirmou que ele, Santiago acreditava no cultivo dessa espécie de outras que virão, já que ao contrário do que foi dito por Josenildo, não se trata do cultivo de uma única espécie, sendo essa apenas a etapa inicial, mas que o projeto prevê o estudo do cultivo de novas espécies., que depende, de pesquisa, e a empresa se preocupa com o desenvolvimento dessas pesquisas, razão pela qual cedeu espaço ao Professor Ronaldo Carvalho, da UFRPE na empresa para pesquisas na área de nutrição. Disse que se sente muito feliz com o fato de que uma Associação de pescadores tenha conseguido recursos pra desenvolver um projeto similar, que isso era seu sonho enquanto pesquisador. Afirmou que confia e acredita nesse caminho e que lutaria por ele independentemente de estar hoje como gerente de uma empresa privada e inclusive gostaria de ressaltar que é do entendimento dessa empresa que esse cultivo seja aplicado pelo pequeno produtor, pelo pescador artesanal, desde que ele queira fazer isso porque cada um deve ser livre pra seguir o caminho que quiser. Então, na sua visão, se o pescador quer se manter nessa atividade, existe área pra isso, se ele quer ter um projeto de cultivo em uma associação, cooperativa, e ter duas atividades simultaneamente, ele pode fazer isso. Exemplificou que em Taiwan os pescadores pescam e têm o cultivo, e utilizam o descarte do pescado como alimentação no cultivo. Argumentou que considerava importante que as pessoas procurem

conhecimento, o conhecimento amplo, tanto das instituições de pesquisa, como o conhecimento empírico, para então se posicionarem com conhecimento de causa. Finalizou agradecendo mais uma vez a Deputada CEÇA RIBEIRO e deixando registrando o convite à mesma a uma visita ao laboratório da empresa. A seguir, tomou a palavra **JOANA MOUSINHO**, que agradeceu o convite, registrou que aprendeu muitas coisas, e finalizou declarando que em sua opinião, se discutiu, falou e brigou por nada vez que o projeto já estava aprovado e com certeza seria implantado. Em seqüência, tomou a palavra a **PRESIDENTE da mesa, Deputada CEÇA RIBEIRO**, para proceder a análise, conclusão e encaminhamentos finais da Audiência Pública. De início ressaltou que uma Audiência Pública não pode simplesmente terminar nas falas, mas que é necessário que sejam gerados encaminhamentos no decorrer da audiência, à medida que as pessoas vão expondo seus posicionamentos. Falou sobre a importância das Audiências públicas que é onde se escuta e se tem conhecimento dos lados opostos, do contraditório, pra que se faça, se tenha o conhecimento e haja apropriação desses saberes pra possibilitar a tomada de posições. Falou que durante a sua gestão à frente da Comissão de Defesa do Meio Ambiente, já passaram muitos conflitos, por essa mesa, e esse é um deles, e esses conflitos foram intermediados por aquela Comissão com a parceria de outros órgãos, órgãos estaduais e federais. Lembrou também que nesse período ela participou da I conferência da Aqüicultura e pesca ou da Pesca e aqüicultura, quando houve inclusive no momento essa discussão sobre qual nome deveria vir primeiro, e que , naquele momento, quando foi criada a Secretaria que estabeleceu-se que ela teria o poder de ministério, e ela teria ficado bastante feliz, porque imaginou que agora iriam ter o espaço pra discutir as questões voltadas pro pescador artesanal, mas lá em Goiás, eu ouvia apenas uma discussão, na mesa, que era acerca da pesca oceânica, e que nesse momento ela questionou-se do fato de que se a SEAP foi criada pra discutir e prá buscar investimento pra favorecer só a pesca oceânica e onde ficariam os pescadores artesanais. Notou ainda que naquele evento as únicas vozes que se levantavam em prol dos pescadores artesanais vinham da platéia e nunca da mesa, não da SEAP, não dos outros órgãos ali representados. Fez menção de que sua fala anterior que o Poder público deveria estar mais voltado para o público e infelizmente está voltado para o privado foi anotada por Sergio Matos, da SEAP, e esclareceu que sua fala deve-se ao fato de que é isso que tem sido constatado pela Comissão, e um dos pontos aqui colocados por todos e com o qual Sergio concordava , é que essa discussão não foi levada para quem mais dela precisava, e em função

disso, ela concluía que, a partir da expressão usada pelo próprio Sérgio quando ele disse, “concordo com tudo que foi dito”, tudo que tinha sido dito ali caminhava para um único caminho, que é o de que é necessário, fundamental que seja feito EIA/RIMA do projeto. Prosseguiu então enumerando os encaminhamentos ali definidos: em primeiro lugar que a Comissão iria encaminhar o relatório daquela audiência pública para todas as associações de pescadores e também ao Ministério Público, que tem sido um parceiro daquela Comissão, em segundo lugar sugerir que o Ministério Público solicite a realização do EIA/RIMA do Projeto, em terceiro lugar, promover a criação ali naquele momento de um grupo de trabalho, como foi sugerido, que já poderia deveria ter definido naquela mesma audiência, participantes e data marcada para se reunir, encaminhamentos tomados com o propósito de que o trabalho ora realizado não venha a ficar apenas em discussões, como é o temor de muitos que aqui participam de discussões. Ressaltou ainda aos presentes que ao longo das discussões e trabalho da Comissão, muitos projetos foram modificados pra melhor, e que a sociedade conseguiu em muitos casos garantir o respeito por sua vontade, e direitos, exemplificando com o caso do aterro sanitário, que tem avançado nas discussões, e aguarda decisão da justiça, e citou ainda o caso de Várzea do Uma, que foi resolvida após cinco anos, com a participação de diversos órgãos, e também o caso de Tatuoca, e a retirada das dragas tanto do canal de Santa Cruz, quanto do Rio Goiana, inclusive com punição pra que se revertesse em melhoria da questão da matas ciliares lá do Rio Goiana e em Itapissuma, no Canal de Santa Cruz, continuou ainda citando a questão do circuito náutico, quando através de realização de audiências públicas se fez com que o governo não conseguisse implementar aquela ação que seria de extremo prejuízo para os pescadores daquela região. Ressaltou então que tem havido avanços e que embora aquele não fosse um espaço de decisão, era, no entanto de intermediação de discussões, de apresentação de propostas, que tem sido negociadas, atendidas, sendo esse então o papel que tem sido desempenhado pela Comissão, atuação ativa na questão ambiental, dando encaminhamento a todas as questões que nos chegam. Em seqüência passou a coordenar a formação do grupo de trabalho que ficou constituído dos seguintes participantes: Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, a SEAP, a Comissão Pastoral da Pesca, o CPRH, Monape, Mopepe, a Aqualider, a rede Pescater-NE, a UFRPE, e as Colônias, e a Fundaj, com data da primeira reunião marcada para o dia oito de julho do corrente ano, na Assembléia Legislativa de Pernambuco, ficando a Comissão responsável por a informar aos membros do Grupo de

trabalho, por e-mail, a sala onde seria realizada a reunião. A **PRESIDENTE** então, fez os agradecimentos finais e deu por encerrada aquela audiência pública. E, para que tudo conste, eu Kátia Helena Vasconcelos Cavalcante, que secretariei os trabalhos, lavrei e fiz imprimir a presente ata, que vai assinada pelo(a,os,as) deputado(a,os,as) presente(s). Sala das reuniões, em 17 de junho de 2008.

Dep. CEÇA RIBEIRO
PRESIDENTE

Deputado Luciano Moura
Deputada Doutora Nadegi

ANEXO B – MANIFESTO DOS PESCADORES E MOVIMENTOS SOCIAIS INDIGNADOS COM PRIVATIZAÇÃO DE 160 HECTARES NO MAR

Pescadores artesanais e organizações sociais foram surpreendidos na reunião do CONAPE – Conselho Nacional de Pesca, com a informação de que uma área de 160 hectares localizada a cerca de 25 km da praia de Boa Viagem em Recife-PE foi privatizada pela SEAP. Trata-se de uma área utilizada efetivamente pelos pescadores artesanais que ali desenvolvem diversas modalidades de pesca. Esta área é de interesse da Empresa AQUALIDER que prevê a implantação de 48 tanques para criação de peixe beijupirá com capacidade inicial de produzir 8 mil toneladas voltadas para o mercado internacional. Denunciamos esta armação organizada pela SEAP em conjunto com os empresários interessados em suprimir áreas utilizadas pela população, privatização das águas e impedir a participação dos trabalhadores, uma vez que:

Os editais para privatização foram realizados durante o período de carnaval, na calada da noite, como estratégia para dificultar o acompanhamento por parte da sociedade;

Não foram realizadas audiências públicas e nenhum tipo de consulta aos trabalhadores que efetivamente utilizam a área que foi privatizada;

Este tema de alta relevância nunca foi colocado em pauta no CONAPE para apreciação e debate dos conselheiros conotando o interesse de omitir as informações aos interessados.

Abre-se, assim, um precedente perigoso para privatizar as áreas marinhas no litoral que historicamente são usadas pelas populações tradicionais pesqueiras. Revela desrespeito com as comunidades, impedindo a participação social. Por fim, revela o posicionamento da SEAP em defesa dos interesses do capital privado suprimindo direitos de uso de território das comunidades tradicionais.

Assim, exigimos a anulação deste processo e início de um diálogo com a sociedade organizada.

Pedimos que os grupos organizados da sociedade se manifestem contra esta grave violação aos direitos dos pescadores e divulguem este acontecimento junto às bases.

MONAPE – MOVIMENTO NACIONAL DOS PESCADORES

CNPA – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS PESCADORES E AQUICULTORES

ANP – ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES PESCADORAS

MPPA – MOVIMENTO DOS PESCADORES PROFISSIONAIS ARTESANAIS DO RS

CPP – CONSELHO PASTORAL DOS PESCADORES

MAB – MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

MST – MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

REDE PESCATER PE – REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA DE EXTENSÃO DA PESCA
ARTESANAL E AQUICULTURA DE BASE FAMILIAR.

02 de Abril de 2008.